



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

**Quanto custou ao
Brasil a Segunda
Guerra Mundial ?**

Germano Seidi Vidal

ANO LXXXI - Nº 769
JUL/AGO/SET 1995

O cartão
de embarque
sem
fronteiras.

Ourocard.

O mais sofisticado
cartão VISA Gold.
Com ele,
você facilita suas
viagens de negócios
ou turismo.

355

Título: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



329387

290637

v.81, n.769, jul./set. 1995 BFD



 **BANCO DO BRASIL**

Ourocard. A sua identidade internacional.



EDITORIAL

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL APÓS MEIO SÉCULO

Passados 50 anos da Segunda Guerra Mundial, o mundo volta a analisar e a reviver os modelos dos conflitos internacionais, rememorando as conjunturas que favoreceram a deflagração de guerras e projetando concepções para a tão almejada paz mundial.

As circunstâncias que envolvem uma luta armada global, muitas vezes, surgem do confronto político, econômico, ideológico e cultural, na incessante disputa pelo poder e pela hegemonia.

Nesse clima de pós-guerra, A Defesa Nacional convida seus leitores a refletir sobre as atuais crises político-econômicas, as ideologias nacionalistas, o domínio tecnológico, o fundamentalismo religioso, o terrorismo internacional, o narcotráfico, o crime organizado e a participação da ONU na busca da erradicação das lutas fratricidas e da diminuição das ameaças à sociedade.

Os artigos relacionados com a missão das Forças Armadas, a natureza do Serviço Militar e a participação do Brasil, tanto na Segunda Guerra Mundial como nas Forças de Paz da ONU, procuram salientar o esforço do País pela manutenção da Paz, bem como oferecem subsídios para um debate sobre os contornos da guerra do futuro e a participação dos militares nas questões nacionais e internacionais, que dificultam o bem-estar da sociedade, bem como a estabilidade dos regimes e países, no cenário da competição internacional pelo poder.



BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORA

1995

PROGRAMA EDITORIAL

A BIBLIX apresenta o seu programa editorial para 1995 numa excelência de títulos apropriada à satisfação dos seus leitores e em resposta às preferências manifestadas em pesquisa dirigida aos assinantes. Um editorial de custo de aquisição baixíssimo e de obras entregues à domicílio!

ALIANÇA BRASIL - ESTADOS UNIDOS —1937/1945 - Frank D. McCann Jr.

- O laureado "brasilianist" já tem publicado, em nosso idioma, o livro "A Nação Armada - Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro". PhD em História, Chefe do Departamento de Pesquisa Histórica da Universidade de New Hampshire, lecionou, também, História Militar na Academia Militar de West Point. Surge agora, em português, "ALIANÇA BRASIL - ESTADOS UNIDOS" (1937/1945), onde se analisa o relacionamento diplomático do Brasil com os Estados Unidos (especialmente as projeções na área político-militar) numa época e situação internacionais de conflitos generalizados que culminaram com a 2ª Guerra Mundial. Revelações inéditas dos diálogos entre Roosevelt e Vargas, a propósito de interesses comuns ou divergências nacionais, são apresentados pelo autor. Editado originalmente pela Universidade de Princeton, recebeu os prêmios "Stuart L. Bernath" e "Bolton".

NAPOLEÃO E O BRASIL - Donatello Grieco

- Agora novamente acessível à leitura (a 1ª edição é de 1935 e há muito esgotada), é uma fundamentada pesquisa histórica onde as influências napoleônicas, em determinado momento do nosso passado, são apresentadas em estilo vivo e muito agradável. O sabor é de crônica mas a fundamentação do trabalho a faz peça firme de História, como se vê no capítulo inicial - "Napoleão—Inspirador de Duas Condições Pernambucanas". Ainda, da mesma forma, no episódio que relata o plano de resgate de Napoleão em seu cativeiro de Santa Helena, para fazê-lo governante do Brasil.

HISTÓRIA DOCUMENTAL BRASILEIRA - Theresinha de Castro

- Como sugere o título, o livro é o que se pode chamar um "Compêndio de História Documentada do Brasil". Uma criteriosa seleção e apresentação de documentos e escritos sobre as origens e a evolução da nossa sociedade, desde a época dos descobrimentos até os dias atuais, ou seja, o último governo eleito da República. Uma fonte permanente para consultas. Prefácio do Professor Vicente Tajajós.

ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA - Arlindo Vianã Filho

- Apresentação dos delineamentos de uma real e possível estratégia naval brasileira e os princípios de sua aplicação, assentados sobre a nossa singular experiência histórica. O autor, oficial-general de nossa Marinha de Guerra, foi diretor da Escola de Guerra Naval e coordenador do Curso de Política e Estratégia Marítimas. É uma leitura para todos os públicos interessados nos problemas estratégicos nacionais.

PILARES DA DISCORDIA - Sérgio Paulo Muniz Costa

- Uma análise atual e criteriosa dos conflitos e das tentativas das sociedades em busca de uma ordem internacional. A inserção do caso brasileiro no quadro geral analisado é outro destaque no texto, todo ele apoiado em rica bibliografia. O Embaixador Roberto Campos assina o prefácio.

O BRASIL E O COMÉRCIO INTERNACIONAL - Francisco de Assis Grieco

- A partir de uma breve e objetiva apreciação histórica da evolução do comércio internacional, o autor, com o respaldo de uma formação universitária e do exercício de funções públicas e privadas relativas à atividade - estuda não só o processo de regionalização predominante em nosso comércio externo mas as associações dele a um intercâmbio global. Leitura com atualidade e com projeções muito úteis ao equacionamento dos problemas da nossa balança comercial.

RIO BRANCO - VIDA E OBRA - Afonso de Carvalho

- Nova edição, revista e atualizada, de antigo e esgotado lançamento da BIBLIX. O autor - o saudoso Afonso de Carvalho, intelectual e soldado de escol - proporciona ao leitor uma exuberante biografia do nosso Grande Chanceler. Nela se interligam - como não podia deixar de ser - a história de uma vida e a história de uma época de nossa nacionalidade. Prefácio do General Jonas Correia, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

A FARSA IANOMÂMI - Carlos Alberto Menna Barreto

- O crítico problema da posse de terras habitadas por grupos indígenas e sua demarcação legal continua em debate. Direitos de minorias e preservação de interesses nacionais maiores, razão de conflitos? Qual a solução harmoniosa de acomodação? Haverá interesses alienígenas a interferir no quadro em pauta? O leitor encontrará na obra as respostas que o autor - um estudioso do tema - apresenta segundo as perspectivas de sua análise e das suas experiências de serviço na Amazônia. Prefácio do general Carlos de Meira Mattos.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA - Praça Duque de Caxias, 25
Palácio Duque de Caxias, 3º andar - Ala Marçílio Dias
CEP 20221-260 - Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 253-4637 e Telefax: (021) 253-7535.

**ASSINATURA DO
EDITORIAL /1995
R\$ 99,00**

Diretor
Gen Bda Luiz Edmundo Montedônio Rêgo
Editor
Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho
Redator
Cel Eng EM Virgílio da Veiga

Conselho Editorial
Cel Inf EM Clóvis Purpur Bandeira
Cel Inf EM Hélio Ribeiro Alves
TC Com EM Vitor Eduardo de Souza Alves
TC Cav EM José Eduardo de Macedo Silva
TC Inf EM João Henrique C. de Freitas
TC Com EM João de Azevedo
TC Eng EM Wandecyr Edy Mori Romero
TC Art EM Juarez Aparecido de Paula Cunha

DISTRIBUIÇÃO
Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 9º andar
Ala Marquês Dias
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 20221-260
TEL.: (021) 253-7535

EDITORACÃO e PRODUÇÃO GRÁFICA
PENELUC Prod. Gráf. e Publicidade Ltda.
Tel.: (021) 533-0625 — Fax (021) 220-1782

REVISÃO
Renato di Stasio
José Lívio Dantas

PUBLICIDADE
ENREVISTAS Prod. Gráf. e Publicidade
Tels.: (021) 281-5822 - 581-2722 - 581-7869
Fax: 581-6757

REDAÇÃO
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR
DO EXÉRCITO
Praça General Tibúrcio, 125 - Rio de Janeiro, RJ
BRASIL - 22280-270
Tel.: (021) 542-5646 - Ramal 204 e 205
FAX (021) 542-5454

ADMINISTRAÇÃO
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - Térreo - Rio de Janeiro, RJ
BRASIL - 20221-260
Tel.: (021) 253-4628

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da ECEME e do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Accepta-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser datilografados em laudas com 30 linhas, em espaço duplo e, no máximo, com 72 batidas por linha, acompanhadas de uma síntese do currículo.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ASSINATURAS e VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS
A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração - Tel.: (021) 253-4628. As importâncias correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome de "A Defesa Nacional".

Assinatura Anual:
Brasil — R\$ 20,00
Exterior — US\$ 50,00



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

SUMÁRIO

Editorial	1
Quanto Custou ao Brasil a Segunda Guerra Mundial?	5
<i>Germano Seidl Vidal</i>	
Italia (1945-1995) : Meio Século Depois	25
<i>Therézinha de Castro</i>	
O Fim do III Reich	33
<i>Almir dos Santos</i>	
O Serviço Militar Face às Doutrinas Estratégicas	41
<i>Antonio Eduardo Queiroz Martins Barrento</i>	
As Forças Armadas no Século XXI	55
<i>Luiz Paulo Macedo Carvalho</i>	
Forças Armadas Portuguesas — Fatores e Elementos Geopolíticos e Geoestratégicos nos Princípios de 1995	67
<i>J. Lopes Alves</i>	
As Forças Armadas Brasileiras Pós-Revolução de 31 de março de 1964	81
<i>Luiz Fernando Walther de Almeida</i>	
A Guerra de Angola — UNAVEM	99
<i>José Carlos dos Santos</i>	
Contribuição Paulista ao Combate à Revolução na Armada (1893-1894) e a Guerra Civil (1893-1895)	119
<i>Cláudio Moreira Bento</i>	
A Construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas nos Pelotões de Fronteira da Amazônia	141
<i>Dorival Huss e Paulo César Pellanda</i>	
Comentários	153
Informações	157
Destaques da Imprensa	165

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redação: Princesa Tereza - VENEZUELA - ALIANÇA - ARTEFATO LUTAR DE CANTABRIA - 1. DE OUTUBRO 1913

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Barão das Flores, Estêvão Leitão de Carvalho, Joaquim de Sales, R. J. Guimarães, Francisco de Paula Costa, Manoel Clemente, Lima, Carlos Paes, Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pinheiro Costa, Carlos Figueiredo, Canôdo, Amado Vellozo, Manoel de Lacerda.

(Fac-simile da portada do Nº 1, Ano 1 — 10/10/1913 de "A Defesa Nacional")

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Div Carlos Patrício Freitas Pereira

Diretor-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Ten Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro

1º Ten QAO Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt

Conselheiros

Cel Art EM Luiz de Alencar Araripe

Cel Art EM Amerino Raposo Filho

Conselho Fiscal

Cel Inf EM Raul Roberto Musso dos Santos

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

Ten Cel Inf Antônio Gonçalves Meira

Suplentes

Cel Cav EM Davis Ribeiro de Sena

Cap QAO Justo Hélio Monteiro

1º Ten QAO Anísio Coelho de Souza



NOSSA CAPA

Desembarque do 1º Escalão da Força Expedicionária Brasileira no porto de Nápoles, Itália, em 16 de julho de 1944, cujos 50 anos de vitória sobre o nazi-fascismo foram comemorados a 8 de maio do corrente ano. Em primeiro plano, vê-se o então Tenente de Artilharia Tomás Walter Iwersen, seguido de outro artilheiro Tenente Cândido Manoel Ribeiro.

Foto de arquivo do Serviço Cine-foto do Exército



A DEFESA NACIONAL

Quanto Custou ao Brasil a Segunda Guerra Mundial?*

Germano Seidl Vidal**

O tema de que nos ocuparemos é interrogativo, pois traduz minha perplexidade quando o levantei, em ensaio, publicado no *Mensário de Cultura Militar*, editado pelo Estado-Maior do Exército, em 1963.¹ Recentemente, esse ensaio foi transcrito, *ipsis literis*, na *Revista da Escola Superior de Guerra*, em 1990.²

**** Coronel do Exército, sócio-efetivo do IGHMB e ex-Integrante da Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália (1944-1945).**

Redescobrimo o assunto para as comemorações do cinquentenário do término da Segunda Guerra Mundial, estimulado pelo IGHMB, não sei dizer se há hoje uma resposta cabal a tão importante indagação.

CUSTO DA GUERRA PARA OS PRINCIPAIS CONTENDORES (1939-1945)

Há um balanço final nas guerras modernas, trágico e desolador, no qual cada país beligerante enumera as parcelas que constituem o seu ônus a Marte. Da Primeira e da

* Selecionado pelo PADECEME.

¹ Exemplar março-abril de 1963 — Ano XV — Números 173-174, folhas 93 a 109.

² Exemplar nº 15 — Ano VI — 1990, folhas 209 a 230.

Segunda Grandes Guerras, os dois conflitos que convulsionaram, inicial e sucessivamente, o globo terrestre, conhecem-se dados do que custaram a cada principal contendor. Assim, por exemplo, colhemos as seguintes informações:

• *"Em dezembro de 1945, James H. Brady e a American University estimaram os gastos totais da Segunda Guerra Mundial em US\$ 1.154.000.000.000 e calcularam os danos em propriedade em US\$ 230.900.000, excluindo a China."*³

• *"Estados Unidos — US\$ 317.600.000.000; União Soviética — US\$ 192.000.000.000; Reino Unido — US\$ 120.000.000.000; Alemanha — US\$ 272.000.000.000; Itália — US\$ 94.000.000.000; Japão — US\$ 56.000.000.000"*.⁴

• *O custo militar direto para os Estados Unidos da América, relativamente à mobilização de 12 milhões de homens e ao suprimento de guerra para seus aliados, foi de aproximadamente US\$ 350.000.000.000 entre 1939 e 1946."*⁵

No Brasil, entretanto, desconhece-se a existência de um dado oficial que englobasse os seus gastos e prejuízos com a Guerra de 1939-1945, da qual participamos ativamente. Existe, diversificada literatura sobre as despesas públicas, comércio exterior, aspectos econômicos, consequências, relatórios, prejuízos ao patrimônio ou reparações, ligados aos gastos bélicos, traduzindo setorialmente informações sobre os nossos problemas durante o conflito mundial e as suas fa-

ses preparatória e conseqüente. A falta de dados globais, especialmente os de caráter oficial, deixa ao pesquisador o arbítrio de um julgamento perante a História, no sentido de fazer a contabilidade hipotética de nossos gastos e prejuízos na Segunda Guerra Mundial, como há 32 anos tentamos fazer, e agora, ampliamos essa tentativa, pelo afloramento de questões nela envolvidas.

LEI DE EMPRÉSTIMO E ARRENDAMENTO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E CORRESPONDENTES ACORDOS COM O BRASIL (1941-1942)

São significativos os registros seguintes:

"Nas Ilhas Britânicas, não havia armamento suficiente para reequipá-las e menos para armar a Guarda Nacional, mobilizada a toda pressa, para o eventual desembarque alemão."

Os Estados Unidos ainda não tinham capacidade de produção. Os únicos aviões e canhões disponíveis para embarque imediato eram aqueles que constituíam os próprios estoques da Marinha e do Exército."

O arranjo de cash and carry não podia funcionar por muito tempo. A queda da França comprometeu seriamente as encomendas feitas [...] Os Estados Unidos começavam a fornecer, a todos que combatessem o Eixo, os armamentos de que precisavam [...] É quando Roosevelt propõe ao Con-

3. *Encyclopedia Americana* — pág. 560 volume 21.

4. *Op. cit.* 1.

5. *Encyclopedia Britannica* — pág. 7.938 volume 23.

gresso a Lei de Empréstimo e Arrendamento, cuja amplitude fez tremer os senadores americanos. Mas, sem ela, não teria sido ganha a guerra."

"A Discussão do projeto que o Secretário da Câmara carimbou com a marca H. R. 1776, foi a última fase de um debate nacional que vinha se processando, com vigor crescente [...]. Propunha um amplo princípio de política externa e apresentava o método capaz de torná-la exequível [...]. Alcançava qualquer país cuja defesa o Presidente dos Estados Unidos considerasse vital para a defesa dos Estados Unidos" (grifo nosso).

"O projeto autorizava o Presidente a vender, transferir, trocar, arrendar, emprestar ou, de qualquer forma, dispor de qualquer artigo de defesa, em benefício de qualquer nação cuja defesa ele considerasse vital para a segurança dos Estados Unidos."⁶

Essa lei foi aprovada pelo Congresso Americano, em 11 de março de 1941, e deu margem ao Acordo de Empréstimo e Arrendamento entre o Brasil e os Estados Unidos, de 1º de outubro de 1941, que veio a ser modificado, para vantagem mútua, em 3 de março de 1942, acordos esses conhecidos como *Lend-Lease*.

Pelo Acordo, os Estados Unidos se propunham a fornecer armamentos e munições de guerra até o valor aproximado de US\$ 200 milhões, estabelecendo um desconto de 65% sobre o preço de tabela do material entregue.

As condições de pagamento parcelado estabeleciam que a primeira parcela não poderia ser superior a US\$ 11,6 milhões, até

01.01.1943, e as seguintes nunca superiores a US\$ 70 milhões antes de 01.01.1948.

Os Estados Unidos tinham garantia total na execução do Acordo, até mesmo quando, "sobrevindo circunstâncias", viessem a necessitar do material de defesa ou de informações que o Brasil estivesse em condições de atender — vale dizer, devolver ou simplesmente informar...

Na execução do Acordo, dois registros históricos nos parecem sumamente interessantes, em particular pela seriedade das fontes aqui citadas.

Frank D. Mc Cann Jr, nos diz, em obra publicada em 1973, o seguinte:

"Ao mesmo tempo, os Estados Unidos estavam recompondo seu Programa de Empréstimo e Arrendamento para suprimento de armas como meio de assegurar a hegemonia americana sobre o Hemisfério Ocidental, incluindo o Brasil."⁷

O Tenente-Coronel Newton Corrêa de Andrade Mello, desbravando o intricado problema que nos propusemos explorar, teceu, em conferência proferida em 1958, na ABI, considerações importantes:

"Não exageramos afirmando que a guerra dessangrou a nossa já frágil economia. O mar nos tragou mais de trinta navios, num total aproximado de cem mil toneladas, debilitando de tal sorte a nossa Marinha Mercante que até hoje não conseguiu ela recuperar-se. A Armada perdeu três navios, entre os quais um dos cruzadores que possuía. Mais de duas mil vidas foram ceifadas em terra, no ar e no mar. A Lei de Empréstimo e Arrendamento que permitiu a

6. SILVA, Hélio. 1942, *Guerra no Continente*, Editora Civilização Brasileira, 1972.

7. McCANN, Frank D. Jr., Princeton University Press. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*.

revitalização de nossas Forças Armadas, o equipamento da FEB e a sua manutenção em campanha, custou-nos a cifra de US\$ 361 milhões cuja última parcela foi paga no dia 1º de julho de 1954, em cerimônia realizada no Departamento de Estado Americano".⁸

O incremento da cooperação político-militar com os Estados Unidos da América, a partir do *Lend-Lease*, levou a assinatura de um convênio,⁹ em 23.05.1942, mantido secreto por conveniência dos dois governos, "estabelecendo que aquela cooperação, para proteção de ambos os países e do Continente, deveria continuar até desaparecerem os efeitos do atual conflito". Referia-se, então, à Resolução aprovada na III Reunião dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em 28.01.1942, no Rio de Janeiro. Nos seus vinte artigos são delineadas as condições de emprego das respectivas Forças Armadas, acompanhadas por duas comissões, técnico-militares mistas brasileiro-americanas. Fixam, ainda, que as Bases Navais e Aéreas no território brasileiro poderão ser guarnecidas por forças dos Estados Unidos da América, a pedido do Governo brasileiro (art. IV). Para o escopo de nosso trabalho, convém ainda lembrar o Art. XIII, transcrito a seguir:

"Os Estados Unidos da América facilitarão imediatamente a aquisição para o Brasil de material já requisitado de material bélico que for necessário para completar as suas formações de guerra e, ainda, os materiais indispensáveis para o desenvolvimento de suas indústrias militares e de suas

redes ferroviárias nas zonas prováveis de operações."

Esse convênio teve arremate, no pós-guerra, com o "Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos da América", assinado em 15.03.1952, somente ratificado em 08.05.1953 e promulgado, publicamente, no Brasil, pelo Decreto número 33.044, de 15.06.1953 (D.O. de 23.06.1953). Nele há um dispositivo, pouco conhecido, que restringe o uso dos armamentos por nós recebidos, excluindo o emprego em missões constitucionais de segurança interna. Diz o inciso 2 do Art I: "*Cada governo se compromete a fazer uso eficaz da assistência recebida do outro, de conformidade com este Acordo, no sentido de pôr em execução os planos de defesa aceitos por ambos que determinem a sua participação em missões relevantes para a defesa do Hemisfério Ocidental e não utilizará essa assistência para fins diversos daqueles para que foi fornecida, sem prévia anuência do outro governo*". (O grifo é nosso.)

NOSSOS GASTOS E PREJUÍZOS COM A GUERRA (1942-1945)

Recolhemos durante a pesquisa, retratada no artigo já mencionado, em 1963, de fontes variadas, valores que tratam parcialmente a questão. Nesse elenco de variáveis econômico-financeiras, distingüimos duas clas-

8. MELLO, Newton Corrêa de Andrade, Ten Cel. *Causas e Consequências da Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

9. Arquivo de Getúlio Vargas, Vol. XXXVII, Doc. 70, secreto.

ses de informações: a primeira inclui os valores tangíveis, dos quais registramos as cifras na moeda corrente à época da pesquisa (real ou réis e cruzeiros), para cuja conversão em dólares americanos nos esforçaremos por produzir, com ressalvas de eventuais im-

precisões...; a segunda classe de informações é um mero arrolamento de custos e prejuízos indiretos, também significativos mas de difícil contabilização.

Os Quadros de 1 a 4, a seguir, registram os dados (tangíveis e intangíveis) pesquisados.

QUADRO 1: Gastos e Prejuízos Tangíveis

GRD	Discriminação	10 Cr\$	10 ³ US\$*
01	NOTA DE PREJUÍZOS DO GOVERNO BRASILEIRO, s/incluir desp. de guerra.	1.500.000	78.000
02	LEVANTAMENTO GLOBAL EFETUADO PELO TEN- CEL MANOEL THOMAZ CASTELLO BRANCO. Danos materiais e pessoais (inclui 01-06-07).	21.000.000	1.091.000
03	DANOS SOFRIDOS PELA MARINHA MERCANTE (1942-1943).	750.000	38.961
04	RECLAMAÇÕES BRASILEIRAS — danos pessoais e patrimoniais, despesas orçamentárias de guerra, etc.	7.900.000	410.389
05	DANOS DIVERSOS ÀS CIAS. DE NAVEGAÇÃO — cargas perdidas, seguros, danos pessoais, etc.	563.000	29.246
06	ORÇAMENTOS DOS MINISTÉRIOS MILITARES (1942-1945) — detalhados no Quadro 2.	12.662.873	657.812
07	LEND-LEASE (1941-1945).	6.498.000	361.000
08	CUSTOS TANGÍVEIS AINDA NÃO CONTABILIZADOS — Relação no Quadro 3.

* Conversão para o valor de compra em US\$, à época, fornecido pelo Banco Central em maio de 1995, exceto GRD 07, *Lend Lease*, convertido ao câmbio oficial.

FONTES

1. CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz, Ten Cel. *O Brasil e a Segunda Guerra*, Bibliex, 1957.
2. CALÁBRIA, Mário. *O Problema das Reparações de Guerra*, MRE, 1948.
3. VIDAL, Ademar. *Reparações de Guerra*, MRE, 1952.
4. OLIVEIRA, Antonio Camilo de, Embaixador. *A Política Exterior do Brasil, em Particular em os EUA*, ESG, 1956.

QUADRO 2: Orçamento dos Ministérios Militares durante a Segunda Guerra Mundial

Anos	Verbas Orçamentárias Cr\$	Créditos Suplementares Cr\$	Total Cr\$	Total US\$ equivalente*
1942	1.488.199.257,00	592.300.996,00	2.080.500.523,00	107.131.849,79
1943	1.800.868.236,00	1.236.896.799,00	3.037.765.035,00	156.424.564,11
1944	2.436.915.421,00	1.508.966.181,10	3.945.881.602,10	204.980.862,45
1945	2.813.940.643,00	784.785.868,30	3.598.726.511,30	186.946.831,76
Total	8.539.923.827,00	4.122.949.844,40	12.662.873.671,40	657.811.584,42

* Acrescida ao trabalho original por G.S.V. taxas de valor de compra do US\$, à época, fornecidas pelo Banco Central, em maio de 1995.

FONTE

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz, Ten-Cel. *O Brasil na Segunda Grande Guerra*, Bibliex, Rio, 1960.

QUADRO 3: Gastos e Prejuízos Tangíveis Ainda não Contabilizados

GRD	Discriminação	Custo Estimado
01	ALTERAÇÃO DA ORDEM DE BATALHA PARA DEFESA DO TERRITÓRIO NACIONAL	
02	MOBILIZAÇÃO MILITAR (PESSOAL E MATERIAL)	
03	PAGAMENTO EM MOEDA FORTE AOS CONTINGENTES NO EXTERIOR (INCLUSIVE A FEB)	...
04	EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS ESTRATÉGICOS INCLUSIVE ALIMENTOS, A PREÇOS FIXADOS PELO COMPRADOR	...
05	AFRETAMENTO DE 12 NAVIOS AO PREÇO DE US\$ 1,00 MENSAL POR UNIDADE E COMPROMISSO DE DESTINAR 23 DOS QUE NOS RESTAVAM AO TRÁFEGO C/EUA	...
06	CESSÃO DE BASES AÉREAS E NAVAIS NO NORTE E NORDESTE DO BRASIL	...
07	EFICAZ CONTRIBUIÇÃO MILITAR NA CAMPANHA DA ITÁLIA	...
08	SERVIÇO DE PATRULHA E COMBOIO DE NOSSA MARINHA DE GUERRA	...
09	VIGILÂNCIA TERRESTRE E AÉREA DE NOSSA COSTA	...
10	CUMPRIMENTO AOS TRATADOS VIGENTES DE DEFESA COMUM AO HEMISFÉRIO	...

OBSERVAÇÃO — A colocação do sinal ... na coluna do "Custo Estimado" significa que o dado pode ser produzido, em face da realidade dos acontecimentos e um trabalho maior de pesquisa e avaliação, obtendo os valores ditos "tangíveis".

QUADRO 4: Ônus Intangíveis a Levar em Conta

GRD	Discriminação	Ônus
01	RACIONAMENTO INTERNO (alimentos e combustíveis), com restrição ao consumo interno de proteínas;	—
02	CONGELAMENTO DOS SALDOS COMERCIAIS NO EXTERIOR (área do dólar e da libra);	—
03	EMIÇÃO PARA FINANCIAR A PRODUÇÃO DOS PRODUTOS EXPORTADOS E A MANUTENÇÃO DE ESTOQUES AGRÍCOLAS NO BRASIL E NO EXTERIOR;	—
04	RESTRIÇÕES AO "IR e VIR" DA NOSSA POPULAÇÃO;	—
05	NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM SOB CONSTANTE AMEAÇA E BAIXAS EM PESSOAL E MATERIAL;	—
06	PERDA DOS TRADICIONAIS MERCADOS DE EXPORTAÇÃO BRASILEIROS E SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTOS DE NOSSA PAUTA POR OUTROS CONSIDERADOS ESTRATÉGICOS PARA NOSSOS ENTÃO ALIADOS.	—

OBSERVAÇÃO — A colocação do sinal "—" na coluna "ônus", significa que os mesmos foram considerados "intangíveis", ou seja, de impossível valorização, tantos foram as repercussões, diretas ou indiretas, dos fatos relacionados, na vida nacional, em particular da sua população (em 1940, tínhamos 41.165.289 habitantes, sendo 20.582.099 do sexo feminino e 20.583.190, do masculino, dos quais 53% de jovens menores de 20 anos).

PERDAS MARÍTIMAS BRASILEIRAS (1942-1945)

Constituímos um tópico à parte para tratar dessas perdas, dado o elevado número de navios torpedeados, o sacrifício elevadíssimo de pessoal e a extrema dedicação da nossa Marinha Mercante e de Guerra em bem cumprir suas tarefas na manutenção do transporte marítimo de coletagem e de suprimento aos Aliados.

Nos dois expressivos quadros a seguir, sintetizamos informações preciosas, arroladas a partir da liberação dos arquivos secretos da Marinha alemã e divulgadas pelo Almirantado Britânico, ampliadas com pesquisas realizadas há tempos no Serviço de Documentação da Marinha Brasileira e outras fontes fidedignas. Neles, o volume de dados expressos nos dois quadros e sua evidente dramaticidade, dispensam, no momento, comentários adicionais.

NOTA — Ao rever esta matéria para edição, deparei-me com testemunho interessante sobre *Os Submarinos Alemães*, publicado em 1987 pelo INCAER e organizado por José Lins de Melo, com participação de oficiais egressos do CPOR/Aer e convocados para a guerra. Nele, Alberto Martins Torres, piloto do *Catalina*, que afundou o *U-199*, em 31.07.1943, confirmado pelo recolhimento dos sobreviventes (o comandante, três oficiais, e oito marinheiros), faz revelações interessantes sobre a atuação dos submarinos alemães, na costa brasileira, em 1943.

Destacamos as seguintes:

• Em 25.06, o *U-513* afundou um petroleiro solitário americano, o *Eagle*, a poucas milhas de Cabo Frio. O mesmo *U-513* afundou, em 30.06, um navio de cabotagem brasileiro e o cargueiro americano *Elihu B. Washburn*, perto do Rio de Janeiro.

• Nos dias 12 e 15.07, o *U-172* afundou um navio inglês a 225 milhas ao sul de Cabo Frio e um cargueiro americano exatamente no paralelo do Trópico de Capricórnio;

• Na noite de 3.07, o *U-199* abateu um avião *Martin-Mariner-PBM* norte-americano, que o atacava com o auxílio de pára-quedas luminosos, quando navegava na superfície. Houve perda de toda a tripulação do avião;

• O *U-192* afundou um cargueiro norueguês em 16.07 e, um inglês, no dia 24;

• O *U-513* afundou em 16.07 um cargueiro americano, procedente de Buenos Aires, com preciosa carga de tungstênio, a 120 milhas de Florianópolis;

• No dia 19.07, um avião *PBM* norte-americano — deslocado para Florianópolis — fez contato com o *U-513*, afundando-o, sendo recolhidos seis tripulantes pelo destróier *Barnegat*, da Marinha americana;

• Seu companheiro, o *U-199* afundou um navio mercante inglês no dia 24.07, rumando para o norte, para se reabastecer de um submarino-tanque. Teve pouca sorte no caminho ao entrar na área intensamente patrulhada ao largo do Rio de Janeiro. Atacado por um *Hudson* brasileiro, teve perda de seus melhores artilheiros. Depois, interceptado pelo *Catalina* de Torres e um *PBM* americano, afundou com o impacto de dois lançamentos seguidos de cargas de profundidade do primeiro.

Além do relato dos Torres, vim a conhecer o do Paulo Pinto (Cel Av RR), publicano na *Revista Aeronáutica* (nº 207, março/abril de 1995) sobre o título "Aviões Brancos do Atlântico Sul — Parte II". Diz ele: "O VP-83 (depois VP-107), como primeira unidade de patrulha americana a efetivamente basear-se no Brasil (Parnamirim-Natal/RN), recebeu uma missão hercúlea: patrulhar a rota dos navios do cabo Orange até Salvador. Nesse desiderado, ele atuou, de 7 de abril de 1942 a janeiro de 1945, quando foi transferido para a Inglaterra. No período, o VP-83/VP-107 tinha afundado nove submarinos inimigos (*U-164*, *U-507*, *Archimedes* italiano, *U-598*, *U-604*, *U-848*, *U-849*, *U-177* e *U-863*). Esse recorde só foi suplantado na Segunda Guerra Mundial, pelos Esquadrões 120 e 206 da RAF, que afundaram, no Atlântico Norte, quatorze e doze submarinos, respectivamente.

Ao todo, o VP-107 perdeu em combate 36 tripulantes em sua operação no Brasil.

QUADRO - INFORMATIVO DAS PERDAS DE NAVIOS BRASILEIROS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL¹⁰

Navio Posições (a)	Comandante de Navio	Tonelagem	Data e hora de Berlim	Localização	Submarino	Comandante do submarino	Mortos	Salvos
1942								
1. Buarque	J. J. de Moura	5.152	15/02 — 04h45min	36°35' N — 75°20' W	U-432	Schulze	1	64
2. Olinda	J. Benedito	5.085	18/02 — 18h07min	37°30' N — 75°00' W	U-432	Schulze	—	46
3. Cabedelo	P. V. Silveira	3.537	23/02 — ...	16°03' N — 49°00' W	Da Vinci	Lungaresi-Catani	54	—
4. Aracaju	A. A. Prado	7.874	07/03 — 21h10min	35°15' N — 73°55' W	U-155	Piening	1	30
5. Ceira	J. M. Poggiano	5.132	09/03 — 02h25min	39°10' N — 72°02' W	U-94	Iles	53	86
6. Penedas	R. F. Diegoli	6.692	01/03 — 20h46min	10°12' N — 57°16' W	U-162	Waltenberg	7	65
7. Cmt. Lica (b)	S. Oliveira	5.052	18/03 — 22h30min	02°59' N — 34°10' W	Barbeiro	Grossi	2	30
8. Gonçalves Dias	J. B. Figueiredo	4.996	24/03 — ...	16°09' N — 70°00' W	U-502	Van Rosenzweig	6	46
9. Alegrete	B. C. de Souza	5.970	01/04 — 21h51min	17°40' N — 61°50' W	U-156	Hartenstein	—	64
10. Paracuri	—	300	03/04 — ...	17°30' N — 68°34' W	U-159	Wine	—	—
11. Não Ident.	—	—	03/04 — ...	—	(c) U-159	Wine	—	—
12. Pedrinhas	E. M. Vidal	3.666	26/04 — 23h17min	23°07' N — 62°06' W	U-203	Marczburg	—	48
13. Tamandaré	J. M. de Oliveira	4.942	26/01 — 08h15min	11°34' N — 60°50' W	U-66	Markworth	4	48
14. Piave	R. F. da Silva	2.547	28/07 — 20h30min	12°30' S — 55°49' W	U-155	Piening	1	34
15. Barbacena	O. T. Cunha	4.772	28/07 — 00h40min	13°10' N — 56°00' W	U-66	Markworth	6	56

10. Elaborado pelo autor e publicado, em 1972, pelo MEC (Instituto Nacional de Cinema), no folheto explicativo do diafilme *A Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, do mesmo autor.

Navio	Comandante de Navio	Tonelagem	Data e hora de Berlim	Localização	Submarino	Comandante do submarino	Mortos	Salvos
1942								
16 Bapendi	J. S. da Silva	4.801	16/08 — 00h12min	11°50' S — 37°00' W	U-507	Schacht	270	36
17 Arariquara	L. A. Freitas	4.871	16/08 — 02h03min	12°00' S — 37°19' W	U-507	Schacht	131	11
18 Anibal	H. J. da Silveira	1.904	16/08 — 09h13min	11°41' S — 37°21' W	U-507	Schacht	150	4
19 Itagibé	J. R. Nunes	2.055	17/08 — 15h49min	13°20' S — 38°40' W	U-507	Schacht	36	145
20 Aratu	J. C. Gomes	1.075	17/08 — 16h03min	13°20' S — 38°49' W	U-507	Schacht	20	15
21 Não Ident.	17/08 — 22h37min	13°31' S — 38°36' W	U-507	Schacht
22 Jacim	...	89	19/08 — ...	14°30' S — 38°40' W	U-507	Schacht
23 Ocério	A. C. de Carvalho	2.570	28/09 — 01h10min	00°13' N — 47°47' W	U-514	Aufiemann	5	34
24 Lajes	O. S. da Silva	5.578	28/09 — 02h15min	00°13' N — 47°47' W	U-514	Aufiemann	3	46
25 Antonico	A. M. Neves	1.243	28/09 — ...	06°17' N — 52°35' W	U-516	Wiebe	16	24
26 Povo Alegre	J. P. de Medeiros	5.187	03/11 — 16h42min	35°27' S — 28°02' W	U-504	Potter	1	40
27 Aquilão	J. S. Silva	5.766	22/11 — 22h17min	13°11' N — 54°39' W	U-163	Engelmann	5	52
1943								
28 Beatoide	E. C. de Souza	6.076	18/02 — ...	12°38' S — 37°57' W	U-518	Wismann	...	50
29 Afonso Pena	S. A. Basílio	3.539	02/03 — 23h01min	16°14' S — 36°03' W	Barbarigo	Rigoli	125	117
30 Tutoia	A. A. Farias	1.125	01/07 — ...	24°42' S — 47°05' W	(d) U-515	Guggenberger	7	30
31 Pekonalide	J. P. Máximo	5.228	04/07 — ...	00°24' S — 47°46' W	U-590	Kruzer	5	37
32 Bagé	A. B. Guimarães	8.235	01/08 — ...	11°29' S — 36°58' W	U-185	Maus	28	106
33 Itapagé	A. da Berra	4.965	26/09 — ...	10°20' S — 35°45' W	U-161	Achilles	22	84
34 Costa Branco	...	299	28/09 — ...	Costa brasileira	(a) U-161	Achilles	4	6
35 Campos	M. A. Gama	4.663	23/10 — ...	24°07' S — 43°50' W	U-170	Pfeffer	12	51
1944								
36 V. de Oliveira	CF JB Rêgo	(f) 1.300	20/07 — 04h54min	22°29' S — 45°09' W	U-861	Oztop	99	145

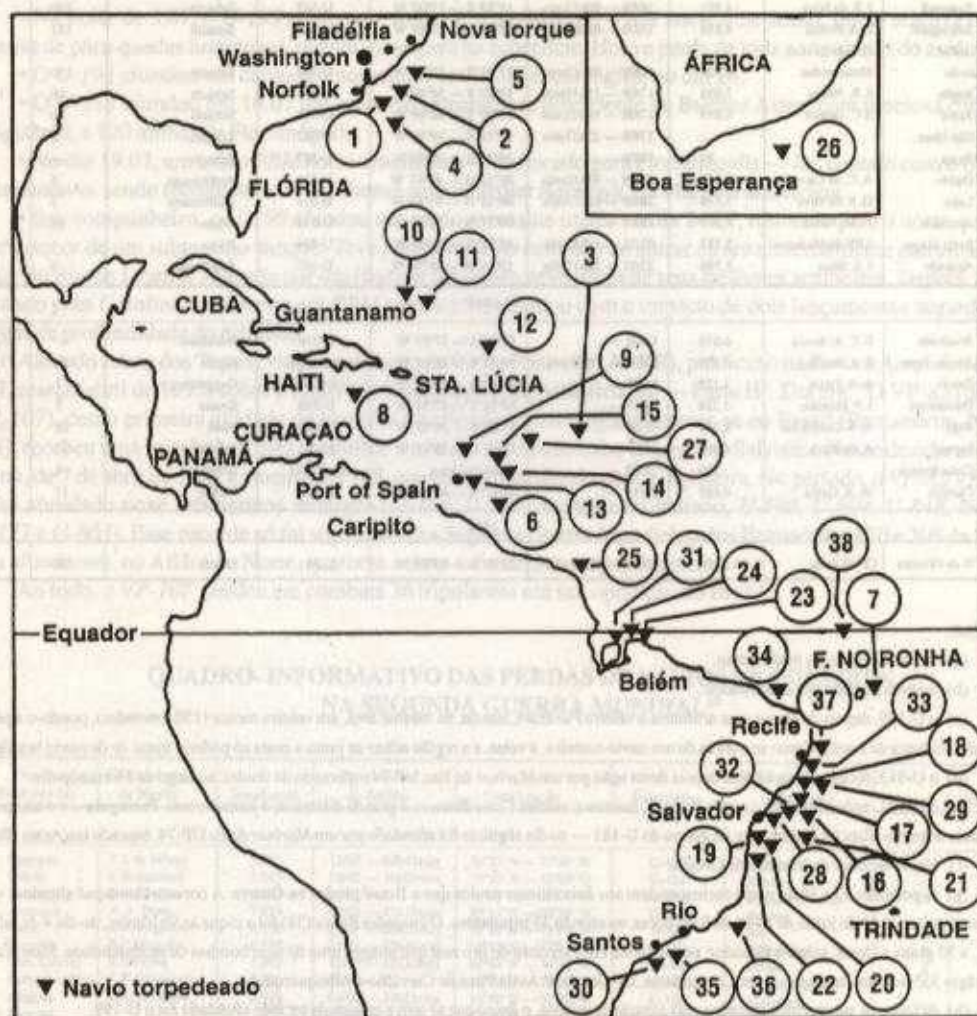
NOTAS:

- (a) Ver localização no mapa anexo.
- (b) embora torpedeado, não afundou;
- (c) O G-159, depois de atacar com artilharia o veleiro *Paracuri*, atacou, na mesma área, um veleiro menor (150 toneladas), pondo-o a pique a tiro de artilharia de bordo. Como se tratava de um navio costeiro, a vela, e a região achar-se junto a costa só poderia tratar-se de navio brasileiro;
- (d) o U-513, foi afundado 18 dias depois desta ação por um *Mariner* do Esq UP-74; operando de ténor, ao largo de Florianópolis;
- (e) o U-161, após torpedear o navio *Itapagé*, avistou o veleiro *Cine Branco*, a grande distância, e junto à costa. Perseguiu-o e o atacou com artilharia de bordo. Esta foi o último ato de guerra do U-161 — no dia seguinte foi afundado por um *Mariner* do Esq UP-74, baseado em Aratu (Bahia);
- (f) Navio-auxiliar da Marinha de Guerra;
- (g) as posições 37 e 38 do mapa correspondem aos dois últimos navios que o Brasil perdeu na Guerra. A corveta *Camaquã* afundou, virada pelo mar grosso, a 21 de julho de 1944, às 9:00 horas, morrendo 33 tripulantes. O cruzador *Bahia* (38) foi a pique às 9h10min., do dia 4 de julho de 1945, a 30 graus a Oeste, sobre o Equador, por acidente em exercício de tiro real que atingiu uma de suas bombas de profundidade. Morreram no naufrágio 333 homens, inclusive o seu Comandante, CF Garcia d'Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque;
- (h) de todos os submarinos atacados pela aviação brasileira, o único que se tem a certeza de ter sido afundado foi o U-199.
- A ação deu-se a 31 de julho de 1943, tendo a embarcação sido atingida por um avião norte-americano ao se aproximar da área do Rio de Janeiro.
- Convocada a FAB, um avião A-2 *Hudson* e um *Catalina* localizaram o submarino navegando à superfície. Atacado, o barco afundou, recolhendo-se 12 sobreviventes.

FONTES

Pesquisas publicadas com base na Lista BR 1337 do Almirantado Britânico, nos Arquivos Secretos da Marinha alemã, ampliadas com dados colhidos pelo autor no Ministério da Marinha (Museu Naval) na Associação do ex-Combatentes e no Livro de Paulo de Q. Duarte *Dias de Guerra no Atlântico Sul* — Biblioteca do Exército, 1968, Rio.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS NAVIOS BRASILEIROS TORPEDEADOS (1942-1944)¹¹



11. Publicado, em 1972, pelo MEC (Instituto Nacional de Cinema), no folheto explicativo do diafilme *A Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial*, do autor.

ACORDOS POLÍTICOS PARA O PÓS-GUERRA (1945)¹²

Quando a vitória aliada se delineava, com a Europa reconquistada, os "Três Grandes" — Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética — inauguraram uma nova Tordesilhas, definindo os limites de ocupação e as questões de pós-guerra.

Stalin dominou os entedimentos com Churchill e Roosevelt. A primeira reunião, em Yalta, obrigou o presidente americano, seriamente enfermo, a longa viagem e a negociação, em cidade russa, de precárias condições de conforto, distante duas horas do aeroporto.

O ditador russo foi enfático em dois pontos: 1º) a questão das reparações de guerra, que permaneceram indefinidas pela exigência que fez do desmonte de 80% da indústria alemã, marcou também um duplo critério a ser adotado, ou seja, que os prejuízos considerados fossem os efetivamente sofridos, e a sua correspondente eficácia na contribuição para a vitória; 2º) a quimera americana de ver o mundo sair da guerra unificado em toda fé democrática esbarrou na inabalável colocação russa: *"tudo que for libertado pela bandeira vermelha será vermelho"*.

A tentativa dos Estados Unidos de induzir a Rússia a uma intervenção no Japão também teve contraproposta desmedida: seria aceita dois ou três meses após a capitulação alemã, nos limites definidos pelo Krelim, mediante entrega de forte elenco de equipa-

mento e materiais bélicos, além das reivindicações territoriais na Ásia.

Em Potsdam, Roosevelt, já falecido, cedeu lugar a Truman, que tinha pronta e testada a bomba atômica, para derrotar o Japão, e, embora fizesse ligeira menção disso a Stalin, não sentiu surpresa do mesmo, talvez já informado por seus órgãos secretos. Nessa reunião, Churchill soube de sua derrota eleitoral — aliás, devido a tal possibilidade, ele se fez acompanhar de seu substituto como Primeiro-Ministro, Clement Attlee. Foi, então, firmada a divisão da Europa, espartilhando a Alemanha entre o Mundo Livre e o Mundo Comunista, engendrada a aliança defensiva do Atlântico Norte e perpetuada a presença de forças americanas na Europa.

O passo seguinte seria o "toma-lá-dá-cá" da Conferência da Guerra de Paris.

TRATAMENTO DAS NOSSAS REPARAÇÕES DE GUERRA

Na Primeira Grande Guerra, o Brasil teve acolhida sua tese jurídica na sessão plenária da Comissão de Reparação, em 28.07.1921, defendida pelo delegado brasileiro, Raul Fernandes, não só quanto às reclamações suscetíveis de indenização, como através de penhores em poder do Brasil (caso dos navios apreendidos).

Tal não sucedeu, entretanto, na Segunda Guerra Mundial, quando o Governo brasileiro, desejando acompanhar o dos Aliados, promulgou a Lei Constitucional nº 5, de 10 de

12. CARTIER, Raymond. *A Segunda Guerra Mundial*, 2º volume, Tradução, Rio, Primor, 3ª edição, 1977 (791 páginas).

março de 1942, que preceituava, no parágrafo 2, do seu artigo segundo:

"Declarando o estado de emergência em todo o país, pode o Presidente da República, no intuito de salvaguardar os interesses materiais e morais do Estado ou de seus nacionais, decretar, com prévia aquiescência do Poder Legislativo, a suspensão das garantias constitucionais atribuídas à propriedade e à liberdade de pessoas físicas ou jurídicas, súditos de Estados estrangeiros que, por qualquer forma, tenham praticado atos de agressão de que resultou para os bens e os direitos do Estado brasileiro, ou para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no país."

Em seguida, pelo Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, foram definidas as sanções a que ficaram submetidos os bens e direitos de súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou residentes no Brasil, respondendo, pelo *"prejuízo que para os bens e direitos do Estado brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras ou resultarem de ato de agressão praticado pela Alemanha, pelo Japão e pela Itália"*.

Assim, procedeu-se ao arresto dos bens dos súditos do Eixo, cuja liquidação foi cometida, depois da vitória, à Comissão de Reparações de Guerra, que também tratou das indenizações pleiteadas pelos nacionais.

Estudando o problema das reparações de guerra, Mário Calábria¹³ alinhou as seguin-

tes considerações relativas aos prejuízos causados ao nosso País pela última guerra:

"Os danos materiais sofridos pelo Brasil, particularmente no que diz respeito à sua Marinha Mercante, foram mais altos, na sua quantidade ou na sua proporção, isto é, totalmente ou proporcionalmente, que os de alguns países premiados pela Conferência de Reparações de Paris. A Marinha Comercial Brasileira perdeu mais de um terço de sua tonelagem bruta, que, posto em número significa 36 navios, num total de 150.209 toneladas, as quais 73% do Loide Brasileiro."

"Em março 1942, por acordos especiais com os Estados Unidos, concordamos em mobilizar todos os nossos recursos de produção e em fornecê-los àquele país amigo a preços fixados por ele próprio. Anteriormente, em 1940, por acordo assinado com os produtores de café, era-nos fixada uma quota certa de exportação do artigo, a preço também fixado pelo comprador. Seguiram-se depois a cessão de bases aéreas no Norte e Nordeste do País e a nossa própria entrada na guerra. Foi quando, à solicitação dos nossos amigos e já então aliados, consentimos em arrendar-lhes doze navios de nossa frota mercante, ao preço simbólico de dólar mensal por unidade, assumindo, nós, ao mesmo tempo, o compromisso de destinar 23 dos que nos restavam ao tráfego exclusivamente entre esse país e os portos americanos".¹⁴

O esforço do Brasil para a consecução da vitória dos Aliados foi deveras pesado,

13. CALÁBRIA, Mário. *O Problema das Reparações de Guerra*, Rio, 1948, Ministério das Relações Exteriores.

14. OLIVEIRA, Antonio Camilo de, Embaixador. *A Política Exterior do Brasil, em Particular com os EUA*, Rio, 1944, MRE.

dadas as condições de seu estágio de desenvolvimento econômico e social. O nosso empenho na luta foi reconhecido pelo nosso principal aliado, os EUA, ao que se pode depreender de sucessivos depoimentos antes, durante e depois do reconhecimento pelo Governo brasileiro do estado de beligerância com as potências do Eixo.

“Sem a produção brasileira de materiais estratégicos e a ponte aérea, os Estados Unidos não teriam cumprido as suas metas — United States War Production Board.”

Registre-se a respeito o telegrama enviado pelo presidente americano Franklin D. Roosevelt, em momento crítico, e assim redigido:

“Sr. Presidente Getúlio Vargas — Senti-me profundamente indignado pelo criminoso afundamento dos cinco navios brasileiros. Esse ato desprezível e bárbaro, em completo desrespeito a toda conduta civilizada e cavalheiresca, é completamente inútil em sua desesperada tentativa de coagir e intimidar o povo livre do Brasil, neste momento de grave ameaça ao respeito, integridade e destino dessa grande nação. Reafirmo, mais uma vez, a indissolúvel amizade do povo norte-americano e a nossa profunda gratidão pela cooperação na defesa do

*Hemisfério, de que já resultaram tantos sacrifícios ao Brasil, renovando a nossa determinação de vencer os que procuram inutilmente dominar o Brasil e a todas as outras nações. Confirmo mais uma vez que todos os meus pensamentos de simpatia estão com V. Exa, nesta hora delicada.”*¹⁵

O próprio *United States War Production Board* declarou, mais tarde, que “sem a produção brasileira de materiais estratégicos e a ponte aérea, os Estados Unidos não teriam cumprido as suas metas”¹⁶

“Passado, porém, o conflito, que aconteceu? Com uma nota de prejuízo que, sem incluir as despesas de guerra, orçava por coisa de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros, o Brasil não foi convidado a participar da Conferência que faria em Paris o rateio das cotas de reparações. Segundo critério, a respeito do qual não fomos consultados, a despeito da nossa qualidade de beligerantes, os nossos Aliados da véspera nos notificavam de que, à semelhança dos demais países latino-americanos, meros espectadores do conflito, o Brasil deveria pagar-se dos seus prejuízos, mediante incorporação dos bens alemães já penhorados para tal efeito. Debalde o Brasil protestou contra a exclusão da partilha que se ia fazer em Paris e onde a nossa presença nos fora prometida pelos acordos de Yalta e Potsdam. Manifestamos, outrossim, que a modalidade de cobrança que nos era recomendada não ressarciria os nossos prejuízos. Não se pode contestar, com

15. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*, Rio, 1944, MRE.

16. A citação foi emprestada a Graham Stuart in *Latin America and the USA* e transcrita na Conferência mencionada em (16), no texto original seguinte: “...without Brazil's production of strategic materials and bridge of planes, the United States could not have met its schedules”.

feito, que, composta principalmente de haveres pertencentes a pessoas físicas — italianas, alemãs e japonesas — residentes no País, o patrimônio penhorado já estava, de fato, incorporado à economia nacional. Com liquidar esse patrimônio e apropriar-se do produto, o Brasil iria destruir uma riqueza criada, e isso, em detrimento dos seus interesses econômicos e do seu renome como país de imigração, sem que, ademais, tal medida pudesse ter qualquer efeito no desfale que sofreramos com a guerra.”¹⁷

“O grave não era ver-nos excluídos da Conferência de Reparações, onde a nossa cota, sem o amparo dos Estados Unidos, houvera sido pequena, ou nenhuma, mesmo que levássemos à colação como parecia de regra, os bens alemães pertencentes às pessoas físicas e jurídicas, residentes ou estabelecidas no Brasil. O grave era ver-nos tratados negligentemente pelo nosso grande aliado no momento em que a nossa frota mercante se encontrava desfalcada de suas melhores unidades, em que a nossa rede de transportes terrestres padecia de um desgaste que reduziria ao mínimo a sua eficiência e em que o nosso modesto parque industrial precisava urgentemente de reequipar-se.”¹⁷

“A discriminação adotada quanto ao Brasil, no que toca às reparações de guerra, violou princípios de meridiana justiça, posto que o direito internacional, de fato reconhecido pelos Aliados, garantia-nos outro tratamento. Desde a Conferência de Yalta, cuja declaração final, datada de 11 de fevereiro de 1945 e assinada pelos ‘Três Grandes’, foi consig-

nada expressamente que, considerando os danos causados às Nações Unidas, a Alemanha estava **‘obrigada a fazer uma compensação por aqueles danos sob a forma mais ampla possível’**. Depois da vitória, novamente os ‘Três Grandes’ acordaram em Potsdam (17.07 a 02.08.1945), que a Alemanha vencida deveria recompor **‘todos os danos e sofrimentos causados às Nações Unidas’** (grifos nossos.)

A primeira consideração a ser feita, quanto à posição brasileira, é que foi o Brasil o único país que, tendo participado efetivamente da luta armada, não se viu convocado para a Conferência de Reparações de Paris.”¹⁸

A segunda consideração é que a maneira indicada para o Brasil ressarcir-se dos prejuízos da guerra não atendia aos nossos direitos.

Vale aqui notar que o arresto dos bens dos súditos do Eixo, ocorrido após a declaração de beligerância, foi feito ao arrepio das tradições jurídicas do País, o que deu margem a decisões de nossos Tribunais no exame isolado nos processos de penhora, confisco ou liquidação daqueles bens. Havia, ainda, a considerar que “...com a deflagração da guerra, foram os bens italianos postos em custódia ou seqüestrados em virtude do Decreto-lei nº 4.166/42. Mas tornando a Itália, posteriormente, não beligerante, parte de seus bens foi liberada. Tinha em vista o Governo brasileiro tornar possível o reerguimento da economia italiana, bem como facilitar a retomada das relações comerciais, dada a situação especial que a Itália assumiu com a mu-

17. OLIVEIRA, Antônio Camillo de, Embaixador. *A Política Exterior do Brasil*, em Particular com os EUA, Rio, 1956.

18. CALÁBRIA, Mario. *O Problema das Reparações de Guerra*, Rio, 1948, MRE.

dança do regime de cooperação com os Aliados na última fase do conflito".¹⁹

Tratávamos, assim, o inimigo de ontem com generosidade e altruísmo. O povo brasileiro, sacrificado pela guerra, não alimentava ódios nem discriminações, mas não recebera de seus aliados na luta pela sua liberdade e a dos demais povos o tratamento equânime que sua participação ativa na guerra exigiria. Note-se que, cinco entre quinze países contemplados no rateio da frota comercial alemã (Austrália, Egito, Índia, Nova Zelândia e União Sul-Africana) tiveram menos perdas de navios mercantes, em tonelagem bruta, que o Brasil — mesmo que abatidos os 10 navios alemães, italianos e dinamarqueses, incorporados ao patrimônio nacional pelo Decreto-lei nº 4.611/42.

Dizia ainda, em 1948, o diplomata Mário Calábria a esse respeito:

*"O Brasil tem um direito que é legítimo às reparações. Legítimo porque nasceu ao mesmo tempo que o direito considerado legítimo de todos os países convidados à Conferência de Reparções de Paris. Legítimo porque reconhecido nos textos de Yalta e Postdam e assegurado por uma participação efetiva na guerra que gerou danos e reparações: Legítimo, defensável, exigível."*²⁰

Mas não ficaram aí os nossos prejuízos e o dolo de seu não ressarcimento. O impacto da guerra sobre nossa frágil economia teria reflexos incomensuráveis.

O nosso comércio exterior de antes da guerra era feito em grande parte com a Europa, nela se situando sete dos dez países com

que, então, comerciávamos. A própria Alemanha concorria com 1/4 de nossas compras e ocupava o segundo lugar nas nossas vendas, com pequena deferência na balança comercial para os EUA.

As exigências da guerra incrementaram a diversificação de produtos de exportação, alguns essenciais para nós, como a carne, a borracha, o arroz e tecidos de algodão, outros imprescindíveis aos Aliados, como o cristal de rocha e outros minérios, o que se fez sob o regime de racionamento interno e exploração nem sempre racionalizada, cabendo aos EUA 61% do nosso intercâmbio com o exterior.

Terminada a guerra, perderam-se os antigos mercados e não se mantiveram alguns dos novos, bem como reduziu-se, outra vez, a pauta dos artigos de exportação aos produtos tradicionais (café, algodão e cacau), figurando os EUA como importadores e exportadores absolutos.

Todo o imenso sacrifício do povo brasileiro, nos penosos anos da guerra, está atestado nos saldos contábeis de nossa balança comercial de 1939-1945, bem como o reduzido déficit orçamentário impossível de ser contido, diante do fluxo inflacionário mantido através de emissões compulsórias.

"A paralisação do comércio internacional veio aumentar os estoques existentes no Brasil não somente de café como de outros produtos. Tivemos, logo no início da guerra, de emitir para financiar os agricultores, financiamento esse que foi crescendo

19. FONTOURA, João Neves da. Prefácio do livro *Reparações de Guerra*, Rio, 1952, MRE, de Ademar Vidal.

20. CALÁBRIA, Mário. *O Problema das Reparções de Guerra*, Rio, 1948, MRE.

de intensidade à medida que o bloqueio submarino apertava o cerco em torno dos aliados.²¹

*"Assim, fomos impelidos a emitir para dois fins: para financiar estoques de produtos não exportados e para adiantar aos exportadores em cruzeiros, as divisas congeladas no exterior, que atingiram somente nos Estados Unidos e Inglaterra a respeitável soma de, respectivamente, dois bilhões de dólares e 250 milhões de esterlinos" — aproximadamente US\$ 877 milhões.*²¹

SALDOS COMERCIAIS CONGELADOS NO EXTERIOR DURANTE A GUERRA

A história dos saldos da nossa balança comercial tem aspectos relevantes a considerar. O progressivo aumento de nossos saldos com os EUA foi obtido a partir de 1940 na sequência seguinte

1940	Cr\$ 3.250.000,00	US\$ 165.900
1941	Cr\$ 1.211.000.000,00	US\$ 62.198.253
1942	Cr\$ 2.851.000.000,00	US\$ 146.807.415
1943	Cr\$ 2.655.000.000,00	US\$ 136.714.727
1944	Cr\$ 2.761.000.000,00	US\$ 143.428.571
1945	Cr\$ 2.900.000.000,00	US\$ 150.469.350*

Os saldos existentes na Europa resultaram de nosso comércio na "área libra", à qual pertencia a maioria dos países do Velho Continente, tendo se elevado a Cr\$3.260.685.000 correspondentes a US\$188.087.532. Desse total, ficaram congelados em Londres 2 bilhões e 810 milhões de cruzeiros, assim distribuídos: Dinamarca, 271 milhões e 341 mil cruzeiros; Espanha, 451 milhões 717 mil cruzeiros; Inglaterra, 574 milhões 623 mil cruzeiros; Grécia, 75 milhões 150 mil cruzeiros; Holanda, 473 milhões 186 mil cruzeiros; Suécia, 153 milhões 57 mil cruzeiros; Noruega, 80 milhões 38 mil cruzeiros.

*"Justo é lembrar que os nossos saldos em Londres são provenientes de mercadorias remetidas durante e depois do conflito mundial. Em sua maioria são a carne e o arroz e o algodão. O Brasil embarcava para a Inglaterra a carne e o arroz que faltavam para o consumo de seu povo, com grande sacrifício do qual até hoje sofremos as consequências, pois, a carne distribuída em quantidade insuficiente, ainda não permitiu libertarmos-nos do racionamento. E o nosso algodão foi imprescindível matéria-prima, que tornou possível às fábricas britânicas a industrialização de um produto vendido a dinheiro e a preços altos aos clientes da Europa."*²²

21. MELO, Francisco das Chagas. *O comércio exterior e a inflação brasileiro*, Rio, 1960, DASP.

22. ALENCASTRE, Amílcar. *Comércio Exterior de Pré e Pós-Guerra*, Rio, 1957, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serv. de Documentação

* Dólares equivalentes acrescidos por GSV Taxas de compra do US\$, à época, fornecidas pelo Banco Central, em maio de 1995.

Ao quadro drástico da guerra, sob o ponto de vista econômico, devastador para a poupança nacional, some-se a liberdade como o Governo brasileiro negociou os saldos credores no exterior.

"Julgávamo-nos vencedores da contenda mundial, mas, na realidade, em breve, estaríamos pior que os nela derrotados."

"Entre muitos erros nele insertos estava o de utilizar os nossos saldos cambiais na Inglaterra para a aquisição de equipamentos e regularização da situação financeira das empresas britânicas no Brasil, o que equivale a dizer que os saldos, conseguidos dos brasileiros na grande escassez vital, graças ao acordo mencionado, iam reverter em favor dos portadores de ações das empresas inglesas desgastadas existentes no Brasil."

*"É de fato uma quinzena após a assinatura do acordo, os mencionados títulos tiveram uma alta de preços das ações de 300% na Bolsa de Londres, títulos antes desvalorizados, em baixa cotação, conseqüente de aquelas companhias nada mais significarem na realidade que um amontoado de ferro velho e máquinas obsoletas."*²²

Os saldos congelados em dólares não vieram também atender aos reclamos brasileiros. Os acordos de Bretton Woods criaram o Banco Internacional de Reconstrução, destinado a garantir empréstimos aos países sacrificados pela guerra.

*"Como aliado, comparecemos e o Brasil assinou logo o acordo de criação do Banco, contribuindo com quase 1 bilhão de dólares, reduzindo o nosso saldo a 1 bilhão e meio. Dos empréstimos concedidos pelo Banco até 1957, o Brasil figurava entre os países com os quais o Banco tinha maiores saldos e desembolsar. Os países da Europa, mais felizes do que nós, nada tinham a receber. Pelo contrário, eram devedores das seguintes quantias: França, 250,5 milhões de dólares; Holanda, 221,5 milhões de dólares e outros com menores débitos."*²³

Por nossa incúria foram, finalmente, esbanjados os saldos restantes, sem que se importassem bens de capital, indispensáveis ao saneamento de nossa economia, reaparelhamento de nossos transportes marítimos e ferroviários e ampliação de nosso incipiente parque industrial.

*"Em nenhum país do mundo estabeleceu-se liberdade de comércio em um período de transição de uma economia de guerra para uma economia de paz."*²³

A Portaria nº 7, de 1945, do Governo Vargas, que visava a disciplinar a aplicação de nossas disponibilidades cambiais, foi logo postergada, quando da redemocratização do País, sob o fundamento de falsos pregões de que ela intervinha na liberdade do comércio. Enfrentamos o pós-guerra sem um planejamento consentâneo com a realidade nacional ávidos de liberdade e do desfrute inseguro e artificial dos nossos saldos no exterior. Julgávamo-nos vencedores da contenda mundial, mas, na realidade, em breve, estaríamos pior que os nela derrotados.

22. ALENCASTRE, Almiral. *Comércio Exterior de Pré e Pós-Guerra*, Rio, 1957.

23. Citado em 22.

Antes de encerrarmos este tópico, é oportuno registrar um outro, matéria de conceituado jornal carioca, sobre a ajuda norte-americana concedida ao Brasil desde o após guerra até 1962, em confronto com aquela dada a outros países:

"Já são conhecidos alguns dados do relatório do General Lucius Clay, o 'homem Berlim' e o presidente da comissão de 'Salvaguarda do Mundo Livre'. A essa comissão Kennedy deferiu o cargo de dizer se tem valido a pena a ajuda norte-americana aos países estrangeiros e se essa ajuda deveria ou não continuar [...]. São conhecidas algumas cifras dos auxílios prestados desde o fim da Segunda Grande Guerra, de 1945 a 1962. Na lista dos beneficiados, o Brasil figura em um dos últimos lugares. A lista começa com a França, com um montante de mais de nove bilhões de dólares; a Inglaterra, mais de oito bilhões; a Itália e a Coreia, mais de cinco bilhões; a Alemanha de Bonn, e a China de Chiang Kay Check, mais de quatro bilhões; a Índia, a Turquia, o Japão e a Grécia, mais de três bilhões. Ainda figuram à frente do Brasil o Paquistão e o Vietnã do Sul."²⁴

REFLEXÕES ATUAIS

O Coronel Celso Pires, ilustre membro do IGHMB, posfaciando meu livro de me-

mórias poéticas,²⁵ distinguiu-me com um aforismo latino. *Post Hoc Ergo Propter Hoc* — o que sucede é consequência do que antecede.

Vale recordá-lo, à guisa de um comentário final nessa longa exposição, como a dizer às novas gerações: Lembrai-vos do passado!

Doutrinariamente, sabe-se que o Poder Militar pode gerar efeitos nos diversos campos do Poder Nacional: político, econômico, psicossocial e, obviamente, militar. Mas para ser poder soberano tais efeitos devem ser os traçados pela própria nação, pois, do contrário, será ele um mero **poder coadjuvante**.

Isto vem a conta de nossa eventual participação em Forças de Paz (*sic*) da ONU.²⁶ Sem assento permanente no Conselho de Segurança daquela Instituição e com nossas fronteiras econômicas espremidas pelos 7 Grandes, que se pode pretender com aquela participação?

Gastos e prejuízos em ações militares, embora eufemisticamente ditas de paz, vale mais tê-los lutando para sanar questões internas, existentes ou potenciais.

Temos manchas de pobreza e miséria correspondentes a muitas e muitas Somalias. Como país de imigração, recebemos grandes contingentes de mão-de-obra alienígena, de diferentes etnias e religiões, talvez tão conflitantes quanto servos e croatas.

24. *Diário de Notícias* — Rio, 24.03.1963 (1ª seção, pág. 7).

25. VIDAL, Germano Seidl. *Reminiscências & Quejandos — Versos (1944-1990)*, Rio de Janeiro, 1990, CBAG (edição autônoma e beneficente).

26. A ONU estava presente, no final de 94 em 16 áreas de conflito, com 78.949 homens, cujas forças já tiveram 651 baixas (*O Globo*, de 25 de dezembro de 1994, sob o título ONU Fracassa em Missões de Paz mas ainda é Insustituível. O Brasil, atualmente, mantém observadores militares em sete países (El Salvador, Guatemala, Angola, Croácia, Bósnia e Macedônia) e prepara um contingente de 1.100 homens para intervir em Angola (*O Globo*, de 21 de abril de 1995). "Mas, por enquanto, cada homem em Angola está custando a fábula de 100.000 dólares por ano (Veja, Seção Radar, pág. 45, do número de 26 de abril de 1995).

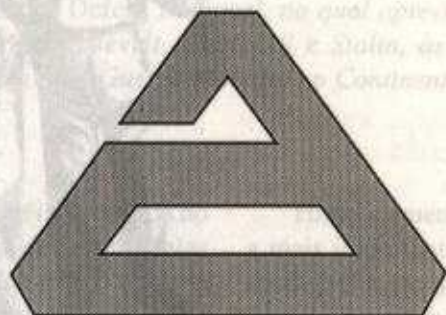
Nas nossas megalópoles existem bosões de desobediência civil, criminalidade organizada e ação paramilitar muito semelhantes às dimensões internas no Líbano.

Tudo isto constitui grave ameaça à nossa estabilidade política e entrave ao desenvolvimento econômico e à garantia de bem-estar social de nossa gente.

Além disso, devemos repensar o relevante e atual papel das nossas Forças Armadas, diante do país com fronteiras continentais de 15.749 km, abrangendo 10 países, litoral de 7.408 km, voltado para o Oceano Atlântico, e das açodadas demarcações de áreas indíge-

nas, criando parcelas restritas do território nacional em grandes extensões, incompatíveis com a população aborígine, sob a crescente pressão de inconfessáveis cobiças internacionais. Some-se a isso a tudo a perda da visão estratégica na euforia das privatizações. Voltamos ao predomínio da tecnocracia, como nos governos militares, agora sob o enfoque falacioso da modernidade.

O que seremos, no limiar do terceiro milênio, em termos de integridade e soberania, herdadas há cinco séculos, leva-nos à convicção de que, agora como nunca, somos todos responsáveis... □



AGRALE

Mais que produtos, soluções.



A DEFESA NACIONAL

Ialta (1945-1995): Meio Século Depois

Therezinha de Castro*

"Em fevereiro de 1995, comemora-se, melancolicamente, os 50 anos de Ialta, onde a ambição pelo poder se reflete, ainda hoje, no mundo que habitamos."

Assim se expressou a autora, no encaminhamento do artigo para publicação em A Defesa Nacional, no qual aprecia o encontro histórico entre Roosevelt, Churchill e Stalin, às vésperas do término da Segunda Guerra Mundial no Continente Europeu.

Na Península da Criméia, projetada no Mar Negro, então devastada pelas tropas nazistas, dos dias 4 a 11 de fevereiro de 1945, reuniam-se, no Palácio de Livadia, residência de verão dos czares russos, os então "Três Grandes" — Roosevelt, Churchill e Stalin. A Segunda Guerra Mundial estava quase no seu fim, e o trio de vencedores, não mais como aliados, iriam se encontrar para um exame da situação internacional e a conseqüente reorganização do mundo.

Historicamente, Ialta seria considerada a mais importante conferência diplomática desde o Congresso de Viena (1815), reunido para os reajustes internacionais após a derrota de Napoleão Bonaparte. Segundo seu comunicado oficial, deveriam, em Ialta, ser traçados planos para se chegar "à mais estreita coordenação do esforço militar dos três países". Em conseqüência, os três estadistas eram assessorados por representantes das Forças Armadas e respectivos ministros das Relações Exteriores: Eden (Inglaterra), Stetinius (Estados Unidos) e Molotov (URSS). Tudo para que se pusesse um fim à força do nazismo, centrada no Eixo RO-BER-

* Membro do Corpo Permanente da ESG.

TO (Roma-Berlim-Tóquio) e viesse a acomodar um Eixo Leste/Oeste em utópica fusão dialética capitalismo/comunismo.

A utopia estava justamente no garantir-se a paz num pós-guerra. E é Churchill que destaca o fato, no volume 12 do seu *The Second World War* neste trecho: “embora as três grandes potências fossem aliadas no momento e nenhuma delas pretendesse cometer um ato de agressão, em dez anos, mais ou menos, os três líderes teriam desaparecido e chegaria ao poder uma geração que, não havendo experimentado a guerra, se esqueceria do que havíamos passado”.

Por sua vez, sem nenhuma visão do que a História iria preparar, Sumner Welles, subsecretário de Estado declarava, em 28 de fevereiro de 1945, ao *The Washington Post*: “A Declaração de Ialta, aconteça o que acontecer depois, erguer-se-á para sempre como um gigantesco passo à frente para o estabelecimento de um mundo pacífico e ordeiro.”

Cinquenta anos depois, a História mostraria um esquema bem diferente.

Desejamos, em Ialta, “garantir, pelo menos durante os próximos cinquenta anos, a paz”, escreveria Churchill. A História iria transformar essa paz na “Guerra Fria”.

O ALVO ALEMÃO

Já em Ialta, a Alemanha Nazista ficava condenada ao desaparecimento. O comunicado oficial, expedido em 12 de fevereiro, ao término da reunião, determinava: “As Forças das três potências ocuparão zonas separadas da Alemanha... Chegamos a um acordo para a política comum e planos

para a rendição incondicional, cujos termos serão impostos à Alemanha Nazista após o término da resistência armada germânica.”

Essa resistência cessaria três meses depois, em maio, com os alemães adeptos de uma extrema direita, preferindo bem mais o capitalismo vencedor do que o também vitorioso comunismo de extrema esquerda. A sair de um totalitarismo de direita para um de esquerda, melhor seria um meio termo de democracia, mesmo que fosse ditada por outro continente — a América. A História, porém, reservaria para a derrotada Alemanha Nazista um outro papel — o de girar, pelo menos por algum tempo, na órbita dos dois sistemas opostos vencedores, instalados em seus territórios ocidental e oriental. Era tudo consequência do encontro de confraternização entre tropas soviéticas e estadunidenses no Rio Elba, dando-se as mãos, no dia 24 de abril de 1945.

Geopoliticamente, a Alemanha era instada a se manter no confronto de um Eixo Leste/Oeste que se formava. Dentro do enfoque geoestratégico, os Estados Unidos haviam vencido a guerra, mas na Europa conflagrada, diplomaticamente, a URSS se imporia — não participara do desembarque na Normandia no “Dia D”, para poder varrer com o Exército Vermelho toda a parte oriental.

Em Ialta não haveriam, pois, aliados, já que cada um cuidaria de tratar de seus próprios interesses, cujo comunicado oficial determinando que as potências se instalariam em zonas desmembradas da Alemanha, embora “com uma coordenação central formada pelos comandantes supremos que terão quartel-general em Berlim”. A História cuidaria de implantar, nessa mesma Berlim, um muro que anularia a utópica coordenação central.

O plano de partilha da Alemanha não sairia a gosto de Roosevelt. Em seu *The Last Battle*, Cornelius Ryan conta que o presidente dos Estados Unidos havia enviado ao Pentágono seu plano, no qual tanto Berlim quanto Leipzig ficavam do lado ocidental. A proposta deve ter sido “engavetada” e não retornou à Ialta. Ao que parece, os militares estadunidenses estavam bem mais do lado de Churchill do que de Roosevelt.

O estadista inglês não tinha maiores interesses na Europa Oriental. Sabia, por outro lado, que estavam contados os dias do poderoso Império Britânico, e que, no confronto hegemônico, a mundialização dos problemas iria ficar com os Estados Unidos e a URSS. Assim, o poder de Londres teria que se contentar com uma regionalização, para não perder de todo a sua presença no cenário político. Perseguindo tal objetivo, achou melhor, de início, aliar-se ao Kremlim, através de concessões no setor oriental, para gozar de alguma influência no ocidente europeu.

A França, que também se despidia da bipolaridade como a Inglaterra, serviria, para os Estados Unidos, como uma espécie de contrapeso, daí o convite para participar da partilha, quando os limites de seu setor alemão passariam a ser “acordados pelos quatro governos interessados, através de seus representantes na comissão consultiva européia”.

Medidas detalhadas foram divulgadas no documento oficial de declaração conjunta, sempre dentro do “inflexível propósito de destruir o militarismo alemão e o nazismo, para assegurar que a Alemanha não possa vir a perturbar outra vez a paz do mundo”. Determinava-se, por isso, em Ialta, “desarmar e dissolver todas as Forças Armadas alemãs,

eliminando para sempre o estado-maior alemão... transportar e destruir todo o equipamento militar alemão... eliminar ou controlar toda a indústria alemã que possa vir a ser utilizada para a produção militar”.

Complementava a ação contra o alvo alemão, a eliminação do Partido Nazista, suas leis e organizações, devendo “os criminosos de guerra” ser submetidos à Justiça, o que se concretizaria em Nuremberg, de 20 de novembro de 1945 até 1º de outubro de 1946. Nessa cidade da Baviera, foram julgados, por um Tribunal Militar Internacional, 24 membros do Partido Nazista e 8 Organizações acusadas por crimes de guerra; 12 foram condenados à força e 7 à prisão perpétua. O veredicto de Nuremberg permitiria à ONU definir o crime de genocídio como ato cometido com a intenção de aniquilar um grupo humano nacional, étnico, racial ou religioso, inicialmente chamado de lesa-humanidade.

Ainda contra o alvo alemão, estabelecia-se, em Ialta, uma comissão para agir no sentido de reparação aos donos causados pela guerra, determinando-se que sua sede ficaria em Moscou.

PERÍODO TRANSICIONAL

A Alemanha vencida seria retalhada, a França/Inglaterra aliadas do jogo geopolítico internacional, exigindo tudo isso, um meio-termo, numa fase de transição que ficaria à espera de nova bipolaridade — meio-termo, ou período transicional, que viesse a reger o Mundo ainda sem destino traçado.

Por isso, nascia em Ialta a ONU, mais como paliativo, muito embora o comunicado oficial a definisse como “uma organização

internacional para manter a paz e a segurança". É fato que as bases da ONU já haviam sido preestabelecidas em, Dumbarton Oaks, entre 21 de agosto e 7 de outubro de 1944, mas o documento de Ialta declara que as dificuldades surgidas lá, haviam sido resolvidas na cidade da Criméia que, abrigando os "Três Grandes", também se decidira pela convocação de uma Conferência a se realizar em S. Francisco, marcando-lhe até a data para 25 de abril de 1945, a fim de que se preparasse a sua Carta.

O continentalismo anularia, logo de início, o universalismo da ONU, já que sua Carta, para legalizar a já existente OEA (Organização dos Estados Americanos), daria legitimidade às organizações regionais e conseqüente proliferação. Para discipliná-las, porém, subordinou-as ao Conselho de Segurança que, com seu poder de veto, assegurava o principal: a supremacia dos "Cinco Grandes", apontados em Ialta, já que seu documento oficial inclui o seguinte: "O governo da China e o governo provisório da França serão consultados imediatamente e convidados a participar junto com os governos dos Estados Unidos, Grã Bretanha e URSS."

Na multipolaridade dos "Cinco Grandes", imposta por Ialta à ONU, vem bem a propósito a observação de Raymond Aron: "quando as grandes potências estão de acordo, com ou sem segurança coletiva, não há guerra". Mas a essa multipolaridade transitória iria se sobrepôr a bipolaridade Estados Unidos/URSS, e o mesmo não se poderia atribuir a esta, pois o confronto a vem caracterizando em todas as fases do processo histórico, desde a Antiguidade.

BIPOLARIDADE

Quando o mundo conflagrado ainda era dirigido por Roosevelt e Churchill, em nome dos "aliados", os dois líderes, sem a presença de Stalin, haviam se reunido, na primeira quinzena de agosto de 1941, em pleno Atlântico, a bordo do *Augusta*, cruzador estadunidense e do *Príncipe de Gales*, encouraçado inglês, para decidirem, em linhas gerais, não só sobre a liberdade nos oceanos e mares, como sobre o desarmamento seguido de "colaboração a mais completa entre todas as nações no terreno econômico, com a finalidade de assegurar para todos melhores condições de trabalho, desenvolvimento e segurança social". Em Ialta, declarava-se a fé nos princípios da Carta do Atlântico, embora com objetivos bem mais voltados para a Europa e não para o mundo, em geral.

Estava aí a semente da bipolaridade, disposta, segundo o documento de Ialta, a "ajudar os povos libertados da dominação nazista e antigos satélites do Eixo a resolver, por meios democráticos, seus prementes problemas políticos e econômicos". Por isso, os Planos Marshall (1947) e Molotov (1954) iriam se direcionar, respectivamente, para a Europa Ocidental e Oriental. E no bojo de problemas bem mais geopolíticos e geoestratégicos do que econômicos propriamente ditos se impuseram as alianças militares da OTAN (1949) e do Pacto de Varsóvia (1955).

Em conseqüência, além do alvo alemão, Ialta geraria, ainda no contexto europeu, outros dois impasses geopolíticos que são, coincidentemente, destacados no seu comunicado oficial — a Polônia e a Iugoslávia — duas peças de importância na geoestratégia

do continente, que meio século depois de Ialta ainda estão por se resolver.

A Polônia era criada "como resultado de sua completa libertação pelo Exército Vermelho", afirmava o comunicado oficial de Ialta. Libertada para se transformar, ao lado da Alemanha Oriental, numa das peças-chave da geoestratégia soviética, integradas na "Cortina de Ferro" e reunidas no Pacto de Varsóvia. No entanto, em detrimento da Alemanha Nazista vencida, a Polônia herdaria, subtraídos dela, territórios vitais, desde o célebre "Corredor de Dantzig", que era transformada em Gdansk, mas ainda o próprio núcleo geoistórico germânico — a Prússia, que dividiria com a URSS. Tudo devidamente acordado em Ialta onde "os três chefes de governo consideraram que a fronteira oriental da Polônia deve seguir a Linha Curzon, com algumas modificações de cinco a oito quilômetros, em favor da própria Polônia. Reconhecem que a Polónia deve receber importantes anexações de territórios tanto no norte quanto no oeste".

Essa mesma Polónia, tão bem-dotada territorialmente, escolhia, em 1946, o comunista Boleslau Bierut para a Presidência da República e, modelada pelo padrão soviético, passava, a partir de 1952, a ter eleições sob regime de partido único. Meio século depois de Ialta, a Polónia, país de fronteiras artificiais, tem situação geopolítica extremamente delicada; tanto do lado da CEI que substituiu a URSS ainda mantendo territórios poloneses anexados, como na crítica linha do Oder-Neisse, no geoestratégico corredor para o Báltico, como no setor prussiano ainda dentro de suas fronteiras. Cabe, pois a Ialta, a manutenção desse mero "expediente da História".

No outro geoestratégico extremo da Europa, Ialta nos legaria, meio século depois, um outro enigma geopolítico, destacado no seu comunicado oficial, quando os três líderes resolvem "recomendar, ao Marechal Tito e ao Dr. Subasic, que deve ser levado a cabo, imediatamente, o acordo concluído entre eles, e que se deve formar um outro governo sobre as bases do dito entendimento". Recomendava, ainda, que o *Avnoaj*, ou Assembléia Anti-Facista de Libertação Nacional, deveria ser ampliada com a inclusão dos membros do *Skophina*, ou Parlamento Iugoslavo, que não haviam aderido ao inimigo.

Justificava-se a recomendação porque, na Iugoslávia invadida pelos alemães, haviam se organizado dois grupos de resistência. Um deles, sob o comando de Josip Bros Tito, acusando o outro de colaborar com os nazistas, receberia, em 1943, armas dos Aliados. Terminado o conflito, Tito abolia a monarquia e, simpatizante do comunismo, passava a dirigir o destino do país, nascido também como mero "expediente da História" após a Primeira Guerra Mundial, para premiar a Sérvia, aliada dos russos.

Dentro do contexto geoestratégico, deveria se constituir na outra extremidade da "Cortina de Ferro" mas, durante toda a "Guerra Fria" a Iugoslávia, rompida com a URSS já em 1948, sem se aliar aos Estados Unidos, transformava-se num enigma geopolítico. Meio século depois de Ialta, a História o registra se esfacelando com lutas entre várias nacionalidades.

Encerrando o comunicado oficial, vem o item intitulado "Cooperação entre as Três Potências" — cooperação que, na prática, em face da bipolaridade Estados Unidos/URSS, ficaria como letra morta durante todos esses cinquenta anos. Com a formação do Eixo

Leste/Oeste, na geopolítica do confronto, jamais se realizaria a tão propalada "unidade na paz e na guerra".

O documento de Ialta, firmado por Churchill, Roosevelt e

Stalin não encontraria resposta "na continuação e crescente cooperação entre nossos três países e entre todas as nações amantes da paz". É que, em Ialta, além dos contratos sem embasamento geopolítico, foram assinados pactos secretos, muitos dos quais dados a conhecer já em 1947. Um deles era o de que a Convenção de Montreux, de 1936, que dava à Turquia o direito de controlar os Estreitos de Dardanelos e Bósforo, poderia vir a ser modificado. Era mais uma geoestratégia do Kremlin em prol de uma livre saída por um mar quente que o Pentágono sustaria em tempo, atraindo a Turquia para a OTAN.

Aceitou-se ainda, em Ialta, que a URSS declararia guerra ao Japão, recebendo em troca as Ilhas Kurilas, a metade meridional da Sakalina e ainda teria Porto Arthur e Dairien internacionalizados. O bom posicionamento geoestratégico da URSS no Pacífico obrigaria os Estados Unidos, terminada a guerra, a manter o ex-inimigo Japão como seu grande protegido, conservando-o dentro de sua esfera de influência. Dentro do binômio segurança e desenvolvimento, tendo como mais certo o primeiro, o governo de Tóquio iria se dedicar com exclusividade ao segundo — resultando disso, meio século depois de Ialta, a presença de um Japão como rival em termos econômicos frente aos Estados Unidos, com o iene tendo o seu *momentum*.

As peças de xadrez da "Guerra Fria" foram, pois, movimentadas ainda em Ialta.

"Em Ialta, além dos contratos sem embasamento geopolítico, foram assinados pactos secretos, muitos dos quais dados a conhecer já em 1947."

A URSS ganhava terreno na "Ilha Mundial" de Mackinder, enquanto os Estados Unidos tratavam de sua geoestratégia na Europa Ocidental. E, como complemento, Roosevelt saía

de Ialta direto para o Cairo, para avistar-se com a trinca de monarcas, Faruk (Egito), Hailê Selassié (Abissínia) e Ibne Saud (Arábia Saudita), para armar o seu jogo no Oriente Médio. Aí passaria a proteger Israel como autêntico "glacis defensivo", confrontando-se bem mais com os árabes manobrados pelo Kremlin. E, meio século depois de Ialta, a História vem ainda procurando chegar a um final feliz, que imponha a coexistência pacífica de Israel e viabilize um Estado palestino.

CONCLUSÃO

Conclui-se, pois, que a bipolaridade já se autogerminava nas rivalidades entre os objetivos dos três países representados em Ialta, sob pretexto de acusarem o nazismo de "usurpador mundial". Antes mesmo de aniquilarem esse "usurpador", já demonstravam que o objetivo que os tornara "aliados" — o da paz mundial — não seria alcançado. A paz mundial havia sido minada por acordos em desacordos que, por isso, não podiam ser cumpridos.

Um dos exemplos seria o da Aliança Anglo-Soviética, de 26 de maio de 1942, pacto de ajuda mútua entre Churchill e Stalin, estipulando ações e tarefas a serem cumpridas no pós-guerra. Basta, no caso, destacar o Artigo 5º, no qual as altas partes contra-

tantes se comprometiam em "não buscar a expansão territorial para si mesmas e de não intervir nos assuntos dos demais Estados". Com o ingresso de Stalin no plano aliado Inglaterra/Estados Unidos, tornaram-se grandes as discrepâncias entre Londres e Moscou. Não estava sendo respeitada a Aliança de 1942, com a URSS anexando, por ato unilateral depois da guerra, os países bálticos (Letônia, Lituânia e Estônia). Na Iugoslávia, a monarquia passava a contar com o apoio de Londres e os guerrilheiros comunistas com a proteção de Moscou. Na Polônia, os ingleses estavam com o governo exilado e os russos com a resistência comunista.

Por outro lado, a Conferência de Casablanca reunida entre os dias 14 e 24 de janeiro de 1943, com Roosevelt e Churchill, sem convidar Stalin, daria a este motivos para grandes suspeitas. De fato, não poderia o líder russo estar presente pois, em Casablanca, iria se tentar anular pequena aresta entre os dois líderes de língua inglesa. Tratava-se da divisão que ocorria no movimento da resistência francesa capitaneados, respectivamente, pelos Generais De Gaulle e Giraud; o primeiro apoiado por Londres e o segundo por Washington. Podia, em consequência, a situação vir a pender em favor de Moscou. Daí em Casablanca haver sido lançada, pela primeira vez a fórmula da rendição incondicional acatada em Ialta. Na cidade marroquina, em 1943, Roosevelt e Churchill se posicionaram na firme resolução de *to accept nothing short of unconditional surrender from the Axis Nations*, traduzindo-se por "não aceitar absolutamente nada mais do que a rendição incondicional das Nações do Eixo".

Anulada a Inglaterra, impunha-se a divisão bipolar do mundo, no confronto ideológico capitalismo/comunismo. No segundo

escalão, Londres não teria outra alternativa do que a de se passar para o lado Ocidental. A formação do AMGOT (*Allied Military Government of Occupied Territory*), realizada então entre ingleses e estadunidenses, seria considerada, no lado Oriental pelos partidários do comunismo, como autêntica "santa aliança contra o socialismo".

O confronto de um mundo bipolar que Ialta não conseguira sustar estava organizado, e teria começo naquela mesma Europa, onde se conspurcava o nazismo por haver causado a Segunda Guerra Mundial. Estava certo o filósofo antigo, Aristóteles, ao dizer: "os bichos estão em guerra quando ocupam os mesmos lugares e consomem os mesmos recursos".

Por isso, Ialta não conseguiu atingir seus objetivos como previra Churchill, de "garantir, pelo menos durante 50 anos, a paz". Essa paz seria ofuscada pela "Guerra Fria" que o trio de Ialta não veria concluída por uma "Nova Ordem Mundial" de Eixos Norte/Sul que, em outra multipolaridade transitória, entra no compasso de espera até que se imponha outra bipolaridade a ser cumprida.

Enquanto isso não ocorre, outro trio procura se impôr, mas já na categoria de "Estados Diretores" do "Norte" possuidores da tecnologia e poder econômico, procurando atrelar aos seus destinos um "Sul" subdesenvolvido, numa conjugação de espaços vitais, prevista em 1937 pelo geopolítico alemão Haushofer. O novo trio é então composto pelos Estados Unidos, o vencedor da Segunda Guerra Mundial, e os vencidos — Alemanha e Japão.

Franklin Delano Roosevelt, reeleito Presidente dos Estados Unidos em 1944, morreria em 12 de abril de 1945, pouco depois de Ialta e dias antes da vitória final contra os

nazistas. No ano de 1952, era chegada a vez de *Ossip* (em georgiano) ou *Iosip* (em russo) Vissarionovitch Djugatchvilli, mais conhecido pelo apelido que recebera em 1911 — Stalin, significando “o homem de aço”. Já Sir Winston Leonard Spencer Churchill amargaria a derrota nas eleições de 1945 e voltava ao poder em 1951, para dele retirar-se por

motivo de doença em 1955. Morreria dez anos depois, vendo desmoronar o seu Império Britânico.

Em Ialta, os três líderes usaram do disfarce — atrás do objetivo de salvar a humanidade, se escondia a ânsia de governar o Mundo.

É essa a impressão que a história nos dá meio século depois. □

BIBLIOGRAFIA

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*, Editora da Universidade de Brasília.

RENOUVIN/DUROSELLE. *Introdução à História das Relações Internacionais*, Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1967.

Texto dos seguintes Documentos Oficiais extraídos de *Mil Lecciones de la História*, do Instituto Gallach Libreria y Ediciones, Barcelona, 1951 (2º Tomo).

Comunicado Oficial da Conferência de Ialta (págs. 246-248).

Comunicado Oficial da Carta do Atlântico (pág. 241).

Texto Oficial dos Acordos Anglo-Russo e de Casablanca (págs. 243-245).

PISTOLA TAURUS.



TAURUS
FORJAS TAURUS S.A.

Av. do Forte, 511 - Porto Alegre
RS - Brasil - CEP 91360-000
Fones (051) 340-1244
Telex (51) 1129 FETUS BR
Fax (051) 340-4981



QUALIDADE E SEGURANÇA A SEU SERVIÇO.

Com uma Pistola Taurus você tem a certeza de segurança. A segurança que só a mais alta tecnologia pode proporcionar. Taurus, marca de qualidade à sua disposição.

PT 58 S.
Calibre 380, 12 + 1 tiros,
cano de 102 mm, dispositivo
de segurança manual, trava
de ferrolho, dente de
travamento de cão, precursor
a lance inercial, indicador de
carricho na câmara,
acabamento inoxidável ou
niquelado.



A DEFESA NACIONAL

O Fim do III Reich

Almir dos Santos*

O articulista comenta os acontecimentos determinantes do fim do III Reich, do lado alemão e dos aliados. Deixa, ao final, algumas indagações, cujas respostas ele induz o leitor a especular, em função da conjuntura pós-guerra, ao longo dos últimos cinquenta anos.

Logo depois da invasão da Normandia, com o intuito de jogar os aliados no mar, Hitler transferiu forças consideráveis da Frente Oriental para o Ocidente. Com aquela Frente enfraquecida, os russos iniciaram uma grande ofensiva, a partir de 20 de junho de 1944, com três grupos de exércitos: o do Norte, sob comando do Marechal Rokossovsky; o da Bielorrússia, sob comando do Marechal Zhukov e o da Ucrânia, sob comando do Marechal Konev.

A ofensiva começou com os russos usando sua arma favorita: a artilharia. Dez mil

canhões bombardearam, durante dois dias sem parar, os exércitos alemães do centro. Com o sistema de abastecimento inimigo totalmente destruído, 1 milhão de russos atacaram. O Terceiro Exército Panzer alemão, e ainda, o Nono e o Quarto, Exércitos de Infantaria, ficaram numa situação desesperadora. O Marechal alemão Busch, comandante do grupo de Exércitos do Centro, solicitou permissão para se retirar. Hitler ordenou que ficasse, pois os suprimentos já estavam partindo de caminhões e aviões. Garantiu que o Marechal Model já estava partindo em seu socorro e que os covardes deviam ser fuzilados.

O General Von Tippelskirch, que comandava o Quarto Exército alemão, contrarian-

* Professor de Física no IME e na Escola Naval.

do ordem do ditador, retirou seus homens daquele inferno. Busch, porém, resolveu demonstrar sua lealdade ao *Führer* e permaneceu lutando. Foi um massacre. Quando o Marechal Model chegou com a ajuda prometida, os alemães já tinham sofrido 300 mil baixas.

Sem poder fazer mais nada, Model recuou seu exército até o Rio Vístula, já na Polônia, e armou um poderoso sistema defensivo que o tornaria famoso. Quando os exércitos de Zhukov se aproximaram, Model destruiu praticamente todos os seus tanques e toda sua artilharia, impedindo-os de chegar a Varsóvia. Foi uma vitória espetacular, consagrando o Marechal Model como o grande mestre da guerra defensiva. Extremamente agradecido, Hitler, afirmou: *"Se não fosse pelo senhor, pelos seus esforços e por sua sábia liderança, os russos poderiam estar agora na Prússia Oriental ou nas portas de Berlim."*

Antes da ofensiva final, os "três grandes" se reuniram, mais uma vez, agora em Yalta, na Criméria. Mesmo com a derrota no Rio Vístula, Stalin estava no auge de sua fama e se apresentava como o grande vencedor a Segunda Guerra. Além de não pretender devolver os países bálticos, a Bukovina e a Bessarábia, que Hitler lhe dera o direito de ocupar em 1939, infantilmente, os aliados ocidentais tinham lhe dado o direito de exigir governos "amigos" dos países vizinhos. Esses amigos, entre aspas, significavam na realidade uma espécie de protetorado, que, para desespero dos ingleses, Roosevelt concordou. Com isso o líder comunista ia para a reunião depois de realizar seu sonho maior: recompor todo o Império Russo.

Em contraste com a jovialidade que Stalin demonstrava possuir, os outros dois líderes mundiais eram apenas estadistas idosos; um, Roosevelt, muito doente, e o outro, Churchill, para muitos, um velho tolo.

Sendo o mais requisitado pela imprensa, Stalin mostrou-se amável e disposto a fazer concessões, mas fazia uma exigência e um pedido. A exigência era que não queria outra potência militar no continente europeu. Quanto ao pedido, por tudo que o povo soviético passou, ele achava que o Exército Vermelho deveria ser o primeiro a entrar em Berlim. Ironicamente, Churchill respondeu: "eu também".

Quando o problema polonês entrou na pauta, Churchill começou dizendo que jamais poderia ficar contente com uma solução que não deixasse a Polônia como um Estado livre e independente. Stalin respondeu que esse país era tão importante para a segurança da União Soviética, quanto a França para Inglaterra. O velho estadista britânico propôs então uma eleição, democrática e livre, para dirigir o destino de uma Polónia totalmente desmilitarizada. Stalin concordou, desde que só participassem partidos democráticos e antifascistas. Para o Governo polonês no exílio, com sede em Londres, com o poderoso Exército Vermelho dentro da Polónia, essas eleições seriam manipuladas e os russos fariam o que quisessem no país.

Ao voltar a Londres, o Primeiro Ministro inglês, deu a seguinte explicação aos governantes poloneses no exílio: *"os russos além de serem muito poderosos, ainda estão no local. Todo o exército de sua majestade seria pouco para tirá-los de lá."* Com essa frase, ele já demonstrava entender que a

balança do equilíbrio mundial pendia, vertiginosamente, para União Soviética.

Na frente ocidental, após a tomada de Paris, a ofensiva deveria parar, uma vez que terminava a Operação Overlord. Entretanto, a situação era tão favorável aos aliados, que Eisenhower resolveu continuar avançando.

Montgomery apresenta, então, um novo plano de ataque. Por esse plano, ele propunha uma ofensiva pela Bélgica, com três exércitos: dois ingleses e um americano. O outro exército americano não participaria do ataque. Ficaria na retaguarda consolidando as posições. Pelo plano, esse exército seria o Terceiro, exatamente o de Patton. Fosse qual fosse a intenção de Montgomery, estava claro que ele não queria Patton na ofensiva final. Por mais incrível que possa parecer, Eisenhower concordou, quase que integralmente, com Montgomery e mandou parar o invencível Terceiro exército, de Patton.

Enquanto isso, na frente russa, a situação também era de uma grande disputa entre os generais. A maioria acusava o Marechal Zhukov de estar usando a imprensa soviética para se autopromover, uma vez que ela só noticiava seus feitos. Outros o acusavam pela demora no ataque final aos nazistas. Chegavam a afirmar que estava com medo; por isso, esperava que os aliados fizessem o serviço. Sem contar com a pressão do Marechal Konev, que se achava com o direito de entrar em Berlim.

A situação era complicada. Mas a verdade era a seguinte: entrar em Berlim seria o maior feito da História Militar de todos os tempos e, por isso, Konev, Montgomery, Zhukov e Patton disputavam com unhas e dentes o direito de fazê-lo.

Os ingleses já anunciavam que, em breve, estariam em Berlim, quando Hitler traz para a frente ocidental o Marechal Model, herói do Rio Vístula. Model, utilizando os poderosos e imbatíveis tanques *Tigres*, armou um intransponível sistema de defesa e o grupo de exércitos de Montgomery teve de parar. Enquanto isso, o Primeiro Exército americano também era contido em Ashen e a grande ofensiva na Bélgica terminou.

Antevendo uma grande vitória na frente ocidental, Hitler ordena seu último grande ataque. O objetivo era jogar os ingleses e o Primeiro Exército americano ao mar e depois dizimar os russos, que estavam na Polônia, com as V2.

O *Führer* entregou a Jold a estratégia da ofensiva das Ardenas. Estava sorridente e afirmando que os aliados iriam receber o que mereciam. Como das outras vezes, esse plano para ele era uma maravilha. Quando o Marechal Model viu o plano disse apenas: "Isso é um absurdo". "Por quê"? Perguntou o General Jold. Model respondeu: "Esse plano não tem uma droga de perna onde se afirmar".

O Marechal Model deixou a sala furioso e voltou para seu exército. Quando seus generais receberam o plano e se queixaram da falta de meios, ele respondeu: "Se querem alguma coisa, peguem dos americanos".

Nem Eisenhower nem Montgomery esperavam a ofensiva. Para ambos, a Alemanha estava derrotada. Mas se enganaram. O Marechal Model, num esforço sobre-humano, utilizando o que restava em equipamentos, iniciou uma grande ofensiva e dizimou várias divisões inglesas e americanas. O alto comando aliado entrou em pânico. Quase

acontece uma tragédia. Mas Patton recebeu a gasolina que precisava, dirigiu-se para as Ardenas e derrotou os alemães.

Depois da vitória nas Ardenas, os aliados se reuniram para apurar responsabilidades de tudo que acontecera. Para alguns, era inconcebível que a Alemanha, praticamente derrotada, tivesse feito o estrago que fez. Era evidente que os americanos culpavam Montgomery. O próprio George Marshall veio a Londres com essa intenção. Muita coisa foi dita e muitas acusações foram feitas. Brooke, por exemplo, defendendo "Monty", atacou Eisenhower, dizendo ser ele um homem fraco, que confiava demais em Bradley e não conseguia controlar seus generais. Marshall queixou-se de que Montgomery era muito lento, faminto de publicidade, mal-educado e que desdenhava os americanos. Bradley, revoltado, disse que não achava certo que os americanos, com 61 divisões na Europa, cedessem a Montgomery o comando da luta, se os ingleses possuíam apenas 15. Eisenhower controlou a crise, mas advertiu Montgomery de que mais uma palavra contra os americanos e seria rebaixado a um papel secundário, sob ordens de um general americano.

Não foi só o susto que levaram, ou as baixas que tiveram, que enfureceu os generais aliados. Havia também muita vaidade. Todos sabiam que a Alemanha estava irremediavelmente perdida. A ofensiva em Ardenas fora muito mais por desatenção aliada, do que por mérito nazista. Com 14 mil aviões bombardeando suas cidades, suas indústrias e o que restava de suas tropas, a rendição era questão de tempo. O que estava em jogo, agora, era quem entraria triunfante em Berlim.

A estratégia final de Eisenhower consistia em lançar o Primeiro Exército americano na direção de Leipzig e Dresden, até encontrar o exército Vermelho no Rio Elba, dividindo a Alemanha em duas. Montgomery deveria se dirigir para Hamburgo e Lubeck, isolando as forças alemãs que se encontravam na Dinamarca e na Noruega. Patton atravessaria a linha Siegfried, em Saarlouis, invadiria Frankfurt e ocuparia todo o sul da Alemanha. Berlim, o grande troféu, Eisenhower daria de graça para os russos.

Para evitar problemas com os britânicos, Eisenhower apresentou o plano primeiro a Stalin. O líder comunista aceitou de imediato, sem reivindicar mais nada. Pelo plano de Eisenhower, ele realizaria seu maior sonho: ver a bandeira vermelha no alto do Reichstag. Churchill, quando veio a saber, fez um comentário lacônico: "Eisenhower nos traiu".

Pelo acordo dos três grandes, o território alemão seria dividido em quatro zonas de influência, com mais ou menos a mesma área, sob comando inglês, francês, americano e soviético. Entretanto, na estratégia do final da guerra, o Primeiro e o Terceiro exércitos americanos ficariam com as maiores responsabilidades. Eisenhower parecia demonstrar que perdera a confiança em Montgomery.

Churchill, que estava querendo fazer contato com os soviéticos o mais a leste possível, ficou furioso e acusou Eisenhower de política antibritânica. Alegava ele que depois do que os ingleses sofreram, Montgomery tinha o direito de entrar em Berlim e dar ao povo essa honra. "Ike" respondeu que Berlim perdera sua importância militar, tendo apenas importância política e que, por isso, não correria o risco de perder 100 mil homens para vencer as defesas da cidade. Churchill

voltou a acusar Eisenhower de dar aos britânicos um papel secundário no desfecho final. "Ike" respondeu: "não pretendo entrar em choque com os soviéticos só para satisfazer a vaidade de Montgomery. Além do mais, não quero nenhum inglês ou americano ganhando essa guerra sozinho".

Quando o ataque aliado começou, o Marechal Model tentou romper as linhas de suprimento do Primeiro Exército, mas fracassou. Dois dias depois, os americanos capturavam 30 generais e 325 mil soldados. A partir daí, as rendições alemãs se davam numa média de 10 mil por dia. Ninguém queria ser capturado pelos russos.

Confiando em Eisenhower, o Exército Vermelho só partiu em 10 de fevereiro de 1945, quando sua superioridade sobre os alemães já era considerável: em tanques, de 6 para 1 e, em artilharia, de 10 para 1.

Ao contrário do que pensava o Stavka, Zhukov não invadiu a Alemanha, partiu para o norte da Polônia, temendo que o ainda muito forte exército alemão de Gdynia atacasse seus flancos. A maioria dos generais ficou contra ele. O General Chuikov, um de seus subordinados, chegou a dizer, depois da guerra, que a covardia de Zhukov tinha impedido que Berlim fosse tomada em fevereiro de 1945.

A ofensiva em direção para o Rio Oder, dentro da Alemanha, próximo a Berlim, só começou em meados de março e se desenvolveu lentamente, devido à feroz resistência alemã.

No dia 1º de abril, com o Exército Vermelho ainda vivendo maus momentos, Stalin convidou Zhukov e Konev para uma reunião em Moscou. Os marechais encontraram o ditador calado, mas furioso. Antes mesmo das saudações, ele ordenou ao General Shtemenko

que lesse um telegrama. O texto do serviço secreto informava que os aliados haviam invadido a Alemanha em três frentes e que já estavam a 70 km de Berlim.

Terminada a leitura do documento, Stalin disse apenas: "fomos traídos. Eisenhower mentiu quando disse que se deteria no Rio Elba". "Ele ainda não cruzou o Rio Elba", respondeu Zhukov. Houve um silêncio mortal dentro daquela sala do Kremlin. Ninguém se atrevia a dizer nada, pois sentiam o ódio no rosto de Stalin. De repente, o ditador perguntou a Zhukov e Konev: "quem os senhores acham que irá chegar primeiro em Berlim, nós ou os aliados"? Konev respondeu que os soviéticos chegariam primeiro. O ditador então gritou: "então por que diabos estamos demorando tanto a partir"? "Estávamos limpando a área de Gdynia", respondeu Zhukov. Ao que Stalin ordenou: "muito bem. Quero que ambos preparem, aqui mesmo em Moscou, seus planos de ataque a Berlim e dentro de dois dias os apresentem ao Stavka para que possam voltar aos seus QG com as propostas aprovadas".

Konev, que desejava ardentemente essa glória, começou a fazer de tudo para roubar a cena que Zhukov, há muito, vinha ensaiando. Trabalhou desesperadamente no plano. Zhukov, que já tinha no seu currículo Stalingrado e Kursk, fez o mesmo, porque também sonhava com o momento de entrar em Berlim.

No dia 3 de abril, quando voltaram a se encontrar, Stalin leu os dois planos na frente de ambos. Depois fez perguntas, rabiscou os mapas, modificou vários pontos e decidiu confiar a Zhukov a tarefa de invadir Berlim e a Konev a função de proteger seu flanco.

Apesar da demora e dos contratempos, a operação do Rio Vístula ao Rio Oder foi um sucesso. Em 23 dias, os soviéticos percorreram 450 km, aprisionando 145 mil alemães e destruindo 550 blindados.

Hitler nomeou o General Heinrici para organizar a defesa de Berlim. O general inspecionou as duas linhas defensivas ao longo do Rio Oder e ordenou que todas as noites as divisões recuassem 4 km. Acreditava que Zhukov atacaria de madrugada. Se isso ocorresse, sua tropa ficaria fora do já bem conhecido devastador fogo de artilharia soviético. Quando os russos parassem de atirar, os alemães retornariam as posições originais.

Heinrici que recebia, de hora em hora, relatórios dos observadores na linha de frente, tomou uma decisão drástica: no dia 15 de abril retirou todos os seus canhões, achando que o ataque seria naquela noite.

Do outro lado do rio, nessa noite, Zhukov não dormiu. As três horas da madrugada, levantou-se e fez uma última verificação de suas unidades. A inspeção durou uma hora e meia. Depois foi para seu *bunker*, colocou protetores nos ouvidos e aguardou. Às 5 horas, o bombardeio começou.

Sobre esse momento, Zhukov escreveu: *"Naquele instante, toda paisagem foi iluminada pelo fogo dos nossos canhões, obuses, morteiros e dos lendários katyushas (foguetes montado sobre chassis de caminhões), num total de 60 mil peças. O incessante roncar dos aviões enchia também o ar. Do inimigo ouvia-se apenas algum pipocar de metralhadora. De repente, o fogo cessou e o céu foi clareado por 140 holofotes, posicionados a 200m um do outro. Uma luz de 100 bilhões de velas clareou o campo de batalha como o*

sol do meio dia, mostrando os objetivos a serem alcançados por nossa infantaria e pelos nossos tanques. Era uma visão impressionante. Enquanto viver, jamais esquecerei."

Quando a infantaria e os blindados começaram a avançar, certos da vitória, os alemães começaram a despejar cargas mortíferas e certeiras contra as formações do Exército Vermelho. Zhukov não podia acreditar no que via, mas o bombardeio não atingira a artilharia inimiga. Por volta das 13 horas, o marechal não teve mais dúvidas: as defesas de Seelow estavam praticamente intactas e dizimando o Exército Vermelho.

No dia 17, extremamente abatido, Zhukov falou com Stalin pelo telefone. Angustiado ao ver os frutos de seu trabalho fugir por entre os dedos, não teve outra alternativa a não ser dizer a verdade. O ditador simplesmente disse adeus, e desligou.

Horas depois o marechal recebia uma ligação de Stalin que dizia estar pensando em determinar que Konev atacasse Berlim pelo sul e que Rokossovsky acelerasse a passagem de suas tropas pelo Rio Oder e atacasse a cidade pelo norte. Por mais incrível que pudesse parecer, pedia sua opinião. Zhukov concordou.

Konev, tão logo recebeu a ordem, ordenou que dois de seus exércitos blindados investissem contra Berlim com a maior velocidade que pudessem. Zhukov, por sua vez, ordenou que suas tropas prosseguissem no avanço. Mesmo sofrendo baixas terríveis, o exército Zhukov continuou avançando. No decorrer dos dias 18 e 19, as defesas alemãs começaram apresentar sinais de fraqueza.

A 20 de abril, os tanques de Konev chegaram a Berlim; cruzaram a auto-estrada que

envolvia a cidade, mas foram barrados diante do canal de Telcow. Somente no dia 24, deram início à travessia; mas tiveram uma triste decepção: no seu setor, ruas estreitas dificultavam a passagem dos tanques. Konev, então, ordenou que a infantaria entrasse na cidade. Zhukov deu a mesma ordem. O que se viu a seguir foi uma nova Stalingrado: os infantess se matando pelas ruas.

Para aumentar o ímpeto de seus soldados, o locutor oficial da rádio do Exército Vermelho conclamava: *"avante soldados. Lutem. A hora da vitória chegou. Vinte milhões de soviéticos mortos se levantam nesse momento de seus túmulos e clamam por vingança; e a hora da vingança chegou"*.

Zhukov colocou vários regimentos pelos túneis do metrô e lá dentro encontrou mais de um milhão de civis alemães apavorados, chorando desesperadamente, mortos de medo. Hitler, dando mais uma demonstração de que não se importava nem com a sua própria gente, mandou inundar tudo. Muitos russos morreram afogados, mas as maiores vítimas foram os civis alemães.

No dia 25, Stalin colocou um ponto final na disputa entre os dois marechais. Estabelecia novos limites de ação para os dois exércitos. Essa decisão deixou Konev arrasado. O limite para suas forças ficava a 150m do Reichstag, o símbolo da vitória final sobre a Alemanha nazista e onde seria içada a bandeira vermelha. Às 5 horas do dia 30, as tropas de Zhukov invadiram o que restava do Reichstag. Às 14h25min., os soviéticos saíram conduzindo 2.500 prisioneiros, e a bandeira vermelha foi finalmente desfraldada sobre as ruínas do edifício. Vinte minutos depois, os tanques soviéticos desfilavam pelo

Portal de Brandenburgo, o símbolo do orgulho nazista. A guerra na Europa terminara.

E depois? O Marechal Model ao saber que fora acusado pelos russos de ser o responsável pelo assassinato de 577 mil pessoas nos campos de concentração da Letônia, suicidou-se. Mas, antes, teve um ato que não pode ser esquecido. A 19 de março, Hitler, depois que os aliados cruzaram o Reno, baixou a "Ordem de Nero", ordenando que tudo fosse queimado na frente do invasor. Raciocinou que os bons alemães já tinham morrido, que só sobrara os inferiores; e por isso, pouco importava que sobrevivessem. Essa política de "terra arrasada" foi, deliberadamente, sabotada pelo General Speer, no que foi apoiado pelo Marechal Model, que era um nacional socialista convicto e fanaticamente admirador de *Führer*. O marechal compreendeu que estava tudo perdido e que o melhor que se poderia fazer, era deixar alguma coisa para que os que sobrevivessem pudessem reconstruir a Alemanha.

Model carecia do carisma de Rommel e da intelectualidade de um Von Manstein. Era desprezado por vários generais alemães por ser nazista. Mas depois da guerra, investigações profundas nos inquéritos dos crimes contra a humanidade provaram que o Marechal Walter Model sequer tomou conhecimento dos crimes da SS na Letônia.

O Marechal Zhukov, por pura inveja dos seus colegas de farda, caiu em desgraça, devido à demora em seguir para o Rio Oder. Foi transferido para os Urais para ser esquecido. A ausência de seu nome nos textos que descreviam as batalhas era notada, mas ninguém perguntava porque. Quando Krushev tor-

nou-se governante de todo Império, Zhukov foi reabilitado. Tornou-se Ministro da Defesa e seu nome foi recolocado nas enciclopédias e nos livros de história da guerra. Dessa maneira, o povo soviético pode saber o que o mundo inteiro já sabia: o Marechal Giorgi Zhukov fora um dos grandes heróis da vitória contra o nazismo.

Hoje, 50 anos depois de terminada a guerra, três perguntas ainda estão sem respostas. A primeira é por que nos últimos meses da guerra, com a Alemanha já virtualmente derrotada, Churchill mandou bombardear Dresden? A cidade era um grande hospital que cuidava dos feridos alemães da frente russa da guerra. Trinta e cinco mil pessoas morreram queimadas. A segunda é, por que Eisenhower fez tanta questão de parar o invencível Terceiro Exército do General Patton? A terceira é por que Eisenhower foi tão bonzinho com os russos, parando o Primeiro Exército americano no Rio Elba, a 70 km de Berlim, quando o Exército Vermelho ainda estava na Polônia? Ninguém sabe.

Os ingleses se desesperaram. Eles queriam que os aliados ocupassem a Alemanha toda e convidassem os soviéticos para participar do governo, mas com o Exército Vermelho o mais distante possível. Segundo os ingleses, quando os americanos fossem embora, os russos, se quisessem, poderiam chegar a Paris em uma semana. Outra coisa que os ingleses afirmavam era que os soviéticos não devolveriam um palmo do território que estavam ocupando. O tempo mostrou que eles tinham razão. Essa atitude de Eisenhower provocou a divisão da Alemanha por 40 anos.

Quando do inventário do espólio do III Reich, verificou-se que os soviéticos tinham ficado com aquilo que mais queriam: Berlim. Os ingleses tinham ficado reduzidos a uma potência de segunda categoria. E os americanos? Bem, os americanos tinham ficado com todas as descobertas, na química, na farmacologia, na medicina, na construção de submarinos, na ótica e ainda os protótipos do avião a jato. Será que Eisenhower sabia disso quando escolheu as áreas onde os exércitos dos três grandes iriam atuar? Será que, com a obsessão de chegar a Berlim, Stalin não percebeu isso? Se Eisenhower não teve essa intenção, os americanos deram muita sorte.

Os ingleses encontraram as rampas de lançamento das V2. Os soviéticos ficaram com a fábrica onde elas eram construídas e com todos os seus segredos. Essa não tinha jeito: estava do lado oriental. Mas, os cientistas que trabalharam no projeto, inclusive seu diretor, Werner von Braun, se entregaram justamente aos americanos. Um fato interessante é que nenhum deles foi a julgamento pelo que seus foguetes fizeram na Inglaterra. Pelos acordos internacionais, todos estavam enquadrados em "crimes contra a Humanidade", mas não o foram por um motivo muito simples: os americanos não deixaram, pois todos já estavam empregados nos Estados Unidos.

Hoje, cinquenta anos depois, tudo isso é apenas especulação. Mas que ainda existem muitas perguntas no ar, existem.

Eisenhower foi eleito presidente dos Estados Unidos e governou o país por 8 anos. □



A DEFESA NACIONAL

O Serviço Militar Face às Doutrinas Estratégicas*

Antonio Eduardo Queiroz Martins Barrento**

Matéria extraída de conferência proferida durante a 8ª Jornada IDN CSEDEN realizado na cidade do Porto, Portugal, em 17 e 18.10.1991, publicada na revista Nação e Defesa do Exército português.

Apresenta argumentos para o debate que se faz, com insistência crescente, sobre o regime do serviço militar no Brasil.

INTRODUÇÃO

Foi-me solicitada uma reflexão e posterior intervenção sobre a influência das doutrinas estratégicas nos modelos de serviço militar. Embora não tivesse idéias claras sobre o assunto, aceitei, de imediato, por me parecer um tema essencial, muito oportuno e interessante.

**** Brigadeiro do Exército português.**

Essencial, porque os modelos de serviço militar são as formas de se obter o potencial humano para o aparelho de coação militar, cuja razão de existir está na sua capacidade em realizar as doutrinas estratégicas; muito oportuno porque, apesar de algumas orientações já tomadas, o debate não está encerrado; e interessante, porque é um desafio podermos aqui chegar a algumas conclusões, já que se trata de um tema "quente", que nos obriga a colocar os interesses nacionais acima dos interesses particulares, a razão acima da paixão.

* Selecionado pelo PADECEME.

Entre outros caminhos intelectuais para o seu tratamento, poderíamos considerar firmes os modelos de serviço militar, para que se têm encaminhado as direções políticas, e ir verificar da viabilidade das doutrinas estratégicas; e poderíamos considerar firmes as doutrinas estratégicas, e procurar avaliar como os modelos de serviço militar se comportavam quando as praticassem. Pareceram-nos, porém, muito extremadas essas duas abordagens, por limitarmos os modelos de serviço militar; ou as doutrinas estratégicas.

Além disso, qualquer dessas abordagens parece menos correta e limitativa, porque sublinha o desprezo por um dos mais importantes princípios da guerra e da estratégia, que é o da adequação dos meios aos fins, da quantidade e qualidade da força aos objetivos. No nosso caso, do potencial humano das Forças Armadas às doutrinas estratégicas que elas terão que realizar.

Rejeitamos, portanto, essas duas posições e decidimos fazer uma abordagem em que consideramos em aberto os dois principais modelos de serviço militar e em que vamos avaliar o seu comportamento, colocando-os em face das tendências que se prefiguram para as doutrinas estratégicas.

Quanto aos modelos de serviço militar não há qualquer dúvida, porque eles são bem conhecidos e podem sintetizar-se desta forma: voluntariado e exércitos profissionalizados; obrigatoriedade e exércitos de contingente. O modelo do voluntariado cobre várias "nuanças" de mais ou menos profissionalismo, de períodos de serviço mais ou menos extensos; o modelo da obrigatoriedade nunca aparece puro, mas é um figurino tendencial; o sistema misto, que não consideramos para fazer o confronto com as dou-

trinas, é o da combinação dos dois modelos anteriores, com pesos variáveis de um ou de outro.

Quanto às tendências estratégicas, a sistematização é mais complexa, pela sua variabilidade e singularidades, que resultam das grandes mutações a que temos vindo a assistir e da incerteza sobre o futuro; das concepções políticas que as determinam e dos interesses que se pretendem preservar ou adquirir; dos espaços geográficos a que se aplicam e do horizonte temporal da sua consecução.

Por isso, e para clarificar e delimitar o nosso trabalho, tivemos que fazer algumas opções: quanto ao conceito, pareceram-nos importantes as principais tendências de formulação das doutrinas estratégicas e as tendências que se prefiguram para a ação estratégica; quanto ao tempo, posicionamo-nos no presente olhando para o futuro; quanto ao espaço, colocamo-nos no nacional, não esquecendo o internacional.

O esquema da nossa intervenção é o seguinte: num primeiro passo, faremos algumas considerações sobre as tendências estratégicas; seguidamente, vamos colocar os dois modelos de serviço militar face a cada uma das tendências anteriormente indicadas; fecharemos, por fim, com algumas reflexões.

TENDÊNCIAS ESTRATÉGICAS

Tendências para a Formulação das Doutrinas

A variedade das doutrinas estratégicas, nos conceitos, no espaço e no tempo, não impede que haja determinadas orientações que ajudam a construí-las, que se apresentam

como quase permanentes. Apesar da sua constância, elas são um fator de mudança do pensamento estratégico; do processo de adaptação da ação estratégica à evolução do pensamento; da forma de adequação e do posicionamento da política em relação à conflitológica e à utilização das formas de coação.

Como principais orientações resolvemos sublinhar: *a apetência para a fundamentação histórica; o desejo da modernização; e a procura da legitimidade.*

• *Apetência para a Fundamentação Histórica*

A apetência para a fundamentação histórica, como fonte de idéias ou ilustração das doutrinas, resulta de a história ser um repositório de comportamentos do poder e de evolução das sociedades, e de a estratégia não ser passível de experimentação.

O registo feito pela história contém elementos tão preciosos sobre a guerra, que não há nenhum tratado ou antologia de estratégia que a não percorra, ou que nela não alicerce muitas das suas orientações.

A história surge, assim, como o repositório de fatos e o laboratório possível para a formulação das doutrinas estratégicas, apesar de não haver identidade de situações históricas, mas apenas semelhanças, o que impede a simples utilização do raciocínio analógico, ou o transporte de modelos no tempo.

Logo, a necessidade que a estratégia tem da história, o cuidado que deve ter na sua utilização e a obrigatoriedade de se pensarem as doutrinas para além dos conhecimentos registrados no passado e que a história nos ensina.

• *Desejo da Modernização*

O desejo da modernização deriva da percepção das mutações do ambiente internacional, dos equilíbrios e desequilíbrios do poder, das concepções e práticas políticas e de o engenho humano tornar disponíveis (hoje de forma exponencial) novos conhecimentos, novas técnicas e novas armas.

Porque, no âmbito da estratégia, o que se quer preservar é um bem essencial — a segurança — e o que se quer neutralizar são vontades hostis que têm propósitos idênticos aos nossos, os diversos atores da cena política internacional procurarão utilizar, em seu proveito, as evoluções políticas e os progressos do pensamento e da tecnologia, por forma a tentar manter ou ganhar a iniciativa em relação aos presumíveis adversários.

Essa corrida à atualização dos conceitos e dos meios de agir ou reagir pela violência, de que hoje há uma melhor percepção, pela maior mobilidade do conhecimento, produz uma dinâmica de constante modernização das doutrinas, na procura permanente de melhores eficiências e eficácia.

• *Procura da Legitimidade*

A utilização da força, em potência ou em ato, para alcançar determinados objetivos políticos, carece de vontade política. Mas porque a vontade política, particularmente fora das autocracias, necessita de consensos ou de suportes para se exprimir, é natural que se procure legitimar as ações estratégicas que se pretenda empreender.

A legitimidade pode ser obtida, apenas, no interior do grupo político que pretenda agir; pode ser procurada na adesão de outros

grupos políticos; e pode ser tentada na obtenção de consensos internacionais.

A reconquista cristã na Península e as Cruzadas legitimam-se na fé; o império napoleônico, na libertação das nações oprimidas; a expansão da Alemanha nazi, no *lebensraum*; o belicismo israelita, na sobrevivência do Estado judaico; a luta palestina, no direito de existir; a ação do Iraque no Kuwait em erros históricos no traçado de fronteiras; a intervenção aliada no Golfo, no Direito Internacional, configurado nas resoluções da ONU e no apoio quase unânime da comunidade internacional.

A tendência para a legitimidade é, portanto, a procura da razão grupal, nacional ou internacional, por forma a permitir o empenhamento de combatentes e não combatentes de uma unidade política ou coligação, e o apoio ou a simples neutralidade de outros poderes.

Sendo a guerra uma oposição de conceitos de legitimidade, e considerando que a legitimidade é imprescindível para o desenvolvimento da ação estratégica, é lógica e permanente esta procura, quando da formulação das doutrinas estratégicas.

Tendências para Ação Estratégica

Não é fácil dizer-se quais vão ser as tendências para a ação estratégica, porque, existindo indícios razoavelmente seguros de certas orientações, outras há em que os indícios não são evidentes, o que aproxima as tendências que se formulem de simples conjecturas.

No entanto, parte dessas tendências alicerça-se nas grandes mutações verificadas

no ambiente internacional e nacional, de que retivemos, como mais notáveis, as seguintes:

- que o fim do sistema bipolar e a diminuição do terror nuclear (esta sem fundamento racional) produziram um ambiente de maior instabilidade;

- que há uma mais clara separação entre países ricos e pobres, sem que se vislumbre uma solução para o transporte maciço de capitais e tecnologias do mundo desenvolvido para o mundo que quer, desesperadamente, o desenvolvimento;

- que, no caminho de um mundo bipolar para um mundo multipolar, se vive, atualmente, uma quase hegemonia americana, com o que pode ter de bom quando os nossos interesses sejam convergentes, e de mau quando sejam antagônicos;

- que certos extremismos religiosos e nacionalismos xenófobos substituam, com vantagem para a manifestação da violência, a decadência das ideologias;

- que passaram a estar em causa Estados e fronteiras que considerávamos estáveis, com toda a turbulência que daí pode advir;

- que a diminuição de certas ameaças e o aparecimento de outras sublinham a importância do Estado-Nação como ator da cena política e unidade de estratégia, o que sugere novos arranjos de poder e coligações;

- que a uma maior esperança de paz, por diminuição da probabilidade da "grande guerra mundial", se deve juntar uma maior possibilidade de surgir a "pequena guerra" (guerrilha) e a "guerra regional";

- que Portugal regressou às suas fronteiras de quatrocentos, recuperou a estima das democracias e perdeu valor, em termos de poder, na cena internacional;

- que a perda do "império" veio determinar a nossa maior ligação à Europa;

- que o espaço nacional, de reduzidas dimensões e com territórios descontínuos, apresenta, além dessas vulnerabilidades, a que resulta do valor estratégico que têm, para outras potências, algumas das suas parcelas;

- que, com a perda dos territórios de além-mar, diminuiu a nossa dependência das potências marítimas, mas continuamos na fronteira entre o mar e a terra;

- que os traumas da guerra prolongada de catorze anos ainda não foram totalmente superados, o que acentua, nas opiniões, uma certa apetência para o neutralismo, posição que tem, aliás, antecedentes históricos;

- que a segurança não pode alicerçar-se, apenas, nas disponibilidades nacionais, mas os nossos interesses podem não coincidir com os dos nossos aliados.

Com toda a incerteza das construções que se projetam no tempo, onde se encontram direções firmes com acontecimentos do universo aleatório, que só o futuro dirá da sua realização ou validade, e com todo o risco inerente a estas circunstâncias, vamos apresentar, como principais tendências para a ação estratégica, as seguintes: *a evolução do conceito de ameaça; o alargamento da intervenção; a reformulação dos arranjos estratégicos; o realce do irregular.*

• A Evolução do Conceito de Ameaça

Não sendo um problema exclusivamente nacional, porque é visível nas preocupações de organismos internacionais e na estratégia de outras potências, o conceito de ameaça está em transformação e a sua evolução parece fazer-se em dois sentidos: por um lado, no sentido de uma noção mais ampla de ameaça, que possa conter agressões a vários interesses e não, apenas, ao da segurança; por

outro, no sentido da diminuição da intensidade da coação militar. Ou seja, pensa-se, interioriza-se e prepara-se a ação para um aumento da gama de ameaças e para uma diminuição da violência armada.

O sentido mais largo de ameaça, correspondendo a uma abertura a outras formas de agressão, surge, naturalmente, de uma melhor transparência e clarificação dos interesses universais e nacionais, e das possíveis ameaças que sobre eles pendem. Resulta, também, do acréscimo de valor de algumas referências coletivas — o ambiente, a cultura, o bem-estar, a tranquilidade — e da possibilidade e conhecimentos de novas agressões, como a mobilidade dos capitais, a agressão ecológica, a droga e a percepção da própria guerra, ainda que travada a distância, por perturbadora das consciências.

A outra corrente de evolução — de menor consideração das ameaças de violência armada — resulta do ambiente de desanuviamento que fez diminuir a ameaça militar do Leste.

Função do afastamento da ameaça militar, que o conflito do Golfo nos mostrou ser, apenas, aparente, tem surgido a tendência, também já verificada noutros países, de utilizar as Forças Armadas no tratamento de algumas das novas ameaças, ao abrigo da sua disponibilidade para o cumprimento de outras tarefas de interesse do Estado.

Essa tendência obriga-nos às seguintes considerações:

— A adoção de um conceito mais amplo de ameaça e agressão deve ser uma preocupação lógica de qualquer poder político consciente. Mas uma natural distensão e menor coesão no Bloco Ocidental produzem, por certo, uma menor dissuasão coletiva, que pode facilitar o desencadeamento de ameaças militares regionais.

— A consideração das novas ameaças não deve dar a idéia de que, fazendo-o, nos situamos exclusivamente na área da estratégia, porque só há estratégia quando há uma vontade antagônica, uma intenção hostil, e quando se desenvolve ou prefigura a guerra. Quer isto dizer que se as Forças Armadas, mercê da sua vincada hierarquia, disponibilidade e espírito de missão, podem e devem colaborar no tratamento de algumas dessas ameaças, não devemos esquecer que essa não é a sua missão primária.

• O Alargamento da Intervenção

O alargamento da intervenção para outros espaços geográficos, para outras formas de ação estratégica, além da militar, e para outros tipos de intervenção pode resultar de uma maior liberdade de ação que é consequência do desanuviamento e do fim do sistema bipolar; de terem surgido, nos espaços regionais a que estamos ligados por acordos de defesa, idêntica tendência; de, por interesses nacionais coincidentes com interesses regionais, ou por solidariedade, podermos ter que vir a atuar em operações combinadas *out-of-area*; de os países amigos de língua portuguesa estarem a procurar, com ansiedade, a paz, e termos, com eles, traços culturais comuns e interesses de vária ordem; e de o alargamento da intervenção ser uma forma de afirmação do poder do Estado, que lhe dá uma maior "capacidade negocial" em política externa.

O alargamento da intervenção é lógico, porque cada vez mais somos menos indiferentes e mais dependentes de tudo o que se passa no mundo; é natural, pela nossa propensão (genética, julgo) para o mundialismo e para o diálogo com os outros

povos; e, também, histórico, como confirma Paul Valéry, ao dizer que foram as nossas descobertas que deram origem "ao mundo finito", e Marx, quando lhes atribui "a inauguração da biografia moderna do capital".

Apesar de lógico, natural e histórico, o alargamento da intervenção, como tendência estratégica, sugere-nos que uma eventual intervenção na África, resultante de acordos bilaterais, e na África ou noutras regiões do globo, no quadro da ONU, em operações de manutenção da paz, se situa, normalmente, no ambiente de um conflito de baixa intensidade, onde as nossas forças, o equipamento e o treino são adequados ou facilmente convertíveis; mas a participação em forças multinacionais, nos quadros na OTAN ou da UEO, exige um esforço de modernização dos meios.

• A Reformulação dos Arranjos Estratégicos

A reformulação dos arranjos estratégicos é necessária por a conjuntura internacional se ter alterado significativamente; por se manterem as preocupações de paz da OTAN, mas ser muito baixa a probabilidade de uma ofensiva de Leste, devido ao desaparecimento do pacto e à necessidade que a URSS tem do Ocidente para promover o seu desenvolvimento; por emergirem outros pólos de poder e áreas de tensão; por a Europa desejar manter uma garantia de segurança e pretender realizar uma política externa comum; pela consciência que temos das nossas limitações de poder e conseqüente necessidade de usufruirmos de sistemas de defesa coletiva.

Nessa reformulação ter-se-á, certamente, em conta, o valor da nossa posição geoes-

tratégica, de charneira das Américas com o Velho Continente, do Norte com o Sul, do mundo desenvolvido com o mundo que deseja o desenvolvimento, do Ocidente de raiz cristã com o islamismo. Mas não se poderá esquecer que, pelo fato de sermos coligados, o valor dessa posição aumenta e, com ele, as ameaças sobre o nosso território.

Há, pois, que estatuir com muita clareza, nesses arranjos, a divisão do trabalho estratégico no espaço de interesse nacional, e as importantes contrapartidas que deveremos receber para adequar as nossas forças a essas ameaças.

Admitindo que a defesa do território nacional é uma obrigação nossa, já que a história nos ensinou que a presença dos aliados origina, freqüentemente, intromissões inaceitáveis na soberania, há que modernizar as nossas forças, por forma a torná-las aptas a realizar essa tarefa.

Além da utilização da nossa posição geoestratégica, é óbvio que a nossa solidariedade nas Alianças também terá que ser manifestada por outras formas, devendo aí regular-se pela medida dos nossos interesses e pela proporcionalidade dos nossos recursos.

• O Realce do Irregular

A tendência para sublinhar o irregular surge nas considerações sobre a ameaça e, também, na postura de defesa. Nas considerações sobre a ameaça porque existe a idéia, e consta de alguma documentação, que a ameaça mais provável, sobre o território nacional, é deste tipo; na postura de defesa, pela declaração do dever de resistir da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, que se prolonga na tarefa que tem sido cometida

ao Exército de criar condições para a sua realização.

Essa tendência tem raízes históricas; resulta, também, da consciência das nossas limitações, por se pensar que há ameaças que não teremos capacidade de esconjurar por outra forma; e, tem o fundamento lógico, de que uma resistência movida e sustentada por uma forte consciência nacional pode constituir um dissuasor importante.

Faz-se, no entanto, duas observações. A primeira é que, ao enfatizar-se a ameaça dos irregulares pode estar a apontar-se para a quase dispensabilidade do Exército, porque, em princípio, as Forças Policiais e de Segurança deveriam ser suficientes para lhe fazer face. A segunda é que, ao proclamar a resistência, está a admitir-se a falência do aparelho de coação militar, o que faz dela a *ultima ratio* e transforma a batalha, que a antecedeu, na "penúltima *ratio*". Isto não é um jogo de palavras, ou pura especulação, mas pretende dizer que sabendo-se a atenção que o poder deve dispensar ao aparelho militar, que normalmente executa a *ultima ratio*, existe o perigo de essa atenção se deslocar do aparelho militar para a resistência. Um serviço militar de muito curta duração, que dificilmente permita a utilização da generalidade dos jovens na componente operacional das FA, pode ser já encarado como um sintoma desse desvio.

CONFRONTO

Coloquemos agora, frente a frente, os modelos de serviço militar e as tendências para a elaboração da doutrina e para a ação estratégica, que foram anteriormente

enunciadas, para procurarmos conhecer os indícios de preferência de cada um dos modelos. Recordemos, porém, que, por uma questão de simplicidade, apenas utilizaremos dois modelos nesse confronto: o serviço militar obrigatório, que desenha a formação dos Exércitos de contingente; e o serviço militar voluntário, com permanência nas fileiras por períodos variáveis (longos e curtos), que configura os Exércitos profissionalizados.

A Fundamentação Histórica

A tendência para a fundamentação histórica, na elaboração das doutrinas estratégicas, função do exemplo e do saber acumulado ao longo de gerações, fornece alguns elementos de reflexão, que deverão, depois, ser caldeados com outros indicadores provenientes das restantes tendências.

A História ensina-nos que o serviço militar obrigatório e os Exércitos de contingente surgem, mais frequentemente, nos seguintes períodos:

- quando existe uma elevada motivação ideológica ou religiosa, que influencia as populações e é fator de moral para os combatentes. Este cenário é o do Exército de conscritos, de 1793, inicialmente para a defesa da França e da Revolução e, posteriormente, para a exportação das idéias revolucionárias; é, também, o que se passou na Reconquista ibérica, no ardor da luta dos seguidores de Cristo contra os de Maomé, porque nos diplomas de concessão de forais e nas determinações dos primeiros reis, desenhava-se, já, a obrigatoriedade do serviço de hoste, de fossado, de apelido;

- quando há, nas populações, uma grande consciência da ameaça, de que são exemplos paradigmáticos, em Portugal, a constituição do Exército em 1640, que permitiu consolidar a Restauração ao longo de uma campanha de 28 anos; e, nos nossos dias, a constituição das Forças Israelistas, que se têm batido, em sucessivas campanhas, contra os Países Árabes;

- quando está em causa a defesa do "santuário", que sendo a expressão territorial do último reduto, pode arrastar na sua perda o próprio Estado. Indica-se, como exemplos, o caso da Suíça, nos últimos séculos, com a sua estratégia eminentemente defensiva; e o de Portugal do século XIV, nas suas lutas com Castela, particularmente, no período em que surgiu um apoio incontestável do povo — da "arraia-miúda", como refere Fernão Lopes — à causa do Mestre de Avis;

- quando a envergadura do conflito demonstra ser necessário um grande volume de forças, como se passou na Primeira Guerra Mundial e na nossa campanha da África, nos anos 60 e 70;

- quando os "utensílios" de combate são pouco diferenciados de outros de utilização corrente, ou são de manejo simples, como sucedeu nos levantamentos populares da Europa Medieval, ou se verificou nas subversões e nos exércitos revolucionários do nosso tempo, ainda que a obrigatoriedade do serviço seja, por vezes, mais de ordem moral que legal.

Por sua vez, o serviço militar voluntário e os Exércitos profissionalizados têm surgido, frequentemente, nos seguintes momentos históricos:

- quando aquilo que se defende são mais os interesses da Direção Política, que os da Nação, o que se verificou em grande parte

dos conflitos dinásticos, do meio do nosso milênio, e em certas tendências imperiais;

- quando a ação estratégica se projeta fora do "santuário" e sem relação evidente com a sua defesa, como foi o caso das expansões imperiais, de Roma ao nosso próprio "império";

- quando a complexidade tática e a exigência de qualidade obrigam a uma instrução e a um treino prolongados, sem os quais não é possível obter-se a eficiência dos combatentes e das unidades, de que são exemplos vários exércitos do século XVIII e, talvez, as forças coligadas no conflito do Golfo, apesar de a proximidade temporal desse acontecimento não nos permitir, ainda, uma análise histórica;

- quando é muito elevada a especificidade e custo de certos meios, o que sucedendo, também, em algumas formações do Exército, é mais evidente em relação às Marinhas modernas e à Força Aérea, função da morosidade da preparação dos seus combatentes;

- quando se nota o aburguesamento das populações e a conseqüente valorização do bem-estar, que foram evidentes na fase final do império romano; em certas nações européias, após a Idade Média, nos momentos de crescimento de importância da burguesia; e que se nota, ainda, em algumas unidades políticas do nosso tempo.

O Desejo de Modernização

O desejo da modernização pode manifestar-se com qualquer dos modelos de serviço militar, mas há certas pistas que apontam para a adoção preferencial de um ou de outro.

O serviço militar obrigatório pode aparecer, com mais frequência, quando se trata

de países pobres em tecnologia e com recursos econômicos limitados, tendo a modernização que orientar-se para a maximização dos meios existentes e para o aperfeiçoamento das doutrinas; quando, por razões diversas, não é possível substituir quantidade por qualidade; quando são exíguos os meios de tecnologia avançada, por dificuldades de obtenção ou manutenção; quando os meios de combate são de fácil operação, o que sucede quando é pequena a incorporação de tecnologia, ou quando o desenvolvimento tecnológico é tal que a operação dos meios se torna simples.

O serviço militar voluntário pode aparecer, com mais frequência, quando os meios de combate são de tecnologia avançada; quando o acréscimo do valor da Força, resultante dos meios utilizados, permite diminuir o pessoal; quando, por alterações na força material, ou na força moral, é possível ou aconselhável substituir-se quantidade por qualidade; quando haja necessidade de instrução e de treino, caros e prolongados; quando do aparecimento de meios tecnologicamente muito diferentes dos que eram anteriormente utilizados; quando, sendo as perdas inaceitáveis, a logística e tecnologia permitem aumentar, significativamente, o potencial de combate; quando se torna necessário efetuar uma modernização em curto prazo.

A Procura da Legitimidade

A procura da legitimidade na formulação das doutrinas estratégicas é, em princípio, independente dos tipos de serviço militar, mas o peso dessa legitimidade pode influenciar a escolha do modelo a adotar.

É mais fácil utilizar um exército de contingente quando existe um grande consenso interno quanto à legitimidade da ação; quando se trata da defesa do solo pátrio ameaçado; e, de um modo geral, quando a legitimidade é muito evidente.

Pelo contrário, utilizam-se, mais facilmente, exércitos profissionalizados, quando há menores consensos, ou mesmo posições internas antagônicas quanto a legitimidade das ações; quando se trata de interesses que se julgue serem menos vitais para o Estado, como são as ações de solidariedade com as Alianças, ou a "defesa da ordem internacional"; e quando o conceito de legitimidade é muito elaborado e de difícil entendimento para a maioria da população.

A Evolução do Conceito de Ameaça

A atual evolução do conceito de ameaça fornece-nos alguns apontamentos sobre o modelo de serviço militar a seguir, consoante o volume e a tipologia dessas ameaças.

É mais fácil a utilização de um serviço militar obrigatório quando existe uma elevada percepção da existência da ameaça, ou quando ela surge com um aspecto generalizado; quando se trata de ameaças sobre o "santuário", ou sobre outros interesses vitais do Estado; quando a ameaça não está ligada a uma grande sofisticação de meios; e quando existe a possibilidade de ela poder "crescer" por mobilização.

O emprego de voluntários e de um Exército profissionalizado é mais natural quando se atrevesse períodos de difícil percepção da ameaça; quando, tratando-se de ameaças razoavelmente conhecidas, elas são de reduzida dimensão e localizadas; quando

as ameaças se desenvolvem fora do "santuário", ou não parecem afetar interesses vitais; e quando se prevê um conflito de curta duração.

O Alargamento da Intervenção

O alargamento da intervenção aponta, tendencialmente, para a utilização de um modelo de serviço militar voluntário e a constituição de Exércitos profissionalizados, por estes estarem mais facilmente disponíveis; por haver, normalmente, menores dificuldades legislativas para a sua utilização; e por se obter, mais facilmente, o apoio da opinião pública para a intervenção de profissionais, do que para a utilização de conscritos.

A Reformulação dos Arranjos Estratégicos

A reformulação dos arranjos estratégicos pode ser feita com os dois modelos de serviço militar e com os dois tipos de exército, ainda que haja alguns indicadores para a utilização de uns ou de outros.

Apontam para um modelo de serviço militar obrigatório e para um exército de contingente a necessidade de uma política de expansão de forças; não se prever uma agressão eminente e existirem meios e condições que garantam um *warning time*, que permita o "crescimento" das forças; colocar-se a ênfase, nesses arranjos, na defesa do solo pátrio e na defesa dos interesses nacionais; as situações em que, dentro da manobra militar global, o vetor da manobra militar terrestre é o mais importante; a circunstância de se querer manifestar, nesses arranjos, um maior empenhamento nacional.

Por outro lado, indicam um modelo de serviço militar voluntário e um exército profissionalizado a necessidade de forças altamente disponíveis, com elevados graus de prontidão; as situações em que a ênfase é colocada nos interesses das coligações; optar-se pela multinacionalidade das forças em pequenos escalões; disponibilizar-se forças de intervenção desde o tempo de paz; haver uma clara política de redução de forças; as situações em que, dentro da manobra militar global, as componentes naval e aérea tenham maior expressão; a operacionalidade das forças combinadas exigir um intenso "treino cruzado".

O Realce do Irregular

O realce do irregular, se muito pronunciado, pode deixar de ser um complemento da estratégia militar, para passar a ser uma forma de a substituir. Essa intenção, ou mesmo uma política de menor necessidade, ou de desnecessidade das FA, pode fundamentar-se, teoricamente, na redução da ameaça, ou de ela poder ser tão elevada que se julgue impossível fazer-lhe face com as forças regulares.

A manter-se, porém, essa tendência e um serviço militar, deverá optar-se pelo serviço militar voluntário, por uma aparente menor necessidade do Exército e porque as forças navais e aéreas, que pouco têm a ver com a resistência, dependem muito mais desse modelo. Mas deve notar-se que, se existir o propósito de diminuir o Exército, pela valorização da resistência, as manobras naval e aérea dificilmente se poderão realizar, dada a sua dependência de bases terrestres que, em nosso entender e nessas circunstâncias, ficarão severamente comprometidas.

REFLEXÕES FINAIS

Após as considerações que foram feitas, quanto aos modelos de serviço militar nas diferentes tendências doutrinárias, que julgamos dever sublinhar, estamos em condições de apresentar alguns aspectos conclusivos e reflexões finais.

As Tendências e os Modelos

1. O serviço militar obrigatório e os exércitos de contingente surgem, mais freqüentemente, quando, nas tendências doutrinárias:

- as motivações são muito elevadas;
- as ameaças são de fácil percepção e volumosas;
- é muito importante e evidente o valor daquilo que se defende;
- é fácil a instrução e mobilização de grandes contingentes;
- há um declarado e generalizado apoio da população à ação militar.

2. O serviço militar voluntário e os exércitos profissionais surgem, mais freqüentemente, quando nas tendências doutrinárias:

- é menos importante, ou mais dificilmente perceptível, o valor daquilo que se defende;
- as ameaças são menos evidentes, limitadas, ou muito sofisticadas;
- se prevê ou se trata de intervenções militares no exterior do "santuário";
- os recursos e a tecnologia aconselham que se privilegie a qualidade;
- são exigidos elevados estados de prontidão das forças;

• há um menor apoio da opinião pública para a ação militar.

3. Para além, ou conjuntamente com os indicadores provenientes das tendências doutrinárias, que ao longo do trabalho procuramos racionalizar e sintetizamos nos parágrafos anteriores, também podem ser, entre outros, fatores determinantes da escolha do modelo de serviço militar, os seguintes:

• *Do Serviço Militar Obrigatório:*

— existir uma elevada consciência nacional e uma noção da necessidade do sacrifício generalizado, para a obtenção de uma defesa consistente;

— haver uma forte tradição de serviço militar obrigatório, que funcione como uma quase herança cultural;

— não surgirem posições significativamente diferentes quanto às necessidades de defesa, entre as gerações e entre governantes e governados;

— a disponibilidade de recursos humanos e a carência de recursos materiais obrigarem a que se privilegie a quantidade sobre a qualidade;

— haver, por parte da direção política, o receio de que um exército profissional lhe possa dificultar ou contestar o exercício do poder.

• *Do Serviço Militar Voluntário:*

— viver-se um ambiente em que o individualismo apague ou marginalize os valores de segurança e defesa;

— notar-se uma pronunciada influência, junto do poder e da formação das opiniões, de uma pseudo-inteligência tocada pelas utopias pacifistas;

— haver uma grande lassidão nas populações, resultante de traumas, conformismo, ou aburguesamento;

— existir uma informação poderosa que, por demagogia, inconsciência, protagonismo, ou convicção, adultere a ideia do "preço de sangue" que por vezes é preciso "pagar" para a defesa de valores essenciais;

— pretender-se uma total identificação da direção política com a chefia militar, como sucede nas ditaduras militares;

— haver uma forte tradição, ou ter-se optado pelo sistema de voluntariado, o que dificulta a transição ou o regresso ao sistema obrigatório, que abrange um universo muito mais vasto de cidadãos.

O Serviço Militar em Portugal

O serviço militar obrigatório tem grandes tradições em Portugal, podendo dizer-se que tem sido este, quase sempre, o modelo que temos adotado ao longo de oito séculos de história. Porém, com caráter de exceção, houve períodos em que se utilizou e advogou o profissionalismo, sendo exemplo, desse debate, a seguinte proposta do Conde de Lippe para o Conde de Oeiras, em carta datada de 1764:

"Para em tempo de guerra tirar algum partido da milícia, chamada auxiliar, cumprir tê-la bem armada, revistada e exercitada..."

...Não me atrevo contudo a aconselhar a sua supressão, a menos que lhe pudesse substituir coisa melhor (mas) penso que seis ou oito mil homens de uma boa Infantaria, isto é, a quinta ou sétima parte do número de auxiliares, prestaria em tempo de guerra serviço muito mais seguro..."

No momento atual parece, também, estar a gerar-se uma tendência para o profissionalismo, provavelmente resultante da idéia de que é reduzida a probabilidade de ameaças militares de grande envergadura sobre o território nacional, e da tendência para o alargamento da intervenção; de a população portuguesa ainda não se ter recuperado completamente do trauma da guerra de África e da preocupação que uma possível necessidade de atuação de forças não deve ser posta em causa pela opinião pública (é mais fácil utilizar profissionais que conscritos); da lassidão, apatia e desinteresse, de certa juventude cidadina, pelo SMO (apesar de ele estar consagrado na Constituição), que sublinha a idéia da incomodidade do serviço e procura esbater a sua obrigatoriedade; de um certo mimetismo, resultante da observação da capacidade operacional de forças profissionais de outros países e de não parecer compatível a utilização dos modernos meios de tecnologia avançada com reduzidos tempos de serviços; e da maioridade da nossa democracia que, fazendo desaparecer aquela idéia de Oliveira Martins, segundo a qual "o Exército era uma prolacão dos partidos, uma parte, armada, das clientelas", terminou com o receio do golpismo militar, que se manifestou em Portugal desde o século XIX aos nossos dias.

São indícios dessa tendência para a profissionalização das FA a pretensão de se constituir um sistema de forças operacional com base em profissionais, contratados e voluntários, e a redução drástica do tempo de prestação do SMO.

Essa tendência leva-nos a tecer as seguintes considerações:

- são fundamentos racionais para a profissionalização das FA uma possível intervenção mais alargada, a moderna

tecnologia dos meios de combate e um salutar desejo de aumento de operacionalidade das forças;

- a entrega da violência armada a forças profissionalizadas, quando sugerida por critérios de eficácia, também parece ser uma orientação correta. Mas porque significa transformar-se um dever e um direito que deveria ser de todos, na obrigação de apenas alguns, corre-se o perigo de a defesa deixar de ser nacional;

- a profissionalização militar pode esvaziar de significado e conteúdo os elos defesa-nação e FA — sociedade, isolando os militares do todo nacional, criando duas formas de viver, de sentir e, até, de morrer;

- privilegiar-se a qualidade, em detrimento da quantidade, poderá não ser melhor forma de cumprir a tarefa de defender, e está por provar que os exércitos profissionais sejam os instrumentos mais adequados para garantir a segurança do solo pátrio.

O Serviço Militar e a Guerra

Pela definição trinitária de Clausewitz, a Guerra é, "*primeiro que tudo, a violência original do seu elemento, o ódio e animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural; o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma; e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política...*".

O ódio e a animosidade, que têm como referência e meio o povo que a tem que praticar, podem aconselhar que os seus agentes — os militares — sejam conscritos ou vo-

luntários, consoante a dimensão e intensidade desses sentimentos; a livre atividade da alma, que é exercida pela cúpula da chefia militar, dá igualmente abertura a qualquer dos dois modelos de obtenção do potencial humano para a força militar; mas a sua natureza subordinada de instrumento da política diz que compete, indubitavelmente, à direção política essa escolha, tendo mais ou menos em consideração o que o povo sugere e a chefia militar aconselha.

No entanto, a *prudência* aconselha que essa escolha seja objeto de madura reflexão, em função das dialéticas: sacrifícios — segurança; interesses individuais — interesses coletivos; necessidades do presente —

necessidades do futuro. A *flexibilidade* e a *clarividência* apontam para os sistemas mistos, com um peso variável de um ou de outro modelo, consoante as circunstâncias, e devem permitir que se possa inverter as tendências em função das necessidades. A *eficiência* e a *honestidade* aconselham que a solução encontrada não seja um fim da política interna de curto prazo, mas seja um meio de servir a política externa e a estratégia a longo prazo, para que as FA constituam um elemento efetivo do poder nacional que permita garantir os objetivos de soberania e independência, por forma a atingir esse fim do Estado que é a sua segurança. □

O PRAZER VALE UMA BRAHMA.

A CERVEJA

Nº1





A DEFESA NACIONAL

As Forças Armadas no Século XXI*

Luiz Paulo Macedo Carvalho**

Da análise do cenário geopolítico mundial desta virada de século, o articulista extrai os principais contornos da guerra do futuro, assim como o papel e as missões das Forças Armadas no ano dois mil.

"Um mundo sem Exércitos — disciplinados, obedientes e respeitadores da lei — seria inabitável."

John Keegan

O MUNDO NA VIRADA DO SÉCULO

Este final de século e de milênio passará à história como do desmoramento do "Muro de Berlim", da desintegra-

ção do "império" soviético, do fim da "Guerra Fria" representada pelo conflito Leste-Oeste, do repúdio ao totalitarismo e ao populismo, da redescoberta da democracia, do ressurgimento do nacionalismo, do despertar do Pacífico e da política de blocos econômicos. Tais significativos eventos geopolíticos trouxeram na esteira rupturas e mudanças resultantes da paradoxal tendência fragmentária e globalista. O "Velho

**** Coronel do Exército, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).**

* Selecionado pelo PADECEME.

Mundo" tornou-se a ser campo-de-batalha com o esfacelamento da ex-Iugoslávia, enquanto os tchecos se separam dos eslovacos sem maiores traumas. A escalada da violência étnico-nacionalista, alicerçada na simbiose do fundamentalismo religioso com o terrorismo internacional, não respeitou fronteiras. O fantasma do narcotráfico, acentuando o crime organizado nos grandes centros populacionais, já agravado pela migração de minorias, despontou no cenário mundial como novo fator de ameaça à sociedade humana. O prevalecimento da economia de mercado e o fortalecimento de pólos econômicos ensejam repensar o tradicional conceito de soberania.

A "Nova Ordem Internacional", proclamada após a Guerra do Golfo, ganhou foros de "desordem mundial". A bipolaridade, que pela dissuasão nuclear impediu a eclosão de latentes conflitos e manteve o mundo em relativo equilíbrio, viu-se repentinamente substituída por aparente multipolaridade, encobridora da hegemonia dos EUA. Com isso afloraram ruidosas manifestações de natureza étnico-religiosas, culturais, ditas ecológicas, econômicas, históricas e políticas, ignorando os direitos humanos e ocasionando radicais alterações no mapa-múndi.

A implosão da União Soviética e o decorrente aparecimento da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) exacerbaram minorias raciais e sentimentos nacionalistas, provocando entrechoques de violência irreversível, como a presenciada na Tchetchênia, sem visualização de desfecho sensato para as questões político-militares, particularmente do controle efetivo do antigo arsenal nuclear soviético.

A transição do autoritarismo para a democracia nos países do Leste europeu apresenta elevados custos e perspectivas

questionáveis. As repúblicas bálticas procuram ainda um modelo que garanta suas frágeis independências.

A fragmentação dos Bálcãs, resultante do fracasso dos regimes socialistas e do desaparecimento da liderança de Tito, reabriu a luta fratricida, cujas raízes se perdem em seculares ódios étnicos e nas fronteiras artificiais impostas a minorias de origem eslava, européia e otomana. O temor de que a conflagração da Bósnia se converta em desastre similar ao do Vietnã barra a intervenção e da Comunidade Européia sem o respaldo concreto dos EUA.

A despeito das adesões ao Tratado de Maastrich, a desconfiança de que a Europa abandone a proteção do "guarda-chuva" norte-americano para se submeter ao domínio de uma forte Alemanha reunificada, atrasa a união européia e o acalentado sonho de paz duradoura no "Velho Mundo".

Apesar da libertação do Kuwait, da neutralização do Iraque, do amortecimento do Irã, com a morte de Khomeyni, e os progressos das negociações de paz no Oriente Médio, predominam a instabilidade e as tensões nessa importante esquina do mundo. Da postura da Turquia no porvir dependerá consideravelmente o equilíbrio na sensível área estratégica de interligação do continente europeu com o asiático.

A África — dividida pelos interesses colonialistas de ontem e, ainda, desprovida de condições para se libertar do primitivismo — continua a enfrentar conflitos étnico-tribais da região magrebina ao seu estratégico "chifre", que dificultam uma real emancipação político-econômico auto-sustentável. Ademais, pressionada pelo inchaço demográfico e pela miséria crescente, provoca o incômodo fardo de corrente

migratória perigosa para o continente europeu — dividendo perverso dos conquistadores brancos.

A Ásia “prolífica”, em contraste à “econômica”, forma um conjunto geoestratégico sem equivalente.

O subcontinente indiano é um constante desafio à estabilidade sócio-política da área, sempre em busca de uma difícil saída para os antagonistas seculares de caráter étnico-religiosos, afora os sérios problemas internos e externos de limites.

A complexidade do jogo, de imprevisível resultado, disputado entre o potente Japão e a emergente China, no Sudeste Asiático, incluídos na mesma chave competidores respeitáveis como Coreia, Hong Kong, Indonésia, Malásia, Cingapura, Tailândia e Taiwan, gera apreensões e suspeitas generalizadas que despertaram o gigante norte-americano bioceânico para o significado da APEC. O crescimento econômico descomunal e a competitividade agressiva decorrente da revolução industrial chinesa mudam o panorama do condomínio nipo-americano. O futuro posicionamento de Taiwan, as questões demográficas e de fronteiras da China, a debatida reunificação da Coreia, o anseio de participação do Vietnã da zona de co-prosperidade do Pacífico, a intransigência da Rússia em devolver ao Japão as ilhas Kurilas, a iminência do retorno em 1997 de Hong Kong à China, o potencial dos “Tigres Asiáticos” ou NIC’s, o despontar da Indonésia, Malásia e da Tailândia tornam a reativar o milenar antagonismo sino-nipônico de continentalidade *versus* insularidade.

A perda de importância estratégica dos Estados ibero-americanos, em face da excentricidade geopolítica, à exceção da área

“Tudo indica que o Estado-nação é grande demais para dirimir pequenas questões e pequeno demais para solucionar as grandes.”

do Caribe, marginalizaram-nos, obrigando-os, conseqüentemente, a disputar um lugar ao sol, sem maiores esperanças, dentre os megabloques detentores do poder econômico transnacional. Assim, o heterogêneo comboio da América Latina — carente de poupança interna e investimentos externos — permanece estacionado no pátio do subdesenvolvimento à espera de uma locomotiva potente para a conduzir ao terminal da modernidade. Enquanto isso, continua sendo importadora de bens de capital e de tecnologia, exportadora de matérias-primas e manufaturados por mão-de-obra barata, além de atraente mercado. Nas Américas Central e do Sul, questões lindeiras, o contencioso das Falklands ou Malvinas e interesses multinacionais na Antártida constituem fatores de desagregação e desestabilização política. No Caribe, ouve-se já o “canto do cisne” do agonizante regime castrista.

Simultânea e paradoxalmente, antevê-se o colapso ou decadência dos Estados-nações com a formação de grandes pólos ou conglomerados regionais, continentais e extracontinentais, assim como o fortalecimento de Estados-nações à cata de afirmação da identidade nacional, diante da incapacidade e falta de recursos das organizações internacionais para solucionar contendas. Tudo indica que o Estado-nação é grande demais para dirimir pequenas questões e pe-

queno demais para solucionar as grandes, conforme bem sugere Daniel Bell.

O esboço de um novo sistema internacional ressent-se ainda de um delineamento claro, mas se constata não faltarem pontos de fricção e ameaças à segurança mundial; percebe-se a inexistência de solução à vista, pelo menos a curto prazo, sem o discutível mas inevitável aval dos EUA, embora pareça que estejamos ingressando no século do predomínio e da razão sobre a força.

A PAZ FRIA - PÓS-"GUERRA FRIA"

Desde priscas eras até os dias de hoje, dois problemas ameaçam o mundo: a ordem e a desordem. A alternância entre guerra e paz tem sido uma constante no mundo. A conjuntura político-econômico-social de cada geração vê na guerra a solução de seus conflitos sucessivos, alimentados pelo egoísmo e pela ânsia de poder dos homens. O século XX ficou marcado pelo flagelo dos políticos profissionais que não souberam fazer uso da razão para diminuir as tensões causadoras das duas guerras mundiais. A contar da queda de Roma, setenta e cinco por cento de todas as mortes resultantes de guerras verificaram-se no século XX.

O fim da "Guerra Fria", de início, provocou uma onda de euforia com a suposição de afastamento definitivo do grande risco de holocausto nuclear, restando apenas a possibilidade de ocorrência de limitados conflitos armados localizados ou regionais. Porém a realidade, nos três anos seguintes ao seu término formal, mostrou que o planeta foi sacudido por uma série de acontecimentos inesperados, tão graves como o próprio

conflito Leste-Oeste: a Guerra do Golfo, os massacres da Somália, a luta armada no Sudão, a retomada dos combates em Angola e Moçambique, a volta da guerrilha na Namíbia, os distúrbios raciais e tribais na África do Sul, as violações do cessar-fogo no Saara Oriental, os movimentos separatistas do Assam, Punjab, Cachemira e Timor, a persistência de focos de tensão no Camboja, o prosseguimento do morticínio no Líbano, a guerra civil no Afeganistão, a brutalização das hostilidades na Bósnia, o genocídio russo na Tchetchênia, a instabilidade política em El Salvador e na Nicarágua, a crise do Haiti, as disputas fronteiriças entre Equador e Peru, Colômbia e Venezuela; os confrontos de armênios e azerbaijanos, georgianos, abkhazianos e ossetianos, hutus e tutsis, curdos e turcos, tamis e sinhalezes, israelenses e palestinos, além de muitos outros.

Na verdade, o mundo enfrenta uma nova torrente de conflitos e desafios, ainda que herdados de eras passadas, tal como o de evitar a dispersão de sistemas de armas de destruição em massa.

A própria Guerra do Golfo não eliminou definitivamente a ameaça de conflito em uma das áreas de maior importância estratégica, dados os interesses políticos em jogo do G7.

A comunidade internacional vem respondendo de formas diferentes a cada um dos desafios apresentados no cenário mundial, refletindo falta de uma estratégia consistente para manter a paz após a "Guerra Fria". Uma das razões é que os atuais conflitos diferem bastante daqueles para os quais as Forças Armadas foram tradicionalmente destinadas. Outra é que o mundo vive grandes transformações e a comunidade internacional ainda não logrou redefinir seu papel em termos

explícitos, o que gera desconfiança entre os países mais fracos e subdesenvolvidos.

A insegurança do mundo hoje é agravada por uma gama de incertezas virtualmente desconhecidas de uma ou duas gerações anteriores. Inúmeros conflitos internos contemporâneos são legados do colonialismo, uma vez que os limites de cerca da metade dos Estados-membros da ONU foram impostos arbitrariamente pelos colonizadores. Não causa surpresa, pois, que movimentos separatistas e irredentistas hajam vindo à tona.

Na verdade, a era pós-"Guerra-Fria" será conhecida por um espectro de violenta desagregação dos Estados, passível de levar países à guerra.

Embora, em geral, o número de grandes guerras haja declinado, não há garantia ou indícios que essa tendência persista. As estatísticas recentes sugerem que, no futuro, se possa muito bem assistir à eclosão de vários conflitos limitados. Como afirmou Raymond Aron, caminhamos para um amanhã de "guerra improvável, paz impossível".

A menos que a comunidade internacional determine e enfrente corajosamente as raízes dos conflitos decorrentes da não observância dos direitos humanos individuais, do desrespeito às identidades raciais e à soberania dos Estados-nacionais, a violência não diminuirá no mundo como um todo e a humanidade não se afastará do perigoso rumo que segue.

Muito se tem falado em desarmamento e admite-se mesmo que alguns progressos se fizeram nesse campo, mas prosseguem o desenvolvimento e a produção de modernos sistemas de armas, particularmente nos países industrializados do hemisfério Norte. Bilhões de dólares continuam a ser gastos na comercialização de armas do Primeiro Mundo para o Terceiro. Tem-se limitado o emprego,

"A insegurança do mundo de hoje é agravada por uma gama de incertezas virtualmente desconhecidas de uma ou duas gerações anteriores."

mas não a produção de armas. À exceção da Convenção de Armas Químicas, firmada em 1993, que prescreve a demolição de instalações de produção, nenhum dos tratados existentes estipula o desmantelamento ou conversão de fábricas de armamento para outros fins. A "Nova Ordem Internacional" insinua a manutenção do *apartheid* militar global, pregando o desarmamento e a redução das Forças Armadas dos Estados fracos em detrimento dos poderosos integrantes do G7 que, sob a pseudo-égide da ONU, asseguraria a "segurança coletiva", com sérias ameaças ao conceito de soberania nacional.

Apesar da estabilização ou redução dos arsenais nucleares, os estoques existentes ainda contêm suficiente poder de aniquilação da vida sobre o planeta. Aliás, nenhuma das potências nucleares admite a eventual abolição do respectivo arsenal de armas atômicas, o que não lhes dá autoridade para impedir outros países de dominarem o ciclo completo da desintegração do átomo, mesmo para fins pacíficos, fato que confere *status* político e militar em negociações diplomáticas.

Cresce e prolifera, ainda, o estoque de armas convencionais em todo o planeta, provocando instabilidade. A Europa permanece sendo a região mais militarizada, em contraste com o Terceiro Mundo, onde os conflitos insolúveis alimentam corridas armamentistas com 60% de material bélico

proveniente do G7 — o que configura incoerência com a anunciada política de desarmamento.

A visualização dos “boinas azuis” das Nações Unidas desempenhando papel de gendarmes e/ou bombeiros do mundo afigura-se discutível. A Assembléia Geral, dominada pelo voto de múltiplos países inexpressivos recém-criados, tem suas decisões contestadas pelas grandes potências; da mesma forma, o poder de veto dos grandes, que integram o Conselho de Segurança, levanta suspeições dos Estados menores. Além disso, a inexistência de um orçamento permanente da ONU para operações de manutenção da paz e a crescente dívida ou atraso no pagamento de quotas-partes por inúmeros Estados-membros provoca mais crises do que as previne. Acresça-se, ainda, a tudo isso, a problemática causada pelo Art. 2º da Carta das Nações Amigas que não concede autorização “para intervir em questões essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado”. Fica cada vez mais difícil que no passado distinguir conflitos internos dos internacionais e as suas repercussões além-fronteira. O conceito de autodeterminação colide com o de ação humanitária.

A interpretação do Direito Internacional, ainda que diante de graves violações de direitos humanos, não justifica intervenções estrangeiras em negócios internos. Assim, o conceito de soberania, mesmo nunca tendo sido expresso absolutamente, torna-se mais relativo em termos dos direitos e responsabilidades dos Estados. Não surpreende, pois, que alegadas intervenções externas em Estados fracos não sejam aceitas universalmente. No futuro, tais práticas serão dificilmente justificadas.

Finalmente, a manutenção da paz reclama que, antes de tudo, se faça a paz, uma vez que os Estados poderosos só resolvem as questões de seus interesses, confirmando a velha assertiva de La Fontaine de que a “razão do mais forte é sempre a melhor”. Os dias de amadorismo terminaram. Os diplomatas e políticos têm sido irrealistas. A autoridade e a credibilidade da ONU estarão comprometidas, caso a solução dos conflitos internacionais continue sendo tratada dentro dos estreitos interesses econômicos e políticos das potências mundiais ou de corporações transnacionais, em detrimento dos princípios universais de respeito à dignidade humana. Essas suspeitas se fundamentam nas decisões tomadas pelo Conselho de Segurança da ONU, que ignora violações dos direitos humanos quando lhe convém ou, ainda segundo conveniências do momento, as usa como razões para justificar intervenções.

Seria ilusório esperar-se das Nações Unidas capacidade de impedir que todos os eventuais conflitos limitados ganhem dimensões violentas e de grandes proporções.

Apenas a dissuasão, pelo emprego efetivo de força poderosa, quando necessário, garantirá o direito da humanidade viver em liberdade e em paz.

A GUERRA DO FUTURO

Ao término das grandes conflagrações que abalaram a humanidade no século XX — a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais — os vencedores, ao firmarem a paz com os alemães, esboçaram uma nova ordem internacional, visualizando garantir segurança coletiva com a criação da Liga das Nações, em Genebra (1919), e a Organização

das Nações Unidas, em São Francisco (1945). Os vitoriosos tornaram-se, assim, fiadores da paz mundial com base no equilíbrio do poder militar de que eram detentores.

Com o fim da "Guerra Fria" os EUA emergiram, sem dúvida, como a única superpotência hegemônica absoluta ou dividindo sua responsabilidade com os Sete Grandes (Alemanha, Canadá, EUA, França, Japão, Inglaterra e Itália).

Desta maneira, as grandes guerras do futuro só poderão ser travadas pelos Estados considerados mais desenvolvidos, ou seja, neste final de século e de milênio, apenas os EUA têm condições de travar e sustentar uma guerra total nuclear, o que por si só a torna de possibilidade remota. Fora desta hipótese distante, os conflitos de maior envergadura ocorridos entre as nações do Terceiro Mundo seriam evitados ou solucionados pela hegemônica nação norte-americana ou pelo poder global do G7, utilizando como instrumento a ONU, ou mediante sanções econômicas de organismos financeiros internacionais. Fracassadas as negociações diplomáticas ou pressões econômicas, empregar-se-ia uma força internacional sob a bandeira da ONU, com o beneplácito do Conselho de Segurança.

Todavia, a almejada mas inatingida paz universal está longe de ser alcançada.

Os esperados avanços científico-tecnológicos, nas próximas décadas, trarão significativo desenvolvimento no campo do material bélico, acarretando mudanças na natureza da guerra, com fortes reflexos na estrutura e no emprego das Forças Armadas.

Armas convencionais, desenvolvidas com base em modernos princípios tecnológicos e de grande precisão, devem substituir as nucleares de poder destruidor similar, sem as

suas perversas conseqüências devastadoras.

A linha demarcatória entre armas nucleares e convencionais desaparecerá.

Estarão disponíveis novos sistemas de armas, automáticos e computadorizados, de alta precisão, dotados de explosivos muito mais poderosos, de munição com grande capacidade de penetração, de componentes eletrônicos, equipamentos de detecção de alvos e pontaria que processam dados a velocidade incrível.

Predominará o armamento convencional estratégico e ofensivo disparado do ar e do mar.

A microeletrônica permitirá a expansão de armas de enorme precisão automática e "invisíveis". O principal fator limitativo do desenvolvimento de tais armas será o elevado custo.

A arte da guerra sofrerá imensas alterações.

A coordenada vertical ganhará expressão: as forças terrestres, tradicionalmente apoiadas pelas aeronavais, terão seu emprego invertido, passando a apoiar as ações aeroespaciais. Conseqüentemente, o papel das forças aeronavais será revisto.

As guerras do futuro não deverão implicar na necessidade de buscar a destruição total do poder de combate e do potencial econômico e político inimigos, isto é, na quebra da vontade de lutar pelo emprego maciço das forças terrestres e ocupação do território adversário. Por conseguinte, não se exigirá a formação de exército de considerável efetivo, como no passado, que sofria e impunha pesadas baixas, nem a conquista e manutenção das posições inimigas.

Com ataques precisos e alvos previamente selecionados, conduzidos por armas estra-

tégicas a distância, o número de baixas e danos operacionais ver-se-ão reduzidos, mas levarão à desintegração do sistema político pelas severas perdas infligidas às instalações industriais e de geração de energia, centros de comunicação, rede de transporte e à população, não distinguindo o soldado do cidadão.

Ganharão especial importância a guerra eletrônica e de inteligência.

A duração das operações será bastante reduzida.

Os 3C — comando, controle e comunicações — serão atividades extremamente valorizadas.

A defesa aérea terá de ser reavaliada e modernizada para enfrentar os sistemas de armas de alta precisão não tripulados e "invisíveis", até mesmo aos olhos dos radares, sob quaisquer condições meteorológicas ou de visibilidade.

O computador dominará o campo da batalha; conseqüentemente, a vitória penderá para o contendor que dispuser de maiores e melhores meios informatizados, operados por especialistas altamente capacitados em processamento de dados, capazes de superar o comando e controle do oponente.

A automação dos dados dispensará grandes efetivos militares e exigirá, cada vez mais, pessoal bem treinado relativamente em menor número.

As aeronaves cederão lugar a engenhos aeroespaciais não tripulados.

Armas "inteligentes" suplantarão as convencionais e nucleares da atualidade, sem que estas últimas sejam relegadas a plano inferior em situações de desespero ou inferioridade de meios — o que provocará o ingresso no "clube atômico" de novos membros dota-

dos de sistemas relativamente primitivos e limitado estoque.

As operações combinadas, consagradas a partir dos desembarques do Dia-D na Normandia, atingirão o clímax em decorrência do crescimento do poder aeroespacial e naval.

O espaço constituirá fator decisivo para as operações militares. As ações bélicas abrangerão todo o teatro-de-operações e a zona de interior, colocando a população civil e as áreas de retaguarda tão vulneráveis quanto as da frente. Torna-se-á muito difícil o controle pela simples marcação de linhas e limites, o que confundirá as tênues delimitações entre a tática e a estratégia.

A maioria dos Estados não apresenta capacidade para acompanhar tal desenvolvimento científico-tecnológico aplicado à arte da guerra, levando-os a aceitar a "Nova Ordem" imposta pelos grandes ou travar guerras curtas, limitadas ou regionais, empregando armamento convencional moderno ou antigos sistemas de armas nucleares e químicas, a fim de compensar o poder dos mais fortes.

Ainda por algum tempo, o mundo atônito assistirá a eclosão de hostilidades entre países emergentes, que porão em risco a paz mundial.

A "Nova Ordem Internacional", que coloca as Forças Armadas de nações incapacitadas de acompanhar a desenfreada corrida armamentista como guardas nacionais ou milícias, na dependência das grandes sob o escudo de organismos internacionais, espera ansiosa o advento de outra estratégia para fazer face aos desafios armados que afligem a humanidade e ameaçam a estabilidade mundial.

PAPEL E MISSÕES DAS FORÇAS ARMADAS

A paz, ensinaram os antigos povos, não pode ser garantida apenas pela coragem e vontade. Os modernos Estados continuam sujeitos aos perigos da guerra.

Ortega y Gasset, há quarenta anos, preocupava-se com o fim do equilíbrio mundial assegurado pela "Guerra Fria" e como seria mantida a paz entre as nações.

Em termos políticos, o mundo pode até haver se tornado menos perigoso, porém, em econômicos, achá-se mais complexo e vive sob maior risco de confrontos. As grandes guerras parecem estar afastadas, mas a feroz guerra econômica entre nações, presenciada nos dias atuais, alerta para o risco de descontrole geral com degeneração em conflito armado.

Assim, a despeito de se reconhecer as múltiplas contribuições de organismos internacionais para a manutenção da paz, não há como admitir a transformação das Forças Armadas em milícias no Terceiro Mundo. Nenhum sistema defensivo poderá suprimir todas as tensões que afligem as sociedades injustas, desprovidas de meios para manter a paz e garantir a ordem no cenário mundial. Combatentes famintos, ignorantes e inferiorizados socialmente não resistirão às investidas de contendores desenvolvidos e mais adestrados. Sem educação, saúde e higidez, não haverá Forças Armadas capazes de assegurar o respeito e o equilíbrio entre os Estados.

A humanidade defronta-se ainda com angustiante dilema: continuar na dependência da força militar — mesmo conduzida pela ONU em nome da comunidade mundial — ou inevitavelmente relegitimar o emprego da

violência com fins político-econômicos. Tempos atrás, Adlai Stevenson declarava, em discurso nas Nações Unidas, que "não temos a visão de um mundo desprovido de conflito. Não temos a visão de um mundo sem guerra e isto requer, fatalmente, um sistema alternativo para solucionar a questão".

Qualquer que seja a evolução da arte da guerra, decorrente do novo quadro político delineado no limiar do século XXI, o papel universal e perene das Forças Armadas continua imutável — dissuadir agressões, defender a pátria e garantir a lei e a ordem, interna e externamente.

"Qualquer que seja a evolução da arte da guerra, decorrente do novo quadro político delineado no limiar do século XXI, o papel universal e perene das Forças Armadas continua imutável."

O Estado é a própria estrutura social do poder; a estrutura social de influência primordial sobre a sociedade como um todo, sobre cada homem e sobre todos os homens, segundo Otávio Costa. No campo internacional, lembra Raymond Aron que "a relação entre os Estados é de poder".

O papel das Forças Armadas, então, deve ser coerente com os anseios e fins do Estado e da própria sociedade em geral. Daí a idéia consagrada de que as Forças Armadas constituem um prolongamento da sociedade a que pertencem — razão porque são instituições nacionais e permanentes. No caso de descompasso entre as Forças Armadas e a sociedade resultam choques, rupturas e conflitos, com sérios prejuízos para a estabilidade, a liberdade e a paz social.

Para se tratar do papel que cabe às Forças Armadas desempenhar na sociedade, precisa-se saber como estão institucionalizadas. Isso implica em conhecer suas legítimas missões dentro da esfera de ação definida por lei; em outras palavras, sua destinação constitucional e suas finalidades.

As missões genericamente executivas são permanentes em quase todas as Forças Armadas, distinguindo-se apenas umas das outras pelas conotações político-ideológicas que lhes impuseram as destinações legais das quais derivam.

A destinação é função do regime e da época vividos pela nação; por conseguinte, varia com as flutuações políticas do país. Enquanto em algumas nações a expressão militar é institucionalmente adaptada a um partido único ou a poder, pessoal de um governante discricionário, nas democráticas, normalmente, a lei maior preceitua que as Forças Armadas garantam um regime cuja autodeterminação, interna e externa, se legitime na representação popular. A destinação é, por isso, durável e se remodela quando o povo ou grupos minoritários se apoderam do poder ditando os destinos da nação. Exemplos disso estão na passagem das forças do czar para as do Estado soviético e no retorno destas à nação russa; na mudança democrática das instituições armadas nazistas e socialistas para as da atual Alemanha reunificada; na grandeza da destinação militar existente nos EUA e na Inglaterra de hoje; na conturbada história de inúmeros governos ibero-americanos.

Quando um povo atinge o estágio cultural de nação e organiza o Estado, este tem como atributos essenciais a *soberania* — a manutenção da independência da nação no concerto das demais, caracterizada pelo fato da von-

tade nacional não se submeter à de nenhuma outra — e a supremacia de *ordem interna* — traduzida pelo poder de que é investido o Estado para se impor aos demais poderes institucionais no interior do seu território.

Fiel à tradição constitucional brasileira, reza a Carta Magna vigente, em seu Art. 142, que "as Forças Armadas (...) são instituições nacionais permanentes e regulares, (...) e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

O destino assim traçado é bem consentâneo com o estágio alcançado de evolução política da Nação, levando-o ao plano de manutenção da lei e da ordem, o que, no entanto, não cabe às Forças Armadas em alguns países.

A "defesa da Pátria" significa integrar e proteger o território nacional e as instituições democráticas — o regime representativo, a Federação e a República — contra quaisquer agressões, claras ou sub-reptícias, de origem externa e interna.

A "garantia dos poderes constitucionais" especifica dar segurança aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para que se desincumbam de suas atribuições legais, independente e harmonicamente, livres de quaisquer tipos de pressões.

A "garantia da lei e da ordem" sintetiza-se em fazer respeitar as normas legais estabelecidas ou que delas advenham, o que concede às Forças Armadas peculiar postura.

Mesmo se a lei não previsse tal destinação, dificilmente a sociedade aceitaria que as Forças Armadas se mantivessem impassíveis e neutras diante do caos e da desordem. Seria ilógico e utópico que o Estado abrisse mão do braço armado para enfrentar qual-

quer ameaça, externa ou interna. O velho aforismo franco-maçônico de que as Forças Armadas sejam um "grande mudo" só encontra guarida entre os mal-intencionados. A mudez é uma deficiência orgânica incompatível de se constituir em predicado militar.

Já disseram com clareza, objetividade e precisão que, no primeiro plano, na ordem dos compromissos sagrados das Forças Armadas está a defesa da pátria, de seu patrimônio moral e material, da sua integridade territorial, da sua independência político-econômica e das instituições nacionais. Em segundo lugar, incumbe-lhes participar da defesa coletiva do continente americano contra quaisquer agressões eventuais, porque os interesses mútuos das nações irmãs são comuns e a estabilidade do hemisfério reside na preservação da paz do Norte ao Sul. Finalmente, são as Forças Armadas o instrumento de ação disponível para cumprir compromissos internacionais de manutenção da paz mundial entre os povos.

Esses três objetivos, dispostos na ordem de prioridade enunciada, resumem as missões básicas das instituições militares no Brasil.

Sem prejuízo das suas missões principais, fixadas pela destinação constitucional, as Forças Armadas executam ações implícitas de interesse militar nos campos científico-tecnológico, econômico e social em que houver carência da participação da iniciativa privada ou governamental, bem como de socorro à Defesa Civil em casos de calamidade pública e emergência, ou humanitários.

No recente Seminário "Política Educacional para o Exército: Ano 2000", realizado em Brasília, sob os auspícios do Estado-Maior do Exército Brasileiro, do qual

participaram representantes militares e civis do Primeiro Mundo, houve unânime concordância que, resumidamente, as missões genéricas da Forças Armadas se consubstanciam nas seguintes: *defesa da Pátria; participação de forças multinacionais para manutenção da segurança coletiva; prestação de socorro em catástrofes e emergências.*

Ficou evidente que as Forças Armadas constituem, em todos os Estados, o elemento fundamental da organização coercitiva a serviço do direito.

Nelas — na eficiência de sua estrutura, no seu adestramento, na sua respeitabilidade — repousa a paz social, pela afirmação da ordem, na órbita internacional e do prestígio nacional, na sociedade das nações. São, portanto, os garantes materiais da subsistência do Estado soberano e da perfeita realização dos seus fins. É em função de seu poderio que se afirmam, nos momentos críticos da vida nacional e internacional, o prestígio do Estado e a sua própria autodeterminação.

Não se pode, assim, aceitar a idéia de confiar a defesa do Estado a alianças ou a terceiros, nem depender de volúveis decisões de organismos internacionais para garantia da integridade nacional.

Em conclusão, vale salientar que, a despeito do mundo sentir-se menos perigoso ou não com o término da "Guerra Fria", no contexto da pretendida "Nova Ordem Internacional", as Forças Armadas se fazem, mais do que nunca, indispensáveis, por se constituírem em instituições nacionais permanentes cuja destinação, emanada dos textos constitucionais, com ligeiras diferenças, continu-

am sendo universais e não podem ser delegadas a milícias, a outros Estados ou a organismos internacionais. Do contrário, os princípios basilares de soberania e de autodeter-

minação, fundamentos do Direito Internacional e da declaração dos direitos e deveres do homem e da Carta da ONU ficariam definitivamente comprometidos. □

BIBLIOGRAFIA

- CORDELLIER, Serge. *O Mundo Hoje*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, Brasil, 1994.
- FORTUNA, Hernani Goulart. O Papel da Marinha no Limiar de um Novo Século. *Revista do Clube Naval*, Ano 105, nº 290. Rio de Janeiro, Brasil, 1993.
- KEEGAN, John. *A History of Warfare*. Alfred A. Knopf, Nova York, EUA, 1993.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. A Missão das Forças Armadas. *Segurança e Desenvolvimento*. Ano LII, nº 213. Rio de Janeiro, Brasil, 1993.
- . A Dissuasão Estratégica na Conjuntura Mundial. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Ano X, nº 27. Rio de Janeiro, Brasil, 1994.
- RENNER, Michael. Critical Juncture: the future of peacekeeping. *Worldwatch Paper 114*. Worldwatch Institute, EUA, 1993.
- SANTAYANA, Mauro. O Cenário Mundial, a Economia e as Forças Armadas. *Gazeta Mercantil*. Rio de Janeiro, Brasil, 1991.
- SLIPCHENKO, Vladimir I. Uma Análise Russa da Guerra de Sexta Geração. *A Defesa Nacional*, nº 763. Rio de Janeiro, Brasil, 1994.

PRADA – 115 Anos

Tradicional Fornecedor de Boinas e Chapéus Para as Forças Armadas

COMPANHIA PRADA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rua Dr. Alberto Ferrelra, 179 – Limeira-SP – Tel.: (0194) 51-2210 – C.P. 46 – CEP 13480



A DEFESA NACIONAL

Forças Armadas Portuguesas — Fatores e Elementos Geopolíticos e Geoestratégicos nos Princípios de 1995*

J. Lopes Alves**

Partindo de considerações geopolíticas e geoestratégicas, o artigo apresenta uma sistemática aplicável à determinação da estrutura das FFAA portuguesa, capaz de ser apropriada por qualquer outra força armada.

A Instituição Militar de qualquer país e, concretamente, o meio de força que a constitui, as Forças Armadas, só podem dar cumprimento à missão de Segurança e Defesa, bem como a outras missões eventuais determinadas pelo respectivo Estado, se a sua estrutura for adequada, dispuserem permanentemente do apoio do Poder Político a que se subordinam, e se tiverem

comportamento destacado no âmbito de uma ética positiva, em que sejam relevantes os altos valores históricos e atuais que enformam a respectiva comunidade.

Para um Estado consciente em que todos os seus domínios e setores se assumam na realidade efetiva dos seus dois componentes, o solo e a população, que saiba fazer, com acuidade e precisão, e manter atualizados os estudos-de-situação que, em dado momento se exigem, que alicerce, conseqüentemente, as suas atitudes fundamentais em aspectos "de vontade, de determinação, de sensatez,

** General do Exército português.

* Selecionado pelo PADECEME.

de equilíbrio, de sentido de justiça, de confiança e de perseverança", que possua e respeite objetivos e tenha uma doutrina válida e, geralmente, conhecida e aceite para os realizar, sem dúvida que as suas Forças Armadas conterão, em si próprias, os predicados que necessitam para se imporem e destacarem.

A Instituição Militar e as Forças Armadas surgem, assim, em tal Estado, como o "espelho da sua nação" — englobando-se nesta imagem a influência que, pela sua formação e pelo seu comportamento específicos, exercem nas suas características objetivas e subjetivas e no estudo e formulação pelo Estado das decisões políticas e estratégicas concernentes à missão e às doutrinas que têm de ser necessariamente eleitas para a executar.

Excetuando uma ou outra oposição mais ou menos séria ou violenta dos detentores da Força ao Poder Político no período em causa constituído, sempre o relacionamento das Forças Armadas portuguesas com a sua autoridade política se inscreveu, desde os primórdios da independência do País, em 1140, até à atualidade, adentro do esquema normativo acima considerado. E à luz dos conceitos atuais, quer, primeiro, em longo regime monárquico até 1910, quer desde então em regime republicano, o Exército, a Marinha e, a partir dos primeiros anos do século XX, também a Força Aérea, foram continuamente "símbolo da presença da Nação e de dignidade, fator e guardião de nobilíssimas tradições nacionais e construtores da Pátria".

Todavia, no século XIX, a partir do início da Guerra Civil e, particularmente, nos seus últimos anos, as Forças Armadas ganharam, temporariamente, mentalidade intervencio-

nista na vida política do Estado, em tempo em que não se verificava ainda essa intervenção por parte da generalidade das populações. Uma tal mentalidade, que veio a prolongar-se nas décadas seguintes do atual século, até cerca de 1980, e foi em certo período esteio de regime autoritário, ficou a dever-se aos "enormes sacrifícios arrostados pelo seu pessoal nas guerras de pacificação e de consolidação da Soberania Nacional no então Ultramar Português, na exaltação pública promovida no País aos feitos então praticados e, ainda, na indiferença e na inoperância com que alguns vultos políticos se comportaram face a candentes problemas internos e externos da Nação".

O regresso às fronteiras do século XV a que a Revolução de 25 de abril de 1974 deu lugar, com apenas o território continental ibérico, a Metrópole, e dois arquipélagos, os Açores e a Madeira, a pairarem no Oceano Atlântico, tudo se modificou, ainda que não instantaneamente. Como é característico e conhecido de todos os movimentos subversivos e revolucionários, como foi o daquela data, viveu-se durante alguns anos em absoluta intranquilidade no seio das Forças Armadas, alargada aos partidos políticos e às populações, durante a qual constantemente se opuseram — felizmente apenas ao nível das idéias — elementos radicais, comungadores na ideologia marxista-leninista, e ainda outros, em maior número, campeando pelo conservadorismo ou, mais exatamente, por mitigado conservadorismo-socialista, que procuraram estabilizar a Organização e influenciar, simultaneamente, no melhor sentido para as tradições do País, a par da estabilização das Forças Armadas, o seu processo de desenvolvimento político e económico e o da

instauração da Democracia pluralista entre os portugueses.

Não houve tempo nem ambiente político adequados nesse agitado período para o reajustamento do volume, muito empolado, dos três ramos das Forças Armadas, em especial do Exército, de modo a proporcioná-lo ao agora limitado espaço geopolítico e geoestratégico com que se passou a contar, e à amplitude e natureza da missão, dos campos interno e externo, naturalmente decorrente. Foram iniciados desde logo, é certo, ponderados e pormenorizados estudos para essa finalidade, mas muitos poucos deles foram então apreciados e decididos pelo Poder Político instituído, também ele afetado pela acentuada instabilidade que influenciava a vida da Nação; e, só a partir dos fins da década de oitenta, então com um Estado e um Governo politicamente fortalecidos e desejando inovar, se penetrou com vontade e possibilidade na ingente tarefa de reestruturar, reorganizar e redimensionar as Forças Armadas, visando a dotá-las dos meios de pessoal e de equipamentos adequados.

Tal tarefa, ainda em curso, conduziu à redução substancial dos efetivos tornados excedentes, à melhoria da qualidade dos que restaram e à substituição de grande parte dos materiais disponíveis, tornados obsoletos e arruinados por quase dezena e meia de anos de guerra na África e pelo progresso técnico entretanto verificado.

O corrente ano de 1995 surge, deste modo, como período de continuidade da volumosa reorganização militar encetada e da obtenção efetiva de alguns resultados

positivos adentro das organizações afetadas, mas também, de reflexão e de eventual reversão sobre outros que se revelaram já, ou poderão vir a revelar-se proximamente, inadequados ou desajustados às características geopolíticas e geoestratégicas da comunidade.

O ÂMBITO GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO ATUAL

No espaço geográfico europeu ou, melhor, euro-atlântico em que, desde 1975, se encontra inserido,¹ e integrado, portanto, nas unidades continental e atlântica que nele se sobrepõem, Portugal distribui-se no seu todo por três parcelas, que podem considerar-se em dispositivo triangular² e que são o Portugal Continental, a parcela histórica, condutora sempre da sua epopéia no mundo, e os Arquipélagos dos Açores e da Madeira, parcelas insulares, como no esquema que acompanha estas notas se especifica.

As distâncias que medeiam entre as três parcelas e as características geofísicas e geoumanas, respectivamente, do seu território e das suas populações — assentes, estas, numa clara identidade rásica, lingüística e cultural e com idêntico grau de desenvolvimento — apontam de imediato como fator político e estratégico que a valoração e a afirmação interna e externa do conjunto depende inteiramente do espírito de ligação, de entendimento e de unidade entre elas estabelecido, sejam quais forem os domínios e as linhas-de-ação considerados.

1 Espaço que, como se disse anteriormente, era o que o País possuía há 550 anos.

2. O Triângulo Estratégico Português (TEP).

instauração da Democracia pluralista entre os portugueses.

Não houve tempo nem ambiente político adequados nesse agitado período para o reajustamento do volume, muito empolado, dos três ramos das Forças Armadas, em especial do Exército, de modo a proporcioná-lo ao agora limitado espaço geopolítico e geoestratégico com que se passou a contar, e à amplitude e natureza da missão, dos campos interno e externo, naturalmente decorrente. Foram iniciados desde logo, é certo, ponderados e pormenorizados estudos para essa finalidade, mas muitos poucos deles foram então apreciados e decididos pelo Poder Político instituído, também ele afetado pela acentuada instabilidade que influenciava a vida da Nação; e, só a partir dos fins da década de oitenta, então com um Estado e um Governo politicamente fortalecidos e desejando inovar, se penetrou com vontade e possibilidade na ingente tarefa de reestruturar, reorganizar e redimensionar as Forças Armadas, visando a dotá-las dos meios de pessoal e de equipamentos adequados.

Tal tarefa, ainda em curso, conduziu à redução substancial dos efetivos tornados excedentes, à melhoria da qualidade dos que restaram e à substituição de grande parte dos materiais disponíveis, tornados obsoletos e arruinados por quase dezena e meia de anos de guerra na África e pelo progresso técnico entretanto verificado.

O corrente ano de 1995 surge, deste modo, como período de continuidade da volumosa reorganização militar encetada e da obtenção efetiva de alguns resultados

positivos adentro das organizações afetadas, mas também, de reflexão e de eventual reversão sobre outros que se revelaram já, ou poderão vir a revelar-se proximamente, inadequados ou desajustados às características geopolíticas e geoestratégicas da comunidade.

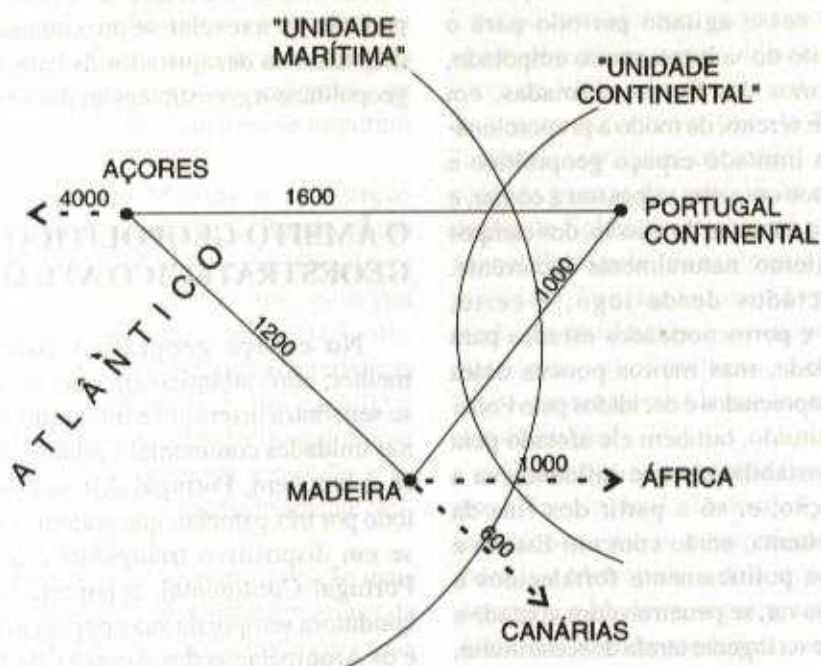
O ÂMBITO GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO ATUAL

No espaço geográfico europeu ou, melhor, euro-atlântico em que, desde 1975, se encontra inserido,¹ e integrado, portanto, nas unidades continental e atlântica que nele se sobrepõem, Portugal distribui-se no seu todo por três parcelas, que podem considerar-se em dispositivo triangular² e que são o Portugal Continental, a parcela histórica, condutora sempre da sua epopéia no mundo, e os Arquipélagos dos Açores e da Madeira, parcelas insulares, como no esquema que acompanha estas notas se especifica.

As distâncias que medeiam entre as três parcelas e as características geofísicas e geoumanas, respectivamente, do seu território e das suas populações — assentes, estas, numa clara identidade rásica, lingüística e cultural e com idêntico grau de desenvolvimento — apontam de imediato como fator político e estratégico que a valoração e a afirmação interna e externa do conjunto depende inteiramente do espírito de ligação, de entendimento e de unidade entre elas estabelecido, sejam quais forem os domínios e as linhas-de-ação considerados.

1 Espaço que, como se disse anteriormente, era o que o País possuía há 550 anos.

2. O Triângulo Estratégico Português (TEP).



O TRIÂNGULO ESTRATÉGICO PORTUGUÊS (TEP) — (Distâncias em quilômetros)

Desse modo, o conjunto Continente-Arquipélagos assume natural "responsabilidade política e estratégica continental, onde se insere com o Continente, e responsabilidade política e estratégica marítima, onde se manifesta igualmente com o Continente, e agora, também, com os dois arquipélagos atlânticos".

Em síntese, como sempre foi através dos séculos desde a sua formação, Portugal é, assim, potencialmente bivalente face à terra e face ao mar, "tendo sido a realidade desses

aspectos que orientou, em 1949, a sua política para a assinatura do Tratado da Aliança Atlântica e, modernamente, para a entrada e permanência noutras organizações europeias, como a União da Europa Ocidental (UEO) e a Comunidade Europeia (CE)".

Em termos gerais, uma tal política abrange, nos tempos atuais, conseqüentemente: a participação ativa na defesa continental europeia e nas defesas aérea e marítima globais, com particular relevância para a área do Atlântico e para o conjunto

África do Norte-Mediterrâneo; a defesa a todo o custo da sua base territorial e humana, que constitui o TEP; e a assunção de condições político-estratégicas que lhe permitam desempenhar outras responsabilidades atinentes.

Ultrapassadas completamente, a partir de 1974, as características de isolamento internacional em que o País vivia desde os anos a seguir à Segunda Guerra Mundial, mercê da política seguida em relação ao seu então Ultramar, e vencido o período de instabilidade interna verificada nas décadas de setenta e oitenta, decorrente da Revolução de Abril, o País é, presentemente, núcleo geopolítico e geoestratégico com diversos vetores de interesse orientados para áreas, organizações e países diversos que influenciam claramente a sua vivência interna.

Olvidando, por desatualizados, os antigos Blocos Ocidental e de Leste e o ainda afirmado Terceiro Mundo global, são hoje esses vetores: a Europa, para lá dos Pirineus; a Espanha; o Reino Unido; o País do Magrebe; os Países africanos de língua oficial portuguesa; o Brasil; os Estados Unidos da América; o Estado do Vaticano; Macau e Timor Leste.

A Europa

É o continente em que o País se integra e ao qual política e culturalmente sempre esteve ligado, desde os primórdios da sua formação como Nação e Estado, quase sempre até por relações de parentesco entre as classes familiares reinantes.

A materialização desta ligação foi, no entanto, sempre prejudicada por via terrestre, pela existência do território espanhol, levando, em consequência, o País a explorar a via marítima, utilizando o Atlântico.

O País pertence a todas as Organizações estabelecidas³, e, para além de aliança com o Reino Unido desde 1383, tem acordos bilaterais de colaboração e assistência mútua, no âmbito da NATO, com a França, desde 1977, e com a Alemanha, desde 1980.

A Espanha

Pelo seu atual poderio de todos os domínios, globalmente reconhecido, e pelas características peculiares de afirmação do seu povo, entre as quais se conta a tendência histórica de absorção do "abscesso português" da banda ocidental atlântica, ainda muito recentemente proclamada por algumas entidades espanholas responsáveis, é vizinho com o qual há que manter e desenvolver as melhores relações, mas atentos aos aspectos focados e ao presente controle económico e financeiro que está a gerar-se do outro lado da fronteira, em especial através das suas regiões autonomizadas.

A mútua ligação dos dois países às organizações europeias se, por um lado, permite que Portugal se furte a esse controle, conduz, por outro, a mais estreita ligação no âmbito regional.

Existe, desde 1977, um Tratado de Amizade e de Cooperação entre os dois países, visando a concretamente "boa vizinhança e estímulo nas relações em diversos domínios".

3. NATO, OSCE, CE e UEO.

País do Magrebe

É, no seu conjunto, um outro vizinho, em especial Marrocos e Argélia, que, embora mais distante, Portugal tem de acompanhar com atenção, considerando a sua proximidade, a ligação e a oposição históricas que, até meados do século XVIII, manteve com aqueles dois países, a sua influência estratégica nas relações entre o Mediterrâneo e o Atlântico, o atual incremento do fundamentalismo islâmico e o desejo por vezes manifestado de readquirir localmente e no continente europeu a posição de predomínio que teve até aos fins do século XV.

Portugueses e magrebinos são, em muitos aspectos, também irmãos e tem procurado fazer frutificar essa irmandade.

A permanência da Espanha em Ceuta e Melilha, que Marrocos reivindica e com o qual Portugal assinou Tratado de Amizade e Cooperação extensivo ao domínio militar, constitui fator de preocupação para Portugal, pela sua inserção física e política na Península Ibérica.

Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

Pertencem, desde o século XV, ao domínio da cultura portuguesa e continuam a representar pólos em relação aos quais Portugal tem necessidade, para benefício mútuo, de praticar a melhor cooperação e de fazer todos os sacrifícios para participar no seu desenvolvimento.

Essa atitude do País deverá respeitar, em absoluto, a soberania e as intenções daqueles países e manter-se na idéia, sem dúvida certa, de que dentro de alguns anos, saradas as

atuais feridas, Angola e Moçambique serão, como hoje o Brasil do outro lado do Atlântico Sul, pelas suas possibilidades, núcleos muito importantes de uma África e de um mundo em ebulição.

Brasil

Também *País-irmão*, ao qual Portugal se liga por indiscutíveis e indestrutíveis laços de todos os domínios e que impõem permanentemente vantagem em desenvolver, é já uma potência no ainda instável continente americano do sul e no mundo.

As suas imensas possibilidades, a identidade cultural que perdura no País com todos os países de língua e expressão portuguesas e a sua vontade de afirmação política e estratégica global poderão guindá-lo, em período próximo, a posição dominante numa, uma vez estabelecida e bem definida, Comunidade de Povos Luso-Afro-Brasileiros.

Portugal, na sua expressão política e estratégica, tem de atender sempre a essas realidades.

Estados Unidos da América

Ainda que também continental é, desde o termo da Segunda Guerra Mundial, potência marítima global, bordando o Atlântico por Oeste, e constitui, portanto, vetor de orientação política e estratégica para Portugal, pelos interesses mútuos, decorrentes da Aliança Atlântica, e bilaterais, assim estabelecidos e respeitados.

Os EUA substituíram, na sua utilidade para Portugal, a Inglaterra que, enquanto garantiu a sua superioridade naval nos ma-

res que banham os continentes africanos e asiático, onde se situavam então muitos territórios portugueses e muitos deles com fronteiras com territórios ingleses, era, de fato, a potência que mais lhe interessava.

No vértice mais ocidental do Triângulo Estratégico Português, no Arquipélago dos Açores, situa-se uma das bases de maior interesses global para os Estados Unidos, a Base das Lajes, na Ilha Terceira, que o País utiliza, conjuntamente com a Força Aérea portuguesa, no interesse do próprio País e da Aliança Atlântica.

Portugal e Estados Unidos encontram-se ligados, desde 1951, por um Acordo de Defesa, que visa à colaboração e assistência militar no âmbito da Aliança.

Reino Unido

Ainda que tenha perdido, com a Segunda Guerra Mundial e com a independência da quase totalidade dos seus domínios africanos e asiáticos que se seguiu àquele conflito, a sua posição de potência marítima dominante, constitui ainda hoje núcleo de interesse político e estratégico para o País uma vez que a ele nos liga uma aliança de seiscentos anos, que, no entanto, tem apenas funcionado só em seu favor, e que a sua disputa com a Espanha, quanto à soberania sobre o Território de Gibraltar, coloca Portugal no centro de eventual agravamento das suas relações.

Estado do Vaticano

Embora esse Estado se encontre, aparentemente, fora da política e da estratégia globais, Portugal tem de assumir, em relação

a ele, relacionamento bem definido e ponderado, dado que existem no seu território cerca de oito milhões de católicos, embora apenas cerca de metade praticantes.

As características de educação, cultura e informação da generalidade das populações do País permitem, de fato, admitir que aquele volumoso grupo possa eventualmente orientar-se por comportamentos determinados pelo Vaticano contrários a medidas preconizadas pelo Estado português.

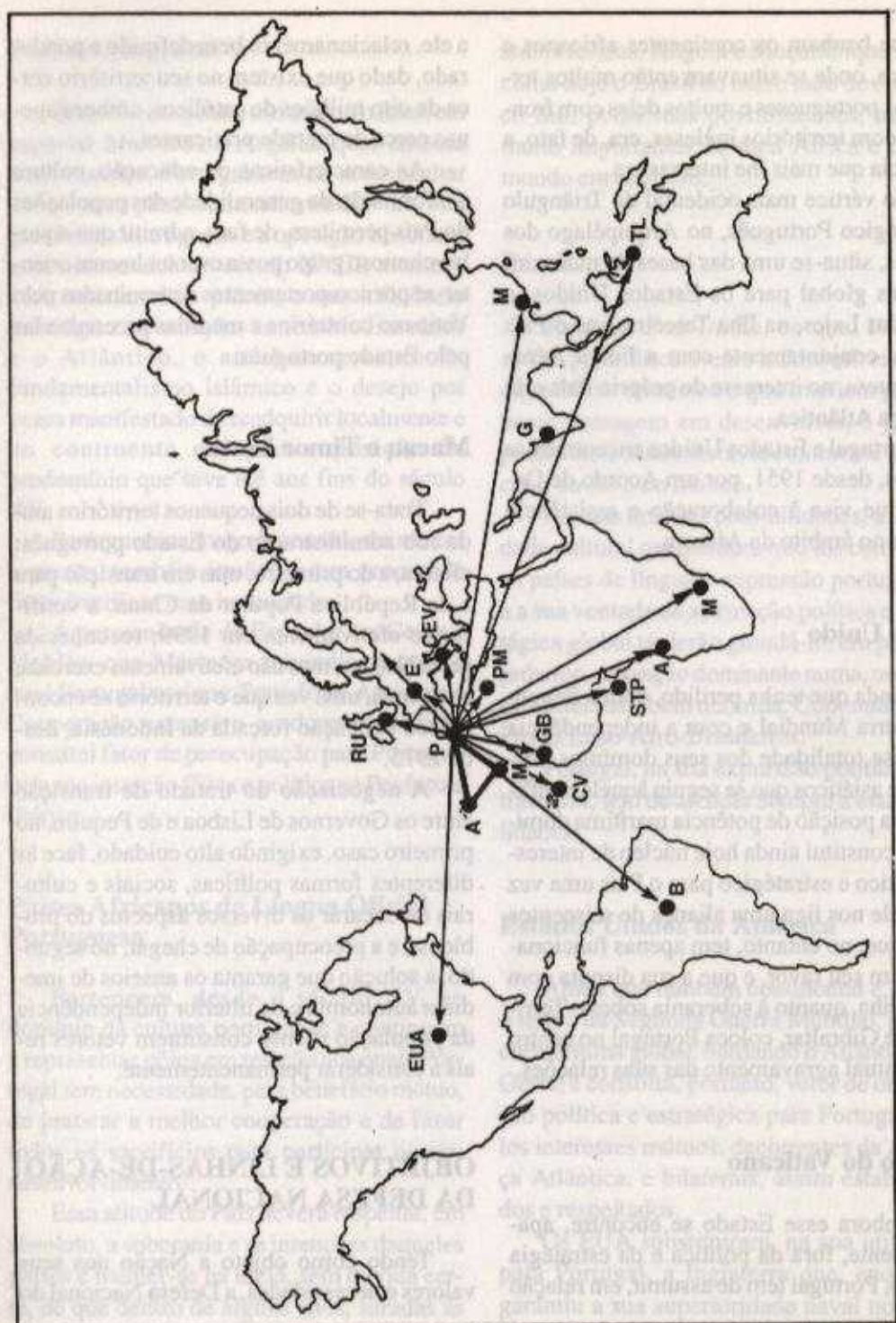
Macau e Timor Leste

Trata-se de dois pequenos territórios ainda sob administração do Estado português: efetiva, a do primeiro, mas em transição para a da República Popular da China, a verificar-se efetivamente em 1999; reconhecida pelas Nações, mas não efetivamente exercida, a segunda, uma vez que o território se encontra sob ocupação forçada da Indonésia, desde 1975.

A negociação do tratado de transição entre os Governos de Lisboa e de Pequim, no primeiro caso, exigindo alto cuidado, face às diferentes formas políticas, sociais e culturais de encarar os diversos aspectos do problema, e a preocupação de chegar, no segundo, a solução que garanta os anseios de imediata autonomia e de ulterior independência da população tirense constituem vetores reais a considerar permanentemente.

OBJETIVOS E LINHAS-DE-AÇÃO DA DEFESA NACIONAL

Tendo como objeto a Nação nos seus valores e necessidades, a Defesa Nacional do



VECTORES DE INTERESSE POLÍTICO E ESTRATÉGICO

País tem como *Objetivos Permanentes* os seguintes:

- *garantir a independência nacional;*
- *assegurar a integridade do território nacional;*
- *salvaguardar a liberdade e a segurança das populações, bem como a proteção dos seus bens e do patrimônio nacional;*
- *garantir a liberdade de ação dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização das tarefas fundamentais, do Estado;*
- *contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo que possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externa;*
- *assegurar a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais.*

No quadro da situação internacional atual, da política do Estado e das decorrentes necessidades de Segurança e Defesa, aqueles *Objetivos* conduzem às *linhas-de-ação*, "para a estratégia global do Estado", que se referem a:

- *fortalecer a vontade coletiva de defesa;*
- *valorizar a posição de Portugal e reforçar a sua capacidade de ação no mundo, como afirmação da sua individualidade no seio da sociedade internacional;*
- *participar na definição e na concretização do novo quadro em que se situará a OTAN, tendo em especial atenção a preservação dos laços transatlânticos;*
- *participar no processo de aprofundamento da integração europeia. Acompanhar, nesse contexto, os desenvolvimentos relativos às componentes de segurança e defesa europeias;*

• *desenvolver e consolidar as relações com Estados a que Portugal está associado por laços históricos e culturais, com especial ênfase para a comunidade de países de língua portuguesa;*

• *garantir um quadro de alianças adequado que possibilite reduzir ao mínimo as vulnerabilidades, salvaguardando e promovendo ao máximo as potencialidades nacionais;*

• *garantir uma componente militar de defesa própria que desencoraje a agressão e facilite, em caso de conflito, o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais e que, paralelamente, permita a satisfação dos compromissos internacionais assumidos, quer no âmbito da participação em alianças quer no âmbito mais genérico da participação nos esforços da comunidade internacional, para fazer face a situações que afetem a estabilidade e a segurança.*

Entre as doutrinas dos diversos setores do Estado interessados na Defesa e que abrangem, no seu conjunto, todos os princípios e orientações do Estado indispensáveis para a sua efetivação, a doutrina militar, para além de disposições concretas relativas ao recrutamento, mobilização, preparação, manutenção e o apoio das Forças necessárias, relaciona as capacidades que estas tem de assumir na sua articulação e no seu empenhamento permanentes.

São as seguintes:

• *realizar operações conjuntas de vigilância, controle e defesa do território nacional, bem como de vigilância e controle do espaço interterritorial;*

• *satisfazer os compromissos assumidos por Portugal, no âmbito da OTAN e da UEO, com os graus de prontidão acordados;*

- *colaborar em missões de manutenção ou de estabelecimento da paz, integradas em forças multinacionais a constituir no âmbito internacional;*

- *realizar missões de interesse público, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar, participar em ações de auxílio humanitário no interesse da comunidade internacional e colaborar na preservação e reposição das condições ambientais;*

- *atuar em situações de estado de sítio ou de emergência, conforme definido em lei própria.*

ESTRUTURA DAS FORÇAS ARMADAS

Em face das suas necessidades de ordem política e estratégica, internas e externas, o País engloba, atualmente, numa população de cerca de dez milhões de habitantes, em que o número de homens e mulheres se equivale, umas Forças Armadas com o efetivo total aproximado de 50.000 componentes e em que o tempo de serviço nas fileiras, variável de acordo com as necessidades de especialização e do serviço de guarnição, é de 4 a 8 meses, para o Exército, e de 4 a 18 meses, para a Marinha e Força Aérea.

A distribuição daquele efetivo total pelos três ramos abrange, sensivelmente: Exército, 27.000, com 15.000 conscritos; Marinha, 12.500, com cerca de 1.000 conscritos 2.000 Fuzileiros Navais; e Força Aérea, 10.000, com cerca de 2.000 conscritos.

Realizando a segurança permanente das populações e podendo cooperar, se necessário, em missões de Defesa, existem ainda, no País, as Forças Militares e Militarizadas seguintes: Guarda Nacional Republicana (Corpo Militar), com cerca de 30.000 homens; e

Polícia de Segurança Pública (Corpo Militarizado), com cerca de 20.000 homens.

O orçamento dos três ramos, para 1994, atingiu 258.500 milhões de escudos (correspondente a 1.500 milhões de dólares).

O pessoal da reserva, mobilizável até aos 35 anos, atinge o efetivo de 210.000 homens para todos os ramos.

Como já foi, de certo modo, afluído, os efetivos atuais das Forças Armadas resultaram de três necessidades dominantes:

- redução do pessoal em serviço, em oficiais, sargentos e praças, decorrente do termo das Guerras de Independência do ex-Ultramar, que esteve substancialmente aumentado;

- reajustamento dos efetivos e do equipamento às missões de Segurança e Defesa atuais, incluindo as relativas a alianças e a outros acordos internacionais, que voltaram a ser plenamente preparadas;

- conciliação das necessidades de reestruturação, reorganização e redimensionamento anteriores com as disponibilidades financeiras nacionais e com os apoios obtidos de outros países.

Essa política de efetivos visou, ainda, a dispor permanentemente de Força capaz de constituir dissuasão imediata para eventual agressor, atender à realidade de que os pequenos países não podem, por si sós, fazer face a agressões, de que é necessário tempo para o funcionamento de mecanismos de defesa, de que é indispensável realizar cooperação efetiva com outros países nesse domínio e de que é imperativo acompanhar da melhor forma a evolução, hoje acelerada, da Organização, da Técnica e dos sistemas de Comunicação e Ligação que é patente nos países mais desenvolvidos.

O cumprimento da missão e a realização dos objetivos da política de Defesa Nacional

referidos exigem que o "sistema de forças nacionais", com meios próprios ou obtidos por acordos bilaterais ou decorrentes de alianças, assente nas áreas e potencialidades abaixo enumeradas.

- *Para defesa aérea:* sistemas de aviso antecipado, de Comando, de Controle e de Comunicações e Informações; aviões de interceptação; mísseis superfície-ar, de médio e de curto alcance;

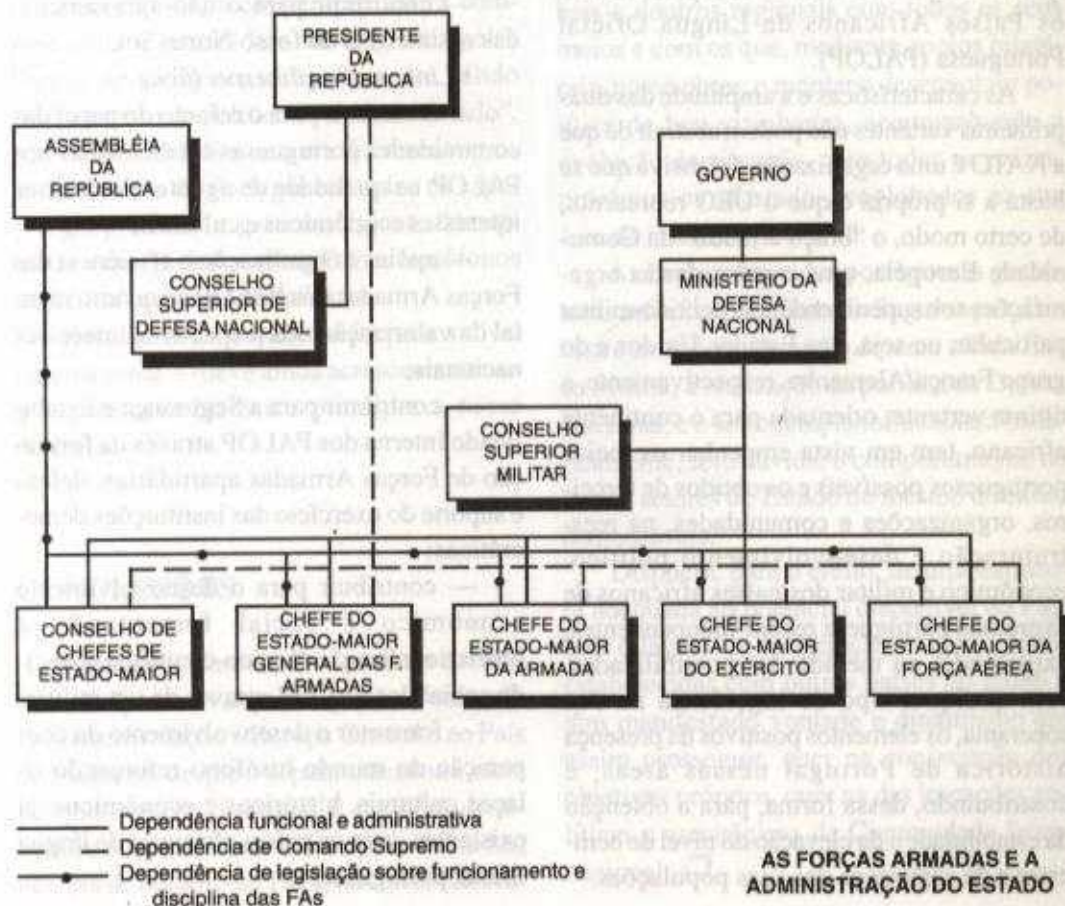
- *Para defesa terrestre:* unidades terrestres, aéreas e navais de defesa territorial e unidades de transporte militar interterritorial;

- *Para defesa naval:* unidades navais e aéreas para luta contra submarinos e navios de superfície e para a guerra de minas;

- *Para satisfação de compromissos NATO:* unidades terrestres, navais e aéreas para eventual reforço do Comando Aliado da Europa e do Comando do Atlântico;

- *Para satisfação de compromissos de cooperação:* no âmbito das possibilidades, meios para a execução de missões humanitárias, de manutenção da paz e, eventualmente operacionais.

O organograma a seguir posiciona as Forças Armadas e a administração do Estado.



AS FORÇAS ARMADAS E A
ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A COOPERAÇÃO

A área da Cooperação ou Cooperação Técnico-Militar (CTM) a que no item anterior se faz referência, já em realização em certos domínios no âmbito da política de Defesa, pode ser compreendida nas seguintes vertentes globais, paralelas e executoriamente interligadas, "contribuindo umas e outras, simultaneamente, para as ações integradas na ajuda pública ao desenvolvimento nacional".

São essas vertentes: cooperação no quadro da Aliança Atlântica; cooperação no quadro dos países da UEO; e cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

As características e a amplitude das duas primeiras vertentes não podem abstrair de que a NATO é uma organização defensiva que se basta a si própria e que o UEO representa, de certo modo, o "braço armado" da Comunidade Européia, uma e outra destas organizações sob superintendência político-militar particular, ou seja, dos Estados Unidos e do grupo França/Alemanha, respectivamente, a última vertente, orientada para o continente africano, tem em vista empenhar os meios portugueses possíveis e os obtidos de terceiros, organizações e comunidades, na reestruturação e desenvolvimento político, económico e militar dos países africanos de expressão portuguesa recém-independentes, explorando, na medida das possibilidades, sem qualquer tipo de ingerência na sua soberania, os elementos positivos da presença histórica de Portugal nessas áreas, e contribuindo, dessa forma, para a obtenção da estabilidade e da elevação do nível de bem-estar e de segurança das suas populações.

No seu conjunto, a Cooperação engloba as linhas-de-ação seguintes, umas gerais, de interesse global, e outras específicas dos Países Africanos de Língua Portuguesa:

• *Linhas de ação gerais*

— contribuir para a afirmação da presença de Portugal no mundo, através da atuação da Forças Armadas portuguesas como instrumento da política externa do Estado;

— fomentar a consolidação da ideia de Instituição Militar, como elemento estruturante dos Estados e das Nações trabalhando as capacidades de unidade e de identidade nacionais;

— contribuir para o não-agravamento das assimetrias do fosso Norte-Sul.

• *Linhas de ação específicas*

— contribuir para o reforço do papel das comunidades portuguesas estabelecidas nos PALOP, na qualidade de agentes dos nossos interesses económicos e culturais;

— apoiar a organização e eficiência das Forças Armadas dos PALOP no quadro mental da valorização dos respectivos interesses nacionais;

— contribuir para a Segurança e Estabilidade Interna dos PALOP através da formação de Forças Armadas apertidárias, defesa e suporte do exercício das instituições democráticas;

— contribuir para o desenvolvimento económico e social fomentando a profissionalização técnico-científica do tecido social dos PALOP, através da via militar;

— fomentar o desenvolvimento da cooperação do mundo lusófono reforçando os laços culturais, históricos e económicos, já existentes, com os países africanos de língua oficial portuguesa;

— contribuir para a vulgarização do uso da língua portuguesa.

É de salientar ainda que a CTM, realizada pelas Forças Armadas no quadro de doutrina do Estado e das orientações particulares decorrentes dos seus planeamento, acompanhamento e evolução política, exige da parte daquelas Forças, no âmbito do respeito permanente pela Ética Militar, capacidade de criatividade, flexibilidade e perseverança; e facilidade de adaptação, que sempre existiu entre os portugueses, em especial nos militares, a situações de carência de meios e sua adequação às finalidades.

Sem dúvida, a cooperação assim compreendida e realizada a nível global pelas Forças Armadas constitui altamente válido “instrumento da política externa do Estado”, potenciando a influência e a decorrente projeção externa de Portugal em todos os espaços geopolíticos e geoestratégicos, “designadamente, já destacados, Países Lusófonos de África” que dela beneficiam.

Resulta de tudo muito reforçada a nível internacional — deve ainda acrescentar-se — a experiência histórica portuguesa nesse domínio.

CONCLUSÕES

Parte, a ocidente, sobre a terra e sobre o mar, do “posto avançado” que é a Península Ibérica em relação à Europa Central e ao País do Magrebe, de que o separam dezena e meia de quilómetros, Portugal é também destinatário e membro ativo das ações definidas, em fins de outubro de 1994, na celebrada reu-

nião de Casablanca, que juntou dezenas e dezenas de Chefes de Estado e de Governo para apreciar e discutir “apoio político e económico aos países moderados do sul do Mediterrâneo, começando por Marrocos e Tunísia, no sentido de impedir a progressão do fundamentalismo islâmico e a conseqüente entrada na Europa, pelo lado sul, de milhares de emigrantes árabes na mira da sua segurança e melhoria do nível de vida”. E, paralelamente, demonstrando acendrada vontade política e estratégica, tem de, complementarmente: imiscuir-se com interesse, ponderação e equilíbrio nos problemas globais e noutros regionais com todos os seus meios e com os que, mediante apoios bilaterais, possa obter; e montar e desenvolver política de boa vizinhança, acompanhando a evolução da situação, com todos os países, próximos ou afastados, englobados na sua área de interesse potencial.

As Forças Armadas portuguesas garantem, assim, no domínio da Segurança e Defesa e no uso permanente de uma sólida Ética Militar, a realização da política de Defesa Nacional, e o seu exemplo influenciará beneficentemente, sem dúvida, o comportamento de outros setores do Estado no mesmo domínio responsáveis.

Dispõem, para o efeito, de uma estrutura adequada ao potencial disponível do País e às relações de cooperação e apoio mútuo estabelecidas com outros países do globo e têm manifestado vontade e dinamismo em assim prosseguir, quer na consecução dos objetivos próprios, quer na das intenções políticas e estratégicas da Comunidade Internacional. □

BIBLIOGRAFIA

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA — Ministério da Defesa Nacional, Direção Geral de Política e Defesa Nacional (1993);

GEOPLÍTICA E GEOESTRATÉGICA DE PORTUGAL — Considerações sobre elementos históricos e atuais. Do Autor (1987);

LIVRO BRANCO DA DEFESA NACIONAL — Ministério da Defesa Nacional (1986);

PORTUGAL A SETE ANOS DO SÉCULO XXI — Contributo para o conhecimento geopolítico e geoestratégico da sua realidade. Do Autor (1993).





RENAVE

em reparos navais, o maior é também o melhor.

Reparando bem a Renave é a maior.

Há muito tempo a Renave conquistou o primeiro lugar como maior estaleiro especializado em reparos navais da América Latina, na área da iniciativa privada. Criando e desenvolvendo novos métodos de trabalho, a Renave visa sempre uma maior racionalização de serviços e elevação dos níveis de produtividade. Por isso vem conseguindo uma expressiva redução dos prazos e dos custos de seus serviços.

RENAVE — EMPRESA BRASILEIRA DE REPAROS NAVAIS S.A.

PLAÇA PIO X, 15 - 30º ANDAR - CENTRO
RIO DE JANEIRO - RJ - TELS.: (021) 263-5311
263-9514 / 263-9061 - FAX: (021) 265-5082
TELEX: 1 21 2990 FURN BR

ESTALEIRO: ILHA DO VIANA - NITERÓI, RJ



A DEFESA NACIONAL

As Forças Armadas Brasileiras Pós-Revolução de 31 de Março de 1964*

Luiz Fernando Walther de Almeida**

Resumo de monografia apresentada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos Militares.

Partindo das noções de carreira e profissão militares, analisa as mudanças ocorridas nas Forças Armadas brasileiras, após a Revolução de 31 de março de 1964, e os principais reflexos causados no perfil dos chefes e líderes militares.

As Forças Armadas promoveram ou participaram, ao longo da História do Brasil, de várias intervenções no processo da evolução política e social do País.

A espada do Brasil foi sempre curta em relação ao tamanho do País. Esse fato

decorreu de aspectos ligados às noções de carreira e profissão militares e das relações entre as Forças Armadas e a sociedade brasileira.

Exércitos não se voltam contra a Pátria, mas podem fazê-lo, simultaneamente ou não, contra a sociedade, o governo ou a si próprios. A existência de bons chefes e líderes militares é fundamental para a prevenção oportuna ou a condução menos traumática desses acontecimentos.

** Major do Exército.

* Selecionado pelo PADECEME.

Quando as Forças Armadas brasileiras desacatarem a legalidade constitucional do País, o fizeram porque algo de errado havia consigo próprias e com a sociedade como um todo.

CARREIRA E PROFISSÃO MILITARES

As noções de carreira e profissão militares são, freqüentemente, tratadas como se fossem a mesma coisa. Mas não são.

A profissão militar é única e universal. Surgiu da necessidade de os povos manterem homens permanentemente preparados para a guerra. Sua evolução variou de acordo com as mutações da humanidade e das sociedades. Assim... "A lei cristã mudou uma vez os hábitos selvagens da guerra."¹

O sentido da palavra profissão deriva de proclamação. Soldados proclamam lutar e, se preciso for, morrer pela pátria.

*"A profissão militar trata de assuntos que envolvem seres humanos e sacrifícios supremos de indivíduos e nações. Este poder que lhe é outorgado legalmente conduz o militar a valorizar certos princípios que lhe são imprescindíveis, como responsabilidade, lealdade, disciplina, integridade e coragem, dentre outros."*²

As coisas da profissão militar não pertencem ao plano material. Por isso: *"o homem assoldado, o soldado, é um pobre glorioso, vítima e algoz, bode expiatório diariamente sacrificado a seu povo e para o*

seu povo, que o escarnece; é um mártir ao mesmo tempo feroz e humilde".³

Diferentemente da profissão, não existe apenas uma carreira militar mas sim várias e surgiram com a criação das Instituições Militares permanentes. A evolução das carreiras acompanhou as necessidades dessas Instituições face à evolução da arte da guerra.

Cada carreira militar propicia um caminho a ser seguido. Define a vida militar desde o ingresso, passando pelo aprimoramento, até a inatividade.

Tradicionalmente, as Instituições Militares adotam dois ramos básicos, definidores dos níveis hierárquicos de chefia e liderança que serão exercidos pelo profissional militar — são as carreiras de praças e de oficiais. Dentro de cada uma existem outras ramificações, que dizem respeito às especialidades ligadas às atividades-fim ou às atividades-meio.

Embora as noções de carreira e profissão militares sejam diferentes, guardam, entretanto, íntima relação de interdependência. A carreira está para o corpo assim como a profissão está para a alma.

A vocação (pendor, talento e aptidão) é condição essencial para um bom profissional militar. Ela independe de eventuais atrativos materiais.

A necessidade compulsiva para uma determinada carreira militar. Quando prevalece a necessidade material, a profissão militar torna-se um fardo pesado.

A oportunidade (acomodação) oferece uma carreira militar onde a profissão não passa de uma farsa individual.

1. VIGNY, Alfred de. *Servidão e Grandeza Militares*, p. 16.

2. LIDERANÇA MILITAR, IP 20-10 - IME.

3. VIGNY, Alfred de. *Servidão e Grandeza Militares*, p. 32.

A vocação deve ser dirigida para a profissão. A "vocação" para a carreira, motivada pela oportunidade, produz um ser "de alma feminina num corpo masculino" ou vice-versa. Pessoas que ingressaram nas Instituições Militares apenas por uma "bela carreira" o máximo que conseguiram pode ser comparado a um gigante de pés-de-barro.

Os valores da profissão militar podem ser avaliados mas não são palpáveis e, por isso mesmo, não podem ser retirados ou subtraídos por outrem. Ao contrário, as conquistas das carreiras, embora dependam do esforço individual, são plenamente materializadas e concedidas através do aval dos chefes militares. Podem, por esta razão, ser cassadas ou anuladas. Promoções, funções, cargos, movimentações, nomeações e medalhas, são exemplos de conquistas das carreiras militares.

A noção de pátria brasileira foi se formando ao longo dos anos e o espírito militar nacional teve seu primeiro registro histórico, no dia 23 de maio de 1645, quando 18 líderes, insurretos contra a invasão holandesa em Pernambuco, firmaram o seguinte compromisso: *"Nós abaixo assinados nos conjuramos e prometemos em serviço da liberdade, não faltar o todo tempo que for necessário, com toda ajuda de fazendeiros e de pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração da nossa pátria..."*⁴

A organização institucional do Exército e da Marinha ocorreu dois anos após a Independência.

As lutas internas e externas, que marcaram o século XIX, consolidaram a

unidade territorial brasileira e ofereceram um campo fértil para as atividades militares. Os chefes e líderes da época foram forjados na luta, nos campos-de-batalha, onde os profissionais militares brasileiros mostraram o seu valor combativo.

Naquela época, já existiam planos de carreira para oficiais e praças. O almanaque, denominado livro mestre, previa quatro modalidades de promoção e havia o interstício mínimo de permanência nos diferentes postos e graduações.

Após a Guerra do Paraguai, aumentou a participação de militares da ativa em atividades da política-partidária do 2º Império, iniciando uma dissociação entre carreira e profissão militares. Discórdias e intrigas, estranhas ao espírito de camaradagem da profissão militar, deram mostras quando Caxias, pelo Partido Conservador e Osório pelo Partido Liberal, disputaram cargos eletivos, conforme atestam as biografias de cada um.

Findos os conflitos externos e com a nação pacificada, as Forças Armadas, profissionalizadas, não puderam absorver o elevado contingente herdado das guerras. Os soldados, em grande parte negros alforriados, retornaram à vida civil desamparados e sem condições sociais. Muitos deles não quiseram retornar às plantações e aos engenhos, preferindo refúgio nos morros da capital imperial. Foi a fundação das primeiras favelas e o início do fim da escravatura e do próprio Império.

A derrubada do regime monárquico, pelos militares, foi consequência direta do

4. História do Exército Brasileiro - Vol. 1, p. 172.

processo degenerativo instalado nas Forças Armadas, através de reduções drásticas nos orçamentos e no pagamento do pessoal.

Os governos militares da Velha República melhoraram as condições materiais e sócio-econômicas das Instituições Militares. Contudo, ligaram-nas fortemente com as intrigas dos poderes políticos e econômicos da sociedade.

No início deste século, era muito forte a influência do positivismo. As idéias humanistas e pacifistas prejudicaram a formação profissional dos quadros, tanto de praças quanto de oficiais, que desenvolveram uma mentalidade teórica, excessiva e absurda, chegando ao ponto de formar sargentos, no Realengo, em curso de 4 anos de duração.

Contra tal estado de espírito profissional, surgiram, no âmbito do Exército, movimentos renovadores da instrução militar. Oficiais foram enviados para a Alemanha, os "jovens turcos" e trouxeram um novo ânimo para a instrução nos quartéis. Na mesma época, um grupo de oficiais selecionados pelo critério do profissionalismo foi destacado para a Escola Militar com a mesma finalidade. Ficou conhecida como "Missão Indígena".⁵

Entretanto, foi o Tenentismo, movimento iniciado na década de 20, que mais provocou distorções nas carreiras militares. Ele propiciou que uma parcela significativa de oficiais se afastasse das atividades castrenses para exercer cargos estranhos de natureza não militar.

No Brasil, as carreiras se dissociaram da profissão quando os militares exerceram atividades paralelas durante o serviço ativo.

"A derrubada do regime monárquico, pelos militares, foi consequência direta do processo degenerativo instalado nas Forças Armadas, através de reduções drásticas nos orçamentos e no pagamento do pessoal."

Os principais fatores que provocaram tais desvios profissionais foram: a baixa remuneração, a obsolescência do material bélico e a participação na política partidária.

AS RELAÇÕES FORÇAS ARMADAS-SOCIEDADE

O estudo das relações entre as Forças Armadas e a sociedade brasileira demandaria por si só um vasto trabalho. Contudo, a compreensão de alguns aspectos ocorridos nessa relação, ao longo da História do Brasil, conduzirá a importantes reflexões ligadas ao tema proposto.

A obra do pesquisador Robert A. Hayes denominada *Nação Armada — a Mística Militar Brasileira*, editada pela Biblioteca do Exército, trata do assunto com muita propriedade.

As relações entre as Forças Armadas e a sociedade brasileira contribuíram para que os fatores de dissociação entre carreiras e profissão militares atuassem com maior intensidade.

5. SENA, Davis R. de. *A Defesa Nacional* nº 723, p. 723, págs. 13-128.

As carreiras não eram atrativas e a profissão não era valorizada. Mesmo assim, não há dúvida que as Instituições Militares atuaram como um importante elo de ligação entre a grande massa populacional socialmente desprezada e a elite distante e isolada. E mais, a imensa base territorial, com incontáveis contrastes de toda ordem, foi mantida coesa pela atuação do segmento militar.

A ideologia marxista afastou os militares de uma maior identificação com os movimentos populares. Não fosse ela, a repulsa da elite em relação aos militares talvez tivesse tido outras conseqüências.

Finalmente, ficou claro que a função de "Poder Moderador", exercida pelas Forças Armadas, não foi uma mera opção mas uma necessidade, o que explica, em parte, o motivo de tantas intervenções da cúpula militar no processo político do Brasil. O cenário da situação, vivida pelo país e pelas Forças Armadas, no início dos anos 60, facilitará a compreensão das mudanças ocorridas após 1964.

O CENÁRIO DA ÉPOCA

As Forças Armadas, nos anos que antecederam à Revolução de 31 de março de 1964, passaram por graves crises de toda ordem, resultantes da própria situação do País.

O mundo assistia ao agravamento das relações leste-oeste no auge da chamada Guerra Fria. O Brasil, pela sua importância geoestratégica e pelo alinhamento político

com os Estados Unidos, era um dos alvos principais do Movimento Comunista Internacional.

A revolução cubana anunciava a proximidade de sérias ameaças à manutenção da ordem vigente. Ao mesmo tempo, as lembranças da Intentona Comunista e da campanha da Segunda Guerra Mundial contra regimes totalitários estavam bem vivas no segmento militar brasileiro.

Havia sinais evidentes de que a subversão estava em curso dentro das Forças Armadas, especialmente entre as praças. A revolta de marinheiros e fuzileiros navais aumentou os temores, por parte da oficialidade, de que o Presidente João Goulart se preparava para empregá-los com o objetivo de "esmagar o quadro de oficiais",⁶ como havia prometido em seu discurso na China, em 1961. A revolta começou quando o Ministro da Marinha tentou punir um marinheiro que estava pretendendo organizar uma "Associação de Marinheiros" com fins políticos. O Ministro admoestou o Almirante Cândido Aragão (Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais e um dos "Generais do Povo") por promover agitação entre as praças. Houve uma greve de marinheiros e fuzileiros navais e o Presidente, inabilmente, decidiu substituir o Ministro da Marinha por um outro, de uma lista que lhe foi apresentada pelas líderes da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores).

Os princípios básicos que regem as Instituições Militares, baseados na hierarquia e disciplina, estavam estremecidos.

Não era só a questão da legalidade ou legitimidade que inquietava os chefes milita-

6. HANES, Robert Ames. *A Nação Armada*, pág. 213.

res, mas a própria autopreservação das Instituições Militares.

Numa escalada desenfreada, nas eleições de outubro de 1962, foram eleitos inúmeros sargentos, o que contrariava a Lei Eleitoral vigente. Como consequência, seis mil soldados, cabos e sargentos realizaram, em São Paulo, uma passeata pública pela posse dos eleitos. No prosseguimento, em 12 de setembro de 1963, sargentos da Marinha e da Força Aérea rebelaram-se contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que denegara a elegibilidade dos graduados.⁷

A tentativa de sindicalização das praças e os desvios da atividade técnico-profissional para a político-partidária desfiguravam a carreira e enfraqueciam a profissão. A coesão dentro das Forças Armadas estava ameaçada.

No campo administrativo, as dificuldades decorrentes da transferência dos principais órgãos do Governo para Brasília eram muito grandes. Não havia centralização e fiscalização adequadas. Desta forma, os administradores gozavam de relativa autonomia, o que permitia aos comandantes gerar recursos financeiros e de subsistência, que atenuavam a carência de verbas orçamentárias. A flexibilidade permitia aos bons administradores exercerem bons comandos de tropa.

No campo psicossocial, cabe ressaltar que o padrão sócio-econômico dos militares estava muito baixo. Convém refletir se as praças não buscaram a sindicalização pela omissão ou incapacidade dos altos chefes militares, no atendimento das mínimas condições de vida digna.

Naquela época, era grande o número de oficiais e praças que trabalhavam em atividades paralelas para complementar seus baixos salários.

O material bélico, incluídos navios e aviões, era ultrapassado e a produção nacional inexpressiva, gerando grande dependência de importação.

As questões dos baixos salários e da obsolescência do material bélico, por si só, não iriam além de dissociar as carreiras da profissão. Contudo, a iminência de uma subversão política, numa magnitude que comprometia as Instituições Nacionais e a própria democracia, forçou a intervenção militar no Governo para pôr fim àquele estado de desordem.

Naqueles dias difíceis que a Nação Brasileira vivia, existiam muitos chefes militares que poderiam liderar o movimento revolucionário, já que a autoridade legal do Presidente e seus Ministros militares fora ultrapassada pelos acontecimentos.

*"O melhor auxiliar que a disciplina pode encontrar é o perigo. Quando todos estão expostos, cada um se cala e se agarra ao primeiro homem que dá uma ordem ou um exemplo salutar."*⁸

O chefe militar escolhido pelos seus pares para liderar o governo revolucionário foi o General Castello Branco: *"Não foi um estrategista de gabinete, nem um gênio de inspiração napoleônica, mas um homem comum, devotado à sua profissão, que a força de caráter fez subir, lentamente, paciente-mente, estoicamente, suando, pensando, aperfeiçoando e aperfeiçoando-se na auto-superação ao longo da vida toda."*⁹

7. História do Exército Brasileiro - 3º Vol., pág. 982.

8. VIGNY, Alfred de. *Servidão e Grandeza Militares*, pág. 34.

9. Pequena Memória de um Grande Homem - *A Defesa Nacional*, janeiro/fevereiro de 1979, pág. 162.

Felizmente, não houve confrontos armados e o sangue dos brasileiros foi poupado, graças à desambiguação política dos principais chefes militares, já que: *"O Exército é cego e mudo. Do lugar onde o põem, golpeia a sua frente."*¹⁰

Contudo, mudanças teriam que ser feitas, inclusive nas próprias Forças Armadas, trazendo reflexos na chefia e liderança militares.

CHEFIA E LIDERANÇA MILITARES

As mudanças ocorridas nas Forças Armadas, após a Revolução de 31 de março de 1964, influíram diretamente no perfil dos chefes e líderes militares brasileiros, nos diversos níveis hierárquicos e de diferentes formas.

Não existe, na prática, uma liderança puramente autocrática, democrática ou delegativa. O mais comum de se observar nas Instituições Militares é a simbiose desses três tipos de liderança com predominância de uma ou outra.

Até a Segunda Guerra Mundial, o Exército seguia a orientação da Missão Militar Francesa, cujos princípios de chefia e liderança eram absolutamente distintos. O chefe militar não precisava ser necessariamente um líder, nem necessitava demonstrar ser capaz de executar, como exemplo a ser seguido, as tarefas dos subordinados. O exercício da chefia provinha de uma inspiração quase que divina.

Tal influência, que remonta ao tempo da Escola Militar do Realengo, foi predominantemente autocrática e pode ser observada, nos dias atuais, com menor intensidade.

Após a Segunda Grande Guerra, a influência norte-americana começou a atuar na mentalidade dos chefes militares brasileiros. Desta forma, a liderança passou a ser fundamentada no exemplo pessoal do chefe e acentuadamente mais participativa.

A geração de chefes militares que conduziu a Revolução de 31 de março de 1964 e os governos militares foi formada na Escola Militar do Realengo. Contudo, sofreu a influência da concepção norte-americana de liderança democrática.

As mudanças ocorridas nas Forças Armadas foram, também, produto desse período de transição na liderança militar.

AS MUDANÇAS OCORRIDAS NAS FORÇAS ARMADAS

A Revolução de 31 de março de 1964 foi uma consequência e não uma iniciativa. O processo evolutivo do Brasil em todos os campos do poder encontrou, naquela época, uma das suas maiores crises, conforme foi visto no cenário anteriormente descrito.

As relações entre as Forças Armadas e a sociedade, mais o cenário da época, explicam a inevitabilidade da Revolução.

Os chefes militares da época, especialmente o General Castello Branco, tiveram perfeito entendimento do momento histórico. Através da Revolução, pretenderam

10. VIGNY, Alfred de. *Servidão e Grandeza Militares*, pág. 34.

erradicar definitivamente os males nacionais, que teimavam em obstruir o pleno desenvolvimento do País.

Naquele contexto, as Forças Armadas precisavam também de mudanças e, a seguir, serão analisados os principais fatos que, ligados às noções de carreira e profissão militares, produziram efeitos nas relações com a sociedade e trouxeram reflexos no perfil dos chefes e líderes militares.

No Campo Psicossocial

As mudanças ocorridas no campo psicossocial das Forças Armadas brasileiras afetaram a alma coletiva das Instituições Militares, com reflexos positivos e negativos na auto-estima individual e coletiva, consciente ou inconsciente, que atingiram chefes, subordinados e a própria "família militar".

Padrão de vida

Após 1964, o padrão de vida dos militares melhorou bastante, especialmente na década de 70 com o surto de elevado crescimento econômico do País. Mesmo assim, não chegou a se caracterizar uma mudança relativa de nível sócio-econômico, já que a sociedade como um todo gozou do mesmo benefício.

A melhoria da qualidade de vida do segmento militar não decorreu da ação específica da vigência de governos militares.

O culto à pobreza ou o sentimento de que bons salários num país com tanta miséria seria "pecado", que as Forças Armadas eram "um ônus caro para a Nação" e, também a confusão sobre o significado do sacrifício da profissão militar, foram idéias "moralistas"

que mantiveram o padrão de vida no patamar máximo dentro de uma concepção de "exemplo a ser seguido".

Na década de 80, com a crise econômica em expansão, o padrão de vida voltou a cair. Ocorreu que parcela significativa da sociedade em geral e do funcionalismo público em particular não sofreram os mesmos efeitos.

Isso gerou um deslocamento, para baixo, dos militares na escala de poder aquisitivo dentro da sociedade brasileira e criou a figura da "luta pela isonomia salarial" dentro do funcionalismo público e, principalmente, entre os três Poderes.

Os profissionais militares poderiam ser mal remunerados desde que o esforço fosse geral. Mas isso não ocorreu. Assim sendo, um piloto de caça da Força Aérea tinha salário menor do que um motorista da Petrobrás que abastecia aviões na pista, um coronel comandante de batalhão tinha remuneração inferior à do funcionário, caixa de banco, instalado em sua própria Unidade Militar, um tenente da Marinha recebia menos do que um motorista do Poder Legislativo, e outros exemplos mais.

Como consequência, ocorreram atos isolados de indisciplina; ressurgiram os "líderes políticos da classe militar" e, o pior, houve um acentuado descrédito da tropa em relação aos altos chefes militares. A descrença na existência de líderes gerou simpatia das praças para com as entidades sindicalistas de trabalhadores.

Ressentimentos

A ação revolucionária incidiu mais fortemente sobre a classe política. Com o decorrer do tempo, pela permanência no po-

der e face à contra-revolução emergente, teve de estender sua atuação sobre outros segmentos da sociedade como: imprensa, magistratura, clero, sindicalistas, artistas, intelectuais e líderes classistas.

A repressão política e a censura foram ferramentas empregadas no processo revolucionário entre 1964 e 1979.

No início dos anos 80, com o fim da censura e a concessão da anistia política, os ressentimentos dos segmentos atingidos vieram à tona com uma virulência proporcional ao número de anos da chamada "ditadura militar" — fato previsível, esperado e, até certo ponto, natural.

Dessa forma, os ressentimentos se transformaram em pesadas e constantes críticas às Forças Armadas, diminuindo com o passar dos anos.

Contudo, um segmento social também participou do processo de agressão às Forças Armadas. Foi o da classe empresarial do País. Logo ela, a maior beneficiária do processo revolucionário.

Empresários que se locupletaram e enriqueceram durante a "ditadura militar", como os donos de emissoras de televisão, por exemplo, permitiram, participaram e, em alguns casos, lucraram no ataque às Instituições Militares.

Esse fato gerou ressentimentos na classe militar, e seu tempo de absorção não pode ser medido.

A elite empresarial brasileira mostrou que culturalmente agiu com despreparo. Certamente ignorou ter produzido tão perigoso ressentimento no seio das Instituições que historicamente lhe foram favoráveis.

O futuro poderá ser diferente no gerenciamento de uma eventual crise quanto ao posicionamento das Forças Armadas frente aos interesses conflitantes.

Opinião pública

Um dos fatores que contribuíram para o desencadeamento do movimento revolucionário, em 1964, foi o apoio de significativa parcela da opinião pública brasileira, especialmente da classe média.

Os governos militares aproveitaram a queda da inflação e o acentuado crescimento da economia para, através de intensa propaganda, ampliar o apoio da opinião pública.

A expressão do pensamento público atingiu o ápice de apoio aos governos militares em 1970, monitorando os órgãos de orientação e formação da opinião pública, através da censura e da contrapropaganda a tudo que lhes fosse contrário.

Contudo, aquele quadro começou a ser revertido, a partir da 2ª metade da década de 70, com a crise econômica, o aumento da inflação, a abertura política e, principalmente, com o fim da censura.

Os dois cenários apresentados produziram efeitos opostos na imagem das Forças Armadas junto à sociedade. Enquanto no primeiro houve apoio e orgulho do povo em relação aos militares, no segundo, restou descrédito e decepção.

O marco divisório entre os dois períodos foi estabelecido pelo episódio do Rio Centro, em 1981, quando a Nação cobrou a apuração de um ato terrorista, que tanto poderia ter sido praticado por membros de organização subversiva como por membros de órgãos de segurança.

Embora as evidências apontassem como autores membros do Exército, o Inquérito Policial Militar e a Justiça Militar concluíram o contrário.

A opinião pública dos anos 80 foi desfavorável às Forças Armadas. Se explicáveis

por um lado, foram injustificáveis por outro, exatamente o dos profissionais militares estritamente voltados às atividades do cotidiano castrense.

As Instituições Militares sofreram pesadas críticas dos órgãos de imprensa, que diminuíram sua virulência com o passar dos anos.

A postura dos militares diante da crise gerada durante o processo de impedimento do Presidente Collor ajudou a restabelecer a confiança do povo brasileiro nas Forças Armadas.

Reflexos no perfil dos chefes e líderes militares

A elevação dos padrões cultural e intelectual, ocorrida no período, somada ao prestígio que as carreiras militares tiveram junto à opinião pública, trouxe para as Forças Armadas uma melhoria na qualidade do seu pessoal, marcando o fim do antigo "sargento", ignorante e malpreparado.

A crise salarial que atingiu a família militar, após 1985, afetou a confiança dos subordinados na capacidade dos chefes militares de zelarem pelas justas e merecidas condições de bem-estar e vida digna.

NO CAMPO POLÍTICO

As mudanças ocorridas no campo político das Instituições Militares, após a Revolução de 31 de março de 1964, afetaram sensivelmente as relações entre o Poder Militar e o Estado Brasileiro. A seguir, serão analisadas aquelas que mais intensamente alteraram as relações entre carreira e profissão milita-

res, e que produziram efeitos significativos na chefia e liderança.

O princípio da autoridade

Uma das primeiras providências tomadas pelo Presidente Castello Branco foi o restabelecimento do princípio da autoridade. Através de uma série de medidas, a disciplina e a hierarquia, bem como a harmonia nas três Forças Armadas, entre si e dentro de cada uma, foram rigidamente cumpridas. Uma delas, foi o afastamento de centenas de homens do serviço ativo. Outra, no início de 1965, atribuiu à Força Aérea a posse e operação das aeronaves de asa fixa do porta-aviões *Minas Gerais*, medida prontamente acatada pela Marinha, embora fosse contrária à opinião dos chefes da Armada.

Os casos mais graves de indisciplina foram punidos severa e exemplarmente; diferentemente de outras épocas, em que autoridades militares chegavam a pactuar pela não aplicação das sanções disciplinares, ou penas, cabíveis.

Exemplo disso, ocorreu em 1987 no episódio em que um capitão do Exército invadiu a prefeitura da cidade de Apucarana, para protestar contra os baixos salários e a falta de assistência médica adequada para seus comandados. Foi condenado a oito meses de reclusão.

Lutas internas pelo poder

Todo golpe de estado, em que há ultrapassagem da autoridade legal constituída, tende a provocar novas rupturas na cadeia de comando da chefia de Governo.

“O estudo das relações entre as Forças Armadas e a sociedade mostrou a tendência de atuação daquelas como ‘Poder Moderador’, especialmente para administrar crises, ao longo da História do Brasil.”

A geração dos chefes militares da cúpula das Forças Armadas, à época dos governos militares, bem como muitos que se destacariam nas carreiras, mais adiante, sofreram forte influência dos desvios entre carreira e profissão. Exemplo: *“Cumpro-me confessar que, nesse tempo, minha visão do Exército não era alvissareira. Via o Exército dividido em greis — poderosas, fechadas e exclusivistas —, que, algumas vezes, se digladiavam, e a que a longa permanência, então consentida, no generalato, mais tornava perniciosa à instituição. Lembro-me dos grupos de Rego Barros, de Gois Monteiro, de Canrobert, de Alcino Souto e, afinal, o maior de todos, o de Zenóbio da Costa. Nesse tempo, excluindo-se as escolas, só servia na área do I Exército quem fosse especialista em “Balalaika” (como chamávamos as demonstrações de educação física ou ordem unida), desportista famoso e, assim sendo, tivesse o beneplácito do caudilho da Infantaria. Além disso, a administração do Exército era, então, um torneio de favores, em que os protegidos levavam as fatias do bolo orçamentário, conseguindo realizar grandes empreendimentos, em flagrante contraste com as carências dos militares*

*independentes. Conseqüências imediatas desse estado de coisas eram a subserviência e a bajulação largamente generalizadas.”*¹¹

A luta interna pelo poder dentro das Forças Armadas, entre os altos chefes militares, se desenvolveu nos bastidores das sucessões presidenciais e na condução do processo revolucionário, especialmente quanto à sua duração. Alguns grupos se destacaram como os “da linha dura”, os “moderados”, os “palacianos” e os “da comunidade de informações”.

Mesmo tendo existido, após 1964, essa situação não pode ser comparada àquela anterior e, com a volta dos governos civis, praticamente desapareceu.

Fiscalização

O estudo das relações entre as Forças Armadas e a sociedade mostrou a tendência de atuação daquelas como “Poder Moderador”, especialmente para administrar crises, ao longo da História do Brasil.

Para desempenhar esse papel sedimentou-se, no meio militar, uma certa independência com relação à fiscalização exercida pelos três poderes da República.

Essa relativa independência mudou muito, após a redemocratização do País, com a volta dos governos civis, particularmente pela ação investigadora da imprensa e pela atuação do Tribunal de Contas da União.

Internamente, a fiscalização nas Forças Armadas, após 1964, se tornou bastante rígida em todos os setores, tanto pela ajuda da

11. COSTA, Otávio. *Pequena Memória de Um Grande Homem*, pág. 164.

informática como pela necessidade de segurança interna. A autonomia e a flexibilidade que os comandantes possuíam foram bastante reduzidas.

A participação de militares em atividades políticas

Desde o século passado, os oficiais tiveram voz ativa na política nacional, principalmente, através do Clube Militar.

Na década de 50, o Clube Militar e a Associação dos Veteranos da FEB sofreram dos males político-ideológicos.

*"Desde coronel, Castello, aliado a outros democratas, enfrentava destemidamente, o grupo ativista que comandava a chapa armada das eleições do Clube Militar, sendo mesmo um dos inspiradores dos azuis da 'Cruzada Democrática', que veio a ser um dos alicerces da Revolução de Março. Em 1958, para demonstrar que empunhara a bandeira da luta, aceitou candidatar-se a Presidente do Clube, sendo derrotado pelo General Justino Alves Bastos, apoiado pela chapa amarela. Mais do que o resultado das eleições, a forma com que se desenvolveram as pressões eleitorais deu-nos a medida da grave cisão que lavrava no Exército — diria Castello Branco. Nunca pensei que a pressão se aprofundasse tanto. A corrupção entrou no arraial militar, marcialmente, nada às escondidas."*¹²

Durante a vigência dos governos militares, o Clube Militar limitou-se às

atividades sociais e culturais. Entretanto, com a redemocratização do País e face às inquietações causadas pelos baixos salários, não só o Clube Militar voltou a se manifestar politicamente, como surgiram, em vários Estados, associações de militares da reserva, lançando e apoiando candidatos militares nas diversas eleições.

A principal mudança ocorrida nas Forças Armadas, quanto à participação de militares em atividades políticas, foi o não envolvimento do pessoal da ativa, exceto nos processos sucessórios dos governos militares.

Reflexos no perfil dos chefes e líderes militares

As mudanças no campo político trouxeram reflexos positivos no perfil dos chefes e líderes militares. O restabelecimento do princípio da autoridade, a limitação das disputas nas carreiras sob critérios puramente profissionais, a rigorosa fiscalização interna e o afastamento do pessoal da ativa da política partidária geraram militares estritamente profissionais, zelosos da manutenção dos princípios da hierarquia e disciplina militares. A preservação da lei e da ordem foi fortalecida com a eliminação do personalismo individual e de grupos, que existiam entre os chefes no passado.

A legitimidade de líderes voltados a profissão, fortaleceu a manutenção da legalidade, nos momentos de crise mais recentes.

12. COSTA, Otavio. *Pequena Memória de Um Grande Homem*, pág. 168.

NO CAMPO DO MATERIAL

Conforme já foi apresentado, no cenário da época, o material bélico das três Forças Armadas era bastante ultrapassado e a produção nacional inexpressiva, o que gerava grande dependência a outros países.

Apesar das limitações impostas pela difícil situação nacional, a que o País fora levado em anos anteriores, após 1964 iniciou-se a recuperação do material bélico. As principais mudanças foram:

Na Marinha de Guerra

A construção naval foi reiniciada, de forma modesta, em estaleiros particulares com a construção de um navio-tanque e uma série de navios-hidrográficos da classe *Paraíba* e, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, de seis pequenos navios-patrolha costeiros.

Em 1967 foram adquiridos dois contratorpedeiros *Fletcher* e incorporados vários helicópteros anti-submarino, de emprego geral e de instrução, além de renovado o armamento individual leve do Corpo de Fuzileiros Navais, que passou a ser o FAL.

Entretanto, sob o ponto de vista do reaparelhamento do Poder Naval, o fato mais importante ocorreu no fim dos anos 60 com o estabelecimento de um plano de renovação progressiva a fim de dotar a Marinha de unidades modernas.

Nesse sentido, foram firmados acordos com estaleiros alemães e ingleses para a construção de dois submarinos classe *Humaitá*, navios-varredores classe *Aratu* e seis fragatas classe *Niterói*. Foi dado um grande salto tecnológico, sobretudo no que concerne aos sistemas de armas.

Assim, a Marinha ampliou e consolidou sua entrada na era dos mísseis e ingressou no sistema computadorizado de controle tático e na propulsão por turbina a gás.

O Corpo de Fuzileiros Navais teve um reaparelhamento modesto, em função da crise econômica, e constou da aquisição de viaturas blindadas *M113* e material de artilharia de campanha, isto no ano de 1976.

Em março de 1977, o Acordo de Assistência Militar entre o Brasil e os Estados Unidos foi denunciado pelo governo Geisel. Tal fato, provocou na Marinha uma busca incessante de desenvolvimento próprio de tecnologia moderna.

Na década de 80, foram construídos novos meios flutuantes como navios-balizadores, embarcações de desembarque em assalto anfíbio, navio-faroleiro e reparado o navio-aérodromo ligeiro *Minas Gerais*.

Na mesma época, a Força Aeronaval foi contemplada com helicópteros *Lynx* para emprego embarcado nas fragatas, alguns *Wasp* de emprego geral e duas centenas de *SH 3-D* anti-submarinos.

No final da década de 80, foram incorporados computadores e equipamentos eletrônicos para tiro e navegação, projetados e desenvolvidos no Brasil, fruto da reserva de mercado imposta pelo Governo, na década de 70, para a indústria de informática.

Atualmente, é desenvolvido um projeto de pesquisa visando à construção de submarinos movidos a propulsão nuclear.

A busca de autonomia tecnológica incluiu no ânimo dos integrantes da Marinha de Guerra, pelo desafio que representa, em capacitação técnico-profissional para os seus quadros, não obstante existam grandes restrições orçamentárias.

Na Força Aérea

Em 1965, foram adquiridos as aeronaves *Hércules C-130* e *Búfalo C-115* para emprego no transporte de tropas e apoio logístico estratégico.

Ainda nos anos 60, foram incorporados aviões *T-37* para vôo de instrução básica dos pilotos, visando à aquisição futura de uma maior quantidade de aviões de combate a jato e helicópteros *UH1D Bell* para busca e salvamento. Na mesma época, foram adquiridos radares de vigilância e aviões de interceptação *F-103 Mirage III*, visando ao controle do espaço aéreo e defesa aérea, num sistema integrado.

A criação da EMBRAER, em 1969, permitiu a nacionalização de importantes aeronaves, que dotaram a FAB nas décadas seguintes. Foram fabricadas centenas de *AT-26 Xavante* e *C-95 Bandeirante*.

No início da década de 70, foram adquiridos helicópteros *UH-1H Bell* para os Esquadrões Mistos de Reconhecimento e Ataque e *F-5 Tiger* para a aviação de caça.

Finalmente, na década de 80 foram adquiridos quatro radares móveis de vigilância, quatro *KC-127 Boeing* para transporte e reabastecimento em vôo, mais vinte e seis *F-5 Tiger*, além de construídas centenas de *AT-17 Tucano* e dezenas de *A-1 AMX*.

Houve, no período, além do reaparelhamento de aeronaves, uma significativa evolução nos projetos aeroespaciais com o desenvolvimento de vários foguetes de tecnologia nacional.

No Exército

Em 1964, o Exército apresentava uma situação deplorável em seu material bélico.

As primeiras providências para modernizar a Força Terrestre, ainda nos anos 60, foram concentradas no armamento individual básico, com a aquisição e nacionalização dos fuzis automáticos 7,62 mm e canhões sem-recuo 57 mm e 106 mm, e nas viaturas sobre rodas especialmente de 1/4 Ton, 3/4 Ton e 2 1/2 Ton.

No início da década de 70, foram compradas viaturas blindadas para transporte de pessoal *M-113*, carros de combate *M-41* e canhões autopropulsados 105 mm *M-118*, para equiparem as Brigadas Blindadas.

A indústria bélica nacional ganhou incentivos governamentais e a ENGESA passou a fabricar modernas viaturas como o *Urutu* e o *Cascavel*, dentre outras, que equiparam as Unidades Mecanizadas e foram exportadas para vários países.

Na década de 80, apesar da crise econômica, indústrias como a BERNARDINI, ENGESA e AVIBRAS projetaram carros de combate, viaturas sobre rodas e sistemas de tiro bastante avançados e com elevada tecnologia nacional. Contudo, face às dificuldades orçamentárias, o Exército adquiriu apenas poucas unidades.

No final dos anos 80, foram incorporados dezenas de helicópteros *Pantera* e *Esquilo*, mobilizando o 1º Batalhão de Helicópteros. No mesmo período, algumas Unidades de Artilharia Antiaérea foram reaparelhadas com modernos radares, canhões automáticos e mísseis.

Após 1964, uma grande quantidade de equipamentos, de todas as classes de suprimentos, inclusive aparelhos óticos e

quase todos os tipos de munição, passaram a ser fabricados no Brasil.

Contudo, a maioria da frota de viaturas necessita ser renovada; pois, com mais de vinte anos, já apresenta uma obsolescência em bloco.

Reflexos no perfil dos chefes e líderes militares

O aparelhamento das Forças Armadas, embora limitado, propiciou boas condições para o exercício das atividades profissionais e novos desafios às carreiras militares. Como consequência, houve uma maior motivação com reflexos positivos em todos os níveis de chefia e liderança.

NO CAMPO DO PESSOAL

As mudanças saneadoras ocorridas nas Forças Armadas, no campo do pessoal, começaram nos primeiros meses que se seguiram à Revolução de 1964, com um duro processo de depuração dentro dos próprios quadros.

Vários chefes militares tiveram suas medalhas cassadas, centenas de profissionais foram sumariamente afastados ou reformados, caracterizando o lado penoso e triste do corte na própria carne. Nesse ponto, fica comprovado que as conquistas das carreiras militares podem ser retiradas; as da profissão não.

Contudo, as principais transformações foram implantadas pelo Presidente Castello

Branco e seus efeitos ultrapassarão os dias atuais.

*"Lembro-me de que algumas medidas iniciais do grande Presidente foram providências saneadoras do Exército. Apressava-se em estabelecer prazos máximos de permanência no generalato e no último posto, para que não fossem repetidos os erros do passado, pois, por exemplo, Cordeiro de Farias já era general da ativa há 23 anos. Além disso, fixava também, como sendo de dois anos, o tempo de serviço em função não-militar, a fim de evitar que os militares pudessem realizar carreira militar paralela, como ocorreu com vários tenentes dos anos vinte, que foram até o posto de general entreteendo mandatos de governador, de ministro e de deputado com evidente prejuízo para os verdadeiros profissionais, como a ele próprio acontecera."*¹³

Esta foi a mudança mais importante do presente estudo. Nenhuma outra se lhe compara nos efeitos benéficos que produziu nas relações entre carreira e profissão militares, e pelos reflexos positivos nas futuras gerações de chefes e líderes da caserna.

Essa medida, além de limitar o prazo máximo de permanência nos postos e graduações e de limitar o tempo de afastamento, estabeleceu o critério da cota compulsória de renovação entre os oficiais-generais, beneficiando os de menor idade, independentemente de outros méritos quaisquer. Com isso, embora tenha limitado as eventuais manobras e disputas no topo da hierarquia, de certa forma preferiu o valor profissional de muitos líderes a uma mera questão de data de nascimento.

13. COSTA, Otavio. *Pequena Memória de Um Grande Homem*, pág. 171.

Reflexos no perfil dos chefes e líderes militares

As mudanças saneadoras, promovidas após 1964, fortaleceram a chefia e limitaram a liderança, pela redução do tempo de permanência nos postos mais elevados da hierarquia militar.

As mudanças evolutivas ampliaram o leque de carreiras especializadas, propiciando um aumento na liderança delegativa, cujos reflexos serão sentidos no futuro.

NA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

O cenário da época de 1964 mostrou que a transferência da administração para Brasília e os problemas de indisciplina e falta de autoridade desorganizaram o sistema de administração pública, inclusive na área militar.

As Forças Armadas, como organismos institucionais com vida dinâmica, passaram por profundas modificações.

As principais mudanças ocorreram com a Reforma Administrativa, promovida pelo Decreto-Lei, nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e sua vasta legislação complementar.

Tais mudanças, retiraram a flexibilidade dos administradores na gestão dos recursos orçamentários e diminuíram as receitas geradas nas Organizações Militares, especialmente no Exército, com a extinção das granjas e armazéns reembolsáveis.

O controle das atividades da Administração, embora muito eficiente no aspecto formal, mostrou-se ineficaz quanto aos resultados e, principalmente, com relação à

moralidade administrativa, uma vez que a pouca flexibilidade normativa foi contornada com a chamada "química", artifício pelo qual se adquire um bem ou serviço, para o qual não existe recurso financeiro, simulando a aquisição de outro bem, normalmente de consumo, onde os recursos são maiores.

No campo das estruturas organizacionais, em cada Ministério Militar, as mudanças efetuadas no final dos anos 60, basicamente as aproximaram da situação atual.

De maneira geral, houve um aumento de Organizações Militares em todas as regiões do País, principalmente na Amazônia. A Força Aérea instalou Bases Aéreas em Boa Vista e Porto Velho, o Exército criou os Comandos Militares do Oeste e do Norte. A Marinha posicionou melhor seus Distritos Navais, transferindo o de Florianópolis para o Rio Grande e o de Recife para Natal, como exemplos.

Foram, ainda, criados vários Centros nas áreas de pesquisa, hospitalar e de ensino, ampliando as opções de carreiras militares e de chefia militar no campo técnico, voltadas para as atividades-meio.

Reflexos no perfil dos chefes e líderes militares

A redução da flexibilidade dos chefes militares, na condução dos parques orçamentos financeiros, impediu a geração de bons recursos extra-orçamentários e de artigos de subsistência, que atenuavam eventuais períodos de carestia.

A prática da "química administrativa", embora necessária para a própria sobrevivência das Unidades, feriu, sutilmente,

princípios éticos da moralidade administrativa.

Esses fatos, prejudicaram a liderança na medida que *"O líder precisa saber comunicar os valores da instituição e servir de exemplo para seus liderados, através de ações coerentes com os valores que procura transmitir, pois sua credibilidade é de vital importância."*¹⁴

CONCLUSÃO

As mudanças ocorridas nas Forças Armadas brasileiras, após a Revolução de 31 de março de 1964, reduziram os fatores de dissociação entre carreira e profissão militares.

Dentre os três fatores, que levam os militares a exercer atividades paralelas fora da profissão, um foi eliminado, outro atenuado e um persistiu às mudanças. O primeiro foi conseguido com o afastamento definitivo dos militares da ativa de atividades político-partidárias. O segundo foi parcialmente alcançado com a produção nacional e importação de novos materiais bélicos. O terceiro fator, causado pelos baixos salários, permaneceu desviando profissionais do exclusivismo que as carreiras militares exigem e, pior, minando a confiança dos subordinados nos chefes e líderes.

Embora esse último aspecto não tenha, ainda, atingido o grosso da oficialidade, devido ao elevado padrão das gerações pós 64 e à melhoria dos demais fatores, pode di-

minuir o entusiasmo profissional das próximas gerações.

De maneira geral, os reflexos causados no perfil dos chefes e líderes militares foram bastante positivos, pelo aumento do profissionalismo na mentalidade dos chefes e subordinados. A própria redemocratização do País contribuiu para fortalecer a tendência do exercício das lideranças participativa e delegativa, sem prejuízo, entretanto, dos princípios da disciplina e hierarquia, conforme atestam fatos e crises recentes.

A velocidade das mudanças, que estão ocorrendo em todo o mundo, indica a proximidade de uma nova ordem mundial em todos os campos do poder, com reflexos nas estruturas das Instituições Militares. Nesse sentido, a tendência predominante nas gerações atuais de chefes militares é capaz e se orienta, favoravelmente, para promover as alterações estruturais que se avizinham num futuro próximo, ligadas às inovações estruturais dentro das carreiras militares, direcionando-as para uma maior eficácia da profissão.

O cenário atual do Brasil é muito diferente daquele dos idos de 1964. Contudo, guarda algumas semelhanças nos campos político, econômico e social.

Talvez a principal diferença de cenários se deva ao fato de que, em nenhum outro período, na História do Brasil, as Forças Armadas estiveram tão restritas à profissão como estão atualmente.

Muitos dos líderes militares, que a história brasileira registrou, foram, na verdade, líderes políticos.

14. IP 20-10 - LIDERANÇA MILITAR - 1ª Edição 1991 - EME.

A sociedade brasileira deve tratar dos seus males com remédios apropriados e zelar pelas suas Forças Armadas como condição para sua própria sobrevivência.

O baixo padrão sócio-econômico dos militares brasileiros e a degradação do poder público nacional podem levar à "cólera das Legiões".

"Tinham-nos dito, no momento em que deixamos o lar paterno, ainda muito jovens, que partíamos para uma profissão de muitos sacrifícios e lutas, tantos anos de estudo e dedicação, tantas andanças pelo território nacional."

Pudemos verificar que tudo era verdade, e, visto que era verdade, não hesitamos em derramar nosso suor, em sacrificar nossas comodidades, nossos interesses pessoais. Não lamentamos nada, mas enquanto nos quartéis este estado de espírito nos ani-

ma, dizem-me que em Brasília se sucedem a corrupção e os demandas, se desenvolve a traição ao povo e que políticos, empresários e juizes, cedem com facilidade às piores tentações do abandono moral e aviltam nossa nação.

Não posso acreditar que tudo isso seja verdade e, no entanto, revoluções recentes mostram até que ponto podia ser pernicioso um tal estado de alma e ao que ela podia levar.

Suplico-te tranquiliza-me o mais breve possível e diz-me que os Poderes Constituídos da República nos compreendem, nos defendem, nos protegem como nós próprios protegemos a grandeza do Brasil.

Se tudo for diferente, se tivermos de deixar em vão os nossos sacrifícios sobre os ombros de nossas próprias famílias, então cuidamos com a ira dos militares." □

O que é Imbel?

A Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL é uma empresa vinculada ao Ministério do Exército, que comanda direta e imediatamente um complexo fabril responsável pela produção de diversificados produtos de armamento militar e acessórios.

Justificando o seu sucesso empresarial, a IMBEL mantém as suas fontes produtivas em permanente pesquisa e desenvolvimento de produtos, criando tecnologia própria, aprimorando tecnologia adquirida, promovendo o intercâmbio com fontes especializadas no desenvolvimento de material bélico, incluindo quatro empresas associadas e, principalmente, pesquisando o mercado consumidor no Brasil e exterior.

Como resultado, a IMBEL oferece produtos de nível e competitividade internacional.

Na linha militar da IMBEL, constam explosivos, acessórios e artefatos, catenetas de guerra para todos os tipos de munições, propelentes para mísseis e foguetes, armamento individual de porte e portátil, aparelhos eletrônicos de comunicação em campanha, aparelhos de eletrônica e medição de desempenho tático, terminal portátil programável para coleta de dados através de leitura de códigos de barras ou digitação e outros itens.

A linha de produção química compreende TNT, RDX, NITROPENTA, MMX (em implantação) e suas composições, Nitrocelulose e Linter Purificada, Pólvora de Base Simples e Dupla, Dinamites, Espécies, Cordão e demais produtos correatos.

A IMBEL - a mais antiga indústria de material bélico da América Latina é a maior fornecedora de armamentos leves para as Forças Armadas do Brasil. Por sua tradição e capacidade técnica, tem contribuído para o mantimento do País entre as mais importantes produtoras e fornecedoras mundiais de material de emprego militar.

Denne os produtos criados destacamos, o Fuzil Automático Leve (FAL) que juntamente com a Pistola Semi M32, são fornecidos para as Forças Armadas do Brasil e das Nações amigas e exportados para o mercado civil, em especial dos Estados Unidos da América.

A tradição e experiência da IMBEL na fabricação de produtos militares, resultou no desenvolvimento de ampla gama de produtos civis de tecnologia similar. Dada a sua amplitude de pesquisas, a IMBEL oferece produtos de qualidade superior, a partir de princípios e matérias-primas de sua produção.

A criação de rádios e sistemas de comunicação, tecnologia UHF e aplicações às comunicações entre pontos de obras, redes de reparos, unidades navais, veículos de inspeção e outras situações.

Armas de caça e carabina, de tratamento metalúrgico especial, são produtos em que a experiência de fabricação de armas militares resultou em produtos sem similar.



Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
Vinculada ao Ministério do Exército

Av. das Nações Unidas, 13.702 - Bloco III - 1º andar - CEP 04704
Tel.: (011) 531-5055 - Telex: (011) 37481 (IMBL BR)
Caixa Postal 21167 - São Paulo - SP - Brasil



A Guerra de Angola — UNAVEM*

José Carlos dos Santos**

Matéria extraída de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares, na qual ele relata experiências e ensinamentos colhidos no desempenho da função de Observador Militar da UNAVEM II, que exerceu em 1992.

Ao aproximar-se o final do século XX, pode-se antever que a História registrará, dentre seus eventos mais significativos, o colapso da ex-União Soviética e o conseqüente esvaziamento da Guerra Fria.

Com o fim da bipolaridade ideológica, verifica-se a busca de um realinhamento da ordem mundial, delegando-se à Organização

das Nações Unidas (ONU), um papel mais efetivo na busca da paz entre os povos.

Em que pese as acusações de subversão à única super-potência remanescente, os Estados Unidos da América (EUA), o fato é que jamais a ONU foi tão atuante quanto no momento atual, desde sua criação.

O Brasil, coerente com sua política externa de prestigiar essa organização, tem aumentado sua presença em operações de manutenção da paz mundial. Atualmente, há militares brasileiros atuando na América Central, Europa e África.

**** Major do Exército.**

* Selecionado pelo PADECEME.

A participação no processo de paz angolano, iniciada em princípios de 1989, tem um significado especial. Após mais de duas décadas de ausência, o Brasil foi convidado a chefiar a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), além de enviar observadores. O indiscutível sucesso na tarefa de repatriação de 50 mil cubanos, sob o comando do General Péricles Ferreira Gomes, certamente serviu como aval para convites posteriores, formulados pelo Conselho de Segurança da ONU.

No momento em que se prepara a Força de Paz para Angola (UNAVEM III), na qual está prevista a participação de um batalhão de infantaria motorizado (Btl Inf Mtz), uma companhia de engenharia (Cia Eng) e duas unidades médicas do nosso Exército, torna-se oportuna a abordagem do presente tema, baseada na experiência pessoal do autor como observador da ONU em Angola durante mais de um ano.

ANGOLA: UMA TERRA ARRASADA PELA GUERRA

Localizada inteiramente na zona tropical, Angola constitui-se num dos mais extensos países africanos, com uma superfície de 1.246.700 quilômetros quadrados. Destes, cerca de 7.000 correspondem ao enclave de Cabinda, porção descontínua que caracteriza a forma fragmentada do país.

Suas latitudes extremas colocam-no em oposição à faixa litorânea brasileira compreendida entre os estados da Bahia e Rio Grande do Norte, no outro lado do Atlântico Sul. Tais coordenadas conferem-lhe grande importância estratégica, exercendo influência

em sua história recente, como será visto adiante.

A maior parte do seu território desenvolve-se sobre um platô, com altitude média de mil metros acima do nível do mar. Destaca-se o Planalto de Huambo, entre as regiões central e sudeste, com elevações que se situam entre 1.500 e 2.000 metros e onde se localiza o ponto culminante do país, o Morro do Moco, com 2.650 metros. A planície litorânea é estreita em sua maior parte, alargando-se um pouco ao norte, onde se encontra a capital Luanda.

A vegetação predominante é a savana, havendo ainda a ocorrência de matas densas e úmidas no norte; à medida que se avança para o sul, a floresta aberta torna-se mais rarefeita e seca, caracterizando uma zona transição para o deserto da Namíbia, país limítrofe ao sul.

Angola não possui rios caudalosos. No entanto, por suas extensões e potenciais hidráulicos, destacam-se o Rio Cuanza no centro-norte, o Cunene ao sul, o Cubango ao sudeste e o Zambezi a leste.

Quanto ao clima, as médias anuais são bastante atenuadas pela altitude, situando-se em torno de 20 a 24°C. As maiores temperaturas são registradas nas planícies litorâneas, não ultrapassando, porém, a média anual de 26°C. As mais baixas são encontradas no Planalto de Huambo, abaixo dos 20°C.

Os maiores índices pluviométricos encontram-se no planalto central e na metade norte do país. O sudeste e o sul são mais secos, caracterizando a transição para o clima desértico.

Quanto à população, estimada de 10,3 milhões de habitantes (1991), dois aspectos devem ser destacados: a etnia e a distribuição demográfica.

Três grupos respondem por mais de 80% dos angolanos: mbundos (30%), bacongós (14%) e ovimbundos (38%). Constituem, respectivamente, a base de apoio populacional dos principais movimentos de libertação que surgiram, a partir do final dos anos 50, na luta contra o domínio português: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA).

A distribuição étnica no espaço geográfico guarda relação direta com as áreas de predomínio dos movimentos citados acima: o MPLA ao centro-norte, a UNITA no planalto central e a FNLA próximo à fronteira com o Zaire, no extremo norte. Esse último movimento perdeu muito da sua importância, após a independência, obtida em 1975.

A distribuição demográfica sofreu considerável influência da guerra civil que tem associado o país nos últimos anos. Com o agravamento do conflito, na segunda metade da década de 80, houve uma verdadeira fuga em massa da população rural em direção aos principais centros urbanos. Somente Luanda e Huambo, suas duas maiores cidades, passaram a abrigar mais de um terço da população angolana.

Luanda, principalmente, teve um crescimento urbano desordenado. Proliferaram as favelas (*musseques*) e o sistema de distribuição de bens entrou em colapso, dando origem ao mercados ilegais (*candongas*), que hoje se constituem em característica marcante da outrora bela capital.

Além disso, muitos angolanos emigraram para os países vizinhos, Portugal e Brasil, entre outros. Estima-se que mais de 2 milhões de refugiados encontram-se no exterior atualmente.

A economia de Angola, que nos últimos anos do colonialismo experimentara um considerável crescimento, com a entrada maciça de capitais portugueses, começou sua derrocada após a independência.

Quando o governo marxista de Agostinho Neto assumiu o poder, em 11 de novembro de 1975, 300 mil portugueses, aproximadamente, deixaram a ex-colônia. A saída repentina da quase totalidade da mão-de-obra especializada e dos capitais desestruturou o sistema produtivo do país a que seguir-se-ia uma longa e cruenta guerra civil.

A destruição de pontes e a saída de uma parcela considerável da frota rodoviária levaram o sistema de transportes ao colapso. Da mesma forma, o sistema de comunicações, um dos alvos preferenciais da guerrilha sustentada pela UNITA, foi quase inteiramente desmantelado.

O deslocamento populacional para os grandes centros urbanos provocou uma queda drástica da produção agrícola. De antigo exportador de alimentos, Angola passou a depender de importações. Todos esses fatores levaram Angola à dependência quase que exclusiva da exportação de petróleo e de diamantes. Atualmente, a situação tende a agravar-se, devido à dificuldade de se chegar a uma paz definitiva.

SINOPSE HISTÓRICA

Ao final da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se o ciclo de independência das nações africanas. Angola, a exemplo de outras possessões portuguesas, ficou à margem desse processo, que se revelaria irreversível com o decorrer do tempo.

Nos últimos anos da década de 50, surgiram os primeiros movimentos organizados com o objetivo de se conseguir a independência política da mais rica colônia de Portugal.

Em 1956, foi fundado o MPLA, pelo médico Agostinho Neto, da etnia mbundu. Esgotadas as possibilidades de uma solução negociada com a metrópole, a luta armada teve início em 1961. O movimento logo obteve o apoio do bloco soviético, que, empenhado na expansão do comunismo, visualizou a obtenção de uma base estratégica de grande importância no Atlântico Sul.

Já no ambiente da Guerra Fria, outros partidos, apoiados pelo Ocidente, surgiram na esteira do MPLA. Apoiado na etnia baongo, predominante no norte, Holden Roberto fundou a FNLA. Saído das suas fileiras, Jonas Malheiros Savimbi fundou a UNITA, em 1966, buscando apoio entre os ovimbundos, majoritários no planalto central.

Baseado no depoimento pessoal de vários oficiais portugueses que lutaram contra todos aqueles movimentos antes da independência, pode-se afirmar que as suas ações restringiam-se à zona rural, em locais de difícil acesso. A vida da colônia, como um todo, era pouco perturbada pelas ações guerrilheiras.

Ainda de acordo com aquela versão, o domínio português poderia ter durado mais tempo, não fosse a pressão internacional pelo fim do colonialismo e o interesse das grandes potências. Porém, mesmo em Portugal, a continuação de tal sistema não encontrou mais apoio suficiente, principalmente após a Revolução dos Cravos, em 1974. O Movimento das Forças Armadas implementou, de imediato, uma política de descolonização.

Foram iniciados os contatos bilaterais com cada uma das lideranças dos movimen-

tos de libertação. Estes, apesar de terem sempre lutado por um objetivo comum, jamais o tinham feito numa frente única. Em pleno ambiente da Guerra Fria, recebiam apoio e influências de blocos antagônicos. A base de cada movimento era outro fator de cisão. Depois de complexas negociações mediadas pelos portugueses, os líderes do MPLA, FNLA e UNITA assinaram o Acordo do Alvor, em 15 de janeiro de 1975. Ficou estabelecido que a independência seria proclamada em 11 de novembro daquele ano. Enquanto isso, uma junta tripartite cuidaria de viabilizar a realização de eleições gerais para a constituição de um governo definitivo.

Seguiu-se, em vez do entendimento, uma acirrada disputa pelo poder. As diferenças ideológicas, a desconfiança mútua entre os movimentos de libertação e a luta em frentes distintas durante mais de uma década tornaram inviável o acordo entre as partes.

O MPLA tomou a dianteira na busca dos apoios externos. O aumento da ajuda soviética em equipamentos e conselheiros militares e a chegada dos primeiros contingentes da Brigada Internacional de Cuba deram condições para que o partido marxista assumisse o controle total de Luanda e, a 11 de novembro de 1975, declarasse a Independência de Angola.

O Brasil reconheceu imediatamente o governo recém-instalado, sendo o primeiro país a fazê-lo. Esse fato gerou um ressentimento no seio da UNITA, que perdura até os dias de hoje. Seguiram-se ao Brasil os governos do Leste Europeu e outros sob a influência de Moscou. Os Estados Unidos jamais reconheceram o regime marxista de Agostinho Neto.

Gradativamente, com o apoio maciço do bloco soviético e a presença crescente de mi-

litares cubanos, o MPLA foi consolidando o controle sobre quase todo o território angolano.

No norte, a FNLA foi desmantelada, tendo seus remanescentes se refugiado no Zaire, histórica base de apoio daquele movimento. No sul, o governo jamais conseguiu uma vitória definitiva sobre a UNITA. Sob a liderança incontestável de Jonas Savimbi, os guerrilheiros desenvolveram uma extraordinária capacidade de sobreviver nas matas. A região de Jamba, no extremo sudeste angolano, transformou-se num mito, como fortaleza inexpugnável da guerrilha.

A ajuda norte-americana migrou da desmantelada FNLA para a UNITA, na tentativa de frear o expansionismo soviético na África Austral. Esse apoio durou até o acordo de paz assinado em maio de 1991.

Vale salientar que, a partir de 1986, com o aumento da ajuda militar norte-americana, a guerrilha ganhou impulso. Seu maior poder de fogo fez-se sentir pela destruição crescente de pontes e rodovias, até então controladas pelo governo. Adotando a tática da "terra arrasada", a UNITA passou a destruir vilas e aldeias.

A longa e desgastante guerra civil fez aumentar o número de refugiados e destruiu praticamente toda a atividade econômica organizada, sem que se tivesse chegado a qualquer resultado decisivo.

A definição do conflito viria de fora, com a derrocada do império soviético. O MPLA, ao perder o seu principal sustentáculo externo e desgastado pelos 16 anos de guerra ci-

vil, reconheceu que somente através da negociação teria alguma chance de sobreviver.

A ONU NO PROCESSO DE PAZ

Em 1988, iniciaram-se os primeiros contatos para um acordo tripartite envolvendo Angola, Cuba e África do Sul. Esta concederia independência à Namíbia, enquanto o MPLA deixaria de prestar apoio aos guerrilheiros da Organização dos Povos do Sudeste Africano (SWAPO), que lutava pela independência da Namíbia. Cuba, por seu turno, retiraria todas as suas tropas baseadas em território angolano.

A pedido dos governos de Angola e Cuba, a ONU criou a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM),¹ em 20 de dezembro de 1988. Sua principal tarefa seria controlar a retirada dos 50 mil cubanos até 1º de julho de 1991.

Com um efetivo de 60 militares, a hoje denominada UNAVEM I, sob o comando do General Péricles Ferreira Gomes, do Exército Brasileiro, cumpriu com total êxito a sua missão, tendo os últimos cubanos se retirado com mais de um mês de antecedência em relação ao prazo previsto.

Simultaneamente ao início do processo de retirada, iniciaram-se as conversações entre o Governo e a UNITA, na busca de uma solução para o fim da guerra civil. Após mais de um ano de difíceis negociações mediadas por Portugal, o acordo de paz foi assinado em 31 de maio de 1991, pelo Presidente José

1. United Nations Angolan Verification Mission.

Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, líder da UNITA.

Atendendo ao pedido formalizado pelo governo de Angola, o Conselho de Segurança da ONU decidiu prolongar a presença de observadores internacionais no país, cuja missão passou a denominar-se UNAVEM II.

O Acordo de Paz para Angola estabeleceu que o cessar-fogo e as ações dele decorrentes seriam fiscalizadas por comissões mistas formadas por representantes do governo e da UNITA. O trabalho dessas comissões, por sua vez, seria verificado pelas Nações Unidas.

Durante mais de um ano de trabalho, teve-se a impressão de que o processo de paz seria bem sucedido. Desde a entrada em vigor do cessar-fogo até a realização das eleições gerais, em 29 e 30 de setembro de 1992, não foi registrado nenhum incidente grave envolvendo tropas governamentais e da UNITA.

A realidade, porém, mostrou-se diferente. A derrota nas urnas não foi aceita por Jonas Savimbi, apesar de a ONU ter certificado que as eleições tinham sido livres e justas. A tentativa frustrada da UNITA de tomar a capital, no início de novembro de 92, marcou o reinício da Guerra Civil.

O retorno ao conflito trouxe à tona uma série de constatações. Nem o governo nem a UNITA tinham procedido a uma desmobilização completa das suas forças. Em algumas semanas, o poder de fogo das forças guerrilheiras demonstrou que a UNITA poderia tomar conta do país em pouco tempo.

Várias frentes de combate foram abertas e a luta pelo controle das principais cidades acirrou-se. Em princípios de 93, cerca de 70% do território angolano estava controlado pelas forças da guerrilha. Porém, a exemplo do

que ocorrera em 1975, o governo jamais perdeu o controle de Luanda, verdadeiro *centro de gravidade* do conflito, assim como da maioria das capitais provinciais. A mais importante exceção foi Huambo, 2º centro mais populoso de Angola, que foi transformado em QG de Savimbi.

Os combates foram caracterizados pelo cerco de cidades e vilas por tropas da UNITA, que, ao longo dos anos, transformou-se em um verdadeiro exército regular, contando, inclusive, com artilharia e blindados.

Ao final do processo de desmobilização, o governo apresentava seu exército quase que totalmente desmantelado, à exceção de algumas unidades de elite. Como se explica, então, o fracasso da UNITA na tentativa de tomar o poder após sua derrota nas eleições?

A partir do momento em que os seus planos foram detetados pelos serviços de inteligência das FAPLA, as autoridades governamentais passaram a distribuir armamento e munição à população. Essa técnica tinha sido muito empregada em passado recente, com as chamadas milícias populares do regime marxista. Fortalecido pela vitória nas urnas, o MPLA conquistou apoio suficiente junto à população civil para resistir à ofensiva guerrilheira nas principais cidades.

Outro fator que contribuiu para a inesperada resistência governamental e, mesmo, para alguns importantes reveses das FALA foi a mudança da posição norte-americana. Os Estados Unidos, em princípios de 1992, reconheceram pela primeira vez o governo de José Eduardo dos Santos, depois de terem se constituído num dos principais aliados de Jonas Savimbi até à assinatura do Acordo de Bicesse.

A ONU, depois de ter reconhecido formalmente a vitória do MPLA nas urnas, pas-

sou a exercer pressão diplomática sobre a UNITA, ameaçando-a ainda com o embargo de armamentos e petróleo.

Respalhado no reconhecimento formal da sua vitória nas urnas pelas Nações Unidas e favorecido pela retirada do apoio norte-americano à UNITA, o Governo, tendo retomado a ofensiva, recuperou importantes áreas do país, entre as quais Huambo.

Disposto a enfraquecer militarmente seu rival, o MPLA recusou inúmeras iniciativas da UNITA em retomar as negociações, até meados de novembro de 1994, quando nova trégua foi acertada. A ausência do líder da UNITA nas cerimônias de assinatura de mais um cessar-fogo, levadas a efeito em Lusaka, capital da Zâmbia, dão bem uma idéia da fragilidade do processo de paz angolano.

A PARTICIPAÇÃO DO MILITAR BRASILEIRO NA UNAVEM II

Para o cumprimento do seu mandato, a UNAVEM II estruturou-se com um comando central em Luanda e seis comandos regionais abrangendo todo o território angolano.

Aos comandos regionais ficou subordinado um número variável de equipes de verificação — 46 no total — desdobradas em postos avançados próximos às áreas de concentração das tropas (figura 1).

Cada uma era composta por 5 militares, entre os quais havia sempre um de país de língua portuguesa ou espanhola.

Além disso, foram constituídas mais 12 duplas de observadores para os chamados

“pontos críticos” (portos e pistas de pouso, normalmente).

Os observadores militares eram provenientes de 24 países: Argélia, Argentina, Brasil, Canadá, Congo, ex-Tchecoslováquia, Egito, Espanha, Guiné-Bissau, Hungria, Índia, Irlanda, Jordânia, Malásia, Marrocos, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Holanda, Senegal, Singapura, Suécia, ex-Iugoslávia e Zimbábue.

BRASIL: O MAIOR CONTINGENTE

Certamente, a língua portuguesa foi um dos fatores que fizeram do contingente brasileiro o de maior efetivo na UNAVEM II. Além de 15 observadores militares (11 do Exército e 4 do Corpo de Fuzileiros Navais) e 10 policiais militares (do Distrito Federal), toda a equipe médica era oriunda do Brasil (2 oficiais médicos e 12 sargentos de saúde do Exército). Com o começo do processo eleitoral, o efetivo de policiais foi dobrado. Após o reinício do conflito em novembro de 1992, ocorreu uma baixa no contingente brasileiro,² na sequência de um ataque da UNITA à localidade de Uíge, no norte de Angola.

A distribuição do pessoal da UNAVEM II foi feita de modo que houvesse pelo menos um elemento de país de língua portuguesa ou espanhola por base. Desse modo, o contingente brasileiro marcou presença em todo o território angolano, no exercício das mais variadas atribuições.

2. 2º Sgt PM Adilson Barbosa da Costa, da Polícia Militar de Minas Gerais.

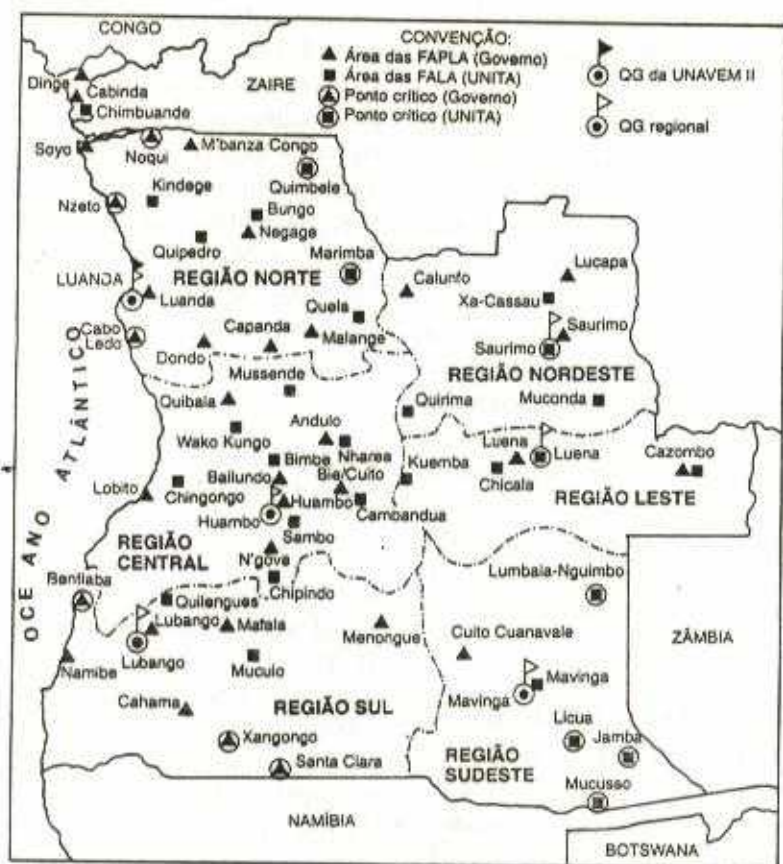


FIGURA 1: Desdobramento da UNAVEM II

A maior parte dos militares brasileiros exerceu a função de observador militar, compondo as equipes da UNAVEM II junto às áreas de acantonamento das FAPLA ou das FALA. A principal tarefa dessas equipes consistia no controle dos efetivos e dos armamentos e munições ali existentes. Para isso, os observadores deslocavam-se para os acampamentos uma vez por semana, ou sempre que necessário, e lá acompanhavam o trabalho das comissões mistas governo — UNITA.

Embora a conferência das tropas e do material bélico fosse exclusiva daquelas comissões, a ONU acabou exercendo um papel ativo nessa tarefa. Nem o governo, nem a UNITA tinham meios de proceder a uma consolidação regional da contagem, quanto menos a nível nacional. Todos os postos avançados da UNAVEM II eram dotados de equipamentos rádio de grande alcance, integrando as respectivas redes regionais. As sedes das 6 regiões, por seu turno, faziam parte de uma rede central, baseada em Luanda.

Dessa forma, o relatório final de contagem era consolidado pela UNAVEM II e distribuído a cada um dos representantes da CMVF (Governo, UNITA, Portugal, Estados Unidos e Rússia), sendo aceito como documento oficial de todo o processo de controle.

Ao lado de argentinos, espanhóis e guineenses, os brasileiros tiveram participação destacada nessa tarefa. A maioria esmagadora dos demais observadores só falava seus próprios idiomas e o inglês.

Nas demais atividades, a presença do militar brasileiro também era imprescindível. Além de se constituir em elo de ligação entre a UNAVEM II e a população local, sua participação em praticamente todas as reuniões conjuntas de elementos do governo e da UNITA muito contribuiu para que o cessar-fogo não sofresse perturbações graves até a realização das eleições.

Podê-se afirmar que o pequeno número de incidentes registrados a partir do início do cessar-fogo deveu-se, em parte, ao trabalho diuturno dos brasileiros e à sua habilidade em encontrar o consenso entre as partes. O bom relacionamento estabelecido, tanto com os oficiais das FAPLA, como das FALA, era notório.

Certamente, o fator cultural contribuiu para tal capacidade de negociação, à medida que fornecia instrumentos para a exata compreensão dos problemas angolanos e para a tomada de uma atitude imparcial nas horas de crise.

Mesmo nas atividades mais rotineiras, como a aquisição de gêneros para as *outstations*, a participação dos brasileiros era importante. O bom relacionamento com as populações nativas permitia a aquisição de artigos de difícil obtenção, face à escassez

provocada pelo colapso do sistema de abastecimento do país.

Nas sedes regionais, era muito frequente o contato da ONU com as autoridades provinciais. A presença dos oficiais brasileiros era bastante solicitada nesses encontros, seja como intérpretes dos comandantes regionais, seja na função de oficiais de ligação.

Em suma, os observadores militares brasileiros tiveram uma atuação destacada na UNAVEM II. A respeito do assunto, assim se expressou o Coronel Francisco José da Silva Fernandes, em seu "Relatório de Final de Missão", encaminhado ao Estado-Maior do Exército.

"Era público e notório que o pessoal brasileiro tinha um desempenho bem acima da média, seja pela especial condição de falar a língua local, seja pela excelente formação profissional. Na comparação com os estrangeiros, era flagrante o nosso maior interesse, dedicação, seriedade, probidade, enfim, competência profissional." (Fernandes, 1993, p.23)

A atuação da equipe de saúde da UNAVEM II, composta exclusivamente por militares do Exército Brasileiro (2 oficiais médicos e 12 praças), merece um destaque especial.

Inicialmente, ela enfrentou certo preconceito por parte do pessoal oriundo de alguns países desenvolvidos. Através de um trabalho bem planejado e competente, a equipe conquistou, ao final de alguns meses, o respeito e a admiração de todo o contingente multinacional da ONU.

A experiência na profilaxia de doenças tropicais trazida do Brasil foi aplicada com total êxito em Angola. Os militares europeus, principalmente, haviam trazido esquemas próprios de tratamento da malária, porém

acabaram adotando as condutas recomendadas pela equipe brasileira.

Algumas vidas foram salvas devido à pronta intervenção do pessoal de saúde, principalmente por ocasião de acidentes aéreos e rodoviários. Quando os recursos hospitalares revelaram-se insuficientes em Luanda, a pronta evacuação aero-médica para a Namíbia, em uma ocasião, e para a África do Sul, em outras duas, foram fundamentais para a sobrevivência de três pacientes em estado grave.

EXPERIÊNCIAS E ENSINAMENTOS

Composta por militares oriundos de mais de duas dezenas de países, a UNAVEM II proporcionou uma experiência ímpar em termos de convivência com pessoas de outras nações. Alguns aspectos a serem ressaltados serão abordados dos tópicos seguintes.

• Domínio da língua

O preparo adequado na língua inglesa foi fundamental para um bom desempenho na missão. Idioma oficial de trabalho, o inglês era usado na confecção de toda a documentação interna, na exploração rádio e palestras.

A experiência revelou que o atual sistema de habilitação adotado pelo Exército Brasileiro não é suficiente, por si só, para dar o preparo adequado aos oficiais convocados para missões no exterior. Em Angola, a maioria sentiu uma grande dificuldade inicial, principalmente no entedimento do Inglês fluente.

A dedicação pessoal e a necessidade de comunicação, entretanto, aceleraram o aprendizado. Em aproximadamente dois meses (tempo médio), os oficiais atingiram o nível suficiente para o desempenho normal de suas funções.

• As dificuldades em uma terra arrasada

Com as dificuldades decorrentes do desmantelamento do sistema produtivo e de transportes de Angola, os observadores que serviam em localidades isoladas ficavam totalmente dependentes do ressuprimento aéreo.

As grandes distâncias envolvidas e a precariedade dos meios aéreos obrigavam as equipes a realizar um planejamento metuculo para a estocagem de artigos básicos de suprimentos, necessários à sobrevivência nos postos avançados.

Um planejamento mal feito poderia resultar na falta de itens para o preparo da alimentação ou de combustível para as viaturas e geradores elétricos, por exemplo.

• Tarefas múltiplas

Além das tarefas ligadas especificamente ao processo de paz, já descritas anteriormente, os componentes das equipes multinacionais eram obrigados a compartilhar dos mais variados afazeres.

A condução de viaturas e a operação dos equipamentos rádio, fac-símile e geradores elétricos, incluindo a sua manutenção preventiva, eram tarefas divididas entre todos os membros das *outstations*, não importando o grau hierárquico.

Nos centros urbanos, era fácil conseguirem-se cozinheiros e faxineiros, porém, nos locais mais isolados, a alimentação e a limpeza das instalações tinham que ser feitas pelos próprios membros da UNAVEM II.

• Assistência médica

Devido ao isolamento dos postos de trabalho, avultava de importância o conhecimento de primeiros socorros, visto que mesmo uma evacuação aero-médica poderia levar muitas horas. Isso era agravado pelo mau estado da maioria das estradas e pelo fato de os helicópteros não voarem à noite.

Na maioria das vezes, os primeiros socorros eram prestados pelos próprios componentes dos postos avançados, orientados, via rádio, pelos médicos ou enfermeiros da equipe de saúde.

Nas áreas inóspitas, tornava-se necessária a adoção de uma série de medidas para se prevenir a entrada de animais peçonhentos nos dormitórios, principalmente ofídios e escorpiões. Era comum cavar-se um pequeno fosso em torno das barracas e enchê-lo com óleo queimado.

• O desgaste psicológico

Vários postos ficavam completamente isolados, sem qualquer opção de lazer. Não se distinguia sábado, domingo ou feriado dos demais dias. Os observadores ficavam semanas a fio submetidos a uma rotina entediante, ou mesmo ao ócio completo nos pontos críticos.

Muitas vezes, a incompatibilidade de costumes e hábitos alimentares tornava quase insuportável a convivência prolongada

entre membros de uma mesma equipe provocando atritos seguidos. Nos pontos críticos, onde só havia dois observadores, esse tipo de problema era mais acentuado.

A título de ilustração, cite-se o exemplo de um fuzileiro naval brasileiro que conviveu durante quase três meses, em Marimba, com um oficial muçulmano. Além de hábitos alimentares bastante distintos, este costumava isolar-se em sua barraca, várias vezes por dia, a fim de fazer orações. Apesar da convivência cordial, o oficial brasileiro aproveitava qualquer oportunidade para afastar-se do posto, seja realizando longas caminhadas pela região, seja caçando animais silvestres na companhia de nativos locais.

para minorar esse problema, a ONU estabeleceu um sistema de rodízio trimestral. Os postos de serviço eram divididos em três categorias (A, B ou C), de acordo com a localização ou condições de vida de cada localidade. Desse modo, os elementos que serviam nos melhores sítios (categoria "A"), eram movimentados para os de categoria "B" ou "C" e vice-versa.

O único meio de ligação permanente com o "mundo exterior" era o rádio. A exemplo de outros contingentes, os brasileiros estabeleceram uma rede rádio própria, através da qual as informações de interesse comum eram difundidas ou, simplesmente, procurava-se quebrar o isolamento e elevar o moral do pessoal.

O serviço postal era bastante precário. O correio angolano, desestruturado pela guerra, só atendia Luanda e algumas cidades de maior porte. Em virtude dessa deficiência, a UNAVEM implementou o seu próprio serviço postal. Mesmo assim, uma correspondência postada no Brasil, por exemplo, só era recebida após três ou quatro semanas.

À exceção de Luanda e de algumas capitais provinciais, não era possível estabelecer contato telefônico com os familiares. Entretanto, fruto da iniciativa de alguns oficiais em viagem ao Brasil, pôde-se, no transcorrer da missão, contar com o apoio de operadores de redes rádio do Ministério do Exército e da Aeronáutica sediados em Brasília e no Rio de Janeiro. Conseguia-se, dessa forma, estabelecer contato, em horários pré-estabelecidos, entre um posto rádio da UNAVEM II e qualquer telefone residencial no Brasil. Apesar da falta de privacidade e das dificuldades técnicas para se realizar tal ligação, isso permitiu que, eventualmente, os militares situados nos mais remotos postos do território angolano se comunicassem com os seus familiares.

Em média, a cada três meses, era possível viajar-se para o Brasil em gozo de dispensa por um período de duas semanas. Alguns preferiam viajar a intervalos maiores, acumulando períodos igualmente mais longos de dispensa.

• O relacionamento com os angolanos

As ligações entre angolanos e brasileiros remontam a séculos. O fluxo de influências, historicamente orientado, do continente africano para o Brasil, ocorre no sentido contrário nos dias de hoje.

Angola passou a absorver traços da cultura brasileira não só com a crescente importação de produtos manufaturados e serviços, mas também através da televisão e da música.

Isso certamente facilitou o contato dos brasileiros com os angolanos, principalmente com a população civil, os representantes do governo e os militares das FAPLA.

Desse contato, ficou patente a vontade da população, como um todo, de buscar a paz, após mais de 16 anos de guerra civil. Em relação aos militares do governo, notou-se uma desmotivação generalizada, principalmente nos escalões mais baixos da hierarquia. Tais aspectos ficaram muito bem caracterizados nas áreas de acantonamento das FAPLA, onde a desorganização e a indisciplina eram evidentes.

No relacionamento com os integrantes da UNITA e seus simpatizantes, face às posições históricas adotadas em relação ao conflito angolano, o Brasil sempre foi alvo de críticas de Jonas Savimbi. Havia, em consequência, um certo ressentimento de seus comandados em relação aos brasileiros.

Contudo, o contato frequente ocorrido nas áreas de acantonamento das FALA e nas comissões conjuntas de trabalho reforçava a empatia entre as partes, originária de traços culturais comuns. De uma atitude inicial de cautela, os oficiais da UNITA passaram a um posicionamento de cordialidade, aliado ao crescente interesse pelas coisas ligadas ao Brasil.

Todavia, com o início da campanha eleitoral, a partir do 2º semestre de 1993, o discurso antibrasileiro de Jonas Savimbi reverteu o quadro mais uma vez.

À medida que a derrota da UNITA nas urnas tornou-se evidente, cresceu a animosidade dos seus componentes em relação aos brasileiros, principalmente nos escalões mais baixos do movimento. A esse respeito, dois incidentes merecem ser destacados.

Em Marimba, na região norte, um observador brasileiro recebeu ameaças de morte ao manifestar sua reprovação à tática de intimidação empregada pela UNITA junto à

população civil, assim que as urnas passaram a revelar a vitória do governo naquele local. Julgando que a sua vida corria sério risco, o oficial empreendeu perigosa fuga em viatura, por trilhas de difícil identificação e áreas minadas, até o posto mais próximo da UNAVEM II, situado a mais de 250 km de distância de Marimba.

Em Andulo, na região central, as instalações da ONU foram invadidas com violência, durante a ocupação da cidade pelas forças guerrilheiras. Gritando palavras de ordem, os soldados das FALA dirigiram ameaças diretas ao observador brasileiro ali presente, encurralando-o na ponta de seus fuzis.

Do contato freqüente com os oficiais da UNITA, das inúmeras visitas às suas áreas de acantonamento e dos relatos colhidos junto a diversos observadores que trabalharam naqueles locais, infere-se uma série de ensinamentos a respeito dos militares das FALA, relacionados a seguir:

1. são extremamente disciplinados e aguerridos;
2. possuem um grau muito alto de motivação e desprendimento, não hesitando em arriscar a vida no cumprimento do dever;
3. Jonas Savimbi representa muito mais do que o seu comandante supremo. Sua figura é temida e idolatrada por todos, inclusive pelos generais dos mais altos escalões, que o tratam como "presidente";
4. a organização impecável de suas áreas de acantonamento, ao contrário das FAPLA, demonstraram uma enorme capacidade de aproveitamento dos recursos locais e de sobrevivência à custa dos mesmos;
5. o longo período de guerra irregular conferiu-lhes extrema mobilidade a pé e um profundo conhecimento do terreno em

praticamente todos os quadrantes do território angolano.

A proximidade da guerra

Com o agravamento da tensão política, após a divulgação dos primeiros resultados das eleições realizadas no final de 1992, ocorreram vários incidentes que vieram a revelar a fragilidade da paz reinante desde a assinatura do acordo de paz, em maio de 1991.

Tais incidentes proporcionaram a vivência de uma situação até então não experimentada pelos brasileiros em Angola, ou seja, a proximidade da guerra.

Isso não significa que o aspecto de um conflito armado estivesse completamente ausente antes do agravamento da situação. Apesar da calma aparente, sabia-se que grande parte da população civil estava armada. Nas proximidades do QG da UNAVEM II a trajetória de projetis traçantes era uma cena rotineira nas noites de Luanda.

Apresenta-se, a seguir, uma série de incidentes que caracterizaram a proximidade da guerra, procurando-se transmitir um pouco do clima psicológico então reinante.

1. O incidente de Malange

Malange, capital da província de mesmo nome no norte de Angola, constituía-se num dos locais mais problemáticos para a UNAVEM II. Tradicional reduto do MPLA, resistia a todas as tentativas de penetração da UNITA, embora o acordo de paz previsse completa liberdade para os partidos se estabelecerem em todo o país.

Com a chegada da campanha eleitoral, o movimento de Jonas Savimbi, transformado

oficialmente em partido político, tentou se instalar num dos bairros mais populosos da cidade, sendo impedido por populares. Numa tentativa extrema, a UNITA enviou um destacamento armado para o local, com a finalidade de garantir a instalação de um comitê eleitoral. Na troca de tiros com a população local, registraram-se vítimas fatais de ambos os lados.

Isso provocou a reação do comandante de uma brigada das FAPLA, que ameaçou intervir com suas tropas, acampadas a menos de 5 km do local. O confronto armado parecia iminente.

A CCPM resolveu enviar uma equipe de alto nível a Malange a fim de tentar resolver o problema junto com as autoridades municipais. Após tensas e difíceis reuniões, decidiu-se que a presença da delegação visitante na área de conflito seria de grande utilidade para serenar os ânimos.

Durante a visita, populares armados fizeram uma série de disparos em ruas próximas ao local onde se encontrava a comitiva, da qual faziam parte a representante do Secretário Geral da ONU em Angola, Sr^a Margareth Anstee, o chefe dos observadores militares da UNAVEM II e os líderes das delegações do governo e da UNITA na CCPM. A intervenção oportuna de um general das FAPLA, com indiscutível liderança na região, fez cessar os disparos e evitou que a guerra civil tivesse ali o seu reinício.

Acompanhando o chefe dos observadores, o autor pôde observar a forma ponderada com que o general das FAPLA acalmou os ânimos mais exaltados de ambos os partidos, demonstrando sangue-frio e autocontrole, certamente lapidados nos campos-de-batalha.

2. A ocupação de Andulo

Após a divulgação do resultado das eleições, as FALA passaram a ocupar várias cidades em todos os quadrantes de Angola, numa demonstração clara de que, derrotada nas urnas, pretendia assumir o poder pela força.

Em Andulo, no planalto central, o Major Décio Luís Schons, do Exército Brasileiro, presenciou a ocupação da cidade por tropas da UNITA. O relato que se segue é baseado no depoimento desse oficial.

Na noite anterior à ocupação, aproximadamente 300 soldados ocuparam posições próximas aos prédios mais importantes da cidade. Por volta das 7 horas e 30 minutos da manhã, um disparo feito na praça central serviu de senha para o início da ação militar. Soldados das FALA tomaram de assalto os pontos sensíveis da cidade, tais como prefeitura, estação de rádio e sede da polícia local. Simultaneamente, foi desencadeado cerrado fogo de fuzis, morteiros e lança-rojões por toda a zona urbana. Várias autoridades municipais foram eliminadas, da mesma forma que o comandante da área de acantonamento das FAPLA na região.

As instalações da ONU foram invadidas com violência e sua guarnição de 5 homens (incluindo o Major Schons) recebeu ordens de abandonar a cidade, sob a ameaça de fuzis. Quando iniciavam o deslocamento de 100 km, a pé, em direção a Kuito, capital da província e sede mais próxima da UNAVEM II, um oficial das FALA interveio. Desculpou-se pelo "descontrole temporário" sobre os seus comandados e reconduziu os observadores à sua sede, prometendo "zelar pela segurança da mesma". Durante várias horas, os membros da UNAVEM ficaram na condição

de reféns, impedidos de fazer qualquer contato por rádio com o comando regional, situado em Huambo.

Com táticas semelhantes à descrita acima, a UNITA ocupou, após as eleições, mais de 70 por cento dos municípios angolanos. A tentativa frustrada da tomada de Luanda, em princípios de novembro de 1992, resultou na morte de milhares de pessoas e provocou o reinício da guerra civil.

3. Os incidentes de Luanda

Quando os primeiros resultados das eleições foram divulgados, indicando a provável vitória do MPLA, a situação tornou-se tensa em todo o país. A capital, que até então estivera livre de incidentes de vulto, desde a assinatura do acordo de paz, começou a registrar ocorrências quase diárias, envolvendo militares do MPLA e da UNITA. São narrados a seguir dois incidentes testemunhados pelo autor.

Na madrugada de 11 de outubro de 1992, uma bomba explodiu em frente ao Hotel Turismo, sede do movimento de Jonas Svimbi em Luanda. Durante o restante do dia, diversas escaramuças ocorreram e doze elementos das tropas de elite da polícia governamental foram feitos reféns por soldados das FALA. Para soltá-los, a UNITA exigiu que aproximadamente 50 de seus partidários, presos durante os incidentes, fossem igualmente libertados.

Na tentativa de interromper a escalada da violência, a CCPM convocou uma reunião extraordinária. Quando ela teve início, ocorriam choques armados em diferentes pontos de Luanda, tornando o risco de generalização do conflito muito grande.

O representante da UNITA condicionava qualquer entendimento à libertação dos

militares presos, afirmando não se responsabilizar pela vida dos doze reféns das tropas do governo, caso as hostilidades contra o seu partido não cessassem imediatamente. Para complicar ainda mais o quadro, informações trazidas por assessores de ambas as partes, em pleno transcorrer da reunião, davam conta de que o choque entre a guarda do palácio presidencial e tropas das FALA, instaladas a alguns quilômetros dali, era iminente.

O local de reunião transformou-se em verdadeira sala de operações, com os líderes do governo e da UNITA dando ordens diretas a seus respectivos comandantes militares no sentido de que evitassem o engajamento. Devido à grande habilidade de negociação demonstrada pelo representante do MPLA, General França N'Dalu, conseguiu-se, a muito custo, a cessação das escaramuças.

A reunião foi interrompida e uma delegação da CCPM dirigiu-se para o Hotel Turismo, onde seria acertada a troca de prisioneiros. Luanda constituía-se, então, numa cidade sitiada. As ruas estavam desertas, vendo-se apenas grupos armados de soldados do governo, ocupando pontos estratégicos.

Depois de muitas horas de tensa negociação, já no hotel, as partes concordaram em soltar os prisioneiros e reféns, sob a supervisão da UNAVEM II. Mais uma vez, adiava-se o retorno à guerra civil. Porém, os últimos acontecimentos tornavam sombrias as perspectivas de manutenção da paz.

Nesse clima de "pré-guerra", ocorreu um outro episódio de vulto, noticiado pelas principais cadeias de televisão do mundo.

Na madrugada de 15 de outubro, Luanda foi despertada por fortes explosões nas proximidades da sede da UNAVEM II. Ali,

civis e militares acordaram com a impressão de que a capital era o alvo de intensos fogos de artilharia e morteiros. A proximidade das explosões era tal que se iniciou uma verdadeira correria pela Vila Espa, onde não havia qualquer abrigo preparado ou plano defensivo. Muitos civis entraram em pânico, enquanto alguns militares tentavam esclarecer a situação.

Em tempo oportuno, chegou a informação de que as explosões eram oriundas de um grande paiol de munições do governo, mantido em sigilo até então. Nada ficou provado, mas todos os indícios apontaram para um ato de sabotagem da UNITA.

As operações psicológicas

Desde a assinatura do Acordo de Bicesse até o início do processo eleitoral, pode-se dizer que o MPLA e a UNITA tiveram uma convivência pacífica, até mesmo cordial em certas ocasiões. Assim que a luta pelo voto dos eleitores começou, em meados de julho de 1992, uma sucessão interminável de acusações mútuas, numa verdadeira guerra psicológica, passou a caracterizar o relacionamento dos dois partidos.

O governo controlava a única estação de televisão do país, a *Televisão Popular de Angola* (TPA), o *Jornal de Angola* e algumas emissoras de radiodifusão. A UNITA contava com a *Voz da Resistência do Galo Negro* (VORGAN), sediada em Jamba, e com o semanário *Terra Angolana*, editado em Portugal.

O rádio constituía-se no principal veículo de propaganda, ficando a televisão e os jornais restritos a Luanda e algumas capitais provinciais, embora isto não diminuísse sua

importância como pólos irradiadores de idéias por todo o país.

Os estrategistas do MPLA, com a experiência acumulada durante os anos de regime marxista, conseguiram difundir a imagem de um Savimbi sanguinário e vingativo. Era muito comum a TPA apresentar entrevistas com civis ou militares pretensamente torturados. Quase sempre enfaixados, exibiam ferimentos por todo o corpo e apresentavam relatos macabros sobre as atrocidades cometidas pela UNITA.

Dizia-se que, na Jamba, os adversários de Savimbi eram imolados vivos em imensas fogueiras, em atos públicos que faziam lembrar a época da Inquisição européia. Verídicos ou não, tais relatos incutiam grande pavor em boa parcela da população civil, principalmente entre os mais humildes. Acreditava-se que a vitória da UNITA nas urnas traria uma onda de revanchismo sem precedentes na história do país.

Embora os colaboradores de Savimbi tentassem diminuir os efeitos da propaganda adversa, contratando, inclusive, os serviços de uma firma portuguesa especializada em comunicação social, o fato é que não conseguiram anular a imagem do partido militarizado, fatal na disputa pelo voto popular.

Saliente-se que, além do trabalho feito pelo MPLA, a preocupação com a segurança física de Jonas Savimbi fazia com que ele só aparecesse em público cercado de um efetivo considerável de soldados, sempre armados com fuzis, metralhadoras e lança-rojões, reforçando aquela imagem negativa.

Com a aproximação das eleições, a guerra psicológica atingiu tal vulto que se chegou a temer pela realização do escrutínio popular. A cada acusação de um partido, se-

guiam-se outras do oponente, assim como desmentidos categóricos. O assunto chegou a ser discutido inúmeras vezes no âmbito da CCPM e intenções mútuas de cessação das hostilidades revelaram-se inócuas ao longo do tempo.

Quando a TPA e o *Jornal de Angola* começaram a divulgar os primeiros resultados extra-oficiais das eleições, favoráveis ao MPLA, a UNITA desencadeou intensa campanha, denunciando a ocorrência de fraude generalizada. Embora o partido tivesse contado com fiscais em todas as assembleias de voto, nenhuma reclamação formal fora encaminhada ao Conselho Nacional Eleitoral até então.

Da mesma forma, a UNAVEM II não constataria qualquer irregularidade de vulto durante todo o transcorrer da votação. Posteriormente, a representante do secretário geral da ONU em Angola, Sr^a Margareth Anstee, divulgaria um comunicado oficial declarando que, de modo geral, as eleições tinham sido livres e justas. A não aceitação desse veredito pela UNITA lançaria o país de volta à guerra civil duas semanas mais tarde.

• Uma lição de estratégia

A participação na UNAVEM II constituiu-se numa verdadeira lição de estratégia. Entre os fatores que mais contribuíram para isso cite-se a convivência com oficiais de um grande número de países, a necessidade de se conhecer bem a área de atuação e as condicionantes internas e externas, nos quatro campos do poder, para bem exercer a função de observador multinacional.

Os portugueses e norte-americanos foram os interlocutores mais freqüentes do au-

tor, na troca de idéias a respeito do processo de paz. Os primeiros, devido aos laços de afinidade com o Brasil e os segundos, pelo fato de constituírem-se em representantes da maior potência mundial, cujo posicionamento em relação ao conflito poderia exercer grande influência sobre o desenrolar dos acontecimentos em Angola.

O contato freqüente com o embaixador brasileiro em Luanda revelou-se de extrema utilidade para a troca de informações de interesse mútuo e para o conhecimento das principais tendências do meio diplomático.

Como já foi abordado no presente trabalho, o apoio soviético foi fundamental no estabelecimento do regime marxista em 1975. Os EUA, após terem auxiliado a FNLA naquela oportunidade, posteriormente mantiveram o apoio à UNITA por mais de uma década, como parte da estratégia de contenção do avanço comunista na África austral.

O processo de paz iniciado em fins de 1988 só foi viável após as mudanças internas ocorridas na ex-União Soviética, através das reformas introduzidas por Mikhail Gorbachov. Sem o apoio externo, o MPLA viu-se na contingência de buscar um acordo com o seu principal adversário.

O fato mais significativo ocorrido ultimamente no conflito angolano foi o reconhecimento do governo de José Eduardo dos Santos pelos Estados Unidos, após a UNAVEM II ter endossado a vitória do MPLA nas eleições de 1992. Isso contribuiu para a condenação internacional do uso da força pela UNITA, posição defendida pelo Brasil nas Nações Unidas.

Por que, então, apesar da retirada do apoio norte-americano e do seu isolamento, o movimento de Jonas Savimbi manteve poderio bélico suficiente para controlar mais de

dois terços do território angolano? Tudo indica que o apoio velado da África do Sul continuaria sendo o principal sustentáculo da UNITA. Quais seriam as razões para a manutenção desse apoio?

Em primeiro lugar, a continuação da guerra civil estaria diretamente ligada a fatores econômicos. Além de atender aos interesses de fabricantes de armamentos, uma Angola pacificada causaria prejuízos à África do Sul, maior produtor mundial de diamantes. A exploração plena das enormes jazidas angolanas poderia provocar uma queda substancial do seu preço no mercado internacional.

Outra hipótese refere-se à posição não declarada do governo de Pretória, atrelada à sua estratégia de consolidar-se como potência regional, enfraquecendo possíveis concorrentes.

A discussão mais profunda dessas condicionantes ultrapassa os limites impostos ao presente artigo. Entretanto, a exata compreensão de um dos mais sangrentos conflitos dos dias de hoje pode ter grande importância para os oficiais brasileiros que ainda venham a integrar as tropas da ONU em Angola.

CONCLUSÃO

Desde o término da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas jamais esteve tão envolvida na busca de soluções dos conflitos localizados que colocam em risco a paz mundial.

O Brasil, depois de um longo período de ausência, tem aumentado consideravelmente sua participação nas missões conduzidas por aquele organismo internacional. A partir de

1988, mais de 500 militares foram enviados ao exterior para integrar forças da ONU.

Fruto dessa crescente participação, experiências e importantes ensinamentos têm sido acumulados por integrantes das Forças Armadas e corporações auxiliares, trazendo uma série de constatações e reflexos positivos para as mesmas.

O conhecimento das áreas de atuação é primordial para uma preparação adequada, tanto sob os aspectos material e intelectual, como psicológico, possibilitando uma rápida adaptação dos militares nas regiões de destino.

Igualmente, o estudo histórico fornece os instrumentos necessários a uma atuação isenta por parte dos integrantes de uma força de paz, ajudando-os a conquistar a confiança das partes conflitantes.

A participação dos militares brasileiros na UNAVEM, iniciada em fins de 1988, tem sido bastante positiva. Além de ter assumido a chefia da missão durante o período crítico da sua instalação, o Brasil tem sido o país que contribui com os maiores efetivos, não só em função da língua portuguesa, como também pela atuação dos seus militares. Prova disso são as consultas formuladas ao país, pelo Conselho de Segurança para outras missões de paz da ONU, incluindo o envio de tropas constituídas a Angola e Moçambique.

Esses fatos demonstram que, apesar das dificuldades conjunturais do presente, as Forças Armadas brasileiras têm mantido um nível adequado na preparação do seu pessoal, dando-lhe condições de bem cumprir as tarefas normalmente afetas aos "boinas azuis".

É de se salientar a necessidade de um bom preparo individual no idioma inglês, oficial

na maioria das missões patrocinadas pela ONU.

Entre os aspectos positivos da presença de militares brasileiros na UNAVEM, pode-se destacar a oportunidade de se trabalhar num ambiente multinacional, onde a troca de experiências enriquece a bagagem profissional de cada um dos participantes e, por extensão, de suas próprias corporações.

As dificuldades encontradas em ambientes inóspitos, a necessidade de um rigoroso planejamento logístico e do desempenho de tarefas múltiplas, o isolamento e a rotina das *outstation*, provocando grande desgaste psicológico, constituíram-se em valioso treinamento profissional para os integrantes da missão.

A vivência dos observadores em zonas próximas de conflito desempenhou importante papel no preparo psicológico, adestrando-os para o emprego em possíveis situações reais de combate no futuro.

Para os oficiais, em particular, a UNAVEM II possibilitou o exercício continuado da liderança, única linguagem

realmente aceita num ambiente multinacional de trabalho. A conquista gradativa da confiança e respeito por parte de observadores de outros países bem atesta a qualidade das escolas de formação de oficiais no Brasil.

O perfil do militar brasileiro favorece a sua participação em missões de paz patrocinadas pela ONU. A facilidade de relacionar-se bem praticamente com os povos de todas as origens, aliada à ausência de antagonismos externos, é um fator que lhe permite um rápido entrosamento num ambiente, onde a cultura e costumes diversos constituem-se, às vezes, em barreira difícil de ser transposta.

Em síntese, a participação do Brasil na Missão de Observação das Nações Unidas em Angola tem sido muito positiva. Além de contribuir para o adestramento profissional das suas Forças Armadas, proporcionando uma série de experiências e ensinamentos valiosos aos seus componentes, tem servido para projetar o poder nacional além-fronteiras. □

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMO Jr., Júlio de. *Angola: espaço para projeção do poder militar brasileiro*. ECEME, 1993. Monografia.
- BERGO, Márcio Tadeu Bettega. *UNAVEM: Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola*. ECEME, 1992. Monografia.
- CORREIA, Pedro Pezarat. *Descolonização de Angola, a jóia da coroa do império português*. Luanda: Ler & Escrever, 1991.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Federal Research Division, Library of Congress. *Angola: a country study*. 3ª ed. Washington, D.C., 1991.
- FERNANDES, Francisco José da Silva. *A UNAVEM II: Relatório de final de missão*. Rio de Janeiro, 1993.
- JORNAL DE ANGOLA. Luanda, Diário. Período de novembro de 1991 a outubro de 1992.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Conselho de Segurança. *Acordo de Paz para Angola*. Lisboa, 1991.
- TERRA ANGOLANA (da UNITA). Luanda. Semanal. Período agosto/outubro de 1992.



A DEFESA NACIONAL

Contribuição Paulista ao Combate à Revolução na Armada (1893-1894) e à Guerra Civil (1893-1895)

Cláudio Moreira Bento*

Resultante de pesquisa histórica básica, o artigo resgata a importante contribuição prestada, pelo Estado de São Paulo ao Governo Federal, durante os dois episódios que marcaram o início da nossa República.

Em 5 de fevereiro de 1893, estourou, no Rio Grande do Sul, a guerra civil que ficou conhecida como Revolução Federalista, e hoje ela é chamada *Revolução de Bárbaros, Maldita, da Degola e dos Fuzilamentos*, pelos padrões de violência que a caracterizaram, no massacre de republicanos, no Rio Negro, respondido pelo massacre de federalistas, do Boi Preto.¹ Sob o estímulo dessa guerra, estourou, em 6 de setem-

bro de 1893, no Rio de Janeiro, a Revolta de 1/5 da Armada, nome, à época, de nossa Marinha de Guerra.² Os dois movimentos armados, que tinham o objetivo comum de depor o presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, envolveram, aterrorizaram e ensanguentaram as regiões sul e sudeste do Brasil, à exceção de Minas Gerais e Espírito Santo. Eles dividiram profundamente a família da região sul entre *maragatos* e *pica-paus*. Por tudo isso explica-se, de certa forma, o memoricídio a que foram condenados, evitando reabrir feridas em cicatrização.

* Coronel do Exército e sócio-benemérito do IGHMB.

A historiografia aborda a guerra civil em foco como tendo ocorrido na região sul, deixando esquecido o envolvimento expressivo de São Paulo — inicialmente para tentar contê-la (combinada com a *Revolta na Armada*), no Paraná, na Lapa, em Tijucas e Paranaguá; em seguida para, efetivamente, barrar seu avanço, em Itararé e outros pontos da fronteira São Paulo—Paraná; e, finalmente, com emprego de expressivas forças mobilizadas, concentradas e apoiadas logisticamente pelo presidente de São Paulo, Dr. Bernardino de Campos, para libertar o Paraná da ocupação e domínio por forças do *Governo Provisório* que a Revolta estabeleceu em Desterro,³ durante cerca de cem dias.

Ela não destacou o hercúleo esforço de guerra do Estado de São Paulo, sob a liderança de seu presidente, para assegurar a inviolabilidade do porto de Santos, chave de acesso a São Paulo e objetivo inicial de conquista, segundo o plano da Revolta na Armada,⁴ o qual visava a estabelecer, na capital paulista, o *Governo Provisório do Brasil* e, em Santos, sua base de operações, para facilitar o reconhecimento externo da beligerância da revolta. Não destacou, também, o esforço despendido para guarnecer e defender os portos do litoral norte de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião, vias-de-acesso ao vale do Rio Paraíba, leito da ferrovia Rio—São Paulo, única via de ligação entre as duas capitais, em razão do domínio naval com que contava a Revolta. Eram portos que poderiam servir de apoio aos navios revoltosos, do mesmo modo que os de Iguape e Cananéia, além de base para ataques navais e terrestres, na direção Paranaguá—Santos.

Foi nesse contexto de defesa dos portos paulistas, que o cruzador *República* e o cruzador-auxiliar *Pallas* bombardearam, em 20

de setembro de 1893, os fortes da Barra e Augusto, em Santos dos quais foram repelidos, com algumas baixas para seus defensores, do Exército e da Polícia Militar de São Paulo. O ataque foi repetido na cidade de São Sebastião, em 5 de outubro de 1893, pela torpedeira *Marcílio Dias* e pelos cruzadores-auxiliares *Pallas* e *Íris*, que haviam se aposado do porto, a partir da base que estabeleceram em Ilha Bela.

De 6 de setembro, início da Revolta na Armada, até 8 de abril de 1894, passagem da *Esquadra Legal* por Santos, ao comando do Almirante Jerônimo Gonçalves, para bater remanescentes da Revolta baseados em Santa Catarina e Paraná, Santos e os demais portos paulistas viveram 7 meses de angústias, e incertezas, alimentados pela desinformação, pelos boatos alarmantes sobre ameaças de ataques de navios revoltosos, desembarcando federalistas em suas praias. As possibilidades eram centuplicadas pelo temor do confronto com tropas “habilíssimas no uso da lança e adeptas do extermínio dos adversários pela degola”. Havia chegado, em São Paulo, a notícia da vitória de Gumersindo Saraiva, em Cerro do Ouro (20 de agosto de 1893), onde seus lanceiros mataram, em campo aberto, de 300 a 400 republicanos, bem como a notícia sobre o massacre do Rio Negro, próximo a Bagé, onde foram degolados, após se renderem sob garantia de vida, cerca de 300 civis que constituíam a cavalaria republicana ali presente.

Desse modo, São Paulo, em seu esforço de guerra, conseguiu evitar as tentativas da Revolta (em combinação com a Guerra Civil) de utilizar Santos e demais portos paulistas, bem como de interferir na ferrovia São Paulo—Rio, com o apoio de simpatizantes, da Revolta e da Guerra Civil, no Estado.

Acreditamos que, decorrido já o centenário daqueles sangrentos eventos fratricidas, seja a primeira vez que é evocada e interpretada a expressiva participação paulista, para a consolidação do regime político sonhado na Convenção Republicana de Itu.

Para conter o avanço federalista na barreira de Itararé e negar, à Revolta na Armada, a posse dos portos paulistas, em especial o de Santos, o enorme esforço de guerra paulista, se caracterizou, segundo concluímos:

- pela aquisição, na Argentina, de cerca de 7.000 fuzis *Mannlicher*, com cerca de 6.000.000 de cartuchos, através do Ministro Plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, Dr Joaquim Francisco de Assis Brasil, os quais começaram a dar entrada em Santos em 5 de fevereiro de 1894, seis dias antes da capitulação da Lapa (PR). Armamento e munições foram fornecidos às tropas da Polícia Militar, do Exército e da Guarda Nacional, que formaram o Corpo Expedicionário que defendeu a fronteira São Paulo—Paraná e, depois, libertou o Paraná;

- pela fabricação e fornecimento de fardamento, calçados e equipamentos para as tropas do Exército, da Guarda Nacional e da Polícia Militar, em São Paulo;

- pela aquisição de expressiva quantidade de cavalos e muares para os comboios de abastecimento logístico e para as operações, em especial nas ligações Tatuí—Itararé, Caçapava—Paraibuna—Caraguatatuba e Santos—Cananéia;

- pelo apoio logístico a 8.000 homens do Exército, da Polícia Militar, da Guarda Nacional e da Guarda Cívica, que atuaram na defesa do litoral, da fronteira São Paulo—Paraná, e que combateram em Tijucas (PR) e na Lapa (PR);

- pelo apoio ao fabrico de granadas, na Fábrica de Santana do Ipanema, para a artilharia que defendeu Santos;

- pelo estímulo à fabricação de pólvora, por indústria de Perus, e pela confecção de minas elétricas, que minaram o canal de acesso ao porto de Santos.

História é verdade e justiça. Estes são os objetivos do presente ensaio, ao ensejo dos centenários da Revolta na Armada e da Guerra Civil recentemente ocorridos. São Paulo impediu que a Revolta usasse o porto de Santos como base de operações e os federalistas transpusessem a barreira de Itararé, chave para a conquista da cidade de São Paulo e, a partir desta, do Rio de Janeiro, com a consequente deposição de Floriano Peixoto.

Este estudo visa também a atender ao conselho do Marechal Ferdinand Foch:⁶

"Para alimentar o cérebro de um Exército na paz para melhor prepará-lo para a eventualidade de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar."

O estudo militar dessa luta interna é ricamente propício a meditações e, consequentemente, à obtenção de ensinamentos táticos, logísticos e estratégicos pelos militares das nossas Forças Armadas, como o foram a anterior, Revolução de 1842, e as posteriores de 1924, 1930 e 1932, que envolveram São Paulo, incidindo em pontos expressivos da geografia militar paulista para a condução de operações militares, tais como: cidade de São Paulo, portos de Santos e São Sebastião; cidades de Campinas, Sorocaba e Itararé; cidades do Vale do Paraíba (Caçapava, Taubaté, Guaratinguetá e Lorena), articulando o litoral com o Vale e a Mantiqueira; cidades da Serra do Mar (Paraibuna, São Luiz e Cunha), articulando, na serra, o litoral com o Vale do Paraíba.

Penso que as lições colhidas nessa luta interna foram bem aproveitadas pelos revolucionários de 1924 e 1930, e pelos revolucionários paulistas de 1932.

SÃO PAULO E A GUERRA CIVIL NA REGIÃO SUL, 1893-1895

Ao estourar a Guerra Civil no Rio Grande do Sul, São Paulo se solidarizou com o governo da União. O apoio foi traduzido na Lei 120, de 15 de março de 1893, votada pela Assembléia Paulista, a qual autorizava o governo de São Paulo *"a prestar à união os auxílios que forem necessários para manter a integridade da Pátria e as instituições republicanas"*, e que foi promulgada, no mesmo dia, pelo presidente de São Paulo, Dr. Bernardino.

Esse apoio, na prática, traduziu-se em linhas gerais, pela doação à União de 2 mil contos de réis para a compra de armas, pelo pagamento das despesas para a defesa do porto de Santos, pelo pagamento das despesas decorrentes das movimentações das forças militares em São Paulo e pela organização da 1ª Divisão do Corpo-de-Exército Expedicionário, destinado a defender Itararé e, depois, libertar o Paraná da Revolta e da Guerra Civil. Isso tudo implicou uma despesa estimada de 8 mil contos de réis, dos quais a União ficou devendo 6 mil, afora a doação de 2 mil. Em contrapartida, a União cedeu a São Paulo, por ocasião da revolta do Almirante e Senador Wandenkolk, o aprestamento da fortaleza da Barra de Santos, uma bateria do 2º Regimento de Artilharia, do Rio, e, também do Rio, um contingente do 22º Batalhão de Infantaria — transformado, em 1938, no

3º Regimento de Infantaria. Essas providências visavam a melhor defender Santos, que só dispunha do 3º Batalhão da Polícia Militar — a capital dispunha do 10º Regimento de Cavalaria Ligeira, que, em 1938, passou a ser o 6º Regimento de Cavalaria, de Alegrete, após ter sido aquartelado, em Sorocaba, de 1894 a 1908.

SANTOS E A REVOLTA NA ARMADA

Ao estourar a Revolta na Armada, em 6 de setembro, Santos possuía os meios de defesa acima descritos, e era o objetivo de conquista do Plano da Revolta. Aí seria a base de operações a serviço de um **Governo Provisório**, a ser instalado na cidade de São Paulo,⁷ possibilidade que foi comunicada, em 8 de setembro, ao presidente de São Paulo, pelo presidente da República.

Dia 6 de setembro, o Presidente da República telegrafou ao Presidente de São Paulo, comunicando-lhe o início da revolta. E assinalou: *"Previno-vos, recomendando atividade e prudência. Olhai a cidade de Santos."*⁸

O presidente de São Paulo, em resposta, telegrafou protestando apoio e solidariedade ao Presidente Floriano Peixoto, nos seguintes termos, os quais foram mantidos até o final da Revolta e da Guerra Civil: *"Dou e darei todo o apoio a vossa autoridade porque sois o poder legítimo. Confiai em minha lealdade. Bernardino de Campos."*⁹

A DEFESA DO PORTO DE SANTOS

Constando do plano da Revolta, e do alerta do presidente da República, ser o porto de Santos o objetivo principal de conquista dos revoltosos, para torná-lo base de operações contra o governo no Rio, foram tomadas providências urgentíssimas para mantê-lo em condições de resistir aos ataques da Revolta. Tais ataques teriam tido maior viabilidade se o Almirante Saldanha da Gama não tivesse mantido neutralidade, controlando importantes efetivos que a Revolta não pôde usar para desembarcar em Santos, conquistá-lo e, a seguir, conquistar São Paulo, sede do **Governo Provisório** pretendida.

Em 9 de setembro, o presidente da República informou, ao presidente de São Paulo, que não poderia destinar à defesa de Santos mais tropas do Exército, pois toda ela estava empenhada no combate à Revolta, no Rio, e à Guerra Civil, no Rio Grande do Sul.

Como medidas de defesa urgentes registrem-se:

- a transferência, para Santos, do comando do 4º Distrito Militar (atual 2ª Região Militar), sediado em São Paulo, ao comando do Coronel José Jardim;

- o recolhimento urgente, de Santos para São Paulo, de 10 mil toneladas de carvão que poderiam servir aos revoltosos;

- o recolhimento de todo o numerário das repartições federais e estaduais, de Santos para São Paulo;

- a estruturação da defesa de Santos, sob a liderança do presidente Bernardino de Campos, obedecendo o seguinte esquema de comando: comandante do 4º Distrito Militar, Coronel José Jardim; comandante da Polícia Militar de São Paulo, Coronel PM Inocêncio

Ferraz, o comandante da Praça de Santos, Dr. Theodoro de Carvalho, chefe da Polícia;

- a organização da defesa de Santos, em 3 linhas, ao longo da praia, como se segue: 1ª linha, Paquetá-Ponta da Praia, ao comando do Tenente-Coronel A. Pinto Paca; 2ª linha: Ponta da Praia—Praia José Menino, ao comando do Coronel Xavier Baptista; e 3ª linha: José Menino—São Vicente, ao comando do Coronel J. S. Torres Homen;

- a obstrução do canal de acesso ao porto, com pontões, guardadas as margens do canal pelo Corpo de Bombeiros de São Paulo, transformado em Infantaria, e ao comando do Tenente-Coronel do Exército José Carlos da Silva Telles — que vem sendo confundido com seu tio, Carlos Telles, herói da resistência ao cerco Bagé, que ocorreria três meses mais tarde;

- concentrar, nas três linhas de defesa de Santos, em Ponta da Praia, Conceiçãozinha, Outerinho e Alto da Serra, contingente da Polícia Militar de São Paulo (do 3º Batalhão de Polícia Militar, Santos; do 2º, Jundiá, e contingente do 5º, São Paulo);

- reforçar a fortaleza da Barra de Santos com contingentes do 22º Batalhão de Infantaria e 20º Batalhão de Infantaria — Goiás, ambos do Exército;

- destinar a bateria do 2º Regimento de Artilharia, do Rio (Regimento Floriano), para guarnecer o forte Augusto e operar duas peças *Krupp 75* e duas *La Hitte* raiados, retirados do navio de guerra *Centauro*, posto a pique pela própria guarnição, para não servir à defesa de Santos;

- utilizar o 10º Regimento da Cavalaria Ligeira, do Exército para a defesa da ponte de Paquetá e auxiliar a artilharia da Barra;

- guardar a Alfândega, com o 3º Batalhão de Polícia Militar, e defender seu quar-

tel com as duas únicas metralhadoras disponíveis em Santos;

- proteger a ferrovia Santos-São Paulo com os efetivos assim distribuídos: Cubatão (40 homens), Alto da Serra (20 homens), Rio Grande (20 homens), Ribeirão Pires (20 homens) e São Bernardo (25 homens);

- em caso de ameaça de ataque a Santos, ficaria essa cidade em condições de receber os seguintes reforços, todos à disposição do comandante do Distrito Militar: 1º e 5º Batalhões de Polícia Militar, da capital, e 4º, do interior, 300 guardas nacionais armados e mais duas metralhadoras, da capital. Esse foi o dispositivo que fez frente ao ataque de navios revoltosos, em 20 de setembro de 1893, e que será descrito adiante.

O efetivo de defesa de Santos, variou, durante sete meses, de 550 a 1.200 homens do Exército e da Polícia Militar. A defesa não dispõe de nenhum meio naval, pois o *Centauro*, com que contava, foi afundado, como dito atrás, em 8 de setembro, por sua própria guarnição.

Após o ataque sofrido em 20 de setembro, sua defesa foi melhorada sensivelmente. Paquetá foi artilhada com duas peças, bem como a ilha Porchat. Foi-lhe dado, em reforço, o 1º e o Batalhão Bernardo Ellis, ambos da Guarda Nacional e, mais tarde, o 109º e mais o Batalhão Republicano, de Santos, da mesma Guarda Nacional. Foi ativado o sistema de minas elétricas, desenvolvidas por engenheiros paulistas, alimentados por um dínamo, no forte Augusto, e acionados das posições de Outerinhos, Conceiçãozinha e Entrada da Barra. Estavam artilhadas: Paquetá (duas peças), ilha Porchat (duas peças *Krupp 75*), forte Augusto (duas peças *Krupp 75*, duas *La Hitte* raiados e quatro *Armstrong*). As granadas estavam sendo

fabricadas pela Fábrica de Santana de Ipanema, dirigida pelo Exército, e a pólvora era produzida em fábrica existente em Perus. Os corpos da Guarda Nacional de Sorocaba, Campinas e São Carlos substituíram a Polícia Militar. Merecia especial atenção a vigilância sobre a ilha Porchat, a ponta do cabo submarino em uma casa da praia José Menino, a a praia de São Vicente, pela possibilidade de um desembarque de tropas nesses locais, segundo boatos insistentes.

O INCIDENTE DO AFUNDAMENTO DO *CENTAURO* E O ATAQUE DE NAVIOS REVOLTOSOS A SANTOS, EM 20 DE SETEMBRO DE 1893

A defesa de Santos pensou contar com o navio *Centauro*, em missão de serviço quarentenário em Santos e que protestara solidariedade ao governo. Mas, na manhã de 8 de setembro, correu a notícia de que ele havia sido posto a pique pela própria guarnição, liderada pelo imediato, tenente João F. dos Reis Junior em razão de seu comandante estar doente em terra. O Tenente Reis Jr. embarcou o que foi possível nos rebocadores *Mauro* e *República*, e rumou para o norte, indo desembarcar na ilha Grande, com 14 tripulantes, após seu grande e ousado feito naval.

Foi encarregado de resgatar, do fundo, o *Centauro*, o hoje consagrado herói naval, o então capitão-tenente, João Soares Dutra, que não o conseguiu entretanto, a tempo de ser usado na defesa de Santos.

Os rebocadores *Mauro* e *República*, usados pela guarnição do *Centauro*, foram re-

cuperados na Ilha Bela e, de lá, resgatados por uma expedição chefiada por Soares Dutra e composta de 30 policiais militares do 3º Batalhão de Polícia Militar. Touxeram 6 tripulantes do *Centauro*, que se entregaram, inclusive o Tenente João Fagundes Lins. Comandava o *Centauro*, o Capitão-de-Fragata Júlio Brito. Indiscutivelmente foi um grande feito naval para a causa da Revolta.

A Revolta despachou, do Rio, em 17 e 18 de setembro de 1893, a Divisão Naval Expedicionária, ao comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorena, constituída do cruzador *República*, da torpedeira *Marcílio Dias* e do cruzador-auxiliar *Pallas*. Eles forçaram a barra do Rio em brilhante feito naval. Sua missão era "*acelerar a vitória contra o governo, inutilizando instalações e apreendendo os navios que encontrasse*" segundo o Almirante Leoncio Martins.¹⁰

A notícia, ao chegar a Santos, encheu sua população de pavor. Grande parte dela procurou sair da cidade rumo a São Paulo e a serra. Havia uma grande inferioridade da artilharia de terra em relação a dos navios revoltosos. Eram esperados, em Santos, 4 navios revoltosos. Em 20 de setembro, pela manhã, se apresentaram, na barra de Santos, o *República* e o *Pallas* que, por suas atitudes, deram a impressão de que submeteriam Santos a bloqueio naval, conforme constava do plano inicial da Revolta. Em seguida, das 9h30min. às 11h30min., os navios revoltosos atacaram, com sua artilharia e de posições não ideais, os fortes da Barra e Augusto. A resposta da artilharia das fortalezas não atingia os navios, fora que estavam do alcance delas. Um projétil calibre 32 de uma peça *Armstrong*, do *República*, atingiu a muralha do forte Augusto. Os estilhaços do impacto

feriram o cabo Francisco Nascimento e o soldado Pedro Augusto do Nascimento, do Exército, do 22º Batalhão de Infantaria. Granada caída próximo do forte Augusto feriu, com um estilhaço, o soldado João Baltazar, do 2º Batalhão de Polícia Militar (Jundiaí).

O forte Augusto foi quartel-general da resistência. Ali se encontravam o presidente de São Paulo e o comandante do 4º Distrito Militar. É atribuída ao Dr. Bernardino de Campos esta resposta, ao pedirem que se abaixasse na muralha para proteger-se de uma granada que passou sibilante sobre sua cabeça quando, ereto, acompanhava a situação: "*O Estado de São Paulo não se abaixa.*"

A defesa do forte da Barra esteve a cargo de 189 homens de artilharia e infantaria do Exército (do 20º e 22º Batalhão de Infantaria). A defesa do forte Augusto esteve a cargo da Bateria do 2º Regimento de Artilharia, com apoio dos soldados do 3º Batalhão de Polícia Militar. A fortaleza da Barra foi comandada pelo alferes Covas e o forte Augusto pelo capitão de Artilharia João José Lima. Os revoltosos não se aventuraram no canal defendido pelo Corpo de Bombeiros e por civis, inclusive a *Rivadavia Correia*, ao comando do Tenente-Coronel Silva Teles. O 10º Regimento de Cavalaria estava na defesa de Paquetá (ponte) e a defesa da Alfândega era feita pelo 3º Batalhão de Polícia Militar.

Os navios revoltosos rumaram para o sul. Com apoio das autoridades e do povo, a ilha de Santa Catarina capitulou à Revolta, em 29 de setembro, em condições generosas. Comandava a guarnição da ilha o Coronel de Infantaria Julião Serra Martins. Ele fez tudo ao seu alcance para defender a ilha. Mas só pôde contar com 11 oficiais, entre eles o Tenente Muricy, que imortalizou o episódio,

na obra *A Revolução de 93 nos Estados de Santa Catarina e Paraná* (Rio, Bibliex, 1946).

O Coronel Serra Martins foi deixado, pelo Pallas, no litoral, em Sepetiba e, depois de justificar-se em Conselho de Guerra, retornou por São Paulo ao Paraná, para ter saliente papel na resistência da Lapa e, após, como comandante da fronteira São Paulo-Paraná, em Itararé. É um bravo esquecido.¹¹

Ao invés de fazê-lo na cidade de São Paulo, como era plano da Revolta, o *Governo Provisório do Brasil* foi estabelecido em Florianópolis (atual). Dali, a Guerra Civil e a Revolta da Armada se irradiaram ao Paraná e passaram a ameaçar São Paulo, chave para a conquista do Rio de Janeiro e a conseqüente deposição do presidente da República, Marechal Floriano. São Paulo continuou a desenvolver as defesas de Santos e dos portos de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Iguape e Cananéia e, da fronteira, em Itararé, contra o avanço de federalistas que dela se aproximavam.

O ATAQUE DA REVOLTA A SÃO SEBASTIÃO

Ficaram operando, no litoral norte de São Paulo, a torpedeira *Marcílio Dias* e o cruzador-auxiliar *Íris*. Eles causaram preocupações a São Paulo, pela possibilidade de, com apoio de simpatizantes da Revolta em São Sebastião, São Luiz do Paraipitinga e Taubaté, executarem as ações que se seguem:

- interferência nas ligações telegráficas Rio—São Paulo, em São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba;
- atuação nas direções Ubatuba—São Luiz do Paraipitinga—Lorena e São Sebas-

tião—Caraguatatuba—Paraibuna—Caçapava, para interromper, com o apoio de simpatizantes da Revolta, a ferrovia Rio—São Paulo, o que isolaria o Rio de Janeiro por terra, porquanto já o fora por mar;

- utilizar os portos de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilha Bela, como base de apoio aos revoltosos e para ações contra Santos.

Idêntica preocupação existiu em relação aos portos de Iguape e Cananéia, estratégicos para a Revolta e o Governo, por usar o litoral Santos—Paranaguá, a fim de manter contato com o Paraná e nele injetar toda sorte de apoios. Isso aconteceu até 10 de janeiro de 1894, quando o Paraná foi invadido pela Revolta e a Guerra Civil, restando somente receber apoio por Itararé.

A revolta pretendia usar o litoral e os portos de Cananéia e Iguape como via-de-acesso para atacar Santos por terra e mar, em combinação com um ataque terrestre por Itararé, conforme plano do chefe do estado-maior de Gumersindo Saraiva, coronel do Exército Jaques Ouriques, o estrategista da invasão do Paraná.¹²

Para fazer face a essas possibilidades, o presidente de São Paulo tomou as seguintes providências: guarnecer pontos estratégicos da ferrovia Rio—São Paulo, em especial, as pontes sobre o Rio Paraíba, e guarnecer, com 30 homens de Caçapava e os restantes enviados de São Paulo, a via-de-acesso São Sebastião—Caraguatatuba—Paraibuna, servindo a última de base de apoio no litoral, e de resistência na serra.

São Sebastião, onde havia muitos simpatizantes à Revolta, pediu, através de sua Câmara, a retirada das tropas, para não atrair represálias dos revoltosos. Não foi atendida pelo presidente de São Paulo.

Decorridos 8 dias do ataque da Revolta a Santos, os revoltosos ocuparam São Sebastião por sete dias (de 28 de setembro a 5 de outubro de 1893). O telégrafo foi interrompido. As ligações de São Paulo com o litoral norte passaram a ser feitas por Ubatuba e Caraguatatuba, através do quartel-general do Exército, na Praça da República. Foi guarnecida a via-de-acesso Ubatuba—São Luiz de Paraipitinga—Lorena, com forte contingente em São Luiz.

Em 5 de outubro, todos os portos do litoral paulista estavam guarnecidos. O litoral norte estava defendido por elementos do 5º Batalhão de Polícia Militar (capital) e mais o Corpo de Bombeiros, todos ao comando do Tenente-Coronel José Carlos Silva Teles. Corriam insistentes boatos, segundo os quais a Revolta desembarcaria, tropas federalistas do Gumersindo Saraiva, em São Sebastião, Boynuganga e Bertioga, para um novo ataque a Santos.

Em 5 de outubro, Silva Teles libertou São Sebastião, completamente abandonada pelas autoridades e pela população. Nesse dia, a torpedeira *Marcílio Dias* e o cruzador-auxiliar *Iris* despejaram, sobre *São Sebastião*, em dois ataques, cerca de 50 granadas, que causaram estragos em edifícios. Temendo maior envolvimento, Silva Teles retraiu para Caraguatatuba, deixando um pequeno efetivo em São Sebastião. No dia 12 de outubro, recebeu duas peças de artilharia que, em feito épico, desceram a serra. Foram assestadas em Caraguatatuba, num ângulo de 30 graus e cobrindo um raio de cerca de 3.000m.

Ali, o Tenente-Coronel Teles recebeu a seguinte diretriz do Dr. Barnardino: "*Abriu com urgência caminho por terra São Sebastião—Caraguatatuba; guardar a serra de Paraibuna; vigiar e armar emboscadas em*

São Sebastião, assegurando seguro retraimento de lá; guardar o telégrafo e reprimir qualquer tentativa de interrompê-lo; guardar Juriquerê."

No dia 16 de outubro de 1893, foi fuzilado, em Caraguatatuba, o soldado Eurico de Oliveira do 4º Batalhão de Polícia Militar (interior) que, após haver-se insubordinado com o alferes Heitor Guinard, durante uma instrução, saiu de forma e, de modo covarde, deu-lhe um tiro no rosto. Os oficiais da guarnição de Caraguatatuba o condenaram a morte por fuzilamento e assinaram ata a respeito. Foi fuzilado frente a toda a tropa formada. O presidente de São Paulo, ao conhecer o crime do soldado Eurico e as circunstâncias em que foi praticado, enviou telegrama, no dia imediato, onde dizia: "*Aprovo o que foi resolvido e executado.*"

Por volta de 13 de novembro, a pressão sobre o litoral norte foi aliviada. Ficaram guarnecendo Caraguatatuba 100 homens. O coronel Teles retornou, com o corpo de Bombeiros, para viajar o canal de navegação de Santos. A artilharia foi destinada para Itararé.

A DEFESA DO LITORAL SUL DE SÃO PAULO

A perda da ilha de Santa Catarina pelo Governo, em 29 de setembro de 1893, e o estabelecimento do *Governo Provisório do Brasil* em Florianópolis, para onde se dirigiram contingentes de federalistas do Rio Grande do Sul, que se aproximavam, assim, de São Paulo, determinou a necessidade de defesa da fronteira paulista em Itararé e a defesa dos portos de Iguape e Cananéia. Pelo litoral Santos—Paranaguá, a União e o estado de São Paulo introduziram reforços de toda

ordem. Inicialmente visando a expulsar a Revolta e a Guerra Civil de Santa Catarina. Mal sucedido esse objetivo, o caminho litorâneo foi usado, pela União e por São Paulo, para enviar reforços ao Paraná, objetivo de conquista do *Governo Provisório* instalado em Santa Catarina. Conquistado o Paraná, o próximo passo, com apoio no plano do citado estrategista Coronel Jaques Ouriques, era atacar São Paulo, por Santos e Itararé. São Paulo envia, então, reforços ao Paraná e dá apoio aos enviados pela União.

Em 10 de outubro, passou por Santos o General Argolo, para assumir o 5º Distrito Militar (atual 5ª Região Militar) e comandar a expulsão da Revolta e da Guerra Civil de Santa Catarina. Pelo mesmo caminho litorâneo, seguiu o Coronel Serra Martins, que capitulara em Santa Catarina, em 26 de outubro, para assumir saliente papel na defesa da Lapa e o comando da Fronteira de Itararé. Após servir com Argolo, em sua expedição frustrada até Santa Catarina, ele se retiraria para a Lapa, por não ter conseguido os apoios esperados, em um meio de simpatia, ou grande temor, à Revolta e aos federalistas. Pelo litoral passou o Batalhão de Franco Atiradores, de tristíssima memória entre a população do litoral.¹³ Por terra, em tempo recorde de viagem no eixo Tatuí-Itararé-Lapa, chegou, a 26 de novembro, o Coronel Gomes Carneiro, e assumiu o comando das forças que Argolo conseguira reunir na Lapa. Nesse dia, chegara no Recife navios comprados nos EUA, na Inglaterra e na Prússia pelo governo, para formar a *Esquadra Legal*, a fim de combater a Revolta na Armada, que estourara fazia cerca de 80 dias. No sul, a 2ª invasão federalista havia dado início aos cercos de Bagé e do Rio Negro. No último, após 3 dias de resistência, forças do governo, ao

comando do Marechal Isidoro Dias Lopes, capitularam sob garantia de vida-acordo que não foi respeitado e que resultou no massacre, por degola, de cerca de 300 civis que constituíam a cavalaria governista. Foi um ato de triste memória executada por mercenários uruguaios e argentinos a serviço dos federalistas, ali liderados pelo General honorário Joca Tavares.¹⁴ Bagé resistiu ao cerco, feito pelo mesmo general, até 8 de janeiro de 1894, sob a liderança do Coronel Carlos da Silva Teles. O cerco foi levantado à aproximação da Divisão do Sul ao comando do Coronel João Cezar Sampaio, o que veio frustrar a 2ª invasão.¹⁵

Desde 10 de outubro, havia a idéia de guarnecer a fronteira de São Paulo em Itararé. Havia convicção, no governo da União, de que o 5º Distrito Militar possuía condições de resolver sozinho a situação, e isso foi informado ao presidente de São Paulo.

Em 1º de dezembro de 1893, o Almirante Custódio de Melo, com o encorajado *Aquidabã* e o cruzador-auxiliar *Esperança*, forçou com sucesso a barra do Rio de Janeiro e rumou para o sul. Esse fato causou enorme alarme no litoral de São Paulo e, em especial, em Santos, embora os revoltosos nunca tenham atuado na região.

Em 7 de dezembro de 1893, o Almirante Saldanha da Gama aderiu à Revolta, emitindo uma proclamação até hoje polêmica, por inquinada de restauradora da Monarquia, circunstância que foi habilmente explorada pelo Governo, com a idéia força de luta pela consolidação da República. Esse fato foi criticado por Lorena.

Com o *Aquidabã*, a esquadra fora do Rio foi muito reforçada. O imaginário popular multiplicava o seu poder por mil. A Revolta possuía domínio naval absoluto sobre o lito-

ral sul e nada a ameaçava. Possuía ampla e total liberdade de atuar.

Em 10 de janeiro de 1894, forças do *Governo Provisório*, seguindo plano de Jaques Ouriques já referido, invadiram o Paraná, por Paranaguá, Tijucas e Lapa, visando a conquistar Curitiba e, por via de consequência, o Paraná. Conquistaram Paranaguá, em 15 de janeiro, fechando o caminho terrestre Santos—Paranaguá—Curitiba, essencial ao Paraná para receber apoios da União e de São Paulo. Tijucas capitulou em condições generosas, em 17 de janeiro. A Lapa resistiria por 26 dias, até 11 de fevereiro de 1894, quando capitulou, após haver tombado ferido de morte o líder e alma da resistência, o Coronel Antonio Gomes Carneiro. As capitulações de Tijucas e da Lapa ao General Gumersindo Saraiva se fizeram sob condições generosas, bem ao contrário do que ocorreu em Rio Negro. Ali foram libertados oficiais de São Paulo enviados para a defesa do Paraná, muitos dos quais estão imortalizados no Panteon da Lapa. Em 20 de janeiro de 1894, a Revolta e a Guerra Civil assumiram o Governo do Paraná, e o exerceram por mais de 100 dias, até sua restauração legal.

A resistência legendária da Lapa por 26 dias, e que teria se prolongado por mais tempo, não fora a morte de seu líder, ganhou estrategicamente precioso tempo para a organização da defesa de Itararé, para a defesa do governo no Rio, beneficiado, ainda, durante o cerco, em 26 de janeiro, com o fim do bloqueio naval do porto do Rio de Janeiro, imposto por Esquadra dos EUA sob as ordens do presidente Cleveland, e mais tempo para organização e adestramento da *Esquadra Legal* no Recife, pois, em 22 de janeiro de 1894, no quinto dia de resistência da Lapa,

o Almirante Jerônimo Gonçalves assumiu o seu comando, no Recife e, no mesmo dia, zarpou para Salvador.¹⁶

No litoral sul paulista, Cananéia havia sido guarnecida e o acesso a seu porto dificultado por um cabo de aço. Após recolher todas as embarcações do rio da Ribeira que pudessem ser úteis a Revolta, sua guarnição procurou defender-se em Iguape, inacessível a vapores, ligada a Santos por telégrafo e mais fácil de ser apoiada com refoços vindos da retaguarda. Santos foi mais reforçada, ainda, pela Guarda Nacional e duas peças de 70.

Sem meios navais, o governo usou largamente navios estrangeiros para enviar recursos humanos e bélicos a Santos e, mesmo, a Montevideú, para onde rumara o Almirante Jerônimo e sua equipe, e mais o futuro Almirante Batista das Neves,¹⁷ entre outros, para guarnecer navios do Brasil, estacionados na capital uruguaia, e que viriam integrar a *Esquadra Legal*. Os revolucionários os usaram também.

Embora sem condições de fazer desembarques no litoral paulista, os navios revoltosos e suas admiráveis guarnições fixaram, no litoral de São Paulo, importantes efetivos, em detrimento da defesa de Itararé, posição da qual se aproximavam com suas possibilidades centuplicadas pela lenda de guerreiros habilíssimos no uso da lança e acostumados a degola de prisioneiros, segundo Isidoro Dias Lopes.¹⁸ Havia muito já chegado à fronteira de São Paulo notícias das centenas de governistas mortos a lança em Cerro do Ouro¹⁹ e por degola em Rio Negro.²⁰ O imaginário se encarregava do resto. Essa lenda contribuiu muito, no Paraná, para provocar deserções, dificultar o recrutamento e a colaboração da população. Ao contrário, a

Guerra Civil, com a euforia da fácil vitória, fez surgir os batalhões patrióticos, de descendentes de estrangeiros,²¹ cujo entusiasmo arrefeceu por ocasião da retirada federalista e da ofensiva governista. Não havia consciência popular das idéias em jogo.

A ORGANIZAÇÃO DA DEFESA DA PRONTEIRA EM ITARARÉ

Para a defesa de São Paulo na fronteira com o Paraná, de onde partiriam as ações para libertar o Paraná e Santa Catarina da Revolta e da Guerra Civil, foi organizado, progressivamente, um corpo-de-exército, cujo comando passou a ser exercido pelo General Ewerton Quadros, em Itararé, em 28 de março de 1894, quando a sua 1ª Divisão já havia invadido o Paraná e se encontrava, havia 2 dias, em Jaguariaíva. Esse corpo-de-exército, integrado por forças do Exército, Guarda Nacional e Polícia Militar de São Paulo, teve, ao final, a seguinte organização:

- 1ª Divisão — comandada pelo Coronel Firmino Pires Ferreira, que se assinalara por atos heróicos no Paraguai;

- 1ª Brigada — comandada pelo Coronel Braz Abranches e integrada pelo 20º Batalhão de Infantaria (Goiás, formador do 1º Batalhão de Infantaria em 1938); 39º Batalhão de Infantaria (formador do 15º Batalhão de Infantaria em Curitiba, em 1938); Batalhão Campineiro (Guarda Nacional de Campinas, SP) e Batalhão Frei Caneca (Guarda Nacional de São Paulo);

- 2ª Brigada — comandada pelo Coronel João da Silva Braga (PMSP) e integrada pelo 1º Batalhão da Polícia Militar (capital), 2º (Jundiaí) e 3º (Santos),²¹ além do Bata-

lhão Silva Telles (da Guarda Nacional de São Paulo);

- 2ª Divisão — comandada pelo Coronel Manoel Eufrazio Santos Dias;

- 3ª Brigada — comandada pelo Coronel José Maria Marinho da Silva e integrada pelo 9º Batalhão de Infantaria (Bahia, formador de Organizações Militares de Infantaria em Florianópolis e Joinville); 37º Batalhão de Infantaria (São Paulo, formador do 11º Regimento de Infantaria, São João del Rey); 1º Regimento de Cavalaria (Rio, atual Dragões da Independência de Brasília); Batalhões Francisco Glicério e Operário (da Guarda Nacional de São Paulo);

- 4ª Brigada — comandada pelo Coronel José Delgado Dias de Carvalho e integrada pelo 1º Batalhão de Artilharia de Posição (duas peças); 15º Batalhão de Infantaria e 2º Regimento de Cavalaria (da Guarda Nacional de São Paulo).

Eram do Exército o comandante do Corpo-de-Exército, das divisões e das 1ª e 3ª brigadas. Os da 2ª e 4ª brigadas, presume-se, eram da Polícia Militar de São Paulo.

Forneceram contingentes de guardas nacionais para a defesa da fronteira as seguintes localidades paulistas, além da capital: Amparo, Campinas, Caçapava, Jundiaí, Mococa, Mogi Mirim, Porto Feliz, São José dos Campos e Sorocaba, que vigiou a serra próxima a Iguape.

Para o apoio logístico de Itararé, foi estabelecido, desde Tatuf, fim da ferrovia, um comboio de mais de 1.500 mulas e carroções. A linha telegráfica chegou a Itararé, vinda de Tatuf, em 5 de fevereiro de 1894, 20º dia da resistência da Lapa. Itararé ficou ligada ao Palácio do Governo, no Rio. Ainda a 2 de fevereiro, chegaram a Santos, destinados a defesa de Itararé e invasão do Paraná, 5 mil

carabinas *Mannlicher* e 4 milhões de cartuchos, adquiridos por São Paulo, através do ministro Plenipotenciário em Buenos Aires, Dr. Francisco Assis Brasil que, em 1923, lideraria a Revolução do Rio Grande.

Em 13 de fevereiro, segundo dia da capitulação da Lapa, chegou a Itararé o ajudante-de-ordens do Coronel Gomes Carneiro, em busca de socorro, tendo declarado²² *"calcular 3.000 federalistas no Paraná, mal armados e com pouca munição, em especial de Artilharia; que 500 homens seriam suficientes para romper o cerco da Lapa; que o Coronel Gomes Carneiro esperava resistir mais 18 dias, ou 44 no total, até receber socorro de São Paulo, de Xanxerê ou da divisão gaúcha do norte, de Pinheiro Machado"*.²³

Essa comunicação não correspondia a realidade, a julgar por depoimento do mais tarde marechal Isidoro Dias Lopes, que liderou a Revolução de 1924 em São Paulo e que, como federalista, acompanhava Gumersindo Saraiva, *"os federalistas e a Revolta possuíam cerca de 6.000 homens e muita artilharia; que eles se haviam fortalecido com armas, munições e homens capitulados em Florianópolis, Paranaguá, Tijucas, Lapa e que haviam encontrado abandonados, em Curitiba, na pressa da retirada do General Pego Junior"*.

Dia 16 de fevereiro de 1894, chegou em Itararé a notícia da capitulação da Lapa, ocorrida cinco dias antes, fornecida pelo Coronel Telemaco Borba, federalista, o qual informou *"que todos os defensores haviam morrido, os federalistas estariam em Castro, em 18, e em seguida, em Jaguariaíva e Itararé"*.

A notícia exagerada alvoroçou toda São Paulo. Gumersindo Saraiva e seus lanceiros estavam prestes a invadir a cidade, pois o

Governo conhecia o plano da Revolta e da Guerra Civil pelo qual, a partir do Paraná, em ataques combinados, por mar e terra, conquistariam São Paulo, capital. Essa pressão sobre Itararé perdurou por cerca de um mês, até os federalistas conhecerem a capitulação da Revolta no Rio, em 12 de março de 1894. Sobre Santos, perdurou até por ali passar com destino ao sul, em 8 de abril de 1894, a *Esquadra Legal*, o que tornou possível a liberação de maiores meios para a fronteira em Itararé, em apoio a 1ª Divisão, que marchava em direção a Curitiba.

O DESENVOLVIMENTO DA DEFESA DE ITARARÉ

Em 17 de janeiro de 1894, início do cerco da Lapa, Itararé era guarnecido com 500 homens da Guarda Nacional, tendo recebido 15 oficiais do Exército. Em 20 de janeiro, a Revolta e a Guerra Civil assumiram o governo do Paraná. Somente a Lapa resistia, dando tempo para fortalecer Itararé. Em 26 de janeiro, o efetivo da Lapa subiu para 860 homens, carentes de armas e munições. Teve início a construção do telégrafo Tatuí-Itararé, pelo Capitão Ximenes Villeroy, do Exército, que espalhou a avaliação alarmista de que *"Itararé seria atacada por 8.000 mil federalistas e que não resistiria 5 minutos"* — apreciação que teve seu lado positivo, no sentido que fosse dada maior atenção à defesa de Itararé e da fronteira adjacente. O presidente de São Paulo telegrafou ao Presidente da República: *"Comunico que concentrarei em Itararé um corpo-de-exército e solicito oficial competente para comandá-lo. Estão impedidos o Coronel Inocêncio Ferraz, por ser o comandante da Polícia Militar, e o Co-*

ronel José Jardim, por comandar o 4º Distrito Militar, em Santos, cuja defesa não pode deixar. Ofereci o comando ao General Pego Junior, que abandonara o Paraná, e ele recusou o oferecimento, seguindo para o Rio e deixando as forças que o acompanharam em Itapetininga."

Em 1º de fevereiro 1894, 14º dia de resistência da Lapa, Itararé conheceu a capitulação generosa de Tijucas, inclusive de Tropas retiradas de Itararé. Nesse dia, assumiu o comando da fronteira o Coronel Braz Abranches, do Exército, herói do Paraguai, reforçando a posição com o 20º Batalhão de Infantaria (Goiás), o 1º Batalhão de Polícia Militar, o Batalhão Operário e um contingente de Jundiá; ambos da Guarda Nacional. Em 2 de fevereiro, chegaram em Santos armas e munições adquiridas na Argentina para o corpo-de-exército, dia em que o General Pego Junior passou em São Paulo. No Rio, o general respondeu a Conselho de Guerra e foi condenado a morte. Não foi executado, segundo o historiador Arivaldo Pontes, por interferência dos alunos da Escola Militar, que o admiravam.²⁵

Em 12 de fevereiro, dia seguinte à capitulação generosa da Lapa, toda a fronteira São Paulo—Paraná estava bem guarnecida (Itararé, Rio Verde, Ribeira e Paranapanema) e já dispunha de novo comandante, o Coronel Firmino Pires Ferreira, do Exército, herói de Guerra no Paraguai e natural do Piauí. Ele dispunha de 2.000 homens do Exército, da Polícia Militar e da Guarda Nacional.

Segundo o mais tarde Marechal Isidoro Dias Lopes, que lutou como federalista no Paraná, seus companheiros desperdiçaram cerca de um mês em bailes e fotos em Curitiba, ao invés de darem curso à marcha em direção a Itararé, marcha que não seria

fácil e rápida, tal o volume do problema logístico que iriam enfrentar, longe que estavam de um porto e num itinerário que não contava com a ferrovia que, de Ponta Grossa, dirigia-se a Itararé — trecho que a divisão do Coronel Firmino, com todo o apoio logístico oficial, levou mais de um mês para percorrer. A artilharia federalista seria um grande tranbolho num caminho assim.

Em 24 de fevereiro de 1894, 13º dia da capitulação da Lapa, a fronteira Paraná—São Paulo, com o seu centro de gravidade em Itararé, estava guarnecida por 3.000 homens. Nesse dia, foi promulgada a Constituição de São Paulo. Informes chegados a Itararé diziam existir, em Jaguariaíva, força federalista de 200 homens, "*em maioria argentinos e uruguaios armados de lanças e outras armas extravagantes*". Havia um temor generalizado, em Itararé, de que a cavalaria federalista, precedida de uma fama que era centuplicada pela lenda, pudesse envolver, cercar e isolar Itararé, aproveitando diversas passagens.

Em 27 de fevereiro de 1894, o capitão federalista Luiz Pinto Pereira apresentou-se, como desertor, e declarou a existência de um plano em curso para conquistar a cidade de São Paulo, numa manobra combinada Itararé—São Paulo e Paranaguá—Santos, por terra e por mar, e, daí, por terra até São Paulo. Esse plano existiu e era da lavra de Jaques Ouriques.

Em 1º de março de 1894, a *Esquadra Legal*, guarnecida metade por brasileiros e metade por marinheiros estrangeiros contratados nos EUA, deixou Salvador rumo ao Rio.²⁶ A guarnição brasileira era integrada por marinheiros que não aderiram à Revolta e alunos das escolas militares do Ceará, Porto Alegre e Praia Vermelha. Em São Paulo,

1.200 homens estavam sendo preparados para seguir para Itararé. A fronteira estava bem guarnecida. Só lhe faltava cavalaria, para ações de cobertura e de arrebanhamento de gado nas fazendas ao sul no Paraná. Postos avançados, no Paraná, mantinham a vigilância.

Em 11 de março de 1894, a Revolta capitulou no Rio. Saldanha da Gama e seus marinheiros foram acolhidos a bordo de navios de guerra portugueses, que os transportaram para o Uruguai, onde se evadiram em grande número, antes de serem levados para Portugal. O acolhimento provocou o rompimento das relações Brasil—Portugal. Nesse dia, chegou informe em Itararé de que o coronel federalista Juca Tigre, forte de 1.000 homens, se aproximava de Itararé, e que, à sua retaguarda, vinha Gumersindo Saraiva.

A capitulação da Revolta no Rio, conhecida no Paraná pelos federalistas, foi o ponto de inflexão, da ofensiva sobre São Paulo, para a retirada para o Rio Grande. Coube expressivo papel, na capitulação da Revolta, à presença no Rio, da *Esquadra Legal* do Almirante Jerônimo Gonçalves,²⁷ apelidada por Gaspar Silveira Martins, de “*Esquadra de Papelão*”, tal como Pinheiro Machado apelidara os federalistas de “maragatos”, e Júlio de Castilhos a junta que o depusera do governo de “*Governicho*”, todos apelidos com grande força irônica e que passaram à História.

Era grande a expectativa, em Santos e Itararé, de um ataque. O Coronel Firmino declinou de passar à ofensiva, por dispor de informe que poderia comprometer sua retaguarda sem a devida cobertura, e que dava conta de “*haver chegado em Jaguariaiva 3.000 federalistas, com 10 peças de artilharia e 200 cavalarianos, ao comando do co-*

ronel federalista, dos quadros do Exército, Antonio Carlos da Silva Piragybe, de Infantaria”. De fato, Piragybe enviou uma proclamação a Itararé, e depois se retirou, viajando para o Uruguai, em 22 de março, tendo se incompatibilizado em Castro.

Por essa época, face à capitulação da Revolta no Rio, os federalistas se reuniram em Ponta Grossa e, à luz da realidade estratégica, decidiram que “*face à inevitável capitulação da Esquadra de Fora, do Almirante Custódio, à Esquadra Legal, do Almirante Jerônimo Gonçalves, os federalistas ficariam sem apoio naval para prosseguir. Decidiam então retornar ao Rio Grande do Sul divididos em 3 colunas*”.

A OFENSIVA DO GOVERNO NO PARANÁ E SANTA CATARINA

Em 21 de março, o Coronel Firmino deu início à ofensiva, com a 1ª Divisão. Avançou na Ribeira, Rio Verde, Paranapanema e Itararé. Nessa localidade, deixou duas peças guarnecidas por 500 homens, um contingente de Infantaria e os doentes. Nesse dia, era nomeado comandante do Corpo-de-Exército em Operações no Paraná e 5º Distrito Militar, o General-de-Brigada Francisco Raimundo Ewerton Quadros. Acompanhava as tropas do Coronel Firmino, para reassumir o governo do Paraná, o Dr. Vicente Machado, que não se cansava de exaltar e agradecer o apoio recebido de São Paulo e de seu presidente, Dr. Bernardino de Campos.

Em 26 de março de 1894, o Coronel Firmino entrou em Jaguariaiva e encontrou os federalistas em franca retirada. Dois dias após, o General Ewerton chegou a Itararé para implementar a organização da 2ª Divi-

são de seu corpo-de-exército. A organização foi concluída em 14 de abril.

Em 8 de abril de 1894, a *Esquadra Legal*, do Almirante Jerônimo Coelho, passou em Santos, aliviando a tensão que aquela praça padecera durante 7 meses.

Em 12 de abril, depois de o Almirante Custódio de Melo, durante 6 dias, tentar conquistar, o porto de Rio Grande, foi repellido, por forças ao comando do General Bacelar. Daí seguiu para o Prata, desembarcando com federalistas em Castilhos, e entregando os navios à Argentina — navios que foram resgatados, mais tarde, pela *Esquadra Legal*.

Em 13 de abril de 1894, após 23 dias do início da ofensiva, a 1ª Brigada da 1ª Divisão, do Coronel Braz Abranches, ocupou Castro, às 16 horas, após breve escaramuça, em que os atacantes tiveram 1 morto e 4 feridos. Fez-lhe a vanguarda o Batalhão Campineiro, que sustentou tiroteio junto à margem esquerda do Rio Iapó, sendo auxiliado pelo 2º Batalhão de Infantaria (Goiás). O Coronel Braz Abranches foi louvado nos seguintes termos: *"Ao veterano do Paraguai, chefe da 1ª Brigada no momento da ação, o valoroso Coronel Braz Abranches, eu consagro todos os louvores que o brilho da vitória exige... Coronel Firmino, comandante da 1ª Divisão."*

Em 16 de abril de 1894, a *Esquadra Legal* torpedeou e neutralizou, à noite, o temível e legendário couraçado *Aquidabã*. A seguir, libertou Florianópolis do domínio que a Revolta e a Guerra Civil exerciam sobre ela, fazia 6 meses e meio. Assumiu o governo militar e civil o Coronel Moreira Cezar, ao qual a História vem atribuindo fuzilamentos em número exagerado, cujas responsabilidades morais vêm sendo atribuídas a políticos locais, segundo se conclui do professor Carlos

Humberto Correia, da UFSC. O mesmo se aplica a execuções, no Paraná, atribuídas ao General Ewerton Quadros. São pontos que merecem aprofundamentos para que a História seja verdade e justiça, e não estigmatize a memória de ausentes. Enfim, são questões em aberto.

Em 24 de abril de 1894, a *Esquadra Legal* reconquistou Paranaguá e Antonina. Ela desembarcou o 2º Batalhão de Polícia Militar (de Jundiaí) em Paranaguá. Essa unidade, que atuara na defesa de Santos, depois de muito perigosa viagem ferroviária pela serra da Graciosa, entou em Curitiba às 19 horas, indo aquartelar-se nas instalações do 17º Batalhão de Infantaria, na Rua 13 de Maio. Foi a primeira tropa do governo a entrar em Curitiba. Ela integrava a 2ª Brigada da 1ª Divisão do Corpo-de-Exército.

Em 3 de maio de 1894, a 1ª Divisão deixou Ponta Grossa indo para Curitiba, após esperar a 2ª Divisão e o General Ewerton atingirem Castro. Sem reação, com todo o apoio logístico e sem Artilharia, a 1ª Divisão demorou cerca de 40 dias para fazer o trajeto Itararé—Ponta Grossa. Assim, após a capitulação da Lapa, os federalistas só poderiam atuar, em força, em Itararé, estimo, por volta de 1º de março, caso a Lapa não tivesse resistido, e por volta de 27 de março, com o retardo da resistência da Lapa.

Em 1º de março de 1894, a *Esquadra Legal* deixou Salvador. A fronteira de Itararé já possuía 3.000 homens e mais 1.200 se preparavam para reforça-los. 27 de março de 1894 era o 16º dia da capitulação no Rio e o Almirante Gonçalves estava para descer para o sul, ficando os federalistas sem apoio terrestre na fronteira, e sem o apoio da esquadra do Almirante Custódio. Enfim, são considerações válidas para demonstrar a impor-

tância estratégica da resistência da Lapa e da *Esquadra Legal* para acelerar o término da Revolta e da Guerra Civil no Paraná e Santa Catarina, bem como da defesa da fronteira de São Paulo-Paraná em Itararé.

Em 6 de maio de 1894, a vanguarda da 1ª Divisão, do Coronel Firmino, entrou em Curitiba, levando o Dr. Vicente Machado, que foi reempossado no governo do Paraná. Ordem-do-dia do corpo-de-exército, do General Ewerton Quadros, declarou Santa Catarina e Paraná libertados da Guerra Civil e da Revolta na Armada. Em 9 de maio, o 2º Batalhão de Polícia Militar da 2ª Brigada foi mandado retornar a Paranaguá e passou a guarnecer Morretes, Antonina e Restinga Seca.

A participação de São Paulo aqui descrita, sob a liderança de seu presidente, Dr. Bernardino de Campos, foi relevante para a libertação do Paraná. Este agradecimento do governador do Paraná resume o que afirmamos: "...ao benemérito patriota (Dr. Bernardino de Campos) que preside os destinos de São Paulo e a quem o Paraná e o seu governo legal devem os mais assinalados serviços... Dr. Vicente Machado."

Em 26 de maio de 1894, no km 65 da ferrovia Curitiba—Paraná foram fuzilados, sumariamente, o barão de Serro Azul²⁸ e 5 dos seus companheiros — epflogo lamentável, à espera de um julgamento sereno pelo tribunal da História.

A CONSOLIDAÇÃO DA RETOMADA DO PARANÁ

Em 7 de abril de 1894, Gumersindo Saraiva encontrava-se em Ponta Grossa a concluir a ordem-do-dia nº 6 que emitiu. Nesse

dia, a 1ª Divisão do Coronel Firmino se aproximava de Castro, que ocupou em 13 de abril. Em 12 de abril, o Almirante Custódio havia sido repellido da cidade de Rio Grande e o Almirante Jerônimo Gonçalves estava chegando, com a *Esquadra Legal*, em Santos, a caminho de Florianópolis. Por essa época, em 10 de abril, ocorreu o massacre do Boi Preto, em Palmeiras das Missões. Cerca de 300 federalistas foram mortos por forças do Coronel Firmino de Paula, como vingança expressa do massacre do Rio Negro, ocorrido em 28 de novembro de 1893.

Na ordem-do-dia citada, reproduzida por VILALBA, E. (Rev. Fed. do RGS. Rio, Laemmert, 1897, doc. 133, pág. 252), Gumersindo declarou, entre outras afirmações:

- que assumira o governo do Paraná importante chefe paulista, o Dr. José Antônio Ferreira Braga, que já fora presidente do Pará;

- que o Almirante Custódio estava forçando a barra do Rio Grande com 4.000 homens, para conquistar aquele porto e, a seguir, Pelotas e Porto Alegre, de acordo com os chefes federalistas Joca Tavares, Salgado, Prestes Guimarães, Marcelino Pina, Rafael Cabeda, Silveira Martins e tantos outros, para depor Júlio de Castilhos da presidência do Rio Grande do Sul;

- que iria concentrar seu Exército em Ponta Grossa, espalhado que se encontrava, pelo Paraná e Santa Catarina, da seguinte forma: uma brigada na fronteira, frente a Itararé, com Telemaco Borba e P. Pinto; outra no Assunguy, com Jocelyn Borba, Teixeira Freitas e Abranches; o forte do Exército em Ponta Grossa, com Torquato Severo e outros chefes; a guarnição de Curitiba, ao comando de Cesário Saraiva²⁹ e do Amaral, e a Artilharia ao comando do Coronel Colônia; ou-

tra brigada em Paranaguá, com Paim, Leoni e Cavalcanti; outra em Rio Negro, com Felício, Filgueiras e Fragoso; uma divisão em Guarapuava, com Juca Tigre, e outra em Chopim, com seu irmão Aparício Saraiva, que teria, mais tarde, grande projeção no Uruguai.

Gumersindo, ao se referir a seus comandantes subordinados, usou largamente os adjetivos: denodado, valente, intrépido, ilustre, audaz, destemido, invencível — este só para seu irmão Aparício. Aqui talvez residisse um dos segredos de sua enorme liderança. É uma lição de História.

Prosseguindo em suas considerações Gumersindo assinala:

- que depois de “2 meses de descanso do seu invencível Exército, recomençaria as operações de guerra”, que seriam dirigidas contra a coluna Coronel Firmino, que se lançaria a partir de Itararé, a qual estava reservado o mesmo destino das de Paranaguá, Ambrósios (Tijucas) e Lapa — o Coronel Firmino já estava próximo de Castro, com cerca de 17 dias de marcha, desde Itararé;

- repelida a coluna do Coronel Firmino, chegaremos à fronteira de São Paulo, onde adotaremos os seguintes comportamentos alternativos:

- “se São Paulo pegar em armas contra o governo federal em seu território, eu não ultrapassarei a fronteira”;

- “se São Paulo pegar em armas contra o governo eu irei auxiliá-lo com todo o meu Exército e, juntos, libertaremos os demais Estados”;

- “caso São Paulo não pegue em armas contra o governo, a minha consciência diz que devo proclamar a independência do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul”.

E termina, entre outros brados, com um “viva o Paraná independente!”

O Coronel firmino,³⁰ antes de lançar-se para o sul com a 1ª Divisão, emitiu uma proclamação às suas tropas (VILALBA, *op. cit.*, doc. 132, pág. 251), na qual diz que nunca deixaria de ver, com a maior angústia e pesar, que os que se encontravam nas fileiras federalistas eram nossos irmãos, por serem filhos da mesma pátria. E apela às suas tropas, em maioria de São Paulo nos seguintes termos: “E a vós paulistas, invocando o vosso glorioso passado na formação da pátria brasileira e os vossos assinalados serviços na obra de fundação da República. A vós, particularmente, eu peço a contribuição indispensável de vossa energia e de vossa coragem para pedir-lhes que este solo tão belo, tão rico e tão fértil, não venha a ser esterilizado pelas pegadas dos invasores.”

Cerca de seis dias antes de dar início à contra-ofensiva para libertar o Paraná, o Coronel Firmino havia recebido uma proclamação do Coronel Piragybe, intitulado comandante do 1º Corpo-de-Exército Nacional Provisório, com seu QG em Jaguariaiva (segundo VILALBA, *op. cit.*, doc. 130, pág. 248), onde, entre outras considerações, enfatizava que:

- as divisões gaúchas do centro (Arthur Oscar) e do norte (General Lima e Pinheiro Machado) haviam sido batidas em Santa Catarina e haviam “fugido” para o Rio Grande do Sul;

- o Coronel Gomes Carneiro sucumbira na Lapa e suas tropas, numerando 800 homens, haviam capitulado e entregaram 6 peças de Artilharia;

- o Coronel Eugênio Melo capitulara em Paranaguá, com cerca de 1.000 homens e 10 peças de Artilharia;

• o General Pego Junior e o governador do Paraná, Dr. Vicente Machado, "se evadiram" de Curitiba, deixando abandonadas 4 peças de Artilharia, 800 armas diversas, muitas espadas, lanças e fardas;

• à vista desse quadro adverso às tropas do governo em Itararé, seria inútil elas prosseguirem para o Paraná.

Decorridos sete dias, Piragybe deixou o comando dessa frente e tomou um navio estrangeiro com destino a Montevideu, em 22 de março de 1894. Segundo Isidoro Dias Lopes testemunhou, ao chegar a notícia da capitulação da Revolta na Esquadra, no Rio, o imaginário popular espalhou essa notícia que alarmou suas tropas, ao ponto de acreditarem que a *Esquadra Legal* que se aproximava do sul, "*possuía canhões automáticos capazes de acertar na lua*". A proclamação de Piragybe, em parte verdadeira no tocante à bem-sucedida invasão do Paraná, no que se refere às divisões gaúchas do centro e do norte situavam-se num quadro de Guerra Psicológica, que produzia efeitos negativos, pois não se dispunha, como hoje, de um sistema de informações em campanha, com metodologia para separar informações de informes e boatos.

Ao invés de ofensiva, os federalistas se retiraram do Paraná em três colunas, com junção prevista em Campos Novos, o que somente duas conseguiram, sendo que a de Juca Tigre teve de internar-se na Argentina. O 1º Batalhão da Polícia Militar da 2ª Brigada perseguiu-os até Rio Negro. A 1ª Brigada, do Coronel Braz Abranches, saiu ao encalço de Juca Tigre, guiado por Telemaco Borba, tendo ocorrido o combate de Passo Iguaçu, onde se destacou o Batalhão Frei Caneca, paulista. A 3ª Brigada do Coronel

José Maria Marinho, natural de Pelotas, com o 1º Regimento de Cavalaria (atual Dragões, de Brasília), atuou na perseguição até o Rio Grande do Sul. Um destacamento dessa brigada, ao comando do Tenente-Coronel Emídio Dantas Barreto (37º Batalhão de Infantaria, 2º Batalhão de Polícia Militar e um piquete de Cavalaria), fizeram o rescaldo nos vales do Iguaçu, Negro, Putinga e Timbó, a procura de líderes federalistas, do Coronel Amazonas, líder incontestado em União da Vitória, e do governador federalista do Paraná, Dr. Braga. Esse contingente operou em Nonoai e o 2º Batalhão de Polícia Militar chegou até Cruz Alta (RS), cidade fundada por paranaenses, de Castro, ou "birivas" curitibanos, como Atanagildo Pinto Martins, que exercera grande influência no planalto médio do Rio Grande do Sul — Cruz Alta, Passo Fundo, Soledade, Carazinho, Espumoso, Santa Bárbara — conforme o demonstra Rosely Vellozo Roderjan em *Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional* (Curitiba, IGHA Paranaense, 1992), livro que demonstra que os gaúchos federalistas, no Paraná, se sentiam meio em casa. O 37º Batalhão de Infantaria por muitos anos guarneceu o Paraná. O 2º Batalhão de Polícia Militar foi a última tropa paulista a retornar ao seu Estado, o que ocorreu em 14 de janeiro de 1895, quando, fazia cerca de 65 dias, havia sido fundado o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1º de novembro de 1894).

Grande parte do que foi preservado da memória da epopéia ora resgatada, se deve a um sargento integrante do 2º Batalhão de Polícia Militar, mais tarde assinalado historiador e comandante da Polícia Militar de São Paulo, Coronel Pedro Dias de Campos, filho

de Araçoiaba, através de obra que não tem sido explorada, por raríssima, nos estudos sobre a Revolta na Armada e a Guerra Civil aqui focalizadas. A obra reflete o pensamento de Bernardino de Campos (CAMPOS, Pedro Dias, Tenente-Coronel, PMSP), *A Revolta de Seis de Setembro — Ação de São Paulo* (Paris—Lisboa, Ailaud Alves, 1913), que usamos para dela tirar-se cópia, como contribuição ao Congresso do Centenário da Revolução Federalista (Curitiba-PR,³¹ maio 1994) previsto na Constituição Estadual. A Secretaria de Cultura tirou a cópia. Sobre o autor citado, escreveu o General Paula Cida-de em suas *Memórias*, após com ele conviver na cidade de São Paulo, no combate a Revolução de 1924: “Era um homem moreno, de pequena estatura, tipo militar japonês, dados os traços mais marcantes de sua fisionomia. Mais tarde eu haveria de admirar nele um dos exemplares mais completos

de soldado com que me tenho defrontado” (*A Defesa Nacional* nº 709, setembro/outubro de 1983).

Pedro de Campos foi coadjuvante destacado da Missão Militar Francesa na Polícia Militar de São Paulo e um dos maiores comandantes dessa força, além de historiador militar brasileiro notável, conceito que a obra citada esquecida reforça.

Os federalistas de Gumersindo Saraiva, ao chegarem até Jaguariaíva e após se retirarem, percorrendo cerca de 2.500 km em sua grande marcha, escreveram uma página épica na História Militar do povo brasileiro, cujos sacrifícios e privações estão imortalizados na obra da testemunha Angelo Dourado, *Voluntários do Martírio* (Pelotas, Livraria Americana, 1896 — reedição fac-similar, em 1977, por Martins Livreiro). Em sua marcha, não deixaram a mácula de massacres como o de Rio Negro. □

NOTAS

1. O massacre do Rio Negro ocorreu em 28 de novembro de 1893, em Hulha Negra (atualmente município) próximo a Bagé. Foi respondido, em Boi Preto, em 1º de abril de 1894, em Palmeira das Missões. O primeiro sobre a responsabilidade moral do general honorário João da Silva Tavares (Joca Tavares), e o segundo sob a responsabilidade moral do Coronel Firmino de Paula, como vingança expressa do primeiro. Em ambos foram sacrificados cerca de 300 homens, cifra que precisa ser estabelecida por existir controvérsias sobre sua extensão.
2. Vide, do autor, “A intervenção estrangeira na Revolta da Armada” (a rigor Revolta na Armada, pois só participou dela 1/5 da força), na RIHGB, nº 379 (abril/junho de 1993, págs. 232-268) e “Centenário da Revolta na Armada” (*A Defesa Nacional*, nº 762, outubro/dezembro de 1993, págs. 25-78).
3. Vide, do autor, *op. cit.* nota anterior, e o General Julião Augusto Serra Martins, um herói da Lapa pouco conhecido e reconhecido, publicado nos *Anais do Congresso do Centenário da Revolução Federalista*, Curitiba-PR, Assembléia Legislativa do Paraná, na RIHGSC, 1994.
4. Conclusão, com apoio no Almirante Hélio Leôncio Martins. A Revolta da Armada in: *Anais do Congresso Nacional de História... da República do Brasil*, Rio IHGB, 1989, págs. 103-126, menciona o Plano da Revolta para

conquistar Santos e São Paulo. Em Bagé, o Almirante Leôncio mencionou que a Revolta atingiu só 1/5 da Armada, daí a impropriedade de chamá-la Revolta da, ao invés de na Armada. Ela foi conhecida, também, como "Revolta de Seis de Setembro" e "2ª Revolta do Almirante Custódio". Esse debate foi suscitado, no Clube Naval, em 1993, em conferência sobre o tema, do qual participamos como debatedor.

5. Vide, do autor, "O massacre federalista do Rio Negro, em Bagé, em 28 de novembro de 1893", *RIHGB*, nº 378, janeiro/março de 1993, v. 154, "O massacre do Rio Negro" in: *Revolução Federalista*, Palegre, Martim Livreiro, 1993, págs. 123-136, e "Centenário do Massacre do Rio Negro", *Zero Hora*, Porto Alegre, 28/29 de novembro de 1993.
6. O Marechal Foch era instrutor de História Militar na Escola Superior de Guerra da França, de onde saiu para comandar a vitória aliada na Primeira Guerra Mundial. Valorizava a História Militar como instrumento de formação do profissional militar com o apelo na experiência alheia.
7. Idem com apoio *op. cit.*, nota 4.
8. Transcrito por Pedro Dias Campos em *A Revolta de Seis de Setembro — a ação de São Paulo*, Paris—Lisboa, Alaud Alves, 1913, pág. 36.
9. Idem *op. cit.* nota anterior.
10. Idem *op. cit.* nota 4.
11. Vide ref. nota 4. Sentiu seu valor militar olvidado, o historiador paranaense Milton Miró Vernalha.
12. Chamava-se Alfredo Ernesto Jaques Ouriques. Nasceu em Porto Alegre, em 21 de fevereiro de 1848. Consagrou-se como estudioso de estratégia, ao publicar, na *Revista do Exército*, em 1882, o trabalho "Plano de Defesa Estratégica da Província do RGS", que reproduzimos, em nossa obra *O Exército na Proclamação da República*, Rio, Bibliex, 1989. Segundo concluiu de seus estudos, era engenheiro com vivência nas colônias militares de São Paulo, de Itapura e Avanhandava. Com a Revolução, deixou o Exército. Por volta de 1906, andava no Acre e no Amazonas. Possui mais trabalhos na *Revista do Exército* citada, relacionados por Ruas Santos, em sua *Coleção Bibliográfica Militar*, Rio, Bibliex, 1960, pág. 111. VILASBOAS fornece outras indicações em *Dicionário Bibliográfico Gaúcho*, Porto Alegre, Est/Edigal, 1991. Era engenheiro militar.
13. *Op. cit.* nota 8. Descreve os abusos praticados por essa tropa recrutada entre populares do Rio, e que combateu em Tijucas, após o que se passou, com seus oficiais e praças, para o lado dos federalistas, tendo assinado ata a respeito constante de VILALBA, *Rev Fed RGS*, Rio, Laemert, 1897, doc. 134, pág. 255.
14. Segundo Wenceslau Escobar, em *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense* (Porto Alegre, Livraria Globo, 1920) o autor foi editor de *A Reforma*, jornal federalista que se opunha a *Federação*. Em 1920, era dirigente do Partido Federalista. Teve sua obra de visão federalista respondida, no mesmo ano e editora, pelo Marechal João Cezar Sampaio, que comandou a Divisão do Sul que libertou Bagé sitiada. São duas obras xifópagas, sendo que a última é raríssima. Lemos a existente na Biblioteca do Exército, doada pelo General Souza Docca, bem como a de Wenceslau, anotada pelo General Valentim Benício.
15. A atuação da Divisão do Sul é descrita pelo seu comandante, o então Coronel Sampaio, na obra mencionada na nota anterior *O Coronel Sampaio e os Apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar* (Porto Alegre, Livraria Globo, 1920), obra rara como foi referida e que reputo de grande valor profissional, pelas lições que contém. Não pode ser lida sem a do Dr. Escobar.
16. Estudamos o Almirante Jerônimo Gonçalves nas *op. cit.* na nota 2. Desconhecíamos-lo, até ouvir a palestra do Almirante Hélio Leôncio Martins, no Centro de Documentação Geral da Marinha, que, com isenção, vem fazendo uma nova leitura da Revolta na Esquadra e seus principais protagonistas, numa visão corporativista salutar, a serviço da construção de uma Marinha do futuro com subsídios históricos baseados na verdade e na justiça, objetivos da História. O mesmo ele procedeu em relação a *Revolta dos Marinheiros de 1910* (Rio, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988, Coleção Brasileira, v. 384).
17. O Almirante Batista das Neves integrou, com destaque, a *Esquadra Legal*. Em 1910, foi assassinado barbaramente pelos marinheiros revoltados do couraçado *Minas Gerais* que ele comandava, no episódio "A Revolta dos Marinheiros", citado na nota anterior. Hoje é nome da enseada do Colégio Naval.
18. Isidoro Dias Lopes, que mais tarde lideraria, em São Paulo a Revolução de 1924, acompanhou os federalistas na invasão do Paraná e participou do combate do Cerro do Ouro. De tudo o que viu, prestou valioso depoimento

- ao Coronel J. B. Magalhães, na obra *Consolidação da República* (Rio, Bibliex, 1946), depoimento federalista que não pode deixar de ser levado em conta pelos estudiosos militares da Guerra Civil 1893-1895.
19. Abordamos a hecatombe do Cerro do Ouro, onde, cerca de 300 a 400 civis bisonhos, improvisados como soldados da Guarda Nacional de São Gabriel e Santa Maria, sucumbiram às lanças das forças de Gumersindo Saraiva, que contavam com experimentados lanceiros blancos, liderados por seu irmão, Aparício Saraiva (trabalho para os Anais do Congresso do Centenário da Revolução Federalista em Curitiba-PR, em maio de 1994, para publicação pela Assembléia Legislativa).
 20. Assunto abordado na nota 5, que estava sendo condenado a um memoricídio, como se constata das fontes disponíveis contemporâneas.
 21. Homenagem ao Tenente-Coronel João Carlos da Silva Telles, do Exército, que se destacou na defesa dos portos de Santos e do litoral norte de São Paulo.
 22. Chamava-se Homem Bom e era da Guarda Nacional.
 23. Sua avaliação do adversário e do efetivo necessário para enfrentá-lo fora bastante subestimado.
 24. Realizamos a 3ª e última conferência do Congresso do Centenário da Revolução Federalista em Curitiba, em maio de 1994, sob o título: *Os cercos de Bagé e da Lapa e duas resistências épicas da História Militar do Brasil*, a ser publicada nos Anais do Congresso, pela Assembléia Legislativa, PR.
 25. Anivaldo Silveira Fontes o biografou e deu-nos seu testemunho de que sua absolvição posterior se deveu à interferência de seus alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, que muito o estimavam.
 26. A *Esquadra Legal* levou mais de 2 meses em organização e adestramento. Vide sua organização e história, que resgatamos nas fontes da nota 2.
 27. A *Esquadra Legal* nada teve de "Esquadra de Papelão". Sua ação foi decisiva para o término da Revolta, na Baía de Guanabara, e da Guerra Civil, em Santa Catarina e no Paraná. Seus tripulantes escreveram uma bela e difícil página da história militar naval do Brasil que procuramos resgatar num tributo a verdade e justiça históricas. A Esquadra revoltada também não ficou atrás. Seus tripulantes comportaram-se como heróis na defesa de suas verdades, e fizeram o possível e o impossível para manter seus navios operando.
 28. Foi resgatada a memória de mártir do Barão do Serro Azul, no Congresso do Centenário da Revolução Federalista, em Curitiba, e a oradora, na sua isenção de julgamento, defendia que Gomes Carneiro, por sua heroicidade, deveria ter sido promovido a marechal *post mortem*. Jornal da Associação Comercial do Paraná (nº 1.470, de 20 de maio de 1994) evocou o barão, em ampla e comovente reportagem. Sua execução merece ser objeto do Tribunal da História para responsabilizar moralmente os culpados por sua execução sumária e inútil.
 29. Esse personagem tornou-se tristemente célebre por sua maldade nata. É estudado pelo professor Milton M. Vernalha, em *Pica-paus e maragatos*, já citado. Manoel da Costa Medeiros, em *História do Herval* (Porto Alegre, 1980), registra atrocidades por ele praticadas em Herval-RS, mas propaga a inverdade de que Gumersindo Saraiva tenha mandado degolar 70 defensores que se renderam na Lapa, de igual forma que o Dr. Wenceslau Escobar divulga, em seus *Apontamentos*, que Gomes Carneiro tenha mandado atirar em mulheres e crianças que deixavam a Lapa. Enfim, a paixão da época levou a propagarem-se inverdades como essas ofensivas a Gumersindo e Gomes Carneiro. Nessa revolução a primeira vítima foi a verdade. Em tempo de guerra a mentira é como terra.
 30. Firmino Pires Ferreira chegou a marechal. Foi promovido a general-de-brigada em 12 de julho de 1895. Era filho do Piauí, que mais tarde representou no Senado. Foi herói da Guerra do Paraguai, como alferes. Era de Artilharia, Engenheiro Geógrafo, e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Em 18 de abril, foi elogiado pelo General Ewerton Quadros, pela inteligência, valor e perícia tantas vezes comprovadas no campo-de-batalha e que, mais uma vez, foram postos a prova em defesa da República. Em ordem-do-dia 32, o General Ewerton "agradece os inoidáveis serviços que o distinto Coronel Firmino prestou à República, na organização das forças que firmaram o domínio da lei no território do Paraná". Retornou ao Rio, em seguida (dados retirados de sua fê de ofício no Arquivo Histórico do Exército. O texto fornece mais dados).
 31. Colaboramos com o Congresso do Centenário da Revolução Federalista, com a conferência "Os cercos de Bagé e da Lapa e duas resistências épicas", "Repercussões estratégicas da resistência da Lapa" e, "As repercussões do combate do Cerro do Ouro na invasão do Paraná" (para os Anais do Congresso).



A Construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas nos Pelotões de Fronteira da Amazônia

Dorival Huss*
Paulo César Pellanda*

Os problemas atuais de escassez de recursos e a necessidade de preservação do meio ambiente têm conduzido a uma crescente preocupação a respeito de fontes de energia elétrica para pequenas localidades isoladas da Amazônia e para áreas rurais de pequena demanda, não atendidas por Concessionárias. Este artigo apresenta aspectos gerais relativos à construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) nos Pelotões de Fronteira do Programa Especial Calha Norte (PECN). Publicado na Revista Militar de Ciência e Tecnologia (3º Trimestre de 1994) foi julgado de interesse do público leitor de A Defesa Nacional. Ressalta o pioneirismo do Exército, quase nunca lembrado, em área da C&T.

As Forças Armadas têm a missão constitucional de defender o nosso território e promover a integração nacional. O Exército Brasileiro, particularmente, atua neste sentido desde a sua criação, incentivando a ocupação dos

enormes vazios demográficos, através de suas investidas pioneiras.

Recentemente, o Governo Federal, por intermédio da Secretária de Assuntos Estratégicos e dos Ministérios Militares, criou o PECN, no intuito de promover o desenvolvimento e proteger as fronteiras terrestres da Região Amazônica ao norte da calha do Rio Solimões. O empreendimento envolveu a construção de vários Pelotões Especiais de

* Respectivamente, Major e Capitão, do Quadro de Engenheiros Militares (QEM) do Exército.

Fronteira (PEF) e de Batalhões de Infantaria de Selva (BIS). Esta fase incluiu o transporte aéreo dos materiais e equipamentos e a construção de pistas de pouso, tarefa de responsabilidade da Força Aérea Brasileira (FAB).

O projeto e a construção desses Pelotões e dos Batalhões foram tarefas do Exército, sendo coordenados pelo Departamento de Engenharia e Comunicações (DEC), através da Diretoria de Obras Militares (DOM). A fiscalização e a execução das obras, nas suas diversas fases, ficaram por conta da CRO/12.¹

A presença militar nas fronteiras da Amazônia, além do aspecto de vigilância e segurança, é cercada de outros fatores não menos importantes. As guarnições militares podem servir de apoio, quando necessário, a outros órgãos governamentais responsáveis por áreas de interesse nacional, como já tem acontecido. Dentre eles, destacam-se a FUNAI e a Polícia Federal, dando assistência às comunidades locais e combatendo o tráfico de drogas e o garimpo ilegal, por brasileiros e estrangeiros, dentro das reservas indígenas. Dessa forma, pretende-se também intensificar a presença do Estado, contrapondo-se à cobiça internacional na área.

Dado o cunho social do empreendimento, os PEF do PECN foram construídos nas proximidades de comunidades indígenas existentes nos locais mostrados na figura 1.

Com a implantação dos PEF e a fim de dotá-los com um nível mínimo de infraestrutura, surgiu a necessidade de supri-los com fontes permanentes e confiáveis de energia elétrica. Ciente de que não existe

desenvolvimento sem energia, o DEC determinou à DOM, no início dos trabalhos (1986) que, junto à CRO/12, estudasse as alternativas e implementasse aquela mais adequada para cada Pelotão.

EXPERIÊNCIA COM FONTES DIVERSAS DE SUPRIMENTO DE ENERGIA

Foram feitos estudos de viabilidade e testadas algumas fontes de energia aproveitáveis ou disponíveis nas localidades, a seguir especificadas.

Concessionária Local

Foi a melhor atuação para o Exército, pois tratou-se apenas de solicitar a ligação da energia.

Infelizmente, tal situação não foi a regra, mas sim exceção. Apenas em Iauaretê (1ª PEF), no Amazonas, aconteceu. Ali a comunidade local, com cerca de 5.000 habitantes, já era atendida pela Companhia de Eletricidade do Amazonas (CEAM), e o Pelotão passou a ser mais um consumidor. No entanto, segundo informações recentes, a energia está sendo reacionada, com cerca de 8 horas de fornecimento por dia. Isso se deve ao fato de o KWh gerado em Iauaretê ser talvez o mais caro do mundo. A usina geradora funciona a óleo diesel e, para se levar uma tonelada de combustível até Iauaretê, duas toneladas são gastas no transporte. Além disso, outros fatores agravam ainda mais a

1. Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar.

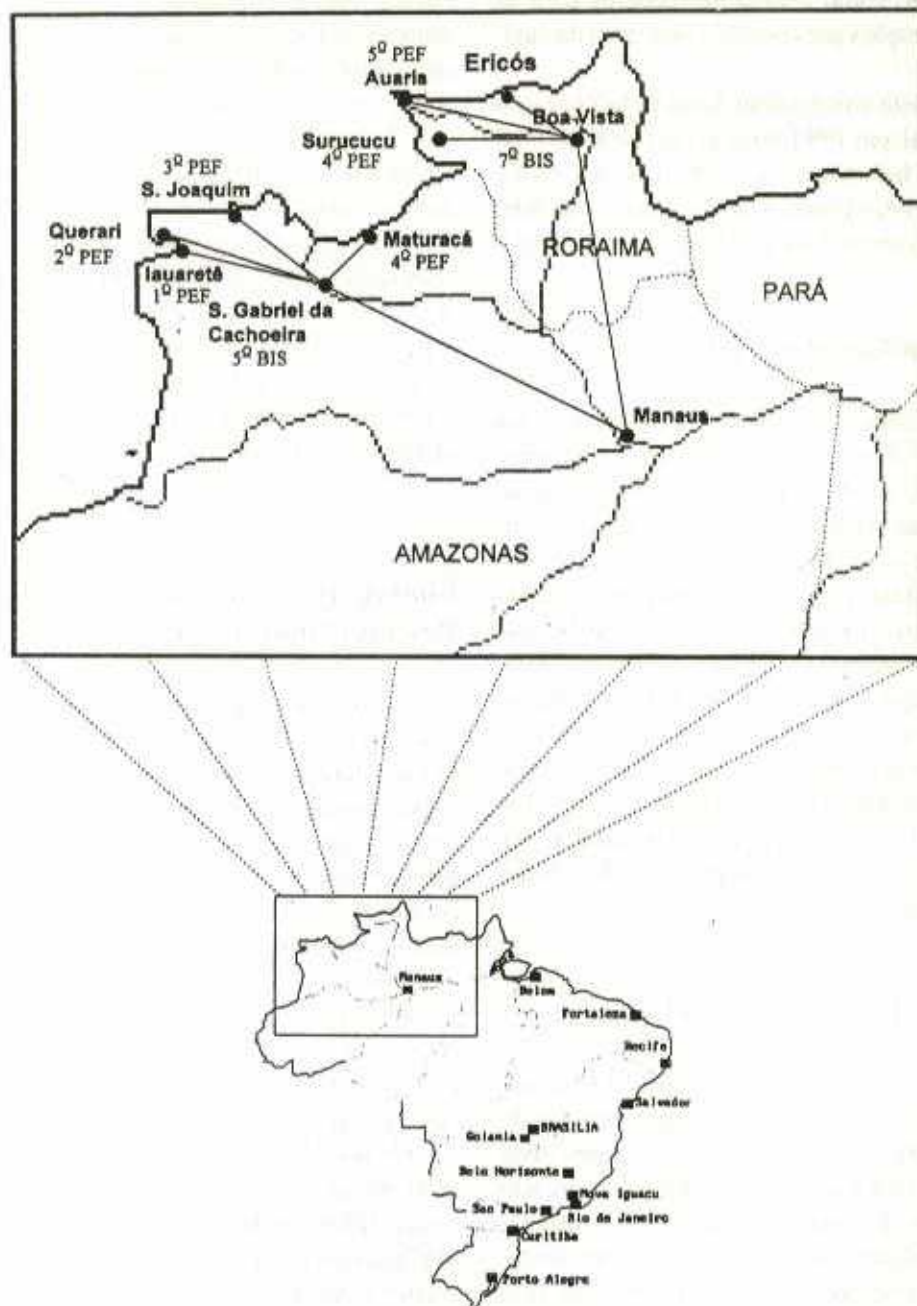


FIGURA 1: Localização das Unidades do PECN

situação, como a falta de recursos para as manutenções preventiva e corretiva das usinas.

Existe um projeto feito pelo Governo Estadual, em 1984, para a construção de uma central hidrelétrica de 600 KW, suficiente para atender às necessidades locais, mas que, até a presente data, não saiu da prancheta.

Grupos Geradores a Diesel

Durante a construção, e como gerador de emergência, foi instalado um grupo gerador a diesel, de 30 KW, suficiente para atender às necessidades de cada Pelotão. É a fonte de geração de menor custo inicial e mais fácil instalação. Porém, o transporte aéreo do combustível torna inviável a sua utilização sem racionamento. Só para se ter uma idéia, um grupo gerador de 30 KW, o mínimo necessário para atender o Pelotão, funcionando apenas 8 horas/dia, consome aproximadamente 2 toneladas/mês de óleo diesel. Esta é a cota normal mensal de um PEF para o transporte de pessoal e de gêneros alimentícios.

Usinas Termoelétricas a Lenha

Para solucionar o problema do transporte, foi estudada a implantação de usinas abastecidas com material combustível local. Foi localizada uma empresa do Rio Grande do Sul que fabrica e exporta, principalmente para os países africanos e latino-americanos, um equipamento conhecido como "locomóvel". O sistema é composto de uma caldeira, uma máquina a vapor e um gerador elétrico. Parecia ser a solução ideal.

Foram, então, adquiridos e instalados dois desses equipamentos, um em São Joaquim e outro em Querari, ambos no Estado do Amazonas, com duas máquinas de 60 KW cada um. A energia gerada seria suficiente para atender ao Pelotão e a uma pequena comunidade indígena.

No entanto, por razões diversas, tais como dificuldade de suprimento de peças de reposição e ausência de mão-de-obra especializada para manutenção e operação, as usinas não apresentaram o resultado esperado. A de Querari funcionou precariamente cerca de 2 anos e, a de São Joaquim, cerca de 6 meses. Foram desativadas.

Conversão de Energia Solar pelo Processo Fotovoltáico

Com a finalidade de suprir os Pelotões (Querari e São Joaquim) com energia elétrica numa emergência, foram instalados sistemas experimentais de utilização de energia solar convertida a eletricidade pelo processo fotovoltáico. Tais sistemas eram compostos de 4 *freezers*, 1 geladeira para conservar medicamentos, 6 postes de iluminação pública e alimentação do receptor da antena parabólica e aparelho de radiocomunicação. As experiências fariam parte de um estudo mais amplo, que seria dotar um pelotão completo (Ericós-RR) com energia solar.

Os resultados permitiram concluir que seria inviável a utilização da energia solar como fonte principal. O alto custo de implantação, o baixo rendimento dos painéis solares e equipamentos ainda em desenvolvimento na indústria nacional, foram os principais fatores que inviabilizaram a sua implantação. Além disso, por ser fonte

intermitente, se presta mais a utilização emergencial, pois não se dispõe de solução satisfatória para o armazenamento da energia elétrica gerada.

Pequenas Centrais Hidrelétricas

Um das alternativas testadas foi a geração através de PCH. Foi construída uma usina no Pelotão de Surucucu-RR. As experiências da construção e montagem e as avaliações periódicas das condições operativas dessa usina permitiram chegar a importantes conclusões sobre esse tipo de aproveitamento energético.

Constatou-se que em regiões isoladas, de difícil acesso, os principais fatores a serem considerados e que constituem o sucesso do meio de geração de energia elétrica são: o custo e a simplicidade da manutenção e operação, a disponibilidade de combustível e a confiabilidade do equipamento. Estas características foram marcantes no projeto de Surucucu, o que levou à sua adoção em outras localidades.

A CONSTRUÇÃO DA PCH DE SURUCUCU

Em novembro de 1986 foi efetuada uma licitação para o fornecimento global da PCH. A Firma vencedora (Mauro Menezes, de Belém) ficou encarregada de elaborar o projeto, adquirir os equipamentos e executar a construção. Como resultado, a empresa procurou otimizar seus lucros de todas as formas, em detrimento da qualidade do projeto e da execução da obra.

Por outro lado, a deficiência do projeto permitiu que o fornecedor dos equipamentos

os superdimensionasse, aumentando os custos de implantação. Um exemplo é a chaminé de equilíbrio, posteriormente calculada desnecessária; outro, é a conclusão de um gerador elétrico sobressalente, não utilizado até o momento. Além disso, o potencial da queda d'água pode não ter tido aproveitamento ótimo, por falta de estudos preliminares mais aprofundados.

Apesar do elevado custo apresentado, o contrato com a empresa foi rescindido muito antes do término da obra. A CRO/12 assumiu, então, a execução e fiscalização total do empreendimento. Tal fato causou muitos problemas, porém permitiu que os engenheiros militares adquirissem importantes conhecimentos nesse tipo de obra, que foram utilizados posteriormente.

A construção da PCH de Surucucu evidencia as dificuldades da execução de um projeto de características especiais em local distante e isolado.

UMA NOVA METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO DE PCH

A experiência na construção da usina piloto de Surucucu permitiu o estabelecimento de uma nova sistemática a ser utilizada, que pode ser resumida no seguinte:

- Contrato com a firma especializada para a confecção de anteprojetos suficientemente detalhados para permitir a licitação dos equipamentos. Uma das exigências desse contrato foi a apresentação de estudos para, no mínimo, três alternativas, das quais seria escolhida a que apresentasse melhores condições de execução e aproveitamento.

- Aquisição dos principais equipamentos hidráulicos e comportas de um único fabricante, com comprovada experiência na área

de turbinas especialmente, a fim de padronizar e facilitar os procedimentos de montagem. O fabricante deveria apresentar um projeto específico de montagem dos equipamentos para cada usina, de acordo com a alternativa de anteprojeto escolhida.

- Para evitar o transporte da tubulação de adução (volume para quase duas carretas) de sul a norte do País, o que onerava os custos iniciais, pesquisou-se e descobriu-se que esta poderia ser confeccionada em Manaus, desde que os elementos de conexão com os demais equipamentos hidráulicos fossem precisamente especificados.²

- Aquisição dos equipamentos elétricos, tais como geradores, quadros de comandos e transformadores, diretamente dos fabricantes.

- Contratação de empresas de pequeno porte para execução das obras, ficando as mesmas responsáveis apenas pela administração do pessoal. Dessa forma, tentou-se eliminar os custos operacionais embutidos nos preços das grandes empresas.

Desse modo, foi possível uma economia de cerca de 50% nos custos de aquisição dos equipamentos, um maior controle da qualidade da obra, com melhor ajuste dos equipamentos e melhor aproveitamento do potencial energético das quedas. Porém, a metodologia exigiu um trabalho maior de coordenação por parte da CRO/12. Cada projeto final foi feito somente após o fornecimento dos dados precisos do fabricante da turbina e equipamentos afins e permitiu a perfeita interface com os demais componentes da PCH. Além disso, durante a execução da obra, foi exigida uma maior fiscalização e

acompanhamento técnico do projeto por parte dos engenheiros militares.

AS PCH EM FUNCIONAMENTO OU EM CONSTRUÇÃO²

Micro-usina Hidrelétrica de Surucucu-RR

Com uma capacidade de 60 KW aproveita uma queda de 20m com vazão de 300l/s (ver foto 1). Sua construção foi iniciada em novembro de 1986 e entrou em operação em março de 1988. Funcionou sem problemas durante aproximadamente cinco anos. Em 1993 esteve parada para recuperação da sua turbina Francis Espiral. Atualmente encontra-se em operação.

Micro-usina Hidrelétrica de Querari-AM

Com uma potência instalada de 30 KW, aproveita as correntezas de um igarapé próximo ao Pelotão. O desnível de apenas 5m e a vazão de 600 l/s propiciaram a instalação de uma turbina *Francis Caixa Aberta*. Sua construção foi iniciada em dezembro de 1990 e suas obras concluídas no início de 1992, entrando em operação, para testes, em maio do mesmo ano.

Como está localizada entre o aquartelamento e a pista de pouso, a barragem foi projetada para ser utilizada também como

2. Cabe ressaltar que todas as usinas possuem tensão controlada em amplitude e frequência, bem como regulador automático de velocidade.



FOTO 1: Micro-usina de Surucucu

ponte de ligação entre o Pelotão e o aeroporto, como pode ser visto na foto 2. O lago formado pela barragem é usado para lazer do pessoal e poderá ser utilizado também para piscicultura.

A PCH atualmente é a "menina dos olhos" do Pelotão, sendo dispensado à mesma um cuidado extremo. Somente quem conviveu com os "locomóveis", que requeriam cerca de quinze homens para tirar lenha e mantê-lo operando por 8 horas/dia, sabe a vantagem de dispor de energia elétrica durante 24 horas/dia, tendo apenas que engraxar os mancais da turbina uma vez por semana.

Mini-usina Hidrelétrica de Maturacá-AM

Foi construída aos pés do Pico da Neblina. Tem uma potência instalada de 100 KW, utilizando uma turbina *Francis Espiral*. Sua construção foi iniciada em dezembro de 1990, entrando em operação no final de 1993. O excedente de energia é distribuído para duas aldeias Ianomami.

Distante do Pelotão cerca de 8 km, numa região acidentada, não foi possível construir estrada de acesso para se chegar ao local. Em consequência, o transporte dos equipamentos e tubulações foi feito com o apoio de helicópteros da Bda Av Ex³ (ver foto 3).

3. Brigada de Aviação do Exército.



FOTO 2: Micro-usina de Querari



FOTO 3: Transporte dos equipamentos para o local da mini-usina de Maturucá

Micro-usina Hidrelétrica de São Joaquim-AM

Terá uma capacidade de geração de 60 KW e utilizará uma turbina *Francis Espiral*. Com um desnível de apenas 10m, necessita de uma vazão de 600 l/s para gerar essa potência. Como o igarapé não tem essa vazão, foi necessário construir uma barragem de dimensões razoáveis para acumular água (ver foto 4), sendo a causa do atraso na conclusão da obra, prevista para dezembro do corrente ano. Os equipamentos já se encontraram montados para testes.

Micro-usina Hidrelétrica de Auaris-RR

Terá uma potência instalada de 80 KW e atenderá ao Pelotão e duas aldeias indígenas. Os equipamentos são de pequenas dimensões, conforme foto 5. Isto deve-se ao fato de que a mesma utilizará uma queda d'água com 52m de altura, numa situação extremamente favorável para instalação de PCH. No entanto, dista do Pelotão cerca de 8 km, numa região muito acidentada. Os equipamentos já estão em Auaris e as obras apenas iniciadas, dependendo da construção do Pelotão. Será necessário o apoio da Bda Av Ex para transportar os equipamentos e materiais até o local da obra.



FOTO 4: Micro-usina de S. Joaquim



FOTO 5: Equipamentos da casa de máquinas da micro-usina de Auaris montadas na fábrica

CONCLUSÃO

O aumento, em poucos anos, da população em torno das Unidades Militares do PECN caracterizam o sucesso do Programa. Acima de tudo, foram criados possíveis focos de desenvolvimento. A fixação do homem num interior tão carente deve-se, entre outros motivos, aos seguintes fatores: a assistência médica e odontológica proporcionada pelo Serviço de Saúde do Exército; as escolas primárias que funcionam nos pavilhões dos PEF, cujos professores são as esposas voluntárias dos militares e pessoas alfabetizadas das próprias comunidades; o transporte aéreo quinzenal ou mensal pelos *Búfalos* da FAB, que aproximam aquelas longínquas terras dos recursos urbanos de Manaus; e, recentemente, o fornecimento de

energia elétrica, cuja primeira utilidade é a conservação de alimentos.

Por outro lado, na quase totalidade dos pequenos municípios isolados da Amazônia, onde existe geração, existe também o racionamento de energia, o que contribui para o aumento da pobreza na capital amazonense. As usinas são a diesel e a maioria encontra-se na sobrevida.

Ciente da gravidade da situação, o Exército, através da CRO/12, compartilhou a sua experiência com a comunidade civil. Foram feitos contatos com técnicos e engenheiros da CEAM e seminários com pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas (foto nº 6). Como é praticamente inviável o transporte de energia do sul e sudeste e a construção de grandes barragens em muitas regiões da bacia Amazônica, criou-se quase um consenso no meio científico-

tecnológico em torno da utilização de PCH para aquelas regiões.

Além disso, em 1991, a CRO/12 foi consultada pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), sobre as suas experiências com as diversas formas de geração. Motivado pelo esgotamento do uso do potencial hidrelétrico dos grandes rios do centro-sul do

concessionárias. Os resultados práticos foram aproveitados e contribuíram para as pesquisas.

Os diversos tipos de pequenas usinas colocam a geração junto ao consumo, eliminando gastos excessivos com linhas e perdas de transmissão. Além do mais, os baixos custos e a simplicidade da manutenção



FOTO 6: Exposição dos projetos em seminários realizados na Universidade do Amazonas

País, encontrava-se em curso na CEMIG, um estudo cuja finalidade era a escolha de uma forma de geração de energia para áreas rurais de pequenas demandas, não atendidas por

e operação, aliados à não-agressão ao meio ambiente, evidenciam as PCH e conduzem a boas perspectivas quanto à proliferação do seu uso num futuro muito próximo. □

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ELETROBRÁS — Centrais Elétricas Brasileiras S. A. *Manual de Minicentrals Hidrelétricas*. Ministério das Minas e Energia, Rio de Janeiro, RJ, 1985.
- 2 - PALZ, Wolfgang. *Energia Solar e Fontes Alternativas*. Hemus. UNESCO — Paris, 1981.
- 3 - HUSS, Dorival. *Suprimento de Energia Elétrica às Guarnições Isoladas da Amazônia — Análise Conclusiva das Opções Possíveis*. Monografia, ECEME. Rio de Janeiro, RJ, 1994.



COMENTÁRIOS

DROGADIÇÃO: PREVENÇÃO OU REPRESSÃO?

Silvio Ricardo Bertozzi

A escalada das drogas na atualidade e o desejo de minimizar suas drásticas consequências, traz à baila um questionamento polêmico e complexo, qual seja: prevenir ou reprimir o uso de drogas?

No presente comentário, pretende-se fazer uma abordagem a respeito do tema, ressaltando seus principais tópicos, de maneira a levar o leitor a refletir sobre alguns pontos julgados essenciais.

A repressão e a prevenção às drogas sempre andaram juntas, apesar de algumas vezes serem antagônicas. Basta nos voltarmos para os modelos de atuação preventiva, para vermos que um deles, o "Modelo Jurídico Moral", atribui uma grande importância à droga, preconizando que as pessoas *"devem ser protegidas por meio de medidas legais que controlem o cultivo, a produção, a transformação, a manufatura, a distribuição, a venda, a partilha, a posse da substância em questão"*.¹

Mas que medidas seriam essas? Com certeza, as repressivas.

Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, repressão é *"1. Ato ou efeito de reprimir, sustar a ação ou movimento de, conter, re-*

ter, moderar, coibir, refrear, represar... 4. *Impedir pela ameaça ou castigo, proibir...* 5. *Castigar, punir: A justiça reprime os infratores da lei...*"²

A História nos tem mostrado, que na realidade, não é possível engajar-se na luta contra a drogadição puramente no campo preventivo. Há que se aplicar a lei penal para refrear a demanda, evitando que mais jovens sejam vítimas do assédio de gente inescrupulosa e liberticida.

O manual da Polícia Federal de Repressão a Entorpecentes diz que: *"... se considerássemos os benefícios das atividades da Polícia de Repressão aos Entorpecentes à sociedade, seria até certo ponto, difícil enumerá-los, como por exemplo, lembramos que a nossa ação tem ajudado a evitar o surgimento de novos dependentes e de novas riquezas ilícitas, formadas com a miséria humana, além da educação, saúde, etc"*.

Mas por outro lado, alguns teóricos, como Claude Olivenstein, fazem das forças repressoras aliados da drogadição quando diz: *"... explorados, enfim, pela polícia que os controla e que deles se serve, as vezes, como dedos-duros ou como cavalos de tróia introduzidos em outros ambientes de jovens"*.³

1. BUCHER, Richard. *Prevenção e Uso Indevido de Drogas*, Vol. 2, Brasília, Editora Universitária de Brasília, 1989.
2. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1ª Ed., Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
3. OLIVENSTEIN, Claude. *As Drogas*, 3ª Ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

Quem estaria com a verdade, se é que ela existe, em relação a droga? Aquele que trata e previne, ou aquele que reprime? Ou será que ambas as afirmações são possuidoras de parte da verdade? E qual seria o verdadeiro papel das Polícias e das Forças Armadas?

Desde os primórdios da civilização, a droga caminha lado a lado com a humanidade, desempenhando um papel de amortizadora dos problemas sociais, tendo cada sociedade sua droga de escolha.

Parece-nos que a droga nunca será erradicada da face da terra, por cumprir, também, um papel social, como, por exemplo, no xamanismo.

Não nos restringimos aqui a usar o termo droga para drogas ilícitas, cujo uso não é permitido por lei. Usamo-lo no sentido mais amplo como toda substância natural ou sintética que, por natureza, afeta a estruturação e o funcionamento de um organismo.

O importante na atualidade, é minimizar ao máximo a abrangência do uso indevido de drogas, mas não somente as ilícitas, as ilegais, como muitos pensam, mas principalmente as chamadas "drogas lícitas", pois, segundo o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicótropas da Escola Paulista de Medicina, no II Levantamento Nacional sobre o Uso de Psicotrópicos entre estudantes de 1º e 2º graus — 1989, "*os psicotrópicos mais consumidos, tanto para o uso na vida como para o uso freqüente, foram em primeiro lugar os solventes, em segundo lugar os ansiolíticos e em terceiro lugar as anfetaminas...*", drogas legais e comercializadas livremente.⁴

O uso indevido de drogas, nos tempos modernos, deixou de ser um problema pessoal

para ser um problema social de graves consequências.

E o que é melhor fazer, prevenir ou reprimir? Parece-nos que o ponto de partida é a prevenção primária, estabelecendo, mesmo antes do nascimento do indivíduo, através da conscientização das gestantes, dos malefícios produzidos pelo uso de drogas em seus futuros filhos.

Desde o nascimento e ao longo de todo o seu desenvolvimento, até sua iniciação escolar, a criança deve receber por parte da família informações a nível cognitivo e afetivo, das causas e consequências do uso de drogas, mas, principalmente, lhe deve ser inculcado uma atitude reflexiva à respeito da preservação da saúde e dos seus benefícios — saúde encarada aqui no seu tríplice aspecto: social, mental, físico.

Ao adentrar os bancos escolares não se excluem os pais da responsabilidade de continuar a prevenção. Mas devem, agora dividi-la com a escola que deverá continuar a ensinar a verdade científica, sem preconceitos, sensacionalismo, atemorização, através dos professores de Ciências Naturais, nos currículos dos cursos de 1º grau, de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 5º da Lei 6.368, de 21 de outubro de 1976. A prevenção, então, tornar-se-á uma ação integrada de educadores, um somatório de forças que deverá receber o apoio de todo cidadão brasileiro, bem como das forças de repressão do Estado, como prescreve o Artigo 1º da mesma lei quando diz: "*É dever de toda pessoa física ou jurídica colaborar na prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.*"⁵

4. CARLINI, E. A. et alii. II Levantamento Nacional sobre o Uso de Psicotrópicos em Estudantes do 1º e 2º Graus, São Paulo, CEBRID/EPM, Departamento de Psicobiologia, 1989.

5. BRASIL — Ministério da Justiça — Conselho de Entorpecentes. Lei 6.368, de 21 de outubro de 1976, Decreto 78.992, de 21 de dezembro de 1976. Brasília, Ministério da Justiça/Ministério do Exército, 1984, 24 págs.

E a responsabilidade da Polícia Federal, Polícias Militares e Forças Armadas? Poderiam atuar nessa área? Parece-nos que sim, e o Exército Brasileiro, nesse ponto, cumpre a lei, através do "Projeto Esperança" (Programa de Educação Preventiva Contra o Uso Indevido de Drogas), que visa a fazer uma mudança de atitude no jovem recruta mais pelo sentir do que pelo saber, tornando-o um agente multiplicador de rejeição após seu licenciamento das fileiras do Exército. Sua filosofia é baseada no conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde, qual seja: *"Saúde é o estado de bem-estar completo, físico, mental e social. Portanto, ser saudável não se resume em ausência de doença, vai muito além."*

Dentro dessa visão, o projeto ultrapassa os conceitos de saúde pública, discutindo a ética, a filosofia, a análise do conjunto de condições que possibilitem a educação integral e contextualizada.

O Exército, por ser um segmento da sociedade, e dela possuir as virtudes e os defeitos, não poderia furtar-se a contribuir com o seu trabalho, nas ações sociais e educacionais que são permeadas pela prevenção, possibilitando a seus integrantes uma qualidade de vida melhor, minimizando os fatores de risco.

E às Polícias, caberia somente coagir, reprimir, ou deveriam adotar uma postura, também preventiva?

Parece-nos que levar o cidadão, através de pessoas especializadas da Instituição, a uma atitude reflexiva, a um questionamento de sua situação, durante o processo de detenção e atuação pelas forças policiais, por infração a lei, seria, talvez, extremamente positivo.

Alguns segmentos da polícia de São Paulo, por exemplo, cumpre esse papel, como é o caso do DENARC, que além de repressão faz a prevenção educativa.

Nos Estados Unidos da América do Norte, o projeto DARE (*Drug Abuse Resistance*

Education) leva às escolas policiais militares como auxiliares na formação de uma atitude de resistência à droga.

Similar ao projeto DARE, no Brasil existe o PROERD (Programa de Educação e Resistência à Droga) em que policiais da PMRJ (Polícia Militar do Rio de Janeiro), treinados por policiais militares americanos, levam às escolas informações científicas a respeito dos diferentes tipos de drogas, bem como desenvolvem uma atitude de resistência a elas.

Não seria necessário, dentro de nossa realidade, a polícia ir às escolas mostrar o seu papel, a sua maneira de atuar e por que o faz?

Esclarecer que a coação a que é submetida a população, por parte dos traficantes, não pode ser erradicada somente através da prevenção, do diálogo aberto, mas sim da força.

Conscientizar a população de que o tráfico de drogas produz o enriquecimento ilícito de pequenos oligopólios, de alto poder econômico e de barganha, que desenvolvem poderes paralelos, por vezes, mais fortes do que o Estado, impondo leis próprias e desvios de toda ordem, agravando a crise social, moral e econômica em que se encontra o País.

Haveria aceitação por parte da juventude? Haveria credibilidade nessa ação?

Parece-nos que sim, pois os jovens trazem dentro de si grandes ideais de participação e altruísmo, e podem ter seus potenciais mobilizáveis, como ficou demonstrado recentemente nas manifestações que levaram ao impedimento de um Presidente da República. Mas para tal, a força de repressão do Estado há que primar por ser o fiel cumpridor do que prescreve a lei, em toda a sua plenitude.

E as Forças Armadas, deveriam fazer parte dessa mobilização?

Sem sombra de dúvidas, pois é fundamental mobilizar todos os segmentos da sociedade para a obtenção do bem-estar social, objetivo nacional permanente.

Ao nosso ver, tanto a prevenção como a repressão devem caminhar juntas, interagindo, numa espiral dialética, não havendo prevalência de uma sobre a outra.

Há necessidade de se ter consciência de que somente a integração, a participação, o apoio nos poderá levar a uma solução proffuca no campo do uso indevido de drogas, respeitando as necessidades e aspirações do nosso povo.

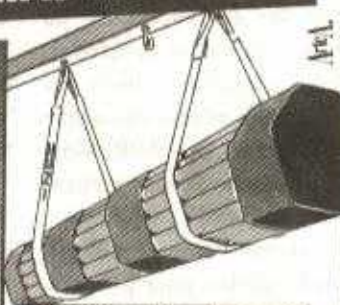
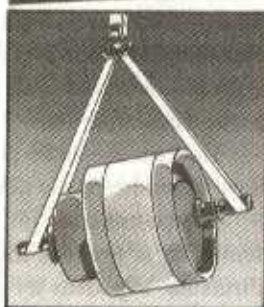
Os interesses particulares, as promoções pessoais a vaidade, a omissão não devem prevalecer sobre as atividades-fim.

Finalizando, gostaríamos de deixar uma pergunta à reflexão do leitor: *Não há, pelo menos no Rio de Janeiro, uma iminente concretização, ou efetivação, hoje, de um clima de guerra?*

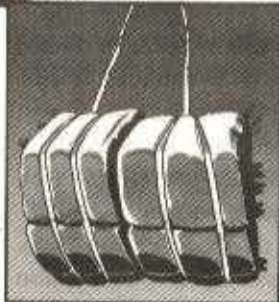
SILVIO RICARDO BERTOZZI

Coronel do Exército

A SOLUÇÃO PARA QUEM PEGA NO PESADO "CORREIAS HUZU"



As correias Huzi oferecem resistência, durabilidade e segurança no transporte e movimentação de carga que são feitas com a mais alta tecnologia. Em nylon ou poliéster, com formato antideslizante, mantêm a carga sempre firme e segura. Huzi Sling e Huzi Estropo. A solução definitiva para quem pega no pesado.



HUZIMET AÇOS ESPECIAIS LTDA.

Rua Álvaro Gomes, 127 - Alto do Mandaqui - CEP 02421 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 298-7022 PABX - Telex - 11-21016 - HUZU BR



INFORMAÇÕES

SERVIÇO MILITAR MUNDIAL E NO BRASIL. SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E VOLUNTÁRIO

HISTÓRIA DO SERVIÇO MILITAR MUNDIAL

Idade Antiga e Idade Média

As origens do Serviço Militar são encontradas nos primórdios da civilização.

Alexandre, o Grande, na Grécia, criou as primeiras tropas permanentes cujos chefes eram nomeados por ele.

Verifica-se, entretanto, que o Serviço Militar, como hoje é entendido, remonta aos tempos do Império Romano. Na Roma antiga, o direito de voto só era assegurado àqueles que prestassem o Serviço Militar. Mas o exército permanente, de cuja eficiência Roma tanto se beneficiou ao longo dos séculos, veio a ser o germe da decomposição do Império, devido ao seu caráter verdadeiramente mercenário, conforme verificado nos últimos anos que antecederam à derradeira queda.

Com a decadência do Império Romano e a instituição do feudalismo, a força militar passou a gravitar em torno dos senhores feudais. O senhor do feudo formava uma força militar geral, sob o seu comando, com a obrigatoriedade de prestação do Serviço Militar.

Posteriormente, já ao final da Idade Média, começaram a surgir exércitos permanentes, com tropas pagas, aquarteladas nas cidades e com acentuado grau de profissionalismo.

Idade Moderna e Idade Contemporânea

Embora cada vez menos intensamente, a estrutura reinante na Idade Média ainda perdurou até o século XIX, passando por Guilherme da Prússia, no século XVIII, que constituía seus exércitos com mercenários oriundos de toda a Europa.

Na verdade, foi ainda no século XVIII que a Revolução Francesa, através de Carnot, colocaria a "nação em armas". O espírito e o Estado nacionais vieram transformar, mais tarde, a *guerra limitada em guerra total*.

Além de Carnot, outros homens ilustres contribuíram para a nova concepção. Sade lutou pela conscrição, Guibert bateu-se por um Serviço Militar obrigatório e Rousseau defendeu a tese de que somente a constituição de um exército nacional seria capaz de defender um país livre.

Depois da França, foi a Prússia o país onde o Serviço Militar obrigatório adquiriu caráter nitidamente nacional.

Com o passar dos anos e após as grandes guerras, novos fenômenos surgiram, entre eles, o *autimilitarismo* difundido nos jovens do mundo inteiro, e o crescimento populacional negativo de várias nações desenvolvidas do Norte Europeu. Tais fenômenos estão gerando dificul-

dades para que essas nações possam completar seus efetivos militares previstos.

Hoje, os sistemas de Serviço Militar adotados no mundo diferem segundo a *quantidade do contingente mobilizável, do perigo de envolvimento em conflitos, das disponibilidades financeiras e da evolução cultural dos povos.*

HISTÓRIA DO SERVIÇO MILITAR NO BRASIL

Períodos Colonial e Imperial

Com a criação do Governo-Geral, em 1548, surgiu a primeira organização militar regular no Brasil, sendo instituído o Serviço Militar obrigatório.

Em 1749, foram criados os Corpos Auxiliares, tendo como base as Milícias e as Tropas de Cavalaria e Artilharia. Seus efetivos eram constituídos de índios, pretos, brancos e mestiços. Com essa organização, os portugueses iriam defender sua expansão para o oeste, construir as obras de defesa (Fortes Príncipe da Beira e Coimbra) e expulsar os holandeses.

À época de D. João VI, o recrutamento era feito de 3 (três) maneiras: *à força*, por patrulhas que percorriam as tabernas durante a noite prendendo vadios, entre os quais as autoridades escolhiam os que deveriam servir pelo prazo de dezesseis anos; *voluntariado comum*, em que o voluntário servia por 8 (oito) anos; e *voluntariado semestreiro*, em que o voluntário servia 6 (seis) meses no primeiro ano e 3 (três) meses nos sete anos seguintes.

Durante o I Império, o Serviço Militar foi obrigatório e a situação diferenciava duas classes: a dos que deviam servir à força, por injunções legais ou sociais e a dos que, por fortuna ou posição social conseguiam eximir-se dessa

obrigação. Retornou-se ao recrutamento feito por patrulhas que percorriam, à noite, bares e tabernas, prendiam homens, e as autoridades indicavam os que deveriam servir. Os elementos mais nocivos à sociedade é que iam para os quartéis e navios. Daí, as casernas e os vasos de guerra inspirarem terror, a ponto de os pais ameaçarem os "filhos difíceis" com o Serviço Militar.

Durante o II Império, particularmente após a Guerra do Paraguai, o Serviço Militar deixou de ser obrigatório, o preparo foi descurado ao extremo, os efetivos e os meios foram diminuídos e as reservas deixaram de existir.

Período Republicano

A primeira Constituição Republicana, de 1891, reeditou a obrigatoriedade do Serviço Militar, aboliu o recrutamento forçado e criou o sistema de voluntariado e de sorteio.

Em 1915, Olavo Bilac defendia o Serviço Militar obrigatório e sua universalidade. Só em 1916 foi realizado o primeiro sorteio, no governo de Wenceslau Braz.

Em 1923, o decreto nº 15.934 criou o regulamento do Serviço Militar.

A Constituição de 1934 acabou com o sorteio e estabeleceu de vez a igualdade e a universalidade do Serviço Militar.

Em 1964, a atual Lei do Serviço Militar, de nº 4.375, entraria em vigor na data de publicação de seu Regulamento, estipulado pelo Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966.

SERVIÇO MILITAR ATUAL NO BRASIL

De acordo com a Constituição de 1988, as Forças Armadas têm por finalidade a defesa da Pátria e a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem.

Organizada como força permanente, para atender à eventualidade de emprego imediato no desempenho de suas missões constitucionais, as Forças Armadas necessitam estar permanentemente adestradas e possuir reservas compatíveis e confiáveis para o atendimento de uma possível mobilização. Daí advém a importância do Serviço Militar, por ser o sistema que fornece o elemento humano para Forças Armadas, tanto para o emprego corrente como para a formação de reservas mobilizáveis.

A Constituição da República Federativa do Brasil

A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, em seu título V, capítulo II, determina o seguinte:

"Art. 143 — O Serviço Militar é obrigatório nos termos da lei.

Parágrafo 1º — As Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

Parágrafo 2º — As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do Serviço Militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir."

Obs.: Além do Art. 143, o Art. 42, que versa sobre os deveres e direitos dos servidores públicos militares, e o Art. 142, que trata da missão das Forças Armadas, também tratam do assunto.

A Legislação Atual

A Lei do Serviço Militar nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, e seu regulamento, Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, definem, na

atualidade, as bases e a estrutura da sistemática do Serviço Militar.

Entre outros dispositivos, a legislação estabelece a obrigatoriedade e a universalidade para todos os brasileiros, a idade para o recrutamento, a duração do serviço e as condições para a sua prorrogação.

Em resumo, é a seguinte a legislação que, atualmente, rege o Serviço Militar. Lei nº 4.375, 17 de agosto de 1964 — Lei do Serviço Militar (LSM); Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965 — Modificações à LSM; Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 — Regulamento da LSM; Lei nº 5.292, de junho de 1967 — Lei da Prestação de Serviço Militar para estudante de medicina, odontologia e veterinária; Instruções gerais para a coordenação da Conscrição nas Forças Armadas; Lei nº 6.808, de 7 de julho de 1980 — Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha; Plano de Convocação Geral anual, baixada pelo EMFA, para as três Forças Singulares; Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991 — Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório.

Principais Características do Serviço Militar

• **Abrangência** — decorre da existência de uma legislação capaz de permitir a passagem da atividade de recrutamento do tempo de paz para o de guerra, sem maiores problemas.

• **Universalidade** — princípio consubstanciado no Art. 143 da Constituição que determina a obrigatoriedade do Serviço Militar para todos os brasileiros, independente de sua situação cultural, social e econômica. A Lei do Serviço Militar, dentro do mesmo princípio, define os casos daqueles que, em qualquer tempo, são isentos ou dispensados dessa obrigação.

• **Temporariedade** — O Serviço Militar, em tempo de paz, tem início no primeiro dia de janeiro do ano em que o cidadão completa dezoito anos, e subsiste até o dia trinta e um de dezem-

bro do ano em que completa quarenta e cinco anos. Inserido nesse contexto, o Serviço Militar Inicial tem sua duração fixada em doze meses.

• **Sucessividade** — decorrente da característica anterior, a cada ano, uma classe mais antiga, ao atingir a idade limite de 46 anos, será substituída por outra nas obrigações com o Serviço Militar. Essa sucessividade permite a manutenção de um contingente tão homogêneo quanto possível, capaz de atender ao chamamento da Nação.

• **Racionalidade** — graças ao emprego de técnicas e meios permanentemente aperfeiçoados, tem sido possível atender, de forma racional, às necessidades das Forças Armadas para incorporação e matrícula. O emprego do processamento automático de dados permitiu um avanço significativo dessa racionalização. Seu objetivo é designar para servir os convocados que melhor se ajustem às necessidades das Forças Armadas. Apesar da obrigatoriedade do Serviço Militar Inicial, vamos encontrar, na Marinha e na Força Aérea, um sistema quase que totalmente profissional, à base do voluntariado.

O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

A afirmação do Serviço Militar obrigatório deu-se com a Revolução Francesa.

Na verdade, a democratização da pirâmide social é o principal motivo argumentado pelos defensores da aplicação dessa modalidade do Serviço Militar. Olavo Bilac dizia: *"Que é Serviço Militar Obrigatório? É o triunfo completo da Democracia. É o nivelamento das classes sociais. É a escola da ordem, da disciplina e da coesão. É o laboratório da dignidade e do patriotismo. É a instrução primária, a educação cívica e a higiene obrigatórias. A caserna é um lugar admirável em que os homens se depuram e apuram."*

No entanto, a corrente contrária também possui argumentos poderosos, conforme explanação posterior.

Nos tópicos seguintes, poderemos apreciar o modelo de Serviço Militar obrigatório de alguns países do mundo, que se destacam pela eficiência e operacionalidade de suas Forças Armadas.

O Serviço Militar de Israel

O Serviço Militar israelense é universal para os judeus e drusos — os cristãos e maometanos podem se apresentar voluntariamente. O Serviço Militar inicial é de 36 meses para os homens e 24 meses para as mulheres.

O treinamento prolonga-se até os 50 anos de idade, para os homens, e 25 anos, para as mulheres. Compreende um dia por mês (ou três dias de três em três meses) sobre armamento e serviço em campanha, e um mês por ano de exercício intensivo de campanha.

Dessa forma, Israel consegue manter uma reserva treinada de cerca de 90% de sua população masculina, em idade militar, e de cerca de 50% da população feminina, para quem há dispensas mais generosas.

O Serviço Militar na Alemanha

As Forças Armadas da Alemanha baseiam-se no chamado sistema misto. Os jovens que completam 18 anos de idade são convocados para um serviço de 15 meses. Segundo a Constituição, ninguém pode ser obrigado a manejar armas contra a sua consciência. Os que não aceitam o Serviço Militar são encaminhados a um serviço social civil de 18 meses.

Como todo exército moderno, as Forças Armadas alemãs também necessitam de uma base de soldados profissionais. Para esse caso, há períodos de engajamentos que vão de dois até quinze anos. Todo cidadão, durante o Serviço

Militar, recebe um soldo e, se for casado, recebe um auxílio em dinheiro para a manutenção da família.

O Serviço Militar na Rússia

O Serviço Militar na Rússia é obrigatório e universal. O tempo previsto para o Serviço Militar Inicial é de dois anos, no Exército, e de 3 anos, na Marinha.

O cidadão russo está sujeito ao Serviço Militar entre as idades de 18 a 50 anos.

Não existe concessões para objeções de consciência. Teoricamente, nem mesmo as mulheres estão isentas do Serviço Militar. Em tempo de guerra podem ser convocadas para a execução de serviços auxiliares. Na paz, apenas são convocadas as mulheres que tenham formação especializada de saúde, entre 19 e 40 anos de idade.

O SERVIÇO MILITAR VOLUNTÁRIO

Ao iniciar a análise do Sistema Militar Voluntário, é necessário que se tenha em mente que a atual legislação brasileira sobre a matéria já prevê sua possibilidade, em face do contido no Art. 27, Capítulo V, da Lei nº 4375/64.

Diversos países considerados adiantados já o adotam, sob os mais diversos motivos. O argumento mais forte é a necessidade de homens altamente qualificados para lidar com equipamentos cada vez mais caros e sofisticados.

Os tópicos a seguir nos fornecem elementos para o exame do Serviço Militar Voluntário em alguns países do mundo, que se destacam pela eficiência e operacionalidade.

O Serviço Militar nos EUA

O voluntário nos EUA se apresenta e tem o prazo de 90 dias para se adaptar. Se desistir, nesse período, sairá sem problemas. Porém, após esse prazo deverá indenizar o governo. O Curso Básico é realizado em 8 semanas, num centro de treinamento.

Após o Curso Básico, o soldado escolhe sua Arma e realiza um curso que varia de 8 a 12 semanas (dependendo da Arma), em uma Organização Militar (OM) operacional.

Sua permanência, num primeiro prazo, é de, no mínimo, dois anos e, no máximo seis. A partir daí, ele poderá dar baixa ou engajar. Se engajar ganha prêmios extras que poderão atingir 16 mil dólares. Ressalte-se, porém, que só poderá engajar o soldado aprovado em prova específica para promoção. Se conseguir passar nos rigorosos testes físicos e psicotécnicos, estará credenciado a integrar unidades de elite, como os Comandos ou Boínas Verdes.

O soldado profissional dos EUA ganha cerca de 700 dólares por mês.

O Serviço Militar no Reino Unido

As praças no Reino Unido têm possibilidades de servir, no mínimo, três anos e, no máximo, vinte e dois, findos os quais recebem um pecúlio e uma pensão. Podem, entretanto, solicitar baixa a qualquer tempo, desde que dado o aviso prévio, com antecedência mínima de 18 meses.

Como incentivo, os vencimentos foram estabelecidos no mesmo nível que o da indústria privada e o governo. Além disso, têm sido proporcionado cursos e procurado empregos para os veteranos que deixam as fileiras.

O Serviço Militar no Canadá

O Canadá é outro exemplo de país que adota inteiramente o voluntariado para o recrutamento de pessoal, com vistas ao preenchimento de suas necessidades nas Forças Armadas.

O período mínimo de engajamento é de 5 anos.

Com efeito, o Canadá paga a seus voluntários mais do que qualquer outra nação do mundo, aproximando-se dos salários civis, que são elevados. O governo oferece, ainda, incentivos de curto prazo para o reengajamento, como, por exemplo, o pagamento de bonificações (em dinheiro) para cada ano de permanência no Serviço.

(Matéria extraída de monografia elaborada pelos coronéis Luiz Carlos Minussi e Marcos Aurélio de Oliveira Ramos, estagiários do CPEAEx em 1994.)

TROFÉUS DE COMBATE DO GENERAL TASSO FRAGOSO NO MUSEU DA AMAN

Há meio século, foram incorporados ao Museu da AMAN os seguintes troféus do então Tenente Tasso Fragoso, ferido gravemente a bala no combate da Armação, no contexto da Revolta na Armada, em 29 de março de 1894: sua túnica furada a bala; a foto da guarnição da peça que comandava e uma carta

do Marechal Floriano Peixoto exaltando a sua heroicidade e promovendo-o a Capitão, por bravura.

Atesta a importância histórica do mais tarde General Tasso Fragoso esta apreciação do Exército por ocasião de sua morte, em 20 de setembro de 1945:

"O General Tasso Fragoso foi uma das mais incisivas personalidades da evolução de nossa atividade militar, verdadeira relíquia, intimamente entrosado nos fatos mais interessantes ocorridos no último meio século da vida nacional. Foi ele um verdadeiro expoente da cultura de sua classe, além de exuberante espírito que transbordou do meio militar e se refletiu no ambiente nacional, onde se firmou com especial relevo. O Exército foi a linha mestra de sua vida."

Tasso Fragoso recuperou-se parcialmente, malgrado prognóstico sombrio do General honorário Luiz Alves Pereira, comandante da 4ª Brigada Civil, que entrou em Bagé após a deposição de armas por Joca Tavares, em 1892, em carta a um oficial seu amigo: *"Infelizmente parece que perderemos um companheiro distintíssimo, o Dr. Tasso Fragoso, a mais robusta inteligência que eu conheci na Escola Militar e um dos mais belos caracteres de nossa classe. Está gravemente ferido!"*

A Medicina no Brasil não era capaz de solucionar seqüela do ferimento. Foi mandado à Europa para tratar-se e lá desempenhar algumas missões. E precisamente na Prússia tomou conhecimento do enorme fosso doutrinário entre o Exército de lá e o nosso saindo da Guerra de Canudos, onde revelou operacionalidade inferior a da Guerra do Paraguai, em razão do equívoco em que mergulhou o ensino no Exército a partir de 1873, priorizando o bacharelismo militar, com prejuízo do profissionalismo de que o tratamento

do ilustre ferido em combate por Dr., ao invés de tenente, era sintoma de distorção grave.

A *Revista Brasileira* em 1897 publicou seu artigo "O Estado-Maior do Exército" em que ele preconizou, como na Prússia, a adoção pelo nosso Exército do Estado-Maior. Idéia que foi acolhida, contribuindo ele expressivamente para detonar a Reforma Militar 1898-1945 que arrancou o Exército dos ultrapassados padrões revelados na Guerra Civil 1893-95 na Região Sul e em Canudos e os elevou aos revelados pela FEB, na Itália, onde esta força fez muito boa figura, ao lutar contra ou em aliança, com frações expressivas dos melhores exércitos do mundo presentes na Europa na Segunda Guerra Mundial.

Outro artigo de muita repercussão no Brasil foi o "Como se faz um oficial alemão". De 1889-1932, por cerca de 43 anos, Tasso Fragoso foi um dos principais cérebros e motores da modernização do Exército. Ação continuada na inatividade como historiador militar crítico fecundo, como a monumental *História da Guerra da Tríplice Aliança*, em 1934, que começou a estudar ainda tenente, com missão de acompanhar os trabalhos do Coronel Emílio Jourdan (bisavô dos filhos do Ministro do Exército Zenildo Zoroastro Lucena), contratado pelo Presidente Floriano "para subsidiar estudos de tática e estratégia em nossas escolas militares (Ceará, Rio de Janeiro e Porto Alegre) dentro das realidades operacionais sul-americanas, no

caso com a História desta guerra. Bendita a bala que feriu mas não fulminou Tasso Fragoso, para levá-lo a Europa para tratar-se e, à luz da realidade do Exército da Prússia detonar a Reforma Militar, cujo primeiro passo foi a criação do Estado-Maior do Exército que chefiou por mais de 10 anos, sendo que na última vez de 1931-32, apoiou as reformas do Coronel José Pessoa, no Realengo e a idealização da AMAN, a cujo museu doou seus troféus guerreiros, menos o projétil que o feriu que transformou num pregador de gravata, que sempre ostentou com orgulho!

Estudamos este chefe militar marcante na *Revista A Defesa Nacional* nº 750, 1990, com apoio em oração de posse na Academia Brasileira de História, onde ocupamos cadeira com seu nome, pela imensa contribuição que deu a História Crítica do Exército.

Para encerrar: Ficou célebre esta tirada do Coronel Tasso Fragoso a uma pretendida ironia de um tenente de seu Regimento de Cavalaria, em Uruguaiana, quando fazia uso de sua imensa cultura. Falou o tenente: — "Coronel o senhor sabe tudo!" Resposta — "Tenente eu não sei tudo, sei pouco, mas por favor, não confunda o pouco que eu sei com o muito que o senhor ignora!"

Cel CLAUDIO MOREIRA BENTO

Sócio benemérito do IGHMB e Presidente da Academia Resendense de História



DESTAQUES DA IMPRENSA

A CRISE DO ESTADO

O Brasil, a despeito de sua privilegiada configuração geográfica e de suas potencialidades naturais, é um país que vem sendo frustrado, nas suas esperanças e nas suas aspirações, por um persistente descompasso entre a sua realidade e a sua legalidade.

Temos uma nação cheia de perspectivas e possibilidades, mas contida, e quase asfixiada, pelas intromissões e pela inoperância de uma estrutura estatal anacrônica e sem racionalidade. A máquina do Estado, cara e complicada, funciona mal ou simplesmente não funciona. Nenhum chefe de Governo, de Deodoro a Getúlio, de Dutra a Itamar, conseguiu operar, com satisfatória eficiência, essa aparelhagem enorme e emperrada que é o Estado no Brasil. Foram mudados, inúmeras vezes, na cena política, os quadros e os protagonistas. Tivemos governantes dos mais diferentes perfis: liberais e autoritários, progressistas e conservadores, civis e militares, alguns prudentes e uns raros desatinados. Nenhum deles, entretanto, logrou mobilizar (ou organizar) o Estado para a tarefa permanente de construir, ou deixar que fosse construído, um país melhor e mais justo, mais seguro e confiante, do que essa nossa pátria amada, de tantas inquietações e tantos desalentos.

No Estado de Direito o instrumento de governo é a lei. A lei é a ferramenta do poder. É com essa ferramenta que se ordena e se estrutura a vida nacional, em todos os seus níveis e setores. Por menos intervencionista que seja o Estado, a eficácia e a legitimidade de sua atuação depende

da existência de um sistema legal adequado, que há de ser necessariamente operativo, funcional e dinâmico. Onde se pode afirmar que no regime democrático, se o legislador não legisla, o governo não governa.

Porque a lei deve constituir uma peça de precisão, que há de ser montada com cuidado e competência, pelos especialistas na matéria, a função legislante se torna cada dia mais difícil e complexa. Se para formular a Declaração dos Direitos dos Homens, em 1789, bastou o gênio político — lembra Mirkine Guetzevitch — para elaborar, hoje em dia, um código de trânsito, é indispensável o concurso dos técnicos e especialistas.

Ninguém há de supor que para legislar sobre direito agrário ou espacial, sobre informática, metalurgia, cartografia, ou sobre qualquer outra das múltiplas matérias especializadas, que a Constituição reserva à competência do Poder Legislativo, sejam suficientes apenas o zelo e o espírito público dos representantes do povo no Congresso Nacional. Só o fato de um político credenciar-se, ao apreço dos seus concidadãos, conquistando-lhes os sufrágios e a confiança, não opera o prodígio de conferir a esse representante do povo, transformando em legislador, capacitação técnica e conhecimento adequado para formular os textos legais ou mesmo para intervir, conscienciosa e responsavelmente, no mérito das proposições que disponham sobre matéria técnica. Um parlamentar, por mais ilustre e devotado que seja, certamente não recebe, juntamente com o mandato, aptidão específica para legislar em todas as questões que a Cons-

tituição — desconsiderando as inevitáveis limitações humanas — entrega à sua deliberação.

De acordo com a nossa tradição constitucional o monopólio da atividade legislativa está reservado ao Congresso Nacional. Isto é, a uma corporação de políticos, à qual incumbe dar resposta a questões de toda espécie — algumas terrivelmente difíceis e complexas — que devem ser convertidas em regras legais. Sabe-se que no plenário e nas comissões as duas casas do Congresso fazem o esforço de que são capazes para discutir e deliberar sobre uma grande quantidade de proposições que se acumulam, à espera de um lugar na ordem-do-dia. Muitas delas — quando não são empurradas pelo interesse político, pela pressão e pelo aconselhamento interesseiro dos *lobbies*, ou pelas injunções corporativas —, ficam marcando passo nas congestionadas trilhas regimentais e acabam sendo esquecidas ou arquivadas.

O Poder Legislativo é, sem dúvida, um dos pólos de irradiação da crise do Estado que aflige o Brasil. Se é verdade que a Câmara e o Senado se desincumbem satisfatoriamente dos seus deveres de natureza política, é certo, por igual, que ambos vêm falhando, sistematicamente, como atelier de elaboração legislativa. O Congresso funciona bem como um fórum de debates. Fiscaliza o Executivo. Forma e informa a opinião pública. Denuncia o arbítrio e o abuso. Resguarda a liberdade. E assegura a democracia. Mas legisla mal, legisla lenta e desordenadamente.

Mas não se suponha que pelas deficiências e ineficiências do Congresso devam ser responsabilizados os congressistas. O povo já mandou para as duas casas do legislativo federal alguns dos melhores homens públicos com que, na República, contou este país. Elegeu Campos Salles, Ruy Barbosa, Rodrigues Alves, Raul Fernandes, Alcântara Machado, Milton Campos, Prado Kelly, Barbosa Lima Sobrinho, Roberto Simonsen, Aliomar Baleeiro, Afonso Arinos, e tantos outros de igual qualificação para o trato

da coisa pública. Mas não bastaram nem o fervor patriótico, nem os méritos cívicos e intelectuais desses parlamentares para assegurar a eficiência no desempenho da função legislativa, cujos mecanismos sempre estiveram comprometidos por graves defeitos da estrutura institucional.

Bertrand de Jouvenel, o grande mestre da ciência política, nas suas reflexões sobre o poder (*Du Principat*) dizia: "Reclama-se, hoje em dia, que os parlamentares não estudam suficientemente os problemas a respeito dos quais devem pronunciar-se; é essa uma injustiça e mesmo um absurdo. O número, a diversidade, a especificidade das questões que dão lugar aos atos da autoridade pública são tais que ficou muito além da capacidade de qualquer homem ter uma opinião informada e precisa sobre cada uma delas. Esta situação não se apresentava no século XIX, quando os princípios professados pelos parlamentares excluíam da atividade governamental a imensa maioria dos atos praticados atualmente. Por isso era mais fácil manter-se (o representante do povo) ao corrente das questões que se incluíam no âmbito da atuação governamental.

Ora, se é o sistema que é defeituoso e falho, não adianta apenas substituir os homens. Os que vierem, em cada eleição, não farão nem mais, nem melhor, do que aqueles que serão por eles substituídos. Não basta voltar às urnas e tirar de dentro delas uma nova fornada de parlamentares e entregar-lhes, em seguida, a responsabilidade de operar o mesmo mecanismo defeituoso que não tem, comprovadamente, condições estruturais para funcionar, satisfatoriamente. Mais acertado, neste momento, seria proceder-se a uma revisão constitucional para introduzir inovações que permitissem uma colaboração estreita e permanente entre o Congresso e o Executivo, para a instauração de uma prática e uma política legislativas melhor ajustadas às exigências do nosso tempo.

Advirta-se que a crise do Poder Legislativo, para a qual o nosso país vem sendo muitas vezes

advertido, é denunciada, há muitos anos, pelos mestres da ciência política na Europa e nos Estados Unidos, os movimentos de reforma do Estado. A constatação — que se operou em escala mundial — de que os parlamentos não podem exercer sozinhos a função legiferante trouxe, como consequência, uma tendência à revisão dos mecanismos constitucionais, visando compor e conciliar a autoridade política das assembleias de representantes com a responsabilidade do Executivo, no esforço comum de dotar o Estado do instrumento legislativo necessário à ação de governo.

É sabido que as instituições inglesas influenciaram profundamente a reformulação do parlamentarismo continental.

"A função legislativa, atualmente, não mais constitui monopólio do Parlamento: ela é dividida entre este e o Executivo" (Paul de Vissher in *Les nouvelles tendances de la Démocratie Anglaise*). Nos Estados Unidos a interpretação cada vez mais elástica e flexível dos textos constitucionais tem permitido ao Executivo participar, de modo intenso e extenso, da atividade legislativa. Roger Pinto, o eminente mestre de Lille, no seu ensaio lapidar sobre *A crise do Estado nos Estados Unidos* sustenta que "O papel do Congresso já não é mais o de fixar a política geral dos Estados Unidos. Esmagado sob o fluxo crescente das provisões legislativas novas, multiplica as leis quadros e se estende, sem cessar, a competência regulamentar do Executivo. Por querer controlar demais os detalhes, por desenvolver um imenso e ingrato labor, as assembleias cumprem suas tarefas com lentidão, entre erros e confusões. O Congresso dos Estados Unidos não constitui exceção".

De acordo, aliás, com o relatório *La Follette* — *Monroney* com base no qual foi apresentado, em 1946, ao Congresso norte-americano o projeto de lei de reorganização legislativa, essa importante iniciativa decorreu "de uma convicção legislativa, essa importante iniciativa decor-

reu de uma convicção generalizada, do povo e dos membros do congresso, de que existe uma grave crise constitucional, na qual está comprometido o destino do próprio regime representativo". Para não existir, além do razoável, na demonstração de uma evidência que já impôs à aceitação dos estudiosos e da opinião pública mais esclarecida, desdobraremos em seguida uma resumida exposição sobre os sistemas vigorantes nas democracias parlamentaristas — Inglaterra, Itália e França — países nos quais o problema vem sendo enfrentado de modo objetivo e pragmático.

O que é importante compreender, no funcionamento do sistema inglês, é como o Parlamento, em face das dificuldades que se antepõem ao desempenho satisfatório da função legiferante, transferiu aos técnicos e especialistas, mobilizados pelo Executivo, a elaboração dos textos legais, mantendo-os, entretanto, sob o seu direto controle político.

Registre-se, desde logo, que essa conciliação entre a atuação objetiva e quase sempre ágil dos órgãos administrativos e o consentimento político da representação parlamentar, nas tarefas de formação da lei, é propiciada pelo expediente, várias vezes centenário, da delegação de poderes.

A prática da delegação é que dá um caráter funcional e garante uma satisfatória eficiência à ação governamental na Inglaterra. Dado que o Gabinete é apenas uma projeção da maioria parlamentar — e portanto da maioria do corpo eleitoral — é evidente e claro que está ele credenciado para exigir das Câmaras o instrumental legislativo necessário à ação governamental. E nem teria sentido que a maioria, formando o Gabinete, se negasse a conceder-lhe os indispensáveis instrumentos para execução do seu programa de governo.

Não se suponha, entretanto, que é essa uma prática peculiar do sistema parlamentarista. O instituto da delegação está incorporado à dinâmica legislativa de vários países regidos pelo

sistema presidencialista, cabendo lembrar, por oportuno, que a nossa Constituição de 1988, no seu art. 68, expressamente a admite.

Na Inglaterra a execução das tarefas legislativas pelo Executivo se realiza pela adoção de duas técnicas principais de delegação.

a) a primeira técnica consiste na outorga, ao Executivo, de poderes plenos para modificar leis existentes. Nesse caso, as medidas legislativas adotadas pelo Gabinete podem ser anuladas por qualquer das casas do Parlamento. É a utilização da faculdade que, no constitucionalismo inglês se denomina *player of annulment* através do qual o Parlamento continua inteiramente senhor para retomar o controle de qualquer questão resolvida em desacordo com a sua vontade. Essa faculdade constitui uma garantia da autoridade política incontestável do Parlamento;

b) a segunda técnica consiste em encarregar o Gabinete de elaborar os textos, os quais serão em seguida submetidos à aprovação do Parlamento. É o que se chama "processo afirmativo" (*affirmative procedure*). Nesse caso as duas câmaras mantêm, igualmente, a sua autoridade política, e decidem, sem restrições, sobre o destino de cada proposição. Tal sistemática resguarda a independência e a soberania do parlamento. E o governo passa a dispor do arsenal legislativo de que precisa.

Essa sabedoria toda, essa capacidade de conciliar a prática e os princípios, os séculos ensinaram à velha Inglaterra.

A Itália buscou, na Constituição de 1948, racionalizar o processo legislativo, instituindo um mecanismo que — a despeito de algumas distorções geradas pela emulação política e ideológica — logrou funcionar satisfatoriamente.

Admitindo também a delegação de poderes — por prazos certos e para fins determinados — a Constituição adotou ainda um sistema simples e prático, que permite à Assembléia votar um grande número de leis no âmbito res-

trito das comissões permanentes. Salvo aquelas proposições de natureza constitucional, e as que disponham sobre matéria eleitoral, orçamentária ou tributária, todas as demais podem ser encaminhadas para discussão e votação por aqueles órgãos técnicos, ressaltando ao governo, a 10% dos deputados ou a 20% dos membros de cada comissão, a faculdade de requerer o envio do projeto ao plenário para tramitação normal.

Os resultados iniciais dessa prática corresponderam plenamente às expectativas. E durante vários anos cerca de 2/3 das leis expedidas foram discutidas e votadas nas comissões.

F. Goguel, num trabalho publicado há vários anos na *Revue Française de Science Politique* (nº IV, pág. 337), informa que a tendência então predominante na assembléia italiana era a de prestigiar, cada vez mais, nas discussões de plenário, as delegações comissionárias.

É que esse sistema consente que o parlamento, preservando plenamente a sua soberania, possa dispensar, nas discussões de plenário, maior atenção aos projetos de relevância política e institucional.

Foi essa modalidade de atuação legislativa que assegurou ao parlamento italiano, numa fase histórica especialmente difícil e tormentosa, um excepcional rendimento, permitindo-lhe usar, com rapidez e eficiência, o instrumental legislativo necessário à reordenação da vida nacional.

Na inspiração dessa metodologia legiferante há de ter influído a advertência feita, já antes da guerra, pela clarividência de Carnelutti:

"Necessariamente a multiplicação das leis agrava sempre, e sempre mais, o problema do legislador... Sob esse aspecto estamos em presença de uma crise, cuja primeira manifestação consiste em que não há correspondência entre o órgão e a função. Em realidade, o peso da função desarticulou o órgão. Os homens investidos oficialmente do poder legislativo não bastam mais para desempenhá-lo."

E acrescenta mais adiante, o insigne mestre italiano: "Estamos habituados a considerar, na formação da lei, sobretudo a fase última do processo, que se chama, de modo geral aprovação e promulgação. Não sei porque a sua preparação não é levada em conta... Ora, a lei é feita menos por aqueles órgãos do Poder Legislativo aos quais a Constituição atribui tal ofício ou tal poder, do que por outros homens. Atrás do legislador oficial está o legislador oficioso... No fundo se verifica, sob esse aspecto, quanto à formação do comando legal, um fenômeno análogo àquele que conhecemos, há longo tempo, no campo do comando judicial. Também os órgãos legislativos têm necessidade de auxiliares, os quais se assemelham muito aos peritos."

O certo — aduz o Carnelutti — é que tanto na Itália quanto em outros países, vivia-se, então *"dappertutto, in un clima di impazienza e di inquietudine legislativa"*. O quadro político na França, em meados de 1958, guardava muitas semelhanças com aquele que se apresentava no Brasil dos anos oitenta.

Aqui, a Constituinte de 1988 — marcada pelas inevitáveis reações contra o ciclo autoritário que se iniciara em 1964 — foi levada a construir uma solução de compromisso entre concepções políticas diferentes e notórios antagonismos ideológicos. Aconteceu, por um lado, um excesso de "constitucionalização", que hipertrofiou a estrutura do Estado: e, por outro lado, a adoção de um rígido processo legislativo que acabou se revelando um estorvo permanente à ação de governo.

Na França, a partir de 1954, como no Brasil dos últimos anos, a pressão da realidade começou a sacudir as bases da estrutura constitucional vigorante. E lá, como aqui, o clamor revisionista se fez ouvir, cada dia com maior intensidade. Mas aqui, como lá, os mecanismos decisórios, porque eram detidos pelas próprias instituições cujo mau funcionamento tornavam imprescindíveis e inadiáveis as reformas, foram quase

sempre utilizados para impedir que estas se realizassem.

Em 1953 a crise do Estado atingiu na França o seu paradoxismo, com a formação do 23º Governo em apenas 12 anos de funcionamento do regime. A guerra civil, que se anunciava dramática e iminente só pode ser evitada pela entrega do governo ao General De Gaulle. Este, ao assumir o poder anunciou, solenemente, que aquele seria o último Gabinete da IV República, e exigiu do Parlamento — desmoralizado e sem autoridade — a reforma imediata da estrutura do Estado.

As etapas dessa histórica transformação — que se consumou sem que tivesse sido interrompida por um só dia a normalidade constitucional — se sucederam na seguinte ordem:

— a Assembléia Nacional e o Conselho da República votam, em regime de urgência, a lei de modificação do art. 90 da Constituição de 1946, que dispunha sobre a revisão constitucional e institua um mecanismo complexo e tormentoso para a sua realização;

— com base no novo e simplificado sistema de revisão, o projeto da nova Constituição é submetido a uma Comissão Consultiva Constitucional (formada por 2/3 de parlamentares), ao Conselho de Estado e ao próprio Gabinete;

— no dia 4 de setembro o General De Gaulle, diante do povo reunido na Praça da República, lê e comenta o projeto definitivo, o qual depois de publicado no Diário Oficial, é distribuído a todos os eleitores, juntamente com as cédulas de votação;

— e, no dia 28 de setembro, a nova Constituição é referendada por mais de 85% do povo francês.

Essa reforma constitucional levada a efeito na França — além do ineditismo do processo revisionista — permitiu uma modificação da maior profundidade na estrutura do Estado, sem que o país fosse traumatizado pela ruptura da normalidade e sem que as atividades ordinárias

do governo e do Parlamento sofressem solução de continuidade. Essa reforma constitucional representa uma admirável contribuição do gênio político da França para a consolidação da democracia, concorrendo para robustecer e modernizar as instituições políticas, infundir racionalidade e funcionalidade às relações de poder, assegurando o exercício das liberdades, a soberania da vontade popular, mas garantindo, ao mesmo tempo, condições de eficiência para o desempenho da ação de governo.

O certo é que a Constituição de 1958 dotou a França de um sistema político e institucional de grande flexibilidade, capaz de possibilitar — pelo esforço harmônico e conjugado dos poderes do Estado — o exercício satisfatório da função legiferante.

Os aspectos principais dessa verdadeira revolução nas técnicas e procedimentos da atuação legislativa vão assinados a seguir.

O Parlamento passou a representar a matriz das chamadas leis de princípio, e perdeu a competência para expedir as provisões de conteúdo administrativo. Deixou de ser o *legislador comum* para transformar-se no *legislador das regras gerais*.

Na prática e na verdade — afastados os possíveis equívocos que podem derivar da utilização de uma nomenclatura imposta pela tradição — as duas casas do Parlamento, ainda que conservando a plenitude de suas prerrogativas políticas, perderam em favor do Executivo, o controle imediato sobre a legislação normativa.

Segundo a Constituição francesa, a lei fixa as regras, concernentes: aos direitos civis e às garantias fundamentais para o exercício das liberdades públicas; à nacionalidade, ao estado e capacidade das pessoas; aos regimes matrimoniais, às sucessões e doações; à definição dos crimes e delitos, bem como às penas que lhe são cominadas; ao processo penal, à anistia, ao estatuto da magistratura à matéria tributária e

regime monetário; ao regime eleitoral, criação de estabelecimentos públicos; garantias fundamentais do funcionalismo civil e militar; nacionalizações e privatizações.

A lei determina ainda os *princípios fundamentais* a respeito da organização da defesa nacional; da livre administração das coletividades locais, suas competências e seus recursos; do ensino; do regime da propriedade, dos direitos reais e das obrigações, civis e comerciais; direito do trabalho, direito sindical e seguridade social.

As leis de caráter financeiro determinam as receitas e as despesas do Estado, nas condições e sob as reservas a serem previstas em lei orgânica.

Enquanto a enumeração acima constante circunscreve o âmbito da lei às "regras" e aos "princípios gerais", o art. 37 da Constituição de 1958 estabelece que "as demais matérias, que não aquelas que são do domínio da lei, têm caráter regulamentar".

E o *caput* do art. seguinte, (art. 38) dispõe que: "O governo pode, para execução do seu programa, solicitar ao Parlamento autorização para adotar, através de ordenações (*ordonnances*), durante prazo limitado, medidas que são normalmente do domínio da lei."

Se vier a ser constatado, no curso do processo legislativo, que um projeto de lei ou uma emenda não se compreende no âmbito próprio da lei ou é contrário a uma delegação que lhe haja sido outorgada, o governo poderá alegar a inadmissibilidade da proposição, incumbindo ao Conselho Constitucional decidir, no caso de divergência entre o governo e o presidente da Assembléia interessada.

A experiência vivida pela França é aqui lembrada porque ela pode constituir uma contribuição relevante e oportuna para enriquecer o debate que neste momento se trava em nosso país a respeito da pretendida reforma constitucional. Não constitui objeto deste trabalho avaliar o mérito das questões que devam

ser consideradas. O que pretendemos examinar é apenas uma questão de metodologia, ou seja, a conveniência de proceder-se ou não a reforma através de diversas emendas ao texto constitucional, ou através da retomada, nesta nova legislatura, do processo de revisão que se frustrou na legislatura anterior.

De acordo com o que dispõe o art. 60, qualquer proposta de *emenda à Constituição* terá de ser votada em dois turnos, em cada uma das casas do Congresso Nacional. E só será havida como aprovada se obtiver, em cada turno, 3/5 dos votos da Câmara dos Deputados e 3/5 dos votos do Senado Federal.

Enquanto a adoção de *emendas* depende, portanto, de *quorum* de aprovação extremamente severo e estrito, a *revisão constitucional* — segundo o que estabelece o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — pode ser levada a efeito pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral. Ou seja: ao invés de optar pela via das *emendas*, que dependem de uma maioria difícil de 3/5, em dois turnos, em cada uma das duas casas do Congresso, o governo poderia agilizar o processo da reforma constitucional, reaquecendo e reciclando, mediante uma única emenda, o citado art. 3º do Ato das Disposições Transitórias. Certamente será menos difícil mobilizar a maioria necessária dos congressistas para alterar aquela disposição transitória, do que travar sucessivas e infundáveis batalhas para tentar aprovar as *emendas* necessárias à racionalização do texto constitucional. Bastaria que se acrescentasse ao referido art. 3º das Disposições Transitórias que a revisão constitucional nele prevista, para ser realizada após cinco anos de promulgação da Constituição pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral (e que teria sido encerrada improficuamente ao término da última sessão legislativa) *será procedida em uma única ou em duas legislaturas consecutivas*.

É evidente que para introduzir essa emenda o presidente da República e os partidos que defendem a necessidade da reforma constitucional terão de vencer resistências políticas e defrontar-se com a oposição daqueles congressistas que preferem paralisar o país a ter de abrir mãos da prerrogativa de transacionar o seu voto para deliberar sobre as decisões e programas do governo.

Caso viesse a ter prosseguimento a revisão constitucional — depois de emendado o art. 3º das Disposições Transitórias — estaria aberta uma excepcional oportunidade para empreender-se um esforço de racionalização do processo legislativo.

A exemplo do modelo que foi adotado na França, a votação da lei continuará a ser prerrogativa exclusiva do Congresso Nacional. A Constituição, entretanto, poderia definir e delimitar as matérias que constituem objeto próprio e específico da lei, que seria o de fixar as regras gerais e os princípios fundamentais. Matérias não compreendidas no âmbito da legislação reservada à competência exclusiva do Congresso Nacional, seriam objeto de provisão regulamentar a cargo do Poder Executivo, com a colaboração de um Conselho Legislativo a ser instituído por lei complementar.

Normas e disposições relacionadas com a ação de governo, a organização, a condução e o controle da administração federal, seriam expedidas pelo presidente da República, em forma e com força de lei, mas sob designação que as diferencie dos textos emanados do Poder Legislativo (Lei Executiva, Ordenação, Lei Administrativa, etc). O Congresso, após prévia e fundamentada manifestação do Conselho Constitucional (que poderia substituir, com vantagem, o atual Conselho da República) teria o poder de vetar as provisões legais expedidas pelo presidente da República, caso as mesmas viessem a extrapolar os limites de sua competência constitucional. Na hipótese em que o Con-

gresso, mesmo através de emendas, venha a deliberar sobre matéria que não esteja incluída no campo de suas atribuições, ou abrangida no âmbito de delegação legislativa outorgada ao presidente da República, o Poder Executivo poderia representar a respeito da inadmissibilidade da proposição perante as mesas da Câmara ou do Senado. Em caso de divergência a questão seria submetida ao Conselho Constitucional.

Ao presidente da República, dentro de determinado prazo a contar de sua investidura, o Congresso Nacional outorgaria, para execução do seu programa de governo, delegação ou autorização para legislar, por prazo certo e sobre determinadas matérias compreendidas na esfera de competência do Poder Legislativo.

Excusa demonstrar que as alterações acima sugeridas não afetam as chamadas cláusulas pétreas, já que nenhuma delas propõe, com objeto de deliberação, disposições constitucionais tendentes a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto universal e periódico; a separação dos Poderes; ou ainda, os direitos e garantias individuais.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 10.04.1995, e assinada pelo Advogado Nelson Cândido Motta.)

ESTÍMULO À TECNOLOGIA

No início da década de 80, desenvolveu-se um conjunto de medidas de apoio às funções básicas da tecnologia — metrologia, normalização, realização de ensaios e certificação de conformidade —, sem as quais é virtualmente impossível transferir os

conhecimentos gerados nas universidades e centros de pesquisa para o parque industrial, visando à produção de bens e serviços.

O Brasil ainda vivia em plenitude o modelo de substituição de importações, pelo qual foi constituída a base da política industrial do país a partir de meados da década de 40. Entretanto, no início dos anos 80, já eram visíveis os sinais de esgotamento do modelo, desenvolvido em torno de três pressupostos perversos: a proteção de mercados, com a penalização do consumidor final; a utilização de mão-de-obra mal remunerada, com a penalização do trabalho; e a relativa facilidade de acesso a tecnologias — onde, aproveitando a dualidade imposta pela Guerra Fria, barganhava-se ora com o leste, ora com o oeste, impossibilitando quase sempre a interação entre ensino-ciência, de um lado, e tecnologia-indústria, de outro.

As atividades de apoio às fundações básicas da tecnologia tinham como premissa preparar as instituições atuantes na oferta de serviços tecnológicos para as transformações que se esboçavam (é dessa época o desenho dos cenários da integração competitiva por técnicos do BNDES). Hoje, no ambiente da economia globalizada, onde a atividade industrial não assegura a posição competitiva das empresas em mercados cada vez mais seletivos, merece destaque o papel que a metrologia, a normalização e a certificação assumem no quadro do comércio internacional.

Naquela mesma ocasião, o governo brasileiro discutia com o Banco Mundial o que viria a constituir o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico — PADCT, primeira experiência do Banco como um projeto multisetorial de ciência e tecnologia coordenado simultaneamente por quatro agências do governo (Capes, CNPq, Finep e a STI). A inclusão das atividades de tecnologia industrial básica no PADCT deveu-se ao fato de que é inviável a ciência sem metrologia. Afinal, o

próprio Galileu já antecipara que a mensuração é a chave de todo o conhecimento.

Em paralelo a essas discussões, foram enviados ao Japão alguns professores da Escola de Engenharia da UFMG, para estudar os impactos que a Gestão de Qualidade estava proporcionando àquele país desde o início dos anos 50. Após essa primeira missão exploratória, foi solicitado à Fundação Christiano Ottoni (UFMG) que desenvolvesse um curso e um livro-texto sobre Gestão de Qualidade Total dirigido a executivos e gerentes do setor industrial. Elaborou-se, a seguir, o Projeto de Especialização em Gestão e Qualidade — PEGQ, cujo o mérito foi o de ter se antecipado em quatro anos ao movimento brasileiro da qualidade provocado pelo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade — PBQP, servindo-lhe de base conceitual no campo da Gestão.

O PEGQ é parte do Subprograma Tecnologia Industrial Básica, no âmbito do PADCT, que desde 1984 já aplicou cerca de US\$ 60 milhões no fomento a laboratórios metrológicos, normalização e certificado, informação tecnológica e tecnologias de Gestão. Embora os avanços sejam significativos, a exemplo das parcerias que estão se formando entre laboratórios metrológicos, é no campo gerencial que se registram as grandes conquistas.

Em novembro de 1984, o Encontro Técnico revelou que o investimento, de US\$ 7 milhões, tornou possível a capacitação direta de 17.000 executivos, gerentes e especialistas, além de provocar a capacitação de outros 95.000, como resultado da ampla difusão do modelo entre as empresas de consultoria e entidades técnicas atuantes na área. O número total de 112.000 pessoas capacitadas, comparado com os recursos aplicados, apresenta uma das mais expressivas taxas de retorno à conta de programas de fomento.

Os executivos capacitados têm como missão multiplicar internamente em suas empresas e

organizações os conceitos, métodos e técnicas aprendidas. Assim, é possível afirmar que aproximadamente um milhão de pessoas já foram beneficiadas direta e indiretamente pelo Programa. A própria metodologia de capacitação em gestão de qualidade produzida pelo Sebrae para as micro, pequenas e médias empresas é contrapartida daquela instituição ao projeto PEGQ. Até o momento, o Programa já realizou 24 missões técnicas no exterior, das quais participaram cerca de 800 pessoas.

Pesquisa feita entre os participantes desses projetos revela que 94% trabalham em programas da qualidade em suas organizações, 78% exercem funções de chefia, 76% realizam palestras e treinamento em suas empresas, 35% prestam consultoria a outras empresas e 30% publicam trabalhos sobre o assunto. Foram atendidas cerca de 2.000 empresas e organizações. Estes números demonstram que a estratégia escolhida para atingir os objetivos do programa foi correta.

Entre 1994 e o início deste ano, abriram-se novas frentes: uma destinada a apoiar o movimento sindical brasileiro na compreensão e domínio das técnicas de gestão orientadas para a qualidade, de modo que o trabalhador brasileiro seja um agente ativo na introdução dessas técnicas na empresa; e outra, orientada para a gestão ambiental, que apoiará o sistema Senai.

Neste momento, são significativos os frutos desses esforços. Os avanços do país no campo da metrologia, da normalização da certificação, da informação tecnológica e das tecnologias de gestão estimulam a continuidade dos investimentos na construção da base desses conhecimentos, proporcionando o verdadeiro suporte à competitividade da economia brasileira.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 30.05.1995, e assinada pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas.)

O BRASIL E A ANTÁRTIDA

Só foi a partir do momento em que a possibilidade de a Antártida se tornar habitável é que diversos países passaram a demonstrar interesse pela região e, em alguns casos, ter a pretensão de exercer a sua soberania sobre a mesma. Discute-se sobre qual o primeiro país a visitar o sétimo continente. A primazia era atribuída à Inglaterra, pois em janeiro de 1820 o barco baleeiro *William's* avistou a região; mas documentos russos mostram que caberia ao *Vostok* esta glória. Seja como for, a Grã-Bretanha, em 1908, estabelece a Dependência das Ilhas Falkland que abrangia todas as terras até o Pólo Sul compreendidas entre 20° e 30° de longitude a oeste de Greenwich.

As pretensões do Chile e da Argentina só surgiram bem mais tarde, ou seja, em 1940. Não foram baseadas na descoberta ou na ocupação, mas sim na teoria dos setores, que o Canadá havia adotado no Ártico.

Admitida a tese dos setores, caberia igualmente ao Brasil uma fatia. Em 1958, o Itamarati notificou o Departamento de Estado que reivindicava o setor entre o meridiano 28° (Ilha Martin Vaz) e meridiano 53° (Arroio Chuf), tramo este pretendido igualmente pela Grã-Bretanha e a Argentina.

Seja como for, diante das divergências surgidas, os Estados Unidos convocaram uma conferência em Washington, mas com anterioridade proclamaram que não tinham pretensões territoriais na região nem que reconheciam as pretensões apresentadas até então. Proclamação semelhante da URSS veio facilitar ainda mais uma tomada de posição. Talvez o artigo mais importante do Tratado da Antártida, assinado em 1959, seja o artigo IV, onde está estipulado que nenhum de seus dispositivos pode ser interpretado com o "prejulgamento da posição de qualquer das Partes Contratantes quanto ao reconhecimento dos direitos ou reivindicações

ou bases de reivindicações de algum outro Estado quanto à soberania territorial na Antártida" (art. IV, c). A rigor, o Tratado simplesmente espelha as contradições existentes entre os países que reivindicam partes da Antártida e aqueles que não reconhecem tais reivindicações. Em outras palavras, as Partes Contratantes, ao firmarem o Tratado, reconheceram as dúvidas jurídicas existentes.

O Tratado foi redigido com o objetivo de evitar conflitos na região, e uma moratória de 30 anos foi adotada em relação às pretensões territoriais. A evolução tem sido no sentido da defesa do meio antártico e em tal sentido foi assinado em Madri em 1991 o *Protocolo sobre a Proteção Ambiental ao Tratado da Antártida*, cuja implementação tem sido difícil, visto que o controle cabe aos próprios Estados.

A *Greenpeace International* tem exercido um controle, com a devida autorização das partes interessadas, e, nesse sentido, convém salientar que, no último relatório, relativo ao período dezembro 1994 — março 1995, os comentários relativos à Estação Comandante Ferraz, que tem sido ocupada continuamente pelo Brasil desde 1984, são altamente lisonjeiros. São poucas as críticas, e sente-se que na maioria dos casos foram elas inspiradas pelos cientistas, para os quais as despesas de natureza logística poderiam ser utilizadas com maior proveito nas suas pesquisas. O sistema de revezamento também é criticado, já que as mudanças, além de onerarem o orçamento, interrompem as pesquisas. De acordo com a praxe, ninguém permanece mais de dez meses, quando para muitos o prazo deveria ser de um ano pelo menos.

As medidas de proteção ao meio ambiente são elogiadas. Todo o lixo é separado em cinco categorias: plásticos, metais, vidro, matéria orgânica e papel. O papel é incinerado e as cinzas são acondicionadas em caixas plásticas para serem levadas de volta ao Brasil, junto com os demais resíduos. A água dos esgotos é devi-

damente tratada. Os comentários relativamente às demais Estações não são tão favoráveis e as principais críticas são dirigidas à Rússia. Considerando que a praxe da *Greenpeace* é das críticas, é agradável verificar que neste caso os seus comentários são favoráveis, merecendo a nossa Marinha de Guerra uma menção especial, devido ao fato de o pessoal não utilizar fardamento, ao contrário do que ocorre em diversas outras bases.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 12.06.1995, e assinada pelo diplomata Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.)

ALIANÇA ENTRE CROATAS E MUÇULMANOS

Está formado o Estado-Maior Unificado das Forças Armadas da Croácia e dos dois Exércitos da Bósnia, o dos muçulmanos e dos croatas. É o que foi acertado em 6 de março, em Zagreb, pelos generais croatas e muçulmanos. Janko Bobetko, comandante do Exército da Croácia assumirá o comando.

O evento é de importância especial para a região. Na TV croata, Bobetko declarou que "o primeiro objetivo da iniciativa foi o de apoiar de maneira eficaz os acordos de Washington que estabelecem a Federação muçulmano-croata na Bósnia-Herzegovina e a sua confederação com a Croácia".

O segundo objetivo é o de proteger "território, integridade, fronteiras e pessoas que vivem na federação e na futura confederação".

A terceira finalidade é a de que "assegurar o retorno dos refugiados aos seus lares". Em resumo, o objetivo é dar maior credibilidade às resoluções da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre a Croácia e ao plano internacional de paz para a Bósnia.

Bobetko fala com autoridade. Ele integrou o grupo de guerrilheiros croatas que desfechou, em junho de 1941, nos arredores de Zagreb, o primeiro ataque contra as forças nazistas na ex-Iugoslávia durante a Segunda Guerra Mundial. Herói da resistência antifascista, tornou-se novamente herói nacional quando, em 1992, derrotou as forças sérvias que atacavam a cidade croata de Dubrovnik e a região limítrofe.

Os acordos de Washington prevêem a constituição da federação muçulmano-croata sobre os 51% do território da Bósnia-Herzegovina que lhes foram concedidos pelo plano da "comunidade internacional". Antecipam ainda a formação de uma confederação entre a federação e a Croácia.

Esses acordos marcaram a entrada decisiva dos EUA na crise bósnia. Depois da recusa pelos sérvios do plano de divisão da Bósnia elaborado pelo Grupo de Contato (razão: teriam que ceder territórios que conquistaram) e da inércia da ONU, os EUA decidiram apoiar por conta própria a formação da federação muçulmano-croata.

Aceitaram enviar à Bósnia um especialista em assuntos constitucionais para aplinar as disputas legais. Seu poder é decisório, concordam os dois lados. Está sendo formada uma equipe norte-americana de socorro humanitário. Espera-se ainda a chegada de um general americano que ajudará na coordenação entre os exércitos muçulmano e croata.

Recentemente, a atual Iugoslávia (Sérvia e Montenegro) assinou um acordo de cooperação militar com a Rússia, que prevê o fornecimento de armas, "depois do fim do embargo". Ora, já

no fim do ano passado, durante o embargo portanto, os sérvios bósnios receberam foguetes antiaéreos russos, capazes de ameaçar o controle da zona de exclusão aérea sobre a Bósnia pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

No mês passado, a Unprofor (força de paz da ONU) detectou "misteriosos" vôos noturnos sobre territórios bósnios controlados pelos muçulmanos. Suprimento de armas? A OTAN disse que os seus radares não detectaram nada.

Semanas antes, os radares da Unprofor não sabiam identificar os helicópteros que sobrevoavam a Bósnia oriental. Eram helicópteros sérvios e traziam provisões às forças sérvias que estão estrangulando as "zonas de segurança" muçulmanas.

Meses antes, o comandante da Unprofor, o general britânico Michael Rose, andou informando os sérvios dos ataques da OTAN, encomendados por ele próprio para punir a obstrução, por parte desses mesmos sérvios, aos comboios humanitários. A OTAN não gostou.

O Congresso dos EUA já propôs um corte radical de verbas para as "missões de paz" controladas pela ONU, notoriamente ineficientes. Os congressistas tampouco apreciam a política russa na Tchetchênia. A distensão pós-Guerra Fria continua desejada, mas o Congresso dos EUA parece disposto a exigir um mínimo de respeito aos direitos humanos.

A escolha é entre a paz injusta que premia o genocídio e a guerra justa que faz pagar pela agressão. Hoje, a ONU e uma parte da "comunidade internacional" parecem pender pela primeira alternativa.

Os bósnios recebem o pão francês, mas não as armas para que possam defender-se dos canhões sérvios. Não poucos se perguntam se não seria menos vergonhoso para o mundo civilizado intervir contra o agressor ou, pelo

menos, permitir que as vítimas exerçam o direito elementar de autodefesa.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de São Paulo*, edição de 04.04.1995, e assinada por Zeljko Loparic, professor de História da Filosofia da UNICAMP.)

ANISTIA TORTA

Há quem pretenda sepultar no esquecimento a Revolução de 31 de março de 1964, como já se deixou de homenagear, por outro lado, a memória dos heróis militares assassinados na intentona comunista de 27 de novembro de 1935. Que país é este, no qual fatos históricos relevantes — que são exemplos, lições e advertências — descambam para o desprezo dos pósteros, que passam a condená-los no repúdio do silêncio e no desprezo da indiferença?

Em ambos os casos mencionados, a insofismável inspiração das Forças Armadas foi, basicamente, defender as instituições republicanas, salvando-as da frontal ameaça comunista. No dia 27 de novembro, os comparsas de Luís Carlos Prestes ensanguentaram a então capital da República, assim como outros pontos do território nacional. De armas nas mãos, assumiram a iniciativa criminosa da masorca marxista, na Praia Vermelha e nos Afonsos, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Mataram covardemente, inclusive companheiros que dormiam, no 3º Regimento de Infantaria, e numa unidade da Aviação Militar feriram a bala Eduardo Gomes, um dos Dezoito do Forte de Copacabana. Na orfandade e na viuvez ficaram dezenas de pessoas, porque seus

chefes sacrificaram a própria vida em defesa da Nação.

A Revolução de 31 de março, por sua vez, nasceu da reconhecida aliança do povo com cidadãos fardados. Tornou-se inevitável e obrigatória, como condição essencial de uma reação coletiva organizada, capaz de eliminar o caos que infelicitava a vida geral dos brasileiros. Durante pouco mais de vinte anos, por força da ação revolucionária direta e indireta, modernizou-se a Administração, retirou-se a economia do atraso, implantou-se a telecomunicação, vieram novos corredores de exportação, multiplicaram-se, os investimentos, ampliou-se nossa capacidade energética, voltaram a disciplina e a hierarquia, a paz, a ordem e a autoridade. O povo era feliz e não sabia.

Numa histórica tentativa global de restaurar a chamada democracia plena, e depois de derrotar a guerrilha rural e urbana, a Revolução, espontaneamente, em nome da pacificação política nacional, propôs ao Congresso a decretação da anistia ampla, geral e irrestrita, teoricamente estabelecida. Era, por assim dizer, a esponja que se procurava passar sobre o território da dissensão, do ressentimento e do ódio. Entretanto, a idéia da Revolução foi inútil. De fato, perdoaram-

se os atentados a mão armada, os seqüestros de embaixadores, os crimes hediondos, os delitos de sangue. Mas as cobranças descabidas acerca de supostas torturas, a busca constante de desaparecidos, envolvidos em movimentos terroristas, o revanchismo, enfim, tudo tendo como alvo o denominado "regime militar", isso não sai da ordem do dia.

É pauta permanente nos espaços de que dispõe a incansável insurreição subversiva, ostensiva ou disfarçada. Por último, pretende-se revogar historicamente a Revolução Democrática de 1964, como se ela não tivesse sido, e ainda é, uma idéia-força, gerada na alma dos patriotas. A anistia legal — classifiquemo-la assim — só valeu e só vale para um lado, isto é, para o lado deles. Ficou sendo, em consequência, uma anistia torta. É oportuno advertir os democratas ingênuos de que o comunismo faliu, mas não faleceu. A esquerda extremista não acredita na queda do Muro de Berlim. Eis por que insistem em sepultar a Revolução de 1964. Não o conseguirão, todavia. Quem viver verá.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 11.04.1995, e assinada por Armando Falcão, ex-ministro de Estado.)



SUPERPESA

Cia. de Transportes Pesados e Especializados

SUPERPESA

Transportes Marítimos Ltda.

SUPERPESA

Perfurações e Dragagens S.A.

SUPERPESA

Industrial Ltda.

TECNOLOGIA DE PESO.

Não deixe mais que os problemas da sua empresa pesem em seus ombros.

Fique com a maior empresa brasileira de transportes pesados e especializados: o Grupo Superpesa.

Atinal, são 25 anos de trabalho sério e produtivo com cargas indivisíveis de grande peso e dimensões, turbinas de grandes hidrelétricas, comportas de barragens, fornos siderúrgicos, equipamentos de refinarias e indústrias pesadas.

Tudo apoiado por uma equipe de peso: mais de 1.200 funcionários, entre técnicos e engenheiros, altamente especializados.

Tecnologia empregada tanto na terra como no mar.

Em terra, uma frota que inclui os maiores cavalos mecânicos do mundo, carretas hidráulicas e o

mais amplo parque de guindastes da América do Sul, com equipamentos para o erguimento de até 600 toneladas.

No mar, o Grupo Superpesa opera com navio próprio "roll-on roll-off" no transporte de cabotagem. Desenvolve ainda um importante trabalho "off shore", com suas balsas guindastes responsáveis pelo lançamento e montagem de mais de 30% dos oleodutos e plataformas de petróleo existentes na costa brasileira.

Além disso, o Grupo Superpesa mantém equipes de mergulhadores para o trabalho em lâminas d'água

de até 300 metros de profundidade, através de sofisticados equipamentos, apoiados por um mini-submarino — o único em uso na América Latina.

Atuação que se estende, hoje, às perfurações petrolíferas e às dragagens.

E, dando apoio às empresas Superpesa em operação, foi criada a Superpesa Industrial que, com sua caldeiraria pesada e usinagem de precisão, já se faz presente em todo o território brasileiro.

Assim, desenvolvendo tecnologias e aprimorando seu maquinário, dentro de mais de 100.000 m² de área construída, o Grupo Superpesa se constitui num líder em transportes de grandes cargas. Um nome de peso na solução de grandes problemas.



GRUPO SUPERPESA

Matriz: R. Araújo Porto Alegre, 36/37 e 12º andar.
Rio de Janeiro RJ • CEP 20030 • Tel.: (021) 210-2131.
Telex: (021) 21499 STM.
Filial: São Paulo
Rua Consolação 222 - gr. 503
Tel.: (011) 257-6266

Melhorando a vida de milhões

Há mais de 50 anos atuando
nas áreas de habitação,
saneamento básico e irrigação.



O melhor existe



**Economizando apenas 15%
no consumo do diesel, o Brasil ganha
mais de 1 milhão e meio de reais
por dia.**

A Petrobras implantou, no âmbito do Conpet (Programa Nacional da Racionalização do Uso de Derivados de Petróleo e Gás Natural), projeto-piloto em seu posto no km 428, da BR 381, Rodovia Fernão Dias, e olha o que aconteceu.

Fazendo avaliação dos motores e dando dicas de economia, conseguiu-se economizar 15% no consumo do diesel.

Ou seja, 15% é uma redução perfeitamente

viável de se conseguir no País inteiro. E isso daria ao Brasil uma economia diária de 10 milhões de litros de diesel, mais de R\$ 1,5 milhão hoje. Para você ter uma idéia, R\$ 1,5 milhão equivale a mais de 200 fuscas zero quilômetro.

Conpet é o programa nacional que planeja, difunde, implanta e acompanha projetos para racionalizar o uso de derivados de petróleo.

Além de buscar maior produtividade nos Transportes, o Conpet volta-se também para o consumo em Residências/Comércio, Indústrias, Agropecuária e Geração Termoeletrônica.

Criado em julho de 1991, o Conpet coloca o Brasil ao lado das economias mais esclarecidas do mundo, que praticam a conservação de energia, especialmente após a crise do petróleo, em 1973.

Não só para minimizar efeitos das oscilações de preço e fornecimento, como para evitar desperdícios. E, principalmente, para estimular o desenvolvimento de tecnologias, otimizar custos, proteger o meio ambiente – e chegar ao desenvolvimento sustentado.

A Petrobras exerce a Secretaria Executiva do Conpet, e responde pelo apoio técnico e administrativo.

É apenas mais um aspecto do compromisso que a Petrobras mantém com os brasileiros.

